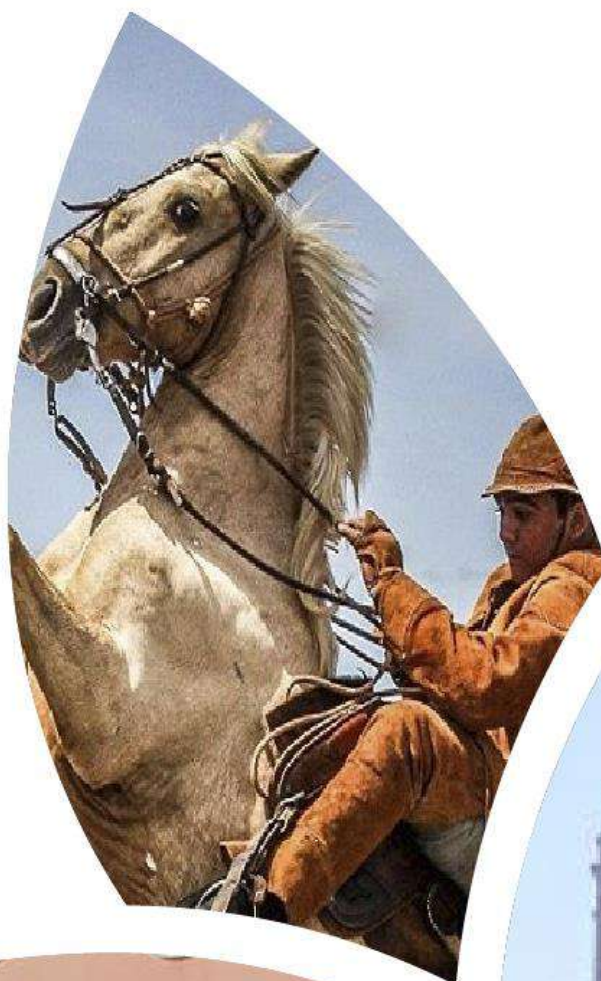




Apresentação da Revista Humana RES

Caro leitor,

A Revista Humana Res é parte de um projeto idealizado pelo Centro de Ciências Humanas e Letras e pelo Núcleo de Estudos Estado Poder e Política - NEEPP, no intuito de integrar, de forma sincrônica, o ensino com a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, este meio de divulgação eletrônica assume a função de difundir junto ao público interno e externo, o conhecimento que vem sendo produzido, no âmbito desta Instituição de Ensino Superior.

É ainda pretensão desta revista constituir-se como via de acesso à produção acadêmica de profissionais de outras IES, seja no país ou no exterior, abrangendo os campos das Humanidades, Ciências Sociais, Artes e Tecnologias, publicando em suas páginas matérias enviadas para esse fim. Trata-se, enfim, de um periódico interdisciplinar, que se propõe a congregar análises produzidas a partir de perspectivas e olhares diversos acerca da realidade local, nacional e internacional.

No seu **Número 4 de jan/ago 2021**, a Humana Res apresenta o **Dossiê Temático: O Gibão E A Pena: A Construção Discursiva Do Piauí**, sob a coordenação do Prof. Dr. Elio Ferreira de Souza (UESPI), Prof. Dr.^a Maria Suely de Oliveira Lopes (UESPI) e Prof. Dr. Sebastião Alves Teixeira Lopes (UFPI).

Sejam todos bem-vindos!

Prof^a. Dr^a Antônia Valtéria Melo Alvarenga

Editora – Chefe
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Prof^a. Dr^a Joseanne Zingleara Soares Marinho

Editora
Universidade Estadual do Piauí – UESPI



Revista Humana Res
Edição 004 Ano 002
Junho|2021
ISSN: 2675-3901

EQUIPE EDITORIAL

COORDENAÇÃO EDITORIAL

ANTONIA VALTÉRIA MELO ALVARENGA
(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA-CHEFE)

MARCELO SOUSA NETO
(UESPI / HISTÓRIA-CCM / EDITOR)

JOÃO BATISTA VALE JÚNIOR
(UESPI / HISTÓRIA / EDITOR)

JOSEANNE ZINGLEARA SOARES MARINHO
(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA)

MARIA DO SOCORRO RIOS MAGALHÃES
(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS / EDITORA)

VIVIANE PEDRAZANNI
(UESPI / HISTÓRIA/ EDITORA)

CONSELHO EDITORIAL

ANTONIA VALTÉRIA MELO ALVARENGA
(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA-CHEFE)

OMAR MÁRIO ALBORNOZ
(UESPI/LETRAS-ESPANHOL / EDITOR)

MARCELO SOUSA NETO
(UESPI / HISTÓRIA-CCM / EDITOR)

MARIA DO SOCORRO RIOS MAGALHÃES
(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS / EDITORA)

JOÃO BATISTA VALE JÚNIOR
(UESPI / HISTÓRIA / EDITOR)

JOSEANNE ZINGLEARA SOARES MARINHO
(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA)

CLARICE H. SANTIAGO LIRA
(UESPI / HISTÓRIA)

ELIZABETH MARY BAPTISTA
(UESPI / GEOGRAFIA)

FABRÍCIO FLORES FERNANDES
(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS)

ANA CRISTINA MENESES
(UESPI / HISTÓRIA)

JORGE EDUARDO DE ABREU PAULA
(UESPI / GEOGRAFIA)

JOSÉ BISPO MIRANDA
(UESPI / CIÊNCIAS SOCIAIS)

JOSINALDO OLIVEIRA DOS SANTOS
(UESPI / LETRAS/ESPANHOL)

LUCIANA MARIA LIBÓRIO EULÁLIO
(UESPI / LETRAS-ESPANHOL)

LUCIRENE DA SILVA CARVALHO
(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS)

ANTONIO MAURENI VAZ VERÇOSA DE MELO
(UESPI / HISTÓRIA)

MÁRLIA SOCORRO LIMA RIÉDEL
(UESPI / LETRAS-INGLÊS)

VIVIANE PEDRAZANNI
(UESPI / HISTÓRIA/EDITORIA)

CONSELHO CIENTÍFICO

ALCEBÍADES COSTA FILHO
(UESPI)

ANA PAULA VOSNE MARTINS
(UFPR)

ARYDMAR VASCONCELOS GAYOSO
(UEMA)

TERESINHA DE JESUS MESQUITA QUEIROZ
(UFPI)

CATARINA FROIS
(AR)

CLÁUDIA CRISTINA DA SILVA FONTINELES
(UFPI)

CRISTIANA COSTA DA ROCHA
(UESPI)

DANILO BEZERRA
(UESPI)

ELIO FERREIRA DE SOUSA
(UESPI)

ELIZANGELA BARBOSA CARDOSO
(UFPI)

FERNANDO BAGIOTTO BOTTON
(UESPI)

FRANCISCO CHAGAS OLIVEIRA ATANÁSIO
(UESPI)

GISELE PORTO SANGLARD
(FIOCRUZ- RJ)

IRLANE GONÇALVES DE ABREU
(UFPI)

JACKSON DOS SANTOS RIBEIRO
(UEMA)

JÔNATAS LINCOLN ROCHA FRANCO

JONAS RODRIGUES MORAES
(UFMA)

JOSÉ BISPO DE MIRANDA
(UESPI / CIÊNCIAS SOCIAIS)

LÍEGE DE SOUZA MOURA
(UESPI)

LIVIA SUELEN SOUSA MORAES MENESES
(UFPI)

LUIS REZNIK
(UERJ)

MÁRCIA EDLENE MAURIZ LIMA
(UESPI)

MARGARETH TORRES DE ALENCAR COSTA
(UESPI)

MARIA ELDELITA FRANCO HOLANDA
(UESPI)

MARIA LUZINEIDE GOMES DE PAULA
(UESPI)

MANOEL RICARDO ARRAES FILHO
(UFPI)

MUGIANY OLIVEIRA BRITO PORTELA
(UFPI)

PEDRO PIO FONTINELLES FILHO
(UESPI)

ZILDA MARIA MENEZES LIMA
(UECE)

EQUIPE TÉCNICA

GABRIEL ROCHA DA SILVA
(UESPI / HISTÓRIA / APOIO TÉCNICO)

JOÃO PAULO NUNES DIAS DE ALMEIDA
(UESPI / HISTÓRIA / APOIO TÉCNICO)

JOSIAS GOMES DOS SANTOS NETO
(UESPI / HISTÓRIA / CHEFE TÉCNICO)

PABLO RIBEIRO LOPES
(UESPI / DTIC / APOIO TÉCNICO/DESIGN)

SUMÁRIO

O GIBÃO E A PENA: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO PIAUÍ
(EDITORIAL)

#1

MANDU LADINO, DE CASTELO BRANCO RESISTÊNCIA INDÍGENA NO SERTÃO DE
DENTRO

Sebastião Alves Teixeira Lopes e Maria Clizalda Vítório

#005

A HISTÓRIA DO “BOI JARDINEIRO” DE NÉ PRETO E DA MIGRAÇÃO
DO BUMBA-MEU-BOI DO PIAUÍ PARA O MARANHÃO

Elio Ferreira de Souza

#021

TRAJETÓRIA TEMPORAL E TERRITORIAL
DOS KARIRI DA SERRA GRANDE – QUEIMADA

Cinthya Valéria Nunes Motta

#036

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO
POLÍTICA E RESENTIMENTOS INSCRITOS NA IMPRENSA OITOCENTISTA
Flávio Fernandes Carvalho e Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

#052

EROTISMO E SEXUALIDADE NA LENDA PIAUIENSE CABEÇA DE CUIA

Margareth Torres de Alencar Costa e Luma Venuto Ferreira

#073

EM BUSCA DA “TERRA DA PROMISSÃO”: O RIO PARMAÍBA NO CONTEXTO DE FUNDAÇÃO DE UMANOVA
CAPITAL PARA O PIAUÍ(1852-1858)

Danielle Filgueiras Santos e Joseanne Zingleara Soares Marinho

#089

INDÍCIOS DA ATIVIDADE DE CAÇA E PESCA NO PIAUÍ

Alcebíades Costa Filho e Jennefer de Sousa Moraes de Moura Marques

#110

UNDERGROUND E MAINSTREAM DO CAMPO LITERÁRIO NACIONAL
EM O POPULAR, DE FLORIANO
Daniel Castello Branco Ciarlini

#126

ARTIGOS LIVRES

RUI BARBOSA: A ADVOCACIA E OS PRIMÓRDIOS DO CONSTITUCIONALISMO REPUBLICANO NO BRASIL

Auricelia Do Nascimento Melo e Edwar De Alencar Castelo Branco

#146

A ATUAÇÃO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE EM CAXIAS/MA
NA DÉCADA DE 1970: UMA ANÁLISE SOB O OLHAR DE EULINA MORAES DA SILVA.
Antonia Valtéria Melo Alvarenga e Tamara Fernanda Mendes da Silva

#159

DESCRIÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS CASOS DE SUICÍDIO NO NORDESTE BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2010
A 2018: UM ESTUDO ECOLÓGICO

Dário Henrique Alvarenga Vale, Raíssa Mota do Nascimento e Alexandre Castelo Branco Vaz Parente

#178

ENTREVISTA

VANESSA TEODORO TRAJANO
Escritora

#193

JOSÉ QUARESMA CAMPOS FILHO
Vocalista da Banda Vale Duaté

#211

RESENHA

PERDENDO-ME COM DANTE EM VIA ESTREITA:
UMA TRANSCRIÇÃO DE O PRIMEIRO CANTO DA DIVINA COMÉDIA
Caio Silas Alvarenga Malaquias

#227

Por Antonia Valtéria Melo Alvarenga e Maria do Socorro Rios Magalhães

A revista *Humana Res* apresenta no seu número 04 a temática “**O gibão e a pena: a construção discursiva do Piauí**”, coordenada pelos professores doutores Maria Suely de Oliveira Lopes (UESPI), Sebastião Alves Teixeira Lopes (UFPI) e Élio Ferreira de Souza (UESPI). Esta proposição teve como objetivo provocar uma reflexão sobre a formação sociocultural do povo piauiense, através de um desafio aos estudiosos e pesquisadores que se debruçam sobre a realidade do nosso Estado. O resultado foi uma diversidade de olhares, pensamentos, abordagens teórico-metodológicas e, principalmente, formas de dizer, expressar, representar, sentir e identificar o Piauí. A sessão Dossiê traz um conjunto de artigos que mostra a concretização da proposta lançada para a presente edição da *Humana Res*.

Em **Mandu Ladino, de Castelo Branco**: resistência indígena no sertão de dentro, os autores Sebastião Alves Teixeira Lopes e Maria Clizalda Vitória examinam a história de resistência dos povos indígenas piauienses, através da leitura do romance *Mandu Ladino*, de Anfriso Neto Lobão Castelo Branco. Nas suas reflexões, os autores abrem possibilidades para diferentes debates, chamando a atenção para a visão romântica construída sobre o índio, em suas relações com o homem branco no contexto da colonização piauiense, bem como sobre a resistência mostrada por essa etnia, durante o referido processo e, ainda, sua importância na construção da identidade piauiense.

Élio Ferreira de Souza, em **A História do “Boi jardineiro” de Né Preto e da migração do Bumba- meu –boi do Piauí para o Maranhão**: a gênese do bumba-meu-boi do Piauí e narrativas da “brincadeira” do Boi de Né Preto, na cidade de Floriano, Piauí, em um estilo envolvente de escrita em que as palavras são lançadas como flechas, informa a descoberta de um manuscrito do século XIX que lhe permitiu, entre outras constatações, levantar um polêmico debate sobre a origem da manifestação cultural do Bumba-meu-boi, defendendo ter sido o Piauí, e não o Maranhão, o local de suas primeiras manifestações, contrariando aqueles que atribuem o aparecimento desse bem cultural ao território maranhense. Ao descrever a referida fonte de pesquisa, o autor a identifica como um documento particular, porém de grande relevância social, por seu ineditismo não só em relação à tradição cultural

destacada, mas também por trazer à baila aspecto da vida colonial do Piauí, notadamente de cenas que integraram as vivências das etnias que compõem esta sociedade.

Em **Trajatória temporal e territorial dos Kariri da Serra Grande – Queimada Nova-PI**, a autora Cinthya Valéria Nunes Motta Kós, propõe-se a realizar uma discussão sobre a trajetória da relação dos índios Kariri com a Serra Dois Irmãos (chamadas pelos nativos de Serra Grande). Através de uma abordagem etnográfica, em que faz uso da memória das comunidades locais sobre seus antepassados, busca compreender aspectos da vida desta etnia, explorando elementos, como: hábitos alimentares, formas de moradia e valores que se manifestaram não só nestas narrativas, mas que, também, estão apoiadas em outras fontes: historiográficas, cartográficas e relatos de viajantes que passaram por essa região, no passado.

Os autores Flávio Fernandes Carvalho e Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz, em **As várias memórias de Lívio Lopes Castelo Branco** - Política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista, realizam um estudo sobre a importância da imprensa escrita piauiense no século XIX, visando à compreensão da política nacional e local daquele contexto. Com este propósito, os autores lançam mão de periódicos como o *Telégrafo*, para possibilitar ao leitor o entendimento da dinâmica sociocultural e política do Piauí, no contexto do movimento da Balaiada.

Margareth Torres de Alencar Costa e Luma Venuto Ferreira brindam os leitores com mais uma interpretação da lenda do Cabeça de Cuia, presente no folclore piauiense, chamando a atenção para os tabus que ainda integram algumas culturas, a exemplo do erotismo e da sexualidade. No texto **Erotismo e sexualidade na lenda piauiense Cabeça de Cuia**, utilizando referências a teóricos, como Bataille (1987), as autoras procuram estabelecer uma compreensão que está para além do pornográfico, alcançando as dimensões poética, fraterna e amorosa da vida e das relações humanas. O texto foi escrito em língua espanhola, trazendo uma importante colaboração para uma comunicação além das fronteiras nacionais.

O Dossiê seguiu realizando uma discussão sobre a importância do rio Parnaíba, para a transferência da capital do Piauí de Oeiras para Teresina. **Em busca da “terra da promessa”**: o rio Parnaíba no contexto de fundação de uma nova capital para o Piauí (1852-1858), Danielle Filgueiras Santos e Joseanne Zingleara Soares Marinho retomaram o antigo debate das motivações que levaram a transferência da capital do Piauí para a Vila do Poti, destacando os elementos de modernidade que rapidamente foram incorporados a esse

projeto. Ressaltam que o rio Parnaíba, por ser o maior curso fluvial do território piauiense, viabilizou a solução de obstáculos apresentados ao crescimento e ao desenvolvimento desta sociedade, a exemplo da criação de rotas comerciais que garantiram melhor fluxo das mercadorias produzidas nessa região, para outros centros comerciais.

No artigo **Indícios da atividade de caça e pesca no Piauí**, Alcebíades Costa Filho e Jennefer de Sousa Moraes inovaram a pesquisa historiográfica piauiense, com uma discussão sobre os hábitos alimentares do piauiense entre 1800 e 1950. Essa é uma temática que vem ganhando corpo na pesquisa local nos últimos anos, quando um dos autores, Alcebíades Costa, passou a mostrar interesse em analisar a capacidade produção primária do Estado, bem como em compreender as formas de sobrevivência desenvolvidas pelas comunidades locais, fora dos contextos da produção intensiva da agricultura e pecuária.

Abrindo o debate para um novo espaço temporal e temático, Daniel Castello Branco Ciarlini no texto **Underground e Mainstream do campo literário nacional em *O Popular, de Floriano***”, discute sobre as formas de reconhecimento literário que aconteciam fora do eixo Rio-São Paulo, procurando identificar os horizontes de leituras expressos pelo jornal *O Popular*, que circulou no Piauí, entre os anos de 1918 a 1921, bem como os do principal responsável por sua produção: o juiz de direito e jornalista Daniel Paz. Para Daniel Castello Branco, as avaliações positivas ou negativas recebidas pelos escritos e seus autores estavam relacionadas, muitas vezes, a critérios que extrapolavam os de natureza literária.

Na sessão de artigos livres, esta edição trouxe três textos com temáticas diversificadas e de importante interesse para a cultura política e histórica geral. No primeiro, os autores Auricélia do Nascimento Melo e Edwar de Alencar Castelo Branco realizam uma importante discussão em **RUI BARBOSA: A advocacia e os primórdios do constitucionalismo republicano no Brasil**, para o atual regime político nacional, bem como abrem destaque para uma das condições primordiais ao exercício da cidadania: a prática da advocacia. Na temática dos movimentos sociais, Antonia Valtéria Melo Alvarenga e Tamara Fernanda Mendes da Silva realizaram uma análise sobre **A Atuação das Comunidades Eclesiais de Base em Caxias/Ma na Década de 1970: Uma Análise Sob o Olhar de Eulina Moraes da Silva**. O objetivo foi identificar como procederam esses organismos religiosos em relação a pauta de direitos humanos, definida pelos grupos de resistência ao modelo político autoritário, então vigente no país. Por último, tem-se uma importante reflexão sobre um dos preocupantes problemas que acomete a sociedade moderna: o suicídio. Com o texto que tem

como título **Descrição da incidência dos casos de suicídio no nordeste brasileiro no período de 2010 a 2018**: um estudo ecológico, os autores Dário Henrique Alvarenga Vale, Raíssa Mota do Nascimento e Alexandre Castelo Branco Vaz Parente realizam uma avaliação da evolução da incidência do número de mortes autoprovocadas nos Estados do Nordeste brasileiro, bem como das causas de morte relacionadas a esse fenômeno.

A seção de entrevista, traz um bate-papo dos Coordenadores com a piauiense radicada em Brasília-DF, Vanessa Teodoro Trajano. A entrevistada é a escritora e professora de língua portuguesa, autora de obras, como: *Mulheres incomuns* (2012, contos), *Poemas proibidos* (2014, poesia), *Doralice* (2015, romance), *Ela não é mulher pra casar* (2019, contos, finalista do Prêmio Guarulhos) e *Supermulher e outras performances poéticas* (2020, poesia).

Esta edição traz, também, uma conversa com José Quaresma Campos. Além de músico, compositor, artista plástico, publicitário, colorista, diretor e roteirista, esse piauiense é formado em Letras. Suas músicas são inspiradas não só por sua cidade, mas pelo contato que teve com a literatura. Junto com sua banda **Validuaté**, compôs diversos trabalhos que o projetaram em cenário nacional, dentre elas: “Pelos Pátios Partidos em Festa” (2008), “Alegria Girar” (2009), e “Manual de Instruções Para” (2018).

A revista *Humana Res* inovou, neste número 04, trazendo a tradução do primeiro conto da obra clássica *A Divina Comédia*, do poeta italiano Dante Alighieri. Neste clássico têm-se uma das importantes críticas realizadas no contexto renascentista sobre filosofia, religião e política da época. Este interessante trabalho é um convite do autor Caio Silas Alvarenga Malaquias a uma revisitação de clássicos que podem contribuir, sobremaneira, para discussão de temáticas atuais.

Convidamos a todos (as) para uma viagem no tempo, nos espaços, na cultura piauiense e por outros ambientes e temáticas que integram o *corpus* de textos do número 04 da revista *Humana Res*. Seus editores, ao tempo em que agradecem a todos que enviaram suas contribuições para este número, desejam que esta revista a possa sempre atuar como um meio de propagação, publicização e socialização de elementos culturais, conhecimentos científicos e de outras formas de saberes que fortaleçam o povo piauiense, as comunidades em geral e as instituições de saber acadêmico.

MANDU LADINO, DE CASTELO BRANCO: Resistência indígena no Sertão de Dentro

Maria Clizalda Vitório¹
Sebastião Alves Teixeira Lopes²

RESUMO

O romance *Mandu Ladino*, de Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco, apresenta, de forma ficcional, uma releitura da história do indígena Mandu Ladino, personagem real que viveu no final do século XVII e início do XVIII e que se tornou símbolo da resistência indígena contra o processo de conquista impetrado pelo colonizador português em solo piauiense. Este artigo tem por objetivo examinar a história de resistência dos povos indígenas através da leitura do romance *Mandu Ladino* de Castelo Branco. Fundamentam teoricamente a pesquisa os estudos de Chaves (1994), Carvalho (2012), Hall (2002), Silva (1991), Spivak (2010), Valdés (2012) dentre outros. Em forma de considerações finais, ressalta-se a importância dos povos indígenas para a formação social e identitária do Piauí. Aponta-se também que Castelo Branco, de certa forma, se alinha a uma visão idealizada das narrativas indigenistas românticas criando, através do enlace amoroso entre a indígena Aluhy, irmã de mandu Ladino, e Miguel, filho do branco conquistador, a falsa ideia de um passado harmônico e glorioso. Ressalta-se, por fim, que, a resistência indígena face a um processo de conquista avassalador que dizimou com vários povos originais do Sertão de Dentro.

Palavras-chave: Afrísio Neto Lobão Castelo Branco; *Mandu Ladino*; Resistência indígena; Piauí.

MANDU LADINO, FROM CASTELO BRANCO: Indigenous resistance in the Sertão de Dentro

ABSTRACT

The novel *Mandu Ladino*, by Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco, presents, in a fictional way, a reinterpretation of the story of the indigenous Mandu Ladino, a real character who lived in the late 17th and early 18th centuries and who became a symbol of indigenous resistance against the process of conquest brought by the Portuguese colonizer on Piauí soil. This article aims to examine the history of resistance of indigenous peoples through the reading of the novel *Mandu Ladino* de Castelo Branco. The research is theoretically based on studies by Chaves (1994), Carvalho (2012), Hall (2002), Silva (1991), Spivak (2010), Valdés (2012) among others. In the form of final considerations, the importance of indigenous peoples for the social and identity formation of Piauí is highlighted. It is also pointed out that Castelo Branco, in a way, aligns with an idealized vision of romantic indigenous narratives, creating, through the love affair between the indigenous Aluhy, sister

¹ Professora da rede pública estadual (SEDUC) e municipal (SEMEC) de Teresina. Mestre em Letras, Área de Concentração em Estudos Literários, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2016. Email: clizaldavitorio@hotmail.com

² Professor Titular da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutor em Letras, Área de Concentração: Língua Inglesa e Literaturas Inglesa e Norte-Americana, pela Universidade de São Paulo (USP), em 2002, com Pós-Doutorado pela Universidade de Winnipeg (2007) e Universidade de Londres/South Oriental and African Studies (2014). Email: slopes10@uol.com.br

of Mandu Ladino, and Miguel, son of the white conqueror, the false idea of a harmonious and glorious past. Finally, it is noteworthy that the indigenous resistance in the face of an overwhelming process of conquest that decimated several original peoples from the Sertão de Dentro.

Keywords: Afrísio Neto Lobão Castelo Branco; Mandu Ladino; Indigenous resistance; Piauí.

MANDU LADINO, DE CASTELO BRANCO: Resistencia indígena em el Sertão de Dentro

RESUMEN

La novela Mandu Ladino, de Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco, presenta, de manera ficticia, una reinterpretación de la historia del indígena Mandu Ladino, un personaje real que vivió a finales del siglo XVII y principios del XVIII y que se convirtió en símbolo de la resistencia indígena contra el proceso de conquista llevado a cabo por el colonizador portugués en suelo Piauí. Este artículo tiene como objetivo examinar la historia de la resistencia de los pueblos indígenas a través de la lectura de la novela Mandu Ladino de Castelo Branco. La investigación se basa teóricamente en estudios de Chaves (1994), Carvalho (2012), Hall (2002), Silva (1991), Spivak (2010), Valdés (2012) entre otros. En forma de consideraciones finales, se destaca la importancia de los pueblos indígenas para la formación social e identitaria de Piauí. También se señala que Castelo Branco, en cierto modo, se alinea con una visión idealizada de las narrativas románticas indígenas, creando, a través de la historia de amor entre la indígena Aluhy, hermana de Mandu Ladino, y Miguel, hijo del conquistador blanco, el falso. idea de un pasado armonioso y glorioso. Finalmente, es de destacar que la resistencia indígena ante un contundente proceso de conquista que diezmó a varios pueblos originarios del Sertão de Dentro.

Palabras clave: Afrísio Neto Lobão Castelo Branco; Mandu Ladino; Resistencia indígena; Piauí.

INTRODUÇÃO

O romance *Mandu Ladino*, de que trata esse estudo, foi produzida pelo autor piauiense Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco. O escritor nasceu em 1944, em Teresina, Piauí, e formou-se em Medicina. Fez Pós-Graduação em Psiquiatria, dirigiu o Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu, foi professor e, posteriormente, Reitor da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Escreveu vários trabalhos em sua área de atuação médica. Em 1983, lançou a obra *Manual de Psicologia Médica* e, em 2006, publicou o seu primeiro livro de ficção, o romance *Mandu Ladino*.

Mandu Ladino é uma narrativa produzida por um não-índio, isto é, foi escrita por um autor branco. Dessa maneira, o romance não pode ser visto como uma expressão da voz do

MANDU LADINO, DE CASTELO BRANCO: Resistência indígena no Sertão de Dentro

indígena do Piauí, mas como um agenciamento por parte do intelectual de “querer falar pelo subalterno”³. Apesar dessa peculiaridade, a narrativa coloca em evidência a figura desses povos subalternizados, simbolizados pela figura de Mandu Ladino, evidenciando a luta aguerrida dos indígenas piauienses para resistir à colonização portuguesa durante o final do século XVII e início do século XVIII.

Embora o romance ainda seja pouco conhecido, a narrativa de Castelo Branco coloca em relevo parte da história do Piauí que poucos brasileiros conhecem, principalmente no que diz respeito à resistência de povos indígenas ao processo de conquista colonial.

Mandu Ladino surge em um momento no qual o tema da identidade recheia as discussões nas academias⁴. De acordo com o pesquisador chileno, “as posições identitárias voltaram a se tornar hegemônicas, como era previsível, no pensamento latino-americano nos anos 1990”. Assim, na virada do século XX, o tema da identidade foi transformado num dos pontos fundamentais da reflexão crítica das Ciências Humanas e Sociais.

Desse modo, assuntos como a condição dos povos indígenas, andinos, caribenhos, amazônicos, não puderam ser abordados no pensamento latino-americano dos anos 2000 sem levar em conta a questão da identidade. Esse tema também foi debatido a partir da relação entre globalização e nação, especialmente, quando se tratava da identidade nacional. Nesse debate, a obra *Comunidades imaginadas*, de Benedict Anderson, foi de grande referência.

Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. [...] As culturas nacionais ao produzir sentidos sobre a ‘nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com o passado e imagens que dela são construídas.⁵

No Brasil, o contexto da Independência fomentou nos brasileiros o desejo de se criar uma cultura nacional, a partir do resgate de uma identidade nacional. “[...] as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no

³ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução Sandra Regina Goulart Almeida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

⁴ VALDÉS, Eduardo Devés. **O pensamento latinoamericano na virada do século**: Temas e figuras mais relevantes. Tradução Gilmar Antonio Bedin. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012

⁵ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

interior da representação.” Assim, os habitantes do Brasil, naquele dado momento histórico, se viam identificados com a nação não somente por serem cidadãos pertencentes a essa nação, mas por participarem da ideia de nação como representação de sua cultura nacional.

Para melhor explicar o que viria a ser uma identidade nacional, recorre a Benedict Anderson, trazendo o conceito de “identidade nacional como uma comunidade imaginada”. O teórico jamaicano observa a identidade nacional como sendo um sistema de representação da cultura, isso equivale a entendê-la como um conjunto de significados que são trazidos por meio de histórias, imagens, e memórias que estabelecem relações do presente com o passado.

Dessa maneira, os românticos do século XIX buscaram algumas estratégias representacionais com o intuito de fomentar nosso senso de pertencimento a uma nação recém independente e reforçar a ideia de uma identidade nacional. Uma das estratégias de que os românticos se utilizaram foi justamente a criação de uma narrativa da nação, “essas [narrativas] fornecem uma série de histórias, imagens, [...] eventos históricos, [...] que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação”.

O contexto do final do século XX favoreceu uma série de questionamentos de povos que, ao longo de 500 anos, foram duramente massacrados pelos colonizadores brancos. Negros, indígenas, asiáticos, mulheres e outras minorias foram colocados à margem pelas culturas eurocêntricas. Esses grupos passaram a combater a posição de subalternidade e reivindicar suas posições de sujeitos na história.

Assim, *Mandu Ladino*, de Castelo Branco, surge nesse contexto em que o povo piauiense também busca por suas origens para tentar se autoafirmar perante o cenário nacional como um povo de cultura, como um povo de história. Nessa procura por referenciais, esbarramos na figura do indígena, representada pela personagem Mandu Ladino que, na ficção de Castelo Branco, tornou-se um dos parâmetros para a estruturação da matriz identitária piauiense, em atitude que lembra, em algum aspecto, a prosa indianista romântica. Neste empenho, o autor de *Mandu Ladino* produziu uma literatura voltada para o passado histórico do Piauí, a fim de demonstrar a mesma dignidade histórica dos demais brasileiros e, com isso, parecer pertencer a uma filiação de tradição admirável. Estamos de volta ao mito da nobreza indígena, que poderia eximir o “estigma da inferioridade do povo piauiense”.

MANDU LADINO, ENTRE O DISCURSO HISTÓRICO E A NARRATIVA FICCIONAL

MANDU LADINO, DE CASTELO BRANCO: Resistência indígena no Sertão de Dentro

Mandu Ladino, de Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco, caracteriza-se como romance histórico. Uma obra para ser considerada como histórica, normalmente, apresenta uma revolução, uma guerra no centro da narrativa. Segundo o pesquisador, é preciso que haja um grande evento histórico que faça a intercessão entre seus tempos individuais simultâneos e o tempo histórico do mundo público⁶.

Nesse sentido, acreditamos que *Mandu Ladino* possa ser lido como um romance histórico, uma vez que traz para o centro da narrativa eventos do processo de colonização do Piauí. Ao lermos o romance de Castelo Branco, percebemos que esse resulta de minuciosas pesquisas sobre a recuperação de fatos e personagens do passado, aproximando tarefa do autor ficcional à do historiador. Suas interpretações, contudo, são diferenciadas, aliando fontes históricas ao olhar subjetivo do romancista.

O romance é ambientado no último quarto do século XVII e início do XVIII, período em que os bandeirantes e pecuaristas vindos de São Paulo, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Ceará iniciaram o processo de povoamento em solo piauiense. O autor baseou sua narrativa nos acontecimentos e fatos históricos disponíveis na historiografia que trazem o registro desses eventos da colonização no estado. É evidente que o narrador de *Mandu Ladino* não terá o mesmo compromisso que o historiador; ao contrário, seu empenho maior será com a arte literária. Por isso, muitos personagens ora pertencem aos eventos históricos ora pertencem tão somente à ficção.

O romance narra a saga do indígena Manuel que, segundo a historiografia oficial, de fato existiu. Segundo a narrativa, o nome teria sido dado por padres capuchinhos que viviam no Boqueirão dos Cariris, “aldeamento indígena situado [...] no extremo oeste da Província da Parahyba”⁷. Como muitos Manuéis tornam-se Mandus em língua portuguesa, é por esse nome que o personagem ficará conhecido. Teve a alcunha Ladino acrescida ao nome, graças ao seu comportamento ardiloso, segundo os padres desse aldeamento. Trata-se de um apelido pejorativo imposto ao indígena pelos missionários. Assim, Manuel virou Mandu Ladino, personagem que se tornou um dos símbolos da resistência indígena contra o processo de conquista do colonizador português em solo piauiense.

⁶ JAMESON, Frederic. **O romance histórico ainda é possível?** Tradução de Hugo Mader. Novos Estudos, São Paulo: CEBRAP, n. 77, mar. 2007

⁷ CASTELO BRANCO, Anfrísio Neto Lobão. **Mandu Ladino**. Teresina, [s.n.], 2006

A narrativa *Mandu Ladino* inicia-se com a matança dos Abelhas, aldeia a que pertencia Mandu Ladino. Sobre esse grupo: “Os Abelhas [...] faziam parte dos Alongares, índios tapuias, nativos que se distinguiam pelo tom de pele avermelhado e que habitavam aquela região de campos planos”. Não sabemos se a tribo dos Abelhas existiu realmente. Pode ou não ser uma denominação ficcional criada pelo autor. Os Alongares ou Alongazes, contudo, existiram, uma vez que é possível encontrar em diversos historiadores o registro sobre a existência desses indígenas. Padre Miguel de Carvalho, em relatório destinado ao Bispo de Pernambuco, prestando conta sobre suas viagens pelo Sertão de Dentro ou Sertão de Rodelas, nome pelo qual o Piauí era conhecido, nos anos de 1694 a 1697, escreve em sua descrição sobre os índios Alongazes:

A terra dos Alongazes está por detrás destes riachos, correndo para a Serra da Guapava [Ibiapaba], para a qual fugiram os Tapuias chamados também de Alongaz, que nela moravam, e, de presente, a tem os brancos povoada com algumas fazendas de gados [...]⁸.

No documento acima, escrito no final do século XVII, relatório que foi resultado das andanças de Padre Miguel de Carvalho pelas terras do Piauí, é possível perceber o registro de que os Alongazes viviam próximo aos riachos que corriam para a Serra da Guapava (Ibiapaba ou Serra Grande), divisa do Piauí com o Ceará. O religioso também ressalta sobre a fertilidade das terras que antes pertenciam a esses indígenas. Observa ainda que esses povos também já estavam sendo expulsos de seus territórios e que os fazendeiros da região já haviam pilhado parte desses territórios naquele período, por isso procuraram se refugiar nessa serra.

Conforme a narrativa, a aldeia de Mandu Ladino era composta por 46 indígenas que foram totalmente arrasados pelo fazendeiro Bernardo Aguiar, português vindo de Lisboa para fazer fortuna aqui no Brasil. Ainda conforme o romance de Castelo Branco, Bernardo era viúvo e tinha dois filhos, Antonio, o mais velho, e Miguel, o mais moço. Com relação à informação sobre os filhos de Bernardo Aguiar, os registros historiográficos são diferentes da ficção, pois, conforme a biografia intitulada *Bernardo de Carvalho, o fundador de Bitorocara*, do também poeta Elmar Carvalho⁹, esse fazendeiro teria tido dois filhos, uma do sexo feminino, chamada Antonia, e um do sexo masculino, chamado Miguel.

⁸ CARVALHO, Miguel de. **Descrição do sertão do Piauí**. 2. Ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2009.

⁹ CARVALHO, Elmar. **Bernardo de Carvalho, o fundador de Bitorocara**. 2. ed. Teresina [s. n], 2012.

MANDU LADINO, DE CASTELO BRANCO: Resistência indígena no Sertão de Dentro

Ainda de acordo com a biografia de Carvalho, Bernardo Aguiar seria o responsável pela fundação de várias vilas e cidades, tais como Campo Maior, São Miguel do Tapuio e São Bernardo, no Maranhão. É também considerado o idealizador de Caxias. Para caracterizar melhor esse fazendeiro, trouxemos as palavras de Reginaldo Miranda da Silva¹⁰, citadas na apresentação do livro do poeta Elmar Carvalho:

Entre esses pioneiros destaca-se a figura inconfundível de Bernardo de Carvalho e Aguiar, fundador da fazenda Bitorocara, que deu origem à aprazível cidade de Campo Maior, hoje uma das mais prósperas comunas piauienses. Na defesa da terra destacou-se esse conquistador, tornando-se legendário o seu esforço como Mestre de Campo das Conquistas do Piauí e Maranhão, pacificando diversas nações indígenas. É figura de primeira grandeza do período colonial, enchendo uma página importante da história piauiense.

11

Ao analisarmos tal caracterização, chama-nos a atenção as excessivas expressões qualificativas atribuídas à personagem histórica de Bernardo Aguiar: *inconfundível, conquistador, legendário, pacificando nações indígenas, figura de primeira grandeza, página importante da história*. Que Bernardo Aguiar foi um dos primeiros conquistadores da região, originando algumas cidades, isso é inegável. O questionamento que fazemos é: a que custo isso aconteceu? Ou usaremos a lógica maquiavélica de que *os fins justificam os meios*? O inusitado é que o escritor referido é também autor de livros que versam sobre a matança de indígenas no Piauí. Sendo assim, tal apologia é, a nosso ver, um tanto descomedida para ser imputada a um fazendeiro que vivia a perseguir, a matar e a escravizar indígenas no Piauí por razões mais egoísticas do que cívicas. Afinal, essas ações eram promovidas por seu interesse pela posse da terra.

Ao tornar-se Mestre de Campo, Bernardo de Carvalho passou a representar não só os seus próprios interesses, mas o de todos os outros fazendeiros daquela região e do próprio governo local. Nesse sentido, *pacificar nações indígenas* significava rendê-las aos colonizadores, permitir que suas terras fossem pilhadas e obrigar os sobreviventes a viverem em aldeamentos para que fossem domesticados pela Igreja e/ou escravizados. Contrariando

¹⁰ SILVA, Reginaldo Miranda da. O fundador de Bitorocara. In: CARVALHO, Elmar. **Bernardo de Carvalho, o fundador de Bitorocara**. 2. ed. Teresina [s. n], 2012.

o ponto de vista de Carvalho, Silva afirma que Bernardo Aguiar era conhecido como “um dos mais famosos exterminadores de tribos do Nordeste”¹¹.

Levando em consideração que a história foi construída pelos vencedores, urge que nossa história seja revista, pois, embora Bernardo Aguiar não tenha realizado carnificina igual à praticada por João do Rego Castelo Branco, a própria historiografia oficial confirma a devassa iniciada por esse Mestre de Campo a diversas tribos desse solo. Por isso, não vemos mais sentido, nos dias de hoje, alguns intelectuais como Reginaldo Miranda Silva e Elmar Carvalho exaltarem os feitos de um *matador de índios*. Na referida biografia, vemos a seguinte justificativa do poeta Elmar Carvalho logo no início do livro:

Não adianta tentarmos escamotear o passado, que não o mudaremos. A qualquer momento a verdade surgirá ou ressurgirá das brumas do esquecimento. De nada adianta, como almejou o velho bardo Manuel Bandeira, nos angustiarmos sobre o ‘que podia ter sido e que não foi’. Somos o que somos; somos o amálgama de três raças, e a nossa civilização é o cadinho do que elas construíram ao longo dos séculos. Os paulistas não escondem a saga épica das bandeiras. Antes, rasgaram avenidas e ergueram monumentos em homenagem aos bandeirantes. Com orgulho, se denominam ‘nós, os bandeirantes’, como ouvi um deles dizer, no alto do Terraço Itália, quando, em nome da Fundação Cultural Monsenhor Chaves, fui receber o Prêmio Clio, outorgado pela Academia Paulistana de História a essa entidade, pela publicação da monumental obra Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí, também atribuído ao seu autor Cláudio Bastos.

Infelizmente, a ideia de que somos o amálgama de três raças só serve como fundo poético àqueles que não foram fruto de estupros ou que séculos a fio vêm sendo postos à margem da sociedade, desalojados de sua própria história. Outrossim, a despeito do bardo pernambucano, vale a pena nos angustiarmos com o que já poderia ter sido e ainda não foi. Vale a pena, portanto, estudarmos o passado, não com o intuito de modificá-lo, mas com o propósito de ressignificá-lo, dando voz a quem ainda hoje tem sido impedido de falar.

De acordo com a narrativa de Castelo Branco, o fazendeiro Bernardo Aguiar arrasou a aldeia de Mandu Ladino, dos 46 integrantes, somente o indiozinho Mandu Ladino e a sua irmã Aluhy, uma indiazinha de dez anos, sobreviveram. A menina ficou na fazenda de Bernardo Aguiar para ser domesticada. Ia ter dupla serventia na fazenda: ajudar nos trabalhos domésticos e, futuramente, “aliviar os homens brancos e negros, que estavam

¹¹ SILVA, Josias Clarence Carneiro da. **Abelheiras**: o último reduto da Casa da Torre do Piauí. Teresina: Gráfica e Editora Júnior LTDA, 1991.

MANDU LADINO, DE CASTELO BRANCO: Resistência indígena no Sertão de Dentro

nessas brenhas, com precisão de mulher”. Mandu Ladino foi enviado para um aldeamento chamado Boqueirão dos Cariris, extremo oeste da Província da Parahyba.

Aluhy cresceu e, aos quinze anos, apaixonou-se por seu conquistador, Miguel, filho de Bernardo Aguiar, um dos participantes do massacre da aldeia dos Alongares. Na obra, o filho do fazendeiro também se afeioou à índia e os dois terão que enfrentar o preconceito da família para poderem vivenciar essa relação. Desse amor, nasce uma filha de nome Mariah, “um tipo exótico de mistura das duas raças; tinha os olhos puxados da mãe e a pele alva e os cabelos ruivos do pai”.

Aluhy aprendeu a conviver com os seus senhores e até se apaixonou por Miguel, um dos participantes do massacre de sua aldeia. Aluhy é representada como uma típica personagem romântica, própria das obras alencarianas, pois, em dado momento, vê-se dividida entre o amor ao opressor e o amor fraterno a Mandu Ladino, defensor dos costumes e valores de sua gente. A jovem Aluhy reproduz, em muitos momentos, os mesmos dilemas que a índia Iracema, personagem de José de Alencar, vivia: “[...] Aluhy sente-se dividida, sua alma um redemoinho de sentimentos confusos. [...] Se por um lado, deve considerações a Miguel com quem vive há um bom número de anos, por outro, o seu sangue nativo clama por lealdade a Mandu”.

Assim como Alencar¹² pretendeu representar a lenda da formação do povo brasileiro, evitando dar relevância à questão do choque entre o colonizador e o indígena, Castelo Branco, com as personagens Aluhy e Miguel, também aborda uma visão idealizada desse encontro, criando a falsa ideia de um passado harmônico e glorioso para o povo piauiense. Embora Castelo Branco já traga alguns elementos de caracteres pós-coloniais, como deixa entrever em alguns trechos, ainda prevalece a clássica visão romântica sobre a conquista, que lembra, em muitos aspectos, o bom selvagem das obras indianistas do Romantismo Brasileiro.

O indiozinho Mandu viveu dos seis aos quatorze anos no aldeamento do Boqueirão dos Cariris, na região oeste da então Parahyba. Lá aprendeu noções de português, rudimentos de espanhol e os costumes dos brancos, sendo que tais conhecimentos lhe foram úteis para conhecer melhor o inimigo em suas fragilidades. No aldeamento, o indígena viu seus costumes e suas crenças serem completamente desrespeitados: ateavam fogo nas imagens e símbolos sagrados cultivados pelos indígenas e os obrigavam a presenciar tais atos. Como

¹² ALENCAR, José. **Iracema**: lendas do Ceará. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997

vingança, Mandu e uma dezena de indígenas atearam fogo na igreja e em todos os santos. Depois desse episódio, decidiu fugir com os amigos Cariris para as terras do Longá, no Piauí, em busca de algum antepassado.

Ao chegar ao solo piauiense, Mandu Ladino e seus amigos Cariris encontraram os Aranís, aldeia dos Kumiarés. O líder da aldeia, cacique Xerém, permitiu que o grupo permanecesse apenas por dez dias, pois tinha medo de que os brancos viessem no encalço deles. Foi nessa tribo que ele pode conhecer melhor os costumes indígenas e a história de massacre de sua aldeia, a dos Abelhas. Timbó, um dos amigos de Mandu Ladino, resolve ficar na aldeia, pois decidiu se casar com a filha do cacique Xerém. Terminado o prazo, Mandu Ladino e os amigos foram embora em busca de um lugar para ficar. Durante a jornada, foram aprisionados por predadores de índios e Mandu Ladino vendido como escravo para trabalhar na fazenda Alegrete. Quinze dias depois de ter chegado ao local, tentou fugir e, por isso, foi duramente castigado, deixando-lhes marcas não somente no corpo, mas, sobretudo, na alma.

Quando o relho zuniu no ar e bateu nas costas nuas, o corpo todo [de Mandu] estremeceu e contraiu-se [...]. A dor foi lancinante mas de sua boca não se ouviu nem um gemido. Seguiu-se uma segunda lanhada que lhe pegou mais acima, na altura dos pulmões. Ficou difícil respirar; veio a terceira e a quarta, uma atrás da outra, uma em cima da outra; a quinta e a sexta, perdeu a conta e o pior que não o deixavam tomar fôlego. Depois de umas vinte chibatadas pararam; [...]. Tentou respirar fundo, encher os pulmões de ar, mas o peito não obedeceu; Mas criou alma nova pensando que eles tinham acabado. Engano seu, a chibata apenas mudara de mão, [...] porque agora era Mão de Vaca quem batia e este se esmerava para agradar o patrão. Batia e praguejava [...]: __ Hoje eu te esfolo, filho de uma cadela... __ E dava uma lapada __ Tu vai se arrepender do dia em que nasceu, selvagem... traidor...fujão. [...] __ Vou te ensinar a ser gente...desgraçado. [...] __ E não adianta querer bancar o macho não, que eu com esta chibata [...] te faço pedir penico, miserável...[...] ou tu pede ou te arranco os bofes fora...

Depois desse episódio, gerou-se a revolta, a grande revolta de Mandu Ladino. É nesse espaço que ele entenderá a lógica que rege as relações sociais dos brancos, como eles veem os indígenas e a ameaça que esses fazendeiros representavam para os nativos. O curioso é que, além do patrão, quem é encarregado de lhe castigar é Mão de Vaca, mestiço e capataz da fazenda. O mestiço, apesar de ter sido gerado do cruzamento de branco com índia, não se via nativo, preferia identificar-se com a matriz branca, realizava na prática aquilo que

MANDU LADINO, DE CASTELO BRANCO: Resistência indígena no Sertão de Dentro

Fanon¹³ sustenta, em sua obra *Pele negra, máscaras brancas*, ao dizer que “quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritão, seu mato, mais branco será.” Assim, vemos Mão de Vaca agir com grande crueldade para com o indígena. Os qualificativos “selvagem”, “traidor” e “fujão” utilizados pelo capataz revelam que ele incorporou a ideologia do branco colonizador, odiando os indígenas tanto quanto os povos conquistadores, passando a não considerá-los como gente, como mostra a frase “Vou te ensinar a ser gente... desgraçado”.

Depois dessa surra, Mandu Ladino ficou vários dias convalescendo, a ponto de morrer, porém o indígena tinha muita fibra e vontade de viver, sabia que tinha muito a fazer por seus irmãos de raça, sentia que precisava ganhar confiança dos brancos para pôr em prática seu plano de libertação. Mandu Ladino, então, submete-se temporariamente ao colonizador, enquanto aprende a montar a cavalo e a arte do vaquejado.

Numa dessas andanças com o gado, Mandu Ladino encontrou-se com seus amigos do tempo do aldeamento. Eles planejaram vingar-se do carrasco de Mandu Ladino e libertá-lo do cativeiro. Os indígenas conseguiram libertá-lo e matar todos os moradores da casa, o dono da fazenda, o Capitão João Rodrigues, e todos os empregados, só deixaram um homem vivo, Mandu Ladino tinha razões especiais para fazer um *moqué* com esta pessoa, isto é, assá-lo em um ritual antropofágico. Tratava-se do mestiço Mão de Vaca, capataz da fazenda e algoz de Mandu Ladino.

Depois da libertação da fazenda Alegrete, Mandu Ladino se uniu aos Kumiarés, aldeia dos Aranís e, logo em seguida, buscou o apoio de outras tribos para executar seu projeto de expulsar os brancos invasores. Os indígenas tocaram fogo em casas, mataram brancos e negros e libertaram indígenas cativos. Desse modo, o nome Mandu Ladino acabou por virar lenda. Atacou os cavalos da tropa, enquanto os cavaleiros dormiam, deixando-os fragilizados, porque só combatiam montados. Aprendeu a atirar com arma de fogo. Contudo, seu poder bélico era ainda inferior ao dos brancos, foi nesse período que percebeu que, sozinho, com uma única tribo, dificilmente conseguiria vencer o poderio bélico do inimigo, era preciso unir-se a outras nações.

Nos seus planos, para começar, tinham que acabar com essa história de briga dos nativos entre si. O primeiro passo era a união; ultimamente, vivia Mandu matutando sobre a possibilidade de uma grande união indígena,

¹³ FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008

acreditando-a indispensável para a própria sobrevivência de todos e talvez possível pelas circunstâncias que os aproximava.

__ Índio é tudo igual, __ dizia para si mesmo __ tudo filho da mesma terra, tudo irmão e, fosse de que nação fosse, tinha mais é que se juntar.

Deu início, então, ao processo de “Confederação dos índios Aranís”, liderados por Mandu Ladino. Buscaram unir-se aos Piracurucas, depois aos Acaraús e Itapajés. Também buscaram ajuda dos Tremembés, indígenas que viviam no litoral e região do Delta do Parnaíba, porém estes já haviam debandado. Graças à quantidade e à capacidade de organização dos seguidores de Mandu Ladino, passaram a ser chamados pelos brancos como *índios de corso*, numa clara referência à pirataria. É com essa organização que vão implantar medo nos fazendeiros da região.

Castelo Branco aponta em seu romance algo bem próximo daquilo que os historiadores registram em seus compêndios históricos sobre o levante indigenista. De 1712 para 1713, houve o levante de todos os Tapuias do Norte, sendo liderados pelo indígena Mandu Ladino, que, mobilizando as tribos rebeladas, dividiu-as em guerrilhas e passou a hostilizar os brancos do lado do Maranhão¹⁴. Isso fez com que o governo despachasse contra os *índios de corso* uma expedição sob o comando do Mestre de Campo Antonio da Cunha Souto Maior.

Ardiloso como era, Manu-Ladino (sic) armou uma cilada aos brancos expedicionários e a executou com admirável precisão. Por intermédios de seus lugares-tenenetes, logo depois de iniciada a luta, conseguiu entrar em negociação com os índios da expedição, sublevando-os. E num dia determinado, os índios rebelados mataram, a traição, o cabo Thomás do Vale e todos os soldados que o acompanhavam. Escapou apenas um para dar a notícia do massacre ao Mestre de campo, que ficara no arraial.

Após esse episódio, os *índios de corso* ficaram mais famosos e cresceram em ousadia em seus assaltos às fazendas e engenhos. “Antes dele [Mandu Ladino], o branco chegava, assentava fazenda, ia nas malocas de perto, tacava fogo, matava, preava, [...] e não tinha essa história de revide, [...] Depois que ele apareceu, é que começou esta revolta nos índios”. Dois anos depois que o herói indígena humilhou o exército de Souto Maior, marcharam contra Mandu Ladino e seus liderados duas expedições, uma vinda do Maranhão, sob o comando de Francisco Cavalcante de Albuquerque, e a outra vinda do Piauí, sob o comando do Mestre

¹⁴ CHAVES, Joaquim. **O índio no solo piauiense**. 3. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995

MANDU LADINO, DE CASTELO BRANCO: Resistência indígena no Sertão de Dentro

de Campo Bernardo de Carvalho Aguiar. “As duas forças fizeram junção no sítio Iguará, do lado Maranhão, e iniciaram a luta esmagando os Aranís.”. Desse confronto, os Aranís foram quase eliminados por completo.

De acordo com Castelo Branco, após esse acontecimento, o restante dos Aranís que sobreviveram foram pedir proteção aos Tabajaras, que moravam na Serra da Ibiapaba, divisa entre o Piauí e o Ceará. Eles foram aceitos na aldeia e selaram o acordo, casando alguns membros das tribos entre si. Mas depois de um ano, o acordo foi rompido e os anfitriões exigiram que os *índios de corso* imediatamente partissem daquele local. Os Tabajaras, que eram aliados dos jesuítas, avisaram aos brancos, dizendo onde estava Mandu Ladino e os seus comandados. Carvalho, em seu relatório, confirma que muitos desses indígenas, procurando fugir dos assaltos dos brancos, esconderam-se na Serra da Ibiapaba, aliando-se aos Tabajaras. O governador do Maranhão recrutou Bernardo Aguiar para liderar duzentos homens que, protegidos por malhas de ferro, estavam imunes às flechas dos indígenas.

Esse confronto com os homens de Bernardo Aguiar quase eliminou por completo os índios de corso. Dessa vez, os indígenas levaram a pior, era uma média de dois brancos para cada indígena. Além disso, os fazendeiros estavam montados com armas de fogo e cotas de malhas nos corpos, imunes às flechas dos nativos. Do lado dos brancos, pouquíssimos morreram e outros ficaram feridos. Mas quase todos os cavalos foram mortos. Dos quase noventa índios de corso, apenas vinte sobreviveram. Esse local onde houve o confronto ou essa grande batalha entre o Mestre de Campo e os indígenas liderados por Mandu Ladino originou o nome do município de Batalha, no Piauí.

__ Como todos já sabem fui ferido em combate e já não posso continuar guerreando; por esse motivo peço baixa do serviço [...] peço que me permita aqui permanecer, pois deste lugar da batalha, a batalha da Valença de São Gonçalo [...] Mandarei buscar minha mulher e meus dois filhos. Neste sítio [...] pretendo assentar morada e erigir não como promessa mas como preito de gratidão, uma capela em sua honra. Bernardo enalteceu o seu capitão, dispensou-o do serviço ativo e lhe garantiu, em nome do governo do Maranhão e levando em conta a sua bravura em combate, uma sesmaria de terras no local. E ele, cumprindo as palavras, em pouco tempo virou fazendeiro, batizou o seu sítio com o nome de Batalha e construiu uma capela consagrada a São Gonçalo. [...] muito depois aí também nasceu uma bonita cidade.

Segundo a narrativa de Castelo Branco, grande parte das cidades edificadas no Piauí surgiram em torno da construção de uma igreja, feita, muitas vezes, à custa dos próprios fazendeiros que por devoção receberam algum livramento ou porque sentiam necessidade

de ritualizar sua fé. Também algumas vilas reivindicavam à Diocese a construção desses templos. Esta, porém, só autorizava a construção de uma igreja quando já havia um número razoável de pessoas em um dado vilarejo. Na narrativa de *Mandu Ladino*, Bernardo Aguiar resolveu construir uma igreja em homenagem ao filho, Antonio, que morreu em combate contra Mandu Ladino. A morte de Antonio ocorreu antes do confronto do Mestre de Campo com os índios de corso. O pai resolveu homenagear o filho Antonio; assim, a igreja recebeu o nome de Santo Antonio do Surubim. Dessa forma, nasce uma nova cidade em torno da construção da igreja, no caso, a cidade de Campo Maior, que tem como padroeiro Santo Antonio.

Agora passada a comoção inicial, Bernardo assumia de vontade própria duas missões: uma era a construção da igreja, bem no meio do campo, o maior e mais bonito de quantos havia, no local mesmo em que o filho foi morto. Por causa do rio Surubim, logo em frente, a chamaria de Igreja de Santo Antonio do Surubim. E nela, debaixo do altar, depositaria os restos mortais de Antônio, que ficaria em jazigo ali para sempre. [...] A outra missão, que Bernardo tomava para si naquele momento, dizia respeito à vingança pela morte de Antônio. [...] Dali em diante seria só este o sentido de sua vida: perseguir e matar Mandu Ladino.

Ao cabo de um ano, depois da morte de Antonio e da construção da igreja em homenagem ao filho, Bernardo tratou de perseguir o seu segundo sentido na vida: matar Mandu Ladino. Depois de alguns meses do confronto, o herói foi alcançado e travou-se uma guerra. Mandu Ladino e seis indígenas que vinham em uma balsa foram alcançados, quando atravessavam o rio Parnaíba numa das ilhas do Delta. A intenção do líder indigenista era atravessar para o lado do Maranhão e pedir a ajuda aos Timbiras para irem para as terras do Oeste, posteriormente chamada de Amazônia. Mas, infelizmente, Mandu Ladino não deu sorte, pois Bernardo Aguiar e seus homens abriram fogo contra ele e seus amigos que vinham na balsa. Os corpos foram caindo um a um e as águas se tingindo de sangue. Quem deu o tiro que primeiro teria abatido Mandu Ladino foi Manoel Peres, um soldado mestiço de indígena que servia na milícia do Maranhão. Bernardo Aguiar e Manoel Peres entraram para a historiografia oficial como heróis do Estado. Curiosamente, no romance, foi o comando de Bernardo Aguiar que exterminou também a tribo de Mandu Ladino na infância e, posteriormente, arrasou os índios de corso.

Castelo Branco traz, separado dos demais capítulos, o epílogo do romance. Nele, faz um resumo dos principais fatos que se sucederam com os personagens. Bernardo Aguiar recebeu, como prêmio do governo por matar Mandu Ladino, uma sesmaria à margem do

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 05 a 20, jan. a ago. 2021

MANDU LADINO, DE CASTELO BRANCO: Resistência indígena no Sertão de Dentro

Parnaíba, dez léguas antes da foz, pelo lado do Maranhão. Nesse lugar, instalou uma fazenda, que chamou de São Bernardo e, que, tempos depois, originaria a cidade de mesmo nome. Desgostoso com a morte de Antonio e o afastamento do filho Miguel, nunca mais voltou para as terras da Bitorocara. Deixou um testamento que reconhecia como herdeira a neta Mariah, filha de Aluhy e Miguel. Aluhy viveu muito feliz ao lado de Miguel, mas morreu de parto, aos trinta e seis anos, de um garoto que também não sobreviveu. Miguel não resistiu à morte da esposa amada, perdeu o gosto pela vida, tornando-se recolhido à sua casa e poucos anos após vem a falecer. Mariah foi mandada para estudar num internato de freiras em São Luis. Aos vinte e dois anos, casou-se com um português e com ele teve oito filhos e uma filha. Eles se tornaram fazendeiros pelas terras do Piagohy. Um de seus netos chegou ao posto de Governador da recém-criada Capitania de São José do Piagohy.

O destino dos índios de corso acabou se tornando muito incerto. Na versão da historiografia oficial, eles teriam sido aniquilados nas batalhas ocorridas entre Mandu Ladino e Bernardo Aguiar. Contudo, Segundo Castelo Branco, ainda restaram uma dúzia de guerreiros, cerca de sessenta mulheres e trinta crianças. Para onde eles teriam fugido? No romance, o autor faz referência a uma lenda existente em uma tribo da Amazônia, que vivia às margens de um córrego de nome Cumari, um grupo de indígenas que se autointitulava de índios Dikosso. Segundo esses povos, em tempos muitos antigos, vieram do leste das terras do sol nascente e das grandes campinas das margens de um rio chamado Alongá, fugiam de uma grande batalha contra os brancos e que seu cacique se chamava Mandu Ladino. “Tudo isso eles contam e recontam, e afirmam ser esta a mais pura verdade. [...] o curioso é que haja tanta coincidência com fatos e nomes do Piagohy. Talvez que não seja mesmo uma lenda.”

A morte de Mandu Ladino não findou o sonho de um povo que se queria livre e soberano. Os confrontos entre brancos e indígenas prolongam-se ainda até final do século XVIII, época em que surge a figura de João do Rego Castelo Branco, que amplia o massacre e a espoliação dos verdadeiros donos dessas terras, os indígenas.

Por fim, acreditamos que o estudo sobre romance de Castelo Branco poderá favorecer a reflexão sobre os feitos do vulto histórico Mandu Ladino, bem como desvelar os diversos embates de resistência empreendidos pelos nativos contra o colonizador para defender a terra, a cultura e os costumes de seus ancestrais. Embora esses eventos tenham sido grandiosos e importantes, a historiografia oficial do estado fez questão de esquecer, o que provocou um duro golpe em nossa formação etnorracial. Nessa procura por parâmetros,

esbarramos na figura do indígena, representada pela personagem Mandu Ladino que, na ficção de Castelo Branco, tornou-se referencial para a estruturação da matriz identitária piauiense, numa atitude que lembra, em muito aspecto, a literatura indianista romântica.

A HISTÓRIA DO “BOI JARDINEIRO” DE NÉ PRETO E DA MIGRAÇÃO DO BUMBA-MEU-BOI DO PIAUÍ PARA O MARANHÃO

A gênese do Bumba-meu-boi do Piauí e narrativas da “brincadeira” do Boi de Né Preto, na cidade de Floriano, Piauí

Elio Ferreira de Souza¹

RESUMO

Trago em primeira mão a descoberta de um documento manuscrito *sui generis*, datado de 1857, que comprova uma gênese do Bumba-meu-boi no Piauí. Conto também as memórias da minha infância, relacionadas ao Boi de Né Preto, em Floriano, minha cidade natal. Falo da gênese do Bumba-meu-boi e suas façanhas, dos relatos de testemunho de Seu Né Preto sobre o Boi-de-fogo. Percorro os locais de trabalho, a casa, a sala, a cozinha, o terreiro, o quintal da comunidade dos/das “brincantes” do Boi de Né Preto da cidade de Floriano, no Piauí. Tal especulação pode ser fundamentada a partir da formação de uma estrutura econômica baseada na cultura do boi e na mão de obra dos escravizados negros das fazendas de gado durante o Piauí colonial, na história e narrativas míticas da cultura popular deste Estado.

Palavras-Chave: Bumba-meu-boi do Piauí; Boi de Né Preto; Manuscrito; Genesis; Narrativas Afro-Brasileiras.

THE HISTORY OF THE “BOI JARDINEIRO” DE NÉ PRETO AND THE MIGRATION OF BUMBA-MEU-BOI FROM PIAUÍ TO MARANHÃO

The genesis of Bumba-meu-boi in Piauí and narratives of the “play” of Boi de Né Preto, in the city of Floriano, Piauí

ABSTRACT

I bring you at the first hand the discovery a *sui generis* manuscript document dated 1857, which proves the genesis of the Bumba-meu-boi in Piauí. I tell the memories of my childhood, related to the Boi de Né Preto, in Floriano, my home town. I speak of the genesis of Bumba-meu-boi and his exploits, of his narratives of testimony of Né Preto about the Ox of fire. I go to the workplaces, the house, the living room, the kitchen, the yard, the backyard of the revellers of the Boi de Né Preto of the city of Floriano, in Piauí. Such speculation can be based on the formation of an economic structure based on the culture of the ox, the labor of the enslaved black on colonial cattle ranches in Piauí, the history and mythical narratives of the popular culture of this State.

Keywords: Bumba-meu-boi do Piauí; Boi de Né Preto; Genesis; Manuscript; Afro-Brazilian Narratives.

LA HISTORIA DEL “BOI JARDINEIRO” DE NÉ PRETO Y LA MIGRACIÓN DE BUMBA-MEU-BOI DE PIAUÍ A MARANHÃO

¹ Escritor e poeta. Pós-Doutor em Estudos Literários pela UFMG (2019), com ‘estágio de investigação’ no Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Doutor em Letras pela UFPE (2006). Mestre em Literatura Brasileira pela UFC (2001). Especialização em Literatura Brasileira pela PUC (1989), Belo Horizonte, MG. Graduado em Letras Português/Latim pelo CEUB (1979), Brasília, DF. Graduado pelo ABADÁ Capoeira. Professor do Mestrado Acadêmico em Letras e da Graduação em Letras na UESPI. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro – NEPA/UESPI; Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro – NEPA/CNPq.

La génesis de Bumba-meu-boi en Piauí y narrativas de la “obra” de Boi de Né Preto, en la ciudad de Floriano, Piauí

RESUMEN

Les traigo de primera mano el descubrimiento de un documento manuscrito *sui generis* de 1857, que prueba la génesis del Bumba-meu-boi en Piauí. Les cuento los recuerdos de mi infancia, relacionados con el Boi de Né Preto, en Floriano, mi ciudad natal. Hablo de la génesis de Bumba-meu-boi y sus hazañas, de sus narraciones de testimonio de Né Preto sobre el Buey de fuego. Voy a los lugares de trabajo, la casa, la sala, la cocina, el patio, el patio trasero de los juerguistas del Boi de Né Preto de la ciudad de Floriano, en Piauí. Dicha especulación puede basarse en la formación de una estructura económica basada en la cultura del buey, el trabajo de los negros esclavizados en las haciendas ganaderas coloniales de Piauí, la historia y narrativas míticas de la cultura popular de este Estado.

Palabras clave: Bumba-meu-boi do Piauí; Boi de Né Preto; Génesis; Manuscrito; Narrativas afrobrasileñas.

“O BUMBA-MEU-BOI ‘NASCEU’ NO PIAUÍ E DEPOIS FOI PARA O MARANHÃO?”

Estimados leitores e leitoras, trago-lhes em primeira mão uma raridade, um documento manuscrito *sui generis*. Essa pérola que, até se prove o contrário, trata-se do registro escrito mais antigo do Brasil a referir-se à gênese, à presença primeira do Bumba-meu-boi no Piauí. O que significa afirmar, que o Boi do Piauí migrou para o Maranhão, como veremos no decorrer das páginas seguintes. O manuscrito é datado de 22 de junho de 1857, escrito há 164 anos e alguns dias ou meses, conforme levado a lume a presente publicação. A cidade é Teresina, então recente capital do Piauí. O teor da petição diz que, Maurício, escravizado negro e dirigente do boi de brincadeira, tendo obtido a autorização do seu senhor, requer licença ao Delegado para brincar no Bumba nas noites de São João e São Pedro. Esse documento é *sui generis*, peculiar e pessoal e, ao mesmo, coletivo e de interesse identitário da comunidade negra. Inusitado também por se tratar de um registro da crônica da escravidão no Piauí, que diz respeito do protagonismo de um escravizado sob a vigilância da sociedade escravagista. Embora o documento conceda ao requerente a liberdade vigiada, impondo-lhe determinados limites, Maurício requer o direito à liberdade para participar da “brincadeira”, à noite. O valor cultural desse manuscrito oitocentista é imensurável pelo que ele representa como crônica social e registro histórico do cativo afro-brasileiro no início da segunda metade do século XIX. E ainda forja e bigorna/safra genesiaca do Bumba-meu-boi no Piauí, Maranhão, Pará e estados do Norte e Nordeste do Brasil. Em particular, tal gênese corrobora com a formação econômica e sociocultural do Piauí colonial, assentada na maior criação de gado vacum do país durante o período setecentista.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 21 a 35, jan. a ago. 2021

A HISTÓRIA DO “BOI JARDINEIRO” DE NÉ PRETO E DA MIGRAÇÃO DO BUMBA-MEU-BOI DO PIAUÍ PARA O MARANHÃO

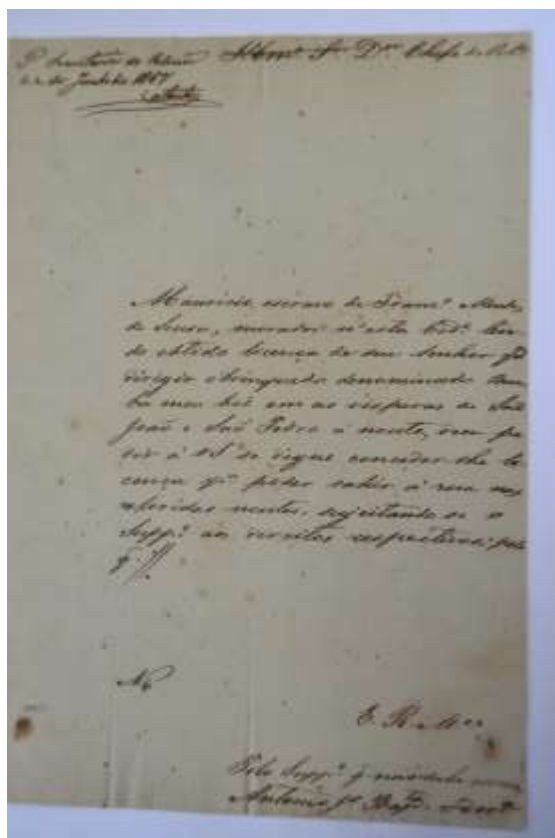
A gênese do Bumba-meu-boi do Piauí e narrativas da “brincadeira” do Boi de Né Preto, na cidade de Floriano, Piauí

Contudo, não se pode perder de vista ou esquecer, que tal economia colonialista e cruel fora a principal responsável pela exploração da mão de obra de milhares de escravizados negros e o genocídio contra os povos originários ou indígenas do Piauí.

Em recusa abominável aos traumas da “dor da opressão”² a que foram impostos aos nossos antepassados, sinto-me feliz, responsável pelo direito e dever de socializar aos interessados a prova cabal, o registro material da boa notícia do Boi do Piauí, acompanhado da fonte original para quem queira dela se utilizar, publicar ou compartilhar, dando-se, portanto, o devido crédito a este semeador de palavras e narrativas dos meus ancestrais, que traz a público o presente documento manuscrito, conforme transcrição *ipsis litteris*:

P. Secretaria de Polícia Ilmo. Sr. Dro. Chefe de Pola. 22 de Junho de 1857

(Rubrica ilegível) Maurício, escravo de Franc.^o Mendes de Sousa, morador n’esta Cide. tendo obtido licença do seu Senhor para dirigir o brinquedo denominado Bumba meu boi em vesperas de São João e São Pedro a’ noite, vem pedir a’ VS se digne conceder-lhe li- cença p.^a poder sahir a’ rua nas referidas noutes, sujeitando se o Suppr.^a aos direitos respectivos, pelo q . //. Na E. R. Mce.Pelo Suppr.^a q. sabe escrever Antonio Jo Bapta. Serra



² HOOKS, bell. **Não serei eu mulher?** Tradução de Nuno Quintas; revisão de João Berhan. Lisboa: Orfeu Negro, setembro 2018.

Fonte: Governo do Estado do Piauí/Secretaria de Governo do Piauí
SEGOV. Arquivo Público do Piauí – APPI. Sala do Poder Executivo.
Pasta: Teresina - Coletoria - Escravos

Não se trata de simples acaso. Considero uma dádiva de Olorum, dos orixás e antepassados negros e negras, que ofertaram a este fiel, perseverante e humilde aprendiz de contador de história e poesia. Sinto-me de fato extasiado do saber e reconhecimento acerca do Boi de brincadeira, que este valioso documento proporcionará a mim mesmo e aos futuros estudos acerca do legado da cultural ancestral e da ancestralidade dos nossos antepassados negros e africanos, escravizados no Brasil. Localizei o manuscrito no Arquivo Público do Piauí, entre setembro de 2018 a abril de 2019, quando me dispus a fazer uma devassa nas Pastas de documentos manuscritos do APPI, à procura da “Carta” (1770) de Esperança Garcia e de uma carta anônima e sem data, que também cita o nome de Esperança. Conforme minha apreciação e, em particular, como também sentenciam os pesquisadores Alcebíades da Costa Filho, Solimar Lima, Mairton Silva, essa carta anônima reserva inegável valor e, provavelmente, fora escrita por um branco e funcionário da Coroa de Portugal. As duas missivas tiveram suas transcrições publicadas em livros, pela primeira vez, por Luiz Mott (1985). Infelizmente, não conseguimos identificar o funcionário responsável pela exposição das duas cartas na ocasião do aniversário do APPI. Ambas se encontram perdidas, extraviadas ou se tornaram pó tal qual folha seca, devido a ação do tempo e má conservação do acervo dessas fontes primárias junto ao Arquivo Público do Piauí, cujos documentos necessitam de medidas urgentes por parte do Estado para a preservação desse inalienável patrimônio da memória piauiense. Mas deixemos essas lucubrações para ocasiões mais oportunas.

No APPI, manuseei, cataloguei, li e fotografei mais ou menos três mil documentos manuscritos. Encontrava-me empenhado na Residência Pós-Doutoral em Letras: Estudos Literários (agosto de 2018 a julho de 2019) na UFMG, sob o tema Narrativa de Escravidão no Brasil: A Carta da “escrava” Esperança Garcia de Nazaré do Piauí (1770), com “estágio de investigação” de maio a julho de 2019 no Centro de História da Universidade de Lisboa, em Lisboa, Portugal. Ali, realizei intensa investigação na Torre do Tombo, no Arquivo Histórico Ultramarino e na Biblioteca Nacional de Lisboa, onde podemos localizar uma imensidão de documentos manuscritos e/ou digitalizados sobre a invasão da África, Brasil e de outras ex-colônias de Portugal, guerras e massacres aos indígenas brasileiros e a escravatura dos afrodescendentes no nosso país.

Se a “Carta” de Esperança e a carta anônima já referidas ainda existem, elas se encontram extraviadas no Arquivo Público do Piauí. Sugiro aos pesquisadores que, a priori, sigam o Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 21 a 35, jan. a ago. 2021

**A HISTÓRIA DO “BOI JARDINEIRO” DE NÉ PRETO E DA MIGRAÇÃO DO
BUMBA-MEU-BOI DO PIAUÍ PARA O MARANHÃO**
**A gênese do Bumba-meu-boi do Piauí e narrativas da “brincadeira” do Boi de Né Preto,
na cidade de Floriano, Piauí**

itinerário das Pastas de Escravos, da Coletoria e Escravos de Campo Maior a Parnaíba. Manuseei e continuo, quando possível, relendo as documentações fotografadas e armazenadas em arquivos pessoais, referentes às cidades do sul do Piauí, começando por São João do Piauí até Teresina. Infelizmente, a pandemia não tem mais me permitido retornar aos acervos do Arquivo Público do Piauí. Chamo à atenção ainda para o fato de que a afirmação da existência de uma cópia da missiva de Esperança, em Lisboa, não passa de uma mera falácia.

25

A GÊNESE DO BUMBA-MEU-BOI DO PIAUÍ

Julgo que seria mais prudente, falarmos de uma gênese do Boi ou Bumba-meu-boi no Piauí. No entanto, costumamos dizer nas rodas de conversa sobre Bumba-meu-boi e cultura popular, que o Boi de brincadeira nasceu mesmo no Piauí. Tal especulação pode ser fundamentada a partir da formação de uma estrutura econômica baseada na cultura do boi, na mão de obra escrava, na história e narrativas míticas da cultura popular deste Estado, cujas terras e pastagens durante a colonização, já na segunda metade do século XVII, deram lugar ao maior e primeiro grande centro criatório de bovinos do Brasil³. Assim, a história econômica e social, a memória oral, as narrativas, as lendas e mitos de fundação de origem negra e indígena relacionados à cultura do boi apontam para esse fato de que o Bumba-meu-boi nasceria no Piauí e daqui o auto pastoril teria migrado para o Maranhão, Pará e outras regiões do Brasil. Contudo, isso não anula o fato de que o Boi de cada região tenha adquirido características próprias e recebido influências de outras culturas ou mesmo se originado diretamente da cultura europeia, como afirmam alguns pesquisadores acerca da origem do Boi-de-mamão de Santa Catarina, que negam a presença de elementos do Boi do Nordeste no folguedo catarinense⁴. Desse modo, o Boi apresenta suas variações conforme o lugar, como o Bumba-meu-boi do Piauí e Pernambuco, o Bumba-boi do Maranhão, Boi-surubi do Ceará, o Boi-calemba do Rio Grande do Norte, o Bumba da Paraíba, o Boi-bumbá do Pará e Amazonas, o Bumba-de-reis do Espírito Santo, o Boi-de-mamão de Santa Catarina, o Boizinho do Rio Grande do Sul e outros.

No poema “Bum bum bum”⁵, Solano Trindade remete à memória oral, ao canto de fundação do Bumba-meu-boi Piauí, cuja toada evoca a gênese da “brincadeira” ou folguedo

³ SOUZA, Elio Ferreira de. **Poesia negra**: Solano Trindade e Langston Hughes. Curitiba: Appris, 2017.

⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Global, 2001. p.71-72

⁵ TRINDADE, Solano. **Cantares ao meu povo**. Apresentação de Carlos de Freitas. São Paulo: Editora Fulgor, 1961. P.122-123

através da referência à história da produção econômica e à cultura do boi, do gado bovino no Piauí:

O meu boi morreu
Que será de mim?
Manda buscar outro ó maninha,
Lá no Piauí.⁶

Reportando-me à leitura da mesma cantiga da tradição cultural nordestina, Hermilo Borba Filho sentencia que “Pereira da Costa imaginou que a origem do auto teria tido lugar por ocasião da colonização das terras do Piauí, em fins do século XVII, com as primeiras doações de terras em sesmarias feitas pelo Governador de Pernambuco. Achando ainda mais que o espetáculo deveria ser de origem pernambucana” [ou seja, oriundo das terras piauienses antes pertencentes a Pernambuco⁷. Borba Filho acrescenta que a “tese não se sustenta”⁸. Contudo, somos favoráveis à assertiva de Pereira da Costa. Os argumentos do “folclorista” e professor piauiense Noé Mendes são condescendentes à nossa opinião:

O certo é que nosso Boi se originou aqui mesmo no Nordeste, uma região colonizada através das fazendas de gado, onde o boi era o centro da sobrevivência local. E o Piauí é o estado onde esse relacionamento tornou-se mais íntimo. Daí a brincadeira estar revestida de tanta popularidade, de tanta pompa e colorido. O boi, para nós, não é apenas um animal importante como outro qualquer, mas está revestido de uma profunda significação mítica⁹.

O BUMBA-MEU-BOI: UMA CRIAÇÃO DO NEGRO ESCRAVIZADO

O Bumba-meu-boi é uma criação do negro cativo, que representou a mão de obra responsável pela criação dos rebanhos bovinos nas fazendas do Piauí colônia. O Bumba reúne raiz múltipla na formação do mito, do auto pastoril composto de elementos de culturas africana, indígena e europeia, com a predominância das culturas do negro e do indígena. Considerando a releitura de Deleuze e Guattari, feita pelo afro-martinicano Édouard Glissant, dir-se-ia tratar de uma cultura de rizoma¹⁰. Assim, a história da colonização aponta para uma gênese do

⁶ TRINDADE, Solano. **Cantares ao meu povo**. Apresentação de Carlos de Freitas. São Paulo: Editora Fulgor, 1961. p.123

⁷ BORBA FILHO, Hemilo. **Apresentação do Bumba-meu-boi**. Recife: Guararapes, 1982. p.5

⁸ BORBA FILHO, Hemilo. **Apresentação do Bumba-meu-boi**. Recife: Guararapes, 1982. p.6

⁹ MENDES (de Oliveira), Noé. **Folclore Brasileiro Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1999. p.56

¹⁰ GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Tradução de Enilce do Carmo Albergaria Rocha. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.

A HISTÓRIA DO “BOI JARDINEIRO” DE NÉ PRETO E DA MIGRAÇÃO DO BUMBA-MEU-BOI DO PIAUÍ PARA O MARANHÃO

A gênese do Bumba-meu-boi do Piauí e narrativas da “brincadeira” do Boi de Né Preto, na cidade de Floriano, Piauí

Bumba-meu-boi no Piauí, embora essa “brincadeira” ou folguedo apresente pontos de entrecruzamento com as “velhas farsas populares que vêm desde a *commedia dell’arte* às pantomimas de circo”¹¹, com o boi Ápis do Egito e outras danças e cantos dramáticos da tradição popular originária da cultura africana, que também se apropriou de elementos das culturas indígena e ibérica. O fato é que o Piauí “chegou a reter os mais ricos rebanhos de todo o império colonial português na América”¹². Certamente, a economia abrigou a gênese do Boi de brincadeira neste espaço povoado pelos povos originários e repovoado pelo negro e o europeu. Na segunda metade do século XVII, com as doações de terras em sesmarias pelo Governo de Pernambuco, fundaram-se, em 1674, as primeiras fazendas do Nordeste no Piauí, tendo por eixo as cidades, hoje, de Floriano e Oeiras¹³. Assim, o Boi de São João é a representação simbólica da história, economia, cultura, etnia e da formação social do Piauí. O Estado apoiava suas bases econômicas na pecuária: a carne e o couro bovinos. Nesse cenário, a presença do vaqueiro foi decisiva para que as fazendas prosperassem. Esta classe de trabalhador era, na sua grande maioria, de “pardos” e pretos escravizados. Foi a chamada “civilização do couro”¹⁴. Isso seria motivo de orgulho, se a expansão e prosperidade das fazendas não estivessem diretamente relacionadas à exploração da mão-de-obra escrava do negro e o genocídio das nações indígenas do Piauí: Acroá, Tremembé, Gueguê, Timbira, Jaicó, Tabajara e Pimenteira” que habitavam o território piauiense, aproximadamente 316 mil indígenas¹⁵.

O Boi é a mais forte expressão da cultura popular do Piauí. Hoje, talvez essa afirmação já não tenha tanta ressonância e o Boi tenha se tornado uma narrativa do passado para a população jovem. Vivi minha infância ouvindo as apresentações do “Boi de Né Preto”. Era a grande festa da cidade de Floriano, a de maior recepção, equiparando-se ao carnaval de rua e clubes, que sempre tivera uma forte tradição na cidade. Havia também o Boi de Ademarzinho da Beira do Rio e ainda o Boi do Barão de Grajaú, cidade maranhense vizinha a Floriano, separadas pelo rio Parnaíba.

MEMÓRIAS, NARRATIVAS E CANÇÕES DO BOI DE NÉ PRETO DE FLORIANO, NO PIAUÍ

¹¹ BORBA FILHO, Hemilo. **Apresentação do Bumba-meu-boi**. Recife: Guararapes, 1982. p.5

¹² BASTOS, Cláudio de Albuquerque. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1994. p.433

¹³ PÔRTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Teresina: COMEPI, s.d. p.143

¹⁴ PÔRTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Teresina: COMEPI, s.d. p.139

¹⁵ MACHADO, Paulo. **As trilhas da morte**. Teresina: Corisco, 2002. p. 24-25

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 21 a 35, jan. a ago. 2021

No dia da morte do Boi de Né Preto, a cidade comparecia em peso, vestia-se a melhor roupa, moças e rapazes se enamoravam. Era no mês de junho, por isso, supõe-se, Boi de São João. Jardineiro era o nome do Boi de Né Preto. No dia 4 de abril dava-se início aos ensaios. As visitas às casas davam-se à noite, excetuando-se as ocasiões especiais ou comemorativas. Ele sempre cantava na minha casa. Meus pais eram grandes apreciadores das festas populares. Em Floriano, havia também o Boi de Reisado, que habitualmente cantava na minha casa, mas este era outro tipo de folguedo com seus personagens lendários e do mundo real, como lobisomem, jaraguá, careta, burrinha, etc. O Bumba-meu-boi de Né Preto era diferente. Tinha personagens como Boi, Chico ou Careta, Catirina, Amo ou Mestre, Vaqueiros, Caboclos. Os meninos ficavam encantados, enfeitiçados e ao mesmo tempo temerosos ante a presença e as façanhas do Boi. Durante a apresentação, meninos e meninas se mantinham colados ao corpo dos pais. Minha casa ficava mais ou menos à distância de trezentos metros da casa de “seu Né Preto”, o dono e Amo do Boi Jardineiro, numa rua acima, paralela à minha. Nós, os meninos da minha rua, também improvisávamos o nosso Boi. Às vezes me surpreendo cantarolando essas canções do cancioneiro popular, como as toadas do Boi de Né Preto da cidade de Floriano, transcrita abaixo, também cantada por outros Bumba-meu-boi do Piauí. Essas toadas se estruturam sob a forma de quadra, repetidas enfaticamente durante a execução do canto nas apresentações. As citadas abaixo foram catalogadas da tradição oral *ipsis litteris*, em cuja construção vocabular apresenta alguns arcaísmos:

O couro do meu Boi,
No salão alumeia,
Ô, no salão, ele brilha,
Ô, no sereno qui'lareia.

E ainda a cantiga de chegada, composta por duas quadras ou estrofes de quatro versos:

Morena bela,
Mandô me chamá.
Eu venho chegando agora,
Com meu pessoá.
Ô abre a porta,
Acende a luz,
Barre o terrêro
Pro meu boi brincar.

E outra toada como a seguinte, composta de duas estrofes de cinco versos:

**A HISTÓRIA DO “BOI JARDINEIRO” DE NÉ PRETO E DA MIGRAÇÃO DO
BUMBA-MEU-BOI DO PIAUÍ PARA O MARANHÃO**
**A gênese do Bumba-meu-boi do Piauí e narrativas da “brincadeira” do Boi de Né Preto,
na cidade de Floriano, Piauí**

Chegô, chegô
Chegô eu vi chegá
Se a dona da casa
Barre o terrêro
Pro meu Boi balançar.
Se a dona da casa
Barre o terrêro
Com bassôra de argudão,
Qui a barra do Boi é branca
Num pode arrastá no chão.

29

Há pouco pude presenciar a execução das duas primeiras canções pelo Boi Imperador da Ilha, do Sr. Raimundo Araújo, no bairro Monte Castelo em Teresina. Retomando as lembranças de infância, o Boi de Né Preto era concebido pelas crianças como um boi de carne e osso, um boi de verdade e mandingueiro. As fronteiras entre o imaginário/mítico e o real se desfaziam. O Boi fugia, não queria morrer e era perseguido de perto. O vaqueiro tinha que ser um homem de resistência física para ir ao encalço do Boi, do mesmo modo que um vaqueiro de verdade tem de perseguir o boi no meio da caatinga, montado no seu cavalo. Aos oitenta e seis anos de idade, Né Preto narrava as memórias de um boi antigo para mim, para o poeta William Melo Soares e demais pessoas presentes. Isso sob a copa de um pé de “algaroba”, defronte à sua casa humilde, no Bairro Caixa D’água, na periferia de Floriano. Sua narrativa me arrastava para as imagens da minha infância. Era nas primeiras horas da tarde de domingo. Dia da Morte do Boi. As janelas e calçadas apinhadas de gente. Eu olhando da janela, corria para calçada da minha casa depois que o Boi passava em disparada, como uma bala e o vaqueiro no seu encalço. O Boi subia a rua do Ouro na direção do bairro Viazul, depois Terra Preta, Apertar da Hora e talvez Amparo, fugindo do vaticínio que o aguardava às seis horas da tarde no mourão do Matadouro:

O Boi num quer morrer. Quem é que quer morrer? Então ele se esconde, e o vaqueiro corre estreito. Nesse dia o Boi se escondeu e nós aqui procurando o Boi por toda parte e ele escondido lá no bairro Manguinha. Eu fiquei danado: o povão todo esperando pela morte do Boi, e ele num aparecia. Nesse dia, eu xinguei todo mundo, xinguei Miolo, Vaqueiro, Catirina, só não me bateram porque não quiseram. Só matemos o Boi dois dias depois¹⁶.

¹⁶ FERREIRA, Elio e SOARES, William Melo. **Né Preto**. Teresina: Corisco, 1988. p.13
Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 21 a 35, jan. a ago. 2021

O espetáculo da morte do Boi era no matadouro público. O Boi era preso ao laço e amarrado ao mourão. Antes de ser dominado, o Bumba tentava escalar as toras ou linhas de carnaúba, que formavam a parede do curral. A meninada gritava cheia de emoção. Lá no fundo do meu coração, desejava que ele escapasse de uma vez por toda e continuasse cantando nas casas o ano todo. Mas isso nunca acontecia. O arraial do Boi era à noite, na época dos festejos de São João, no mês de junho e a morte era oito de julho, data do aniversário da cidade. A festa transcorria num largo de areia branca, mais amplo do que um campo de futebol, nas proximidades do antigo matadouro de Floriano, à distância de alguns quarteirões da minha casa, onde posteriormente foram construídos o Colégio Estadual Osvaldo da Costa e Silva, o Grupo Escolar Fauzer Bucar, uma praça, uma quadra de esporte e áreas adjacentes.

AS NARRATIVAS PROTAGONIZADAS POR NÉ PRETO E O BOI

Em 1987, esse Boi de pandeirão, matraca e maracá, do qual as mulheres também tomam parte, retornava às atividades graças aos esforços de alguns voluntários da cidade, depois de permanecer desativado durante quatro anos por falta de recursos financeiros, pois os brincantes do Boi se encontravam mais pobres ou desestimulados a comprar sua própria indumentária luxuosa que custa um preço elevado. Naquele ano, Né Preto completava sessenta e seis anos de brincadeira naquele Boi, que fora popularizado como “Boi de Né Preto” e lembrava:

O boi era do finado Alarico, um cabra moreno, um cabra bom. Eu e um cunhado dele, que era o miolo, brincava debaixo do boi, eu era o vaqueiro, o guia. Um dia ele me chamou na casa dele, eu e o Doca, que era cunhado dele, ele tava doente e disse: “Né Preto, você ou o Doca vai tomar conta do boi, porque dessa vez eu não escapo.” Eu falei: “Rapaz, num diga isso!...” O Doca disse que num queria porque não sabia fazer. Eu disse: “Eu fico. Num sei fazer bom, mas faço.” Ele falou: “Então você fica com os trens, o Doca fica sendo o miolo” [o que brinca debaixo do boi]. Depois o Doca se mudou para Teresina, eu arranjei outro miolo e fiquei sessenta e seis anos fazendo boi¹⁷.

A narração de Né Preto revela a tradição secular do Boi de Floriano, provavelmente de 1910. Né Preto recebeu o Boi de “Alarico”, que também já vinha brincando no Boi há algumas décadas. O Boi viera de Oeiras, antiga capital do Piauí. Ali certamente, existiram muitos outros antes deste. O documento mais antigo, de que se tem notícia a tratar sobre o Bumba-meu-boi, é o do jornal “O Capuceiro”, de 11/01/1840, escrito por Lopes da Gama, intitulado “A Estultice

¹⁷ FERREIRA, Elio e SOARES, William Melo. **Né Preto**. Teresina: Corisco, 1988. p.11-12
Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 21 a 35, jan. a ago. 2021

A HISTÓRIA DO “BOI JARDINEIRO” DE NÉ PRETO E DA MIGRAÇÃO DO BUMBA-MEU-BOI DO PIAUÍ PARA O MARANHÃO

A gênese do Bumba-meu-boi do Piauí e narrativas da “brincadeira” do Boi de Né Preto, na cidade de Floriano, Piauí

do Bumba-meu-Boi”¹⁸. Mas esse parece se tratar de outro tipo de Boi, ou seja, do Boi de Reisado, cujos personagens são diferentes do Boi do Piauí e do Maranhão, acerca do qual me refiro nestas páginas. É provável que o Boi do Maranhão tenha surgido após a introdução da atividade extensiva do pastoreio de gado bovino nessa Província, que teria ocorrido “durante a revolta da Balaiada”¹⁹, 1938-1941. A conhecida narrativa de fundação do Boi do Piauí conta que o Pai Francisco, um escravo negro, matou o boi do patrão para satisfazer a esposa grávida que desejou comer a língua do boi. O Sr. Raimundo Araújo, Amo do Imperador da Ilha de Teresina, fundado em 1934, conta que “O Bumba-meu-boi nasceu em Oeiras. Quem fez a brincadeira do Bumba-meu-boi foram os índios e numa caveira. Eles encontraram uma caveira de boi e botaram num pau e ficaram brincando. Inclusive é por isso, que a gente usa aquelas penas” (2005, entrevista), indicando os Caboclos de Pena, personagens do Boi do Piauí. Na memória das pessoas mais velhas de Floriano preserva-se ainda um boi rústico, antigo: o Boi-de-fogo, recuperado na narrativa memorialista de Né Preto, cujos episódios são desconhecidos em outras paragens, isso é o que nos consta:

Só se via aquelas tochas de fogo. Era cada bambu desse tamanho! [...]. A gente vestido em dois sacos de estopa molhada e coberta com tabatinga, mesmo assim os alfinetes ainda furavam o coro da gente. “É fogo, é fogo/É fogo na cidade/E os caixeiros/Tão quebrado”. Quando dissemos “os caixeiros tão quebrado”, o pau comeu duro! E eu ali por debaixo da roupa do finado Zé Duque, um negão alto, que era aciador. Eu fiquei por baixo da roupa dele, uma fumaça! E o pau comendo²⁰.

Pretendo discutir e esclarecer alguns pontos e evocar uma discussão em torno de uma gênese e da importância desse folguedo, que durante alguns anos foi negligenciado pela população e os governos do Piauí. Isso foi provavelmente um dos pontos cruciais que gerou todo esse silêncio mau pressagiador e nos fez perder a antiga referência nacional do Boi do Piauí, indicado pela canção de domínio público ou narrativa de fundação, que vale lembrarmos mais uma vez: “O meu boi morreu/Que será de mim?/Manda buscar outro,/ó maninha,/lá no Piauí”. Isso dera lugar ao merecido valor pela beleza e pujança dos espetáculos do Boi do Maranhão e do “Boi de Parintins”, celebrados pela mídia nacional.

O BOI CHOROU, EU VI. QUEM NÃO CHORA NA HORA DA MORTE?

¹⁸ BORBA FILHO, Hemilo. **Apresentação do Bumba-meu-boi**. Recife: Guararapes, 1982. p.6

¹⁹ BUENO, André Paula. **Bumba-boi maranhense em São Paulo**. São Paulo: Nankin Editorial, 2001. p.29

²⁰ FERREIRA, Elio e SOARES, William Melo. **Né Preto**. Teresina: Corisco, 1988. p.10-11

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 21 a 35, jan. a ago. 2021

Mais uma vez me reporto às memórias do Bumba-meu-boi da minha infância, o Boi de Né Preto. O Boi de pandeirão, matraca e maracá do meu bairro. O Boi do Piauí que migrou para o Maranhão, Pará e outros lugares do Brasil. Essa transferência deve ter acontecido em consequência da migração de vários trabalhadores cativos e vaqueiros das antigas fazendas do Piauí para o Maranhão, na época da implantação das primeiras fazendas de gado no território maranhense, ocorrida na primeira metade do século XIX. Tal fato contrariou a vontade da maioria desses homens, mulheres e crianças escravizados, que foram forçados a migrar com o objetivo de povoar as fazendas do estado vizinho e cuidar do rebanho bovino e cavalar. Acerca desse tráfico interno da mão-de-obra escrava, Solimar Lima afirma que “[...] em 1820, por exemplo, foram solicitados ‘25 casais’ para o Maranhão. A notícia da partida parecia trazer dias de desespero para os afrodescendentes”²¹

Essa relação entre o Bumba-meu-boi, a comunidade negra trabalhadora e os escravizados do antigo cativo das fazendas de gado do Piauí, pode ser evidenciada também, quando me refiro à história do Boi de Né Preto de Floriano, Piauí. Nesse boi, a maioria dos “brincantes” eram as pessoas do povo, que trabalhavam no abate de bovinos. Esses trabalhadores eram majoritariamente homens, mulheres e crianças que moravam num bairro negro da cidade de Floriano, à distância de três ruas da minha casa, do meu bairro. No Matadouro Público, o abate dos bois ficava sob a responsabilidade dos homens, realizado num grande galpão com cobertura de telha e piso de cimento liso. Né Preto era o mais velho daqueles homens e exercia sua liderança sobre o grupo. Ao seu lado, estava Cum, Mundico Capivara, Guilhermão e outros nomes que me fogem à memória. O boi era preso ao laço e amarrado ao mourão. Diziam que o boi manso chorava, corria-lhe um fio de lágrimas no canto dos olhos. Um dia me aproximei de um desses animais prestes ao sacrifício e fui surpreendido – olhei bem no canto dos seus olhos - na verdade, o boi chorava. O boi bravo empacava, arremetia-se contra o inimigo. Nessas horas, chamavam Guilhermão, um homem corpulento, forte como gigante. Paulão, um amigo de infância do meu bairro, lembra que foi “segurão” de boi no mesmo matadouro, ou seja, segurava a corda que subjugava o animal. Ele conta que Guilhermão, com a mão direita, prendia um dos cornos do boi e pedia a ele, o segurão – “Paulo, o machado!”. Às vezes era impossível atender ao pedido. E Paulão respondia apreensivo – “Seu Guilherme, estou segurando o boi!” Então, com o punho esquerdo, Guilhermão desferia um murro na nuca do boi que caía por terra, agonizante.

²¹ LIMA, Solimar Oliveira. **Braço forte**: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822 – 1871. Passo Fundo: UPF, 2005. p.53

**A HISTÓRIA DO “BOI JARDINEIRO” DE NÉ PRETO E DA MIGRAÇÃO DO
BUMBA-MEU-BOI DO PIAUÍ PARA O MARANHÃO**
**A gênese do Bumba-meu-boi do Piauí e narrativas da “brincadeira” do Boi de Né Preto,
na cidade de Floriano, Piauí**

Em seguida, sangrava o animal. Era um espetáculo trágico, mas admirável e emocionante para a maioria das pessoas presentes.

Depois de abatidos, os animais eram limpos e transportados para o Mercado Público. A cabeça, as patas e as vísceras eram levadas à casa das “fateiras”. No quintal dessas residências, as vísceras eram limpas, tratadas. Em seguida, eram vendidas em pequenas bancas no mercado e também na própria casa desses “brincantes” do Boi de Né Preto. Daí porque a Rua Manuel Lapa, situada no Bairro Curador, há algumas décadas era popularmente conhecida como Rua do Fato. Ali e nas proximidades, morava a maioria dos brincantes do Boi. Entre meados da década de 80 aos anos 90, todas as noites, o Boi de Né Preto - o antigo Jardineiro, já com outro nome, se reunia no seio dessa comunidade, no quintal da casa dos responsáveis pela organização do Boi, os irmãos Pedro Antônio e Antônio Cafuçu, acompanhados de suas respectivas esposas, dona Teresa e dona Maria de Fátima.

Essa imagem do velho contador de histórias, do criador de passarinhos, do hábil artesão, do *griot*, do prolífero autor de cantigas do bumba, que fora Né Preto e do seu Boi Jardineiro, é algo inapagável da minha memória de menino da Rua do Ouro, e da memória de muitas outras crianças de outras ruas de Floriano, que também foram encantadas por aquele mundo de magia em que a realidade se confundia com a fantasia, o imaginário, o mágico, como neste poema de minha lavra, musicado pelo amigo e radialista Toni Ferreira, que se transformara em samba enredo campeã da escola de samba Mangueira, da cidade de Floriano, no Estado do Piauí, no início da década de 1990.

NÉ PRETO

Dona Maria, nosso boi morreu.
Dona Maria, nosso boi morreu
Vende a caveira, que o dinheiro é seu.
Vende a caveira, que o dinheiro é seu.
(Boi de Né Preto, Floriano, PI)

Seu Né Preto
espere por mim
com banhos de alecrim
com histórias de Trancoso
com cantigas de passarinho
com sete gerações bumba-meu-boi
no terreiro
não era gente debaixo não
era boi mesmo
e cheio de artimanhas.
Seu Né Preto

me ensine
a fazer uma gaiola
um papagaio de papel
um carrinho de buriti
e o caminho daquela serra
onde se caçava alecrim.
Seu Né Preto
me deixe brincar
na roda de São Benedito
na roda de São Gonçalo
no bumba-meu-boi
boi bumbá
eita, boi Jardineiro!
eita, boi mandingueiro!
Seu Né Preto,
pouco se espera dos quintais
sem o canto do bem-te-vi
sabiás e pardais
urubus sobre a cerca de candeia
galinhas ciscando o monturo
e o cocoricóóó de um galo de
Calcutá
amanhecendo o girassol amarelo,
amarelo
a manhã amarela de céu azul, azul
no bairro Caixa-d'água
da minha pequena cidade²².

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do mesmo modo, na África anterior à escravidão europeia, os ritos religiosos, os cantos, as manifestações culturais do povo geralmente estavam também associadas ao trabalho, às atividades econômicas da sociedade tribal, grupo étnico ou nação. Os ritos de cerimônias relacionados ao boi eram também celebrados na África e, indubitavelmente, foram trazidos pelos cativos africanos originários de sociedades pastoris²³. Transplantados para o Brasil, esses antigos ritos foram recriados nas fazendas do Piauí, entrecruzando-se também com as culturas indígenas e europeias. Dessa negociação de culturas teria se originado o auto pastoril do Bumba-meu-boi. Assim, supõe-se que uma gênese do “Boi de brincadeira” fora constituída nas povoações do sul do Piauí, por volta do final do século XVII, pelos trabalhadores escravizados que cuidaram das primeiras fazendas de criação de gado nas terras piauienses. Nesse contexto, o mito de fundação do Bumba-meu-boi nos remete à história de “Catirina”, que deseja comer a língua do boi mais formoso da fazenda do patrão. Chico, o vaqueiro, atende ao desejo da esposa grávida

²² FERREIRA, Elio. **América negra e outros poemas afro-brasileiros**. São Paulo: Quilombhoje, 2014. p.55-57

²³ LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988. p.163-164

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 21 a 35, jan. a ago. 2021

**A HISTÓRIA DO “BOI JARDINEIRO” DE NÉ PRETO E DA MIGRAÇÃO DO
BUMBA-MEU-BOI DO PIAUÍ PARA O MARANHÃO**
**A gênese do Bumba-meu-boi do Piauí e narrativas da “brincadeira” do Boi de Né Preto,
na cidade de Floriano, Piauí**

e mata o boi. A partir desse episódio se desencadeia a ação dramática do auto popular. Como já nos referimos em páginas anteriores, as relações entre arte, trabalho, economia, religiosidade e sua função social são peculiares às sociedades africanas, transculturadas para as Américas.

O Sr. Raimundo Araújo, mestre do Bumba-meu-boi “Imperador da Ilha” do bairro Monte Castelo de Teresina, Piauí, conta que, “um dia um índio achou uma caveira de boi e enfiou num pedaço de pau, e levou para a tribo, e começou a dançar. Os negros viram aquilo e fizeram o Bumba-meu-boi”²⁴. Provavelmente isso se tratava do ritual da caça boi pelo indígena, pois com a fundação das primeiras fazendas de gado no Piauí, os autóctones passaram a caçar o boi e, consequentemente, os fazendeiros se empenharam ainda mais na organização de milícias para o genocídio contra as sete nações indígenas do Piauí. O rito da caça ao boi deve ter estimulado a memória do negro escravizado a lembrar de antigos ritos africanos, que estavam relacionados à festa do boi. Desse modo, a memória pessoal e coletiva protagonizada pelos afrodescendentes significa uma forma de resistência às narrativas únicas, aos valores e hegemônias da cultura ocidental e colonialista. A travessia forçada do *Atlântico negro*²⁵ pelo africano sequestrado foi antecedido do genocídio contra milhões de pessoas de diferentes povos, nações ou etnias africanas, cuja atrocidade foi posta a termo pelo branco invasor, o europeu. Apesar da dor atroz do exílio diaspórico e do cativeiro²⁶, o africano e seus descendentes resistiram ao apagamento da memória ancestral, o que significa dizer que permitimos a nós mesmos/as ao diálogo de experiências do passado com o presente a partir de relações entre os diferentes povos sequestrados, cativos e livres, constituindo-se estrategicamente em práticas solidárias ou *malunguistas* e redes de transferência de culturas negras identitárias, resilientes nas Américas.

²⁴ ARAÚJO, Raimundo. **Depoimento do Sr. Raimundo Araújo, Amo do bumba-meu-boi Imperador da Ilha**. Teresina, Piauí: 2005.

²⁵ GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**; tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

²⁶ HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Organização de Liv Sovik. Tradução de Adeline La Guardia Resende... [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

TRAJETÓRIA TEMPORAL E TERRITORIAL DOS KARIRI DA SERRA GRANDE – QUEIMADA NOVA- PI

Cinthya Valéria Nunes Motta Kós¹

RESUMO

A presença indígena no Piauí foi invisibilizada por um longo período, seja pelos discursos de extermínio total que partem de órgãos oficiais de governo, seja pela produção historiográfica local. Os indígenas da étnica Kariri vivem em uma serra na cidade de Queimada Nova, região onde predomina o bioma da caatinga. O interesse principal deste trabalho é fazer uma reconstrução da trajetória da relação dos índios Kariri com a Serra Dois Irmãos (chamadas pelos nativos de Serra Grande). Para alcançar tal propósito, realizamos uma incursão etnográfica, na qual realizamos entrevistas e conversas com foco na memória. Em relação aos seus antepassados foi possível notar a centralidade e recorrências de três aspectos: hábitos alimentares, a moradia e a “brabeza”. Para dar amplitude a pesquisa recorremos também a fontes historiográficas e cartográficas, assim como relatos de viajantes que percorreram a região no passado.

Palavras-chave: índios no Piauí; Kariri; oralidade; caatinga; etnografia

TEMPORAL AND TERRITORIAL TRAJECTORY OF THE KARIRI FROM SERRA GRANDE – QUEIMADA NOVA-PI

ABSTRACT

The indigenous presence in Piauí was made invisible for a long period, either by the total extermination speeches coming from official government bodies, or by the local historiographic production. The indigenous people of the Kariri ethnic group live in a mountain range in the city of Queimada Nova, a region where the caatinga biome predominates. The main interest of this work is to reconstruct the trajectory of the relationship between the Kariri Indians and the Serra Dois Irmãos (called by the natives of Serra Grande). To achieve this purpose, we carried out an ethnographic incursion, in which we conducted interviews and conversations with a focus on memory. In relation to their ancestors, it was possible to notice the centrality and recurrence of three aspects: eating habits, housing and “brabeza”. To broaden the research, we also resorted to historiographic and cartographic sources, as well as reports from travelers who traveled through the region in the past.

Keywords: Indians in Piauí; Kariri; orality; caatinga; ethnography

TRAYECTORIA TEMPORAL Y TERRITORIAL DE LOS KARIRI DE SERRA GRANDE - QUEIMADA NOVA-PI

RESUMEN

La presencia indígena en Piauí se hizo invisible durante un largo período, ya sea por los discursos de exterminio total provenientes de los organismos oficiales del gobierno, o por la producción historiográfica local. Los indígenas de la etnia Kariri viven en una cordillera de la ciudad de Queimada Nova, región donde predomina el bioma caatinga. El principal interés de

¹ Bacharel em Ciências Sociais - UFPI e Bacharel em Turismo -UESPI. Mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: cinthyakoss.antro@gmail.com
Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 36 a 51, jan. a ago. 2021

este trabalho es reconstruir la trayectoria de la relación entre los indios Kariri y la Serra Dois Irmãos (llamada por los nativos de Serra Grande). Para lograr este propósito, realizamos una incursión etnográfica, en la que realizamos entrevistas y conversaciones con enfoque en la memoria. En relación a sus antepasados, se pudo notar la centralidad y recurrencia de tres aspectos: hábitos alimenticios, vivienda y “brabeza”. Para ampliar la investigación, también se recurrió a fuentes historiográficas y cartográficas, así como a reportes de viajeros que viajaron por la región en el pasado.

Palavras Clave: indios en Piauí; Kariri; oralidad; caatinga; etnografía

O interesse principal deste trabalho, é fazer uma reconstrução da trajetória da relação dos índios Kariri com a Serra Dois Irmãos² (a qual os nativos chamam de Serra Grande), da chegada desses (dos seus antepassados) à serra, assim como dos motivos que os levaram a tal deslocamento; como viviam ali e o momento da chegada de outros grupos sociais, como, as frentes expansionistas de pecuária que vinham do estado da Bahia. Em especial, examinaremos as implicações deste último acontecimento: a captura, “domesticação”, expulsão e até mesmo morte dos grupos nativos por pessoas recém-chegadas.

Partindo da hipótese do nomadismo dos grupos autóctones, pretendo entender a natureza dessa mobilidade espacial, se compulsória ou voluntária, examinando as motivações nos dois casos³.

Para tal objetivo faz-se necessário um estudo da produção historiográfica local. Nesse quesito os relatos dos viajantes que traçaram uma rota, atravessando a área aqui estudada e a relataram, também é de extrema relevância. Consistem também em alvo de análise, documentos e cartas oficiais de datas remotas (geralmente encontrada em arquivos públicos); levantamento cartográfico (realizado via internet e através de outros trabalhos científicos) que é de grande importância para se entender a evolução das fronteiras oficiais; além da coleta de depoimentos por meio de entrevistas a pessoas relacionadas.

Do levantamento historiográfico e cartográfico extraímos algumas evidências da existência de grupos indígenas no local que corresponde ao nosso recorte geográfico.

Em expedição missionária pelos sertões do Piauí (durante quatro anos, a partir de 1694) padre Miguel de Carvalho divide o estado em trinta regiões utilizando-se como marcadores

² Localizada no município de Queimada Nova (PI).

³ Em artigo científico que trata sobre a questão da água no semiárido, os pesquisadores, Cirilo, Montenegro e Campos (2010, p. 8) citam movimentos migratórios dos índios Tabajaras e Kariris, como sendo uma população bastante acossados pela estiagem.

TRAJETÓRIA TEMPORAL E TERRITORIAL DOS KARIRI DA SERRA GRANDE – QUEIMADA NOVA- PI

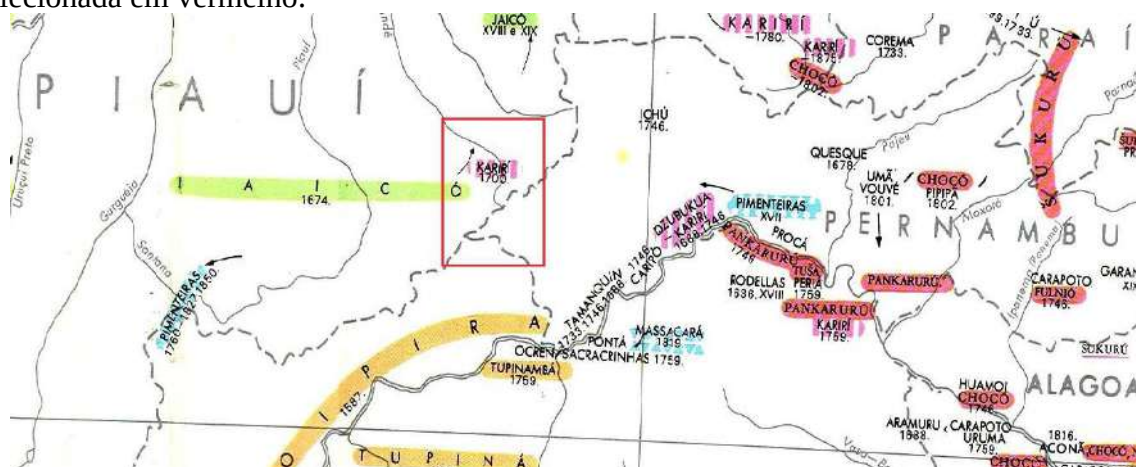
acidentes geográficos em torno dos quais haviam agrupamentos humanos⁴. A região IV corresponde à região na qual se desenvolve esse estudo:

IV- Confina, pela parte nascente, com os sertões desertos que correm para o Pernambuco, pelos quais se não tem descoberto caminho, nem se vadeiam, em razão dos muitos gentios bravos que neles habitavam, e os se tem chegado, pela parte desta povoação, a avistar uma serra chamada o Araripe, que dizem ser muita alta e que na superfície tem plano de 50 léguas. De uma e outra parte está rodeada de várias nações de Tapuias bravos... Rio Grande e o Rio Preto que se metem no Rio São Francisco... estes rios estão ao sertão povoado de muitos tapuias bravos, valentes guerreiros... como são os Rodeleiros... Para parte do sul, confina esta povoação com o rio de São Francisco, para qual tem dois caminhos com distância igual de 40 léguas, por entre matos desertos, em que não se acha água no tempo da seca (CARVALHO apud MELO 2009, p.27).

A localização geográfica na qual se encontra o grupo aqui estudado representa um nexos com o grupo étnico Kariri.

Os Kariris (ou Cariris) são uma família indígena predominante no Nordeste, presentes desde o Ceará e a Paraíba até a porção setentrional do sertão baiano. Dominavam especificamente o Planalto da Borborema e as serras dos Kariri e do Araripe. A partir do século XVII esses grupos foram deslocados e espalhados em regiões vizinhas (entre elas o Piauí) em um trabalho de catequético denominado missões rurais (DANTAS; SAMPAIO E CARVALHO, 1998, p.438).

Ilustração 1: Mapa Etno Histórico do Brasil elaborado pelo etnólogo Curt Nimuendajú. Indica um grupo Kariri na região abordada (ilustrado próximo a fronteira entre Piauí, Pernambuco e Bahia. Recorte da área estudada, correspondente a Serra Dois Irmãos (Serra Grande). selecionada em vermelho.



⁴ O texto original é grafado como: “Dezcripção do certão do Peauhy” e foi originalmente publicado em 1697. Aqui acessamos parte dos escritos, através da publicação “Comentários sobre a descrição do sertão do Piauí” do padre e historiador Cláudio de Melo (2009).

Em Pesquisas Para a História do Piauí, obra do célebre historiador piauiense Odilon Nunes (2007), no primeiro capítulo intitulado "Pré-história: primeiros contatos com a terra" o autor aborda o evento da chegada e fixação dos primeiros colonizadores e o tipo de relação que estes tinham com os grupos autóctones. Afirma ser o nomadismo, um fator que dificultava a nomeação desses grupos enquanto coletivos:

Difícil é nomear os índios de determinada região, pois de um modo geral eram nômades; podemos, todavia, nomear os ocupantes da região num determinado período, ou ainda os que nela se fixaram por mais longo tempo, testemunhar a prodigalidade da terra ocupada (NUNES, 2007).

Atualmente convencionou-se falar em seis etnias que existiram em território piauiense: Acroás, Guegues, Jaicos, Pimenteiras, Tremembé e Tabajaras.

João Gabriel Baptista (1986) faz uma compilação das principais cartas geográficas que descrevem o Piauí do século XVII ao XX. Apresenta um quadro resumido da distribuição das nações indígenas locais apontada por Pe. Miguel Carvalho em *Dezcripcao do certão do Peauhy* de 1694. Ao longo do texto, são citadas 36 tribos, juntamente com sua localização.: Aroaquizes, Carapotangas, Precatis, Acuruás, Rodeleiros, Beçudos, Bocorereimas, Cupequacas, Cupicheres, Aranhéz, Corerás, Aitetus, Abetiras, Beirtés, Guarás, Nongazes, Tremembés, Anassus, Alongaz, Aruás, Corsiâus, Lanceiros, Araiêz, Acumês, Guaratizes, Jaicós, Cupinharoz, Jendoiz, Icós, Uriús, Gutanez, Goiás, Anicuaz, Mocamaçus, Ubatês, Meataus, sendo que estas nove últimas tribos de acordo com Batista (1986), não são piauiense, apenas entraram em lutas com fazendeiros piauienses.

Entre as tribos que se encontram na área de interesse deste trabalho (sudeste do Piauí) tem-se: os Cupenharoz⁵, Coaratizes, Jaicós, Jendoiz, Meatanz, Ubates, Urius, Ycos (BAPTISTA, 1986 p. 29-45).

De acordo com Odilon Nunes (2007) os mais antigos documentos que se referem ao Piauí nos fazem conhecer os Tremembés, os Acroás, Cupinharoes, Tabajaras e Amoipiras, como povoadores da bacia do Parnaíba. Ele detalha:

Os Cupinharoes e os Amoipiras parece que não se estabeleceram por longo tempo na bacia oriental do Parnaíba... Os Amoipira ocupavam a margem esquerda do São Francisco, a cento e cinquenta léguas da Bahia, onde

⁵ Como descreve Pe. Miguel Carvalho (1697 apud MELO, 2009): moram no Canindé e são os que têm feito maiores danos nesta povoação e os Precotis que se enterram debaixo da terra para fazerem espera aos brancos e, com a barriga amarrada com cordas correm mais do que cavalos e não tocam a terra se não com as pontas dos pés. Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 36 a 51, jan. a ago. 2021

TRAJETÓRIA TEMPORAL E TERRITORIAL DOS KARIRI DA SERRA GRANDE – QUEIMADA NOVA- PI

bandeiras religiosas mantêm contato com os mesmos e fazem, então, dois descimentos em penosas viagens de longos meses... Os Cupinharões ocuparam o Canindé. Mantiveram contato com os devassadores, converteram-se em aliança, para mais tarde lhes oferecer resistência e enfim abandonar uma vez a bacia oriental do Parnaíba. Os Tremembés ocuparam o delta do Parnaíba e parte do litoral do Maranhão e Ceará. Os Aroas de todos eram os tapuias mais bravos e tinham domicílio à margem do Sambito, afluente do Poti. Os Tabajaras eram descendentes dos que vieram pelo São Francisco, alcançaram a Serra do Araripe, e finalmente Ibiapaba. Eram tupis que vieram para o Piauí pelo rio, desviaram sua rota do litoral, em virtude da resistência oferecida pelos cariris que demoravam, então, na atual região do nordeste, e que ainda não foram bem definidos pelos etnólogos (NUNES, 2007, 29-30).

40

Ainda na mesma obra o autor cita em vários momentos os índios Cariri como uma incógnita, considerando, porém, a importante participação desses no momento histórico que aborda. Afirma que, a maior parte dos indígenas tapuias do Piauí eram do ramo Cariri, cuja palavra quer dizer tristonho, calado, silencioso.

Os Cariri constituem ainda um problema obscuro para os etnólogos. Uns classificam-nos como grupo autônomo; outros, como mestiços resultantes de aruaques e caraíbas, e ainda outros, misturas de tupi e tapuia. Em verdade há contatos culturais entre os cariris e os aruaques e caraíbas (NUNES, 2007, p.30).

Assim como a família Jê, a família Kariri já foi muito diversificada. Enquanto os primeiros eram os senhores dos Cerrados, os segundos foram os senhores das Caatingas (SANTOS, 2013 p.288). Em seu trabalho em etnogeografia Rodrigo Martins dos Santos (2013), em capítulo que localiza as etnias gerazeiras, os cariri são apresentados na subseção de famílias indígenas com menor presença nos gerais. O autor escreve, “apesar de nem uma dessas famílias se restringiram aos respectivos biomas, os Jê também ocupam o sul e leste da Amazônia, a floresta de araucárias da Mata Atlântica, e já ocuparam uma pequena porção da Caatinga no Piauí” (idem) .

A língua falada pelos Kariri, apesar de ser considerada uma família linguística extinta encontra-se incluída no tronco linguístico macro-jê.

Julie Cavignac (2003) citando outros autores, descreve alguns hábitos, procedência e motivos de deslocamento de grupos Cariri que viviam na área correspondente ao estado do Rio Grande do Norte:

Pouco se sabe sobre os grupos que habitavam o interior, porém podemos pensar que, antes do contato, existia uma grande diversidade cultural e

linguística; muitos deles pertenciam à família linguística Kariri... Eram agricultores - não totalmente nômades, como poderíamos pensar, mas tinham uma grande mobilidade dentro do seu território (Dantas 1941: 97; Lopes 1999; Puntoni 2002; Pires 1990) [...] Perseguidos pelos colonos que queriam tornar-se donos de suas terras para iniciar a criação de gado e escravizá-los, eles foram tirados delas pelos bandeirantes (Portalegre et alii.1994: 157-158). Muitos índios teriam se refugiado primeiro nas montanhas, nas chãs ou sopés das serras, nas cabeceiras ou nas nascentes dos rios para fugir do inimigo, indo, cada vez mais, para o interior (Jofilly 1977: 118). Por exemplo, os índios Cariri, originários de uma região próxima ao Seridó, na Serra da Borborema, fugiram para o Ceará, onde deram o seu nome aos Cariris Novos. Região montanhosa e relativamente fértil, que foi ocupada, efetivamente, só no século XIX pelos colonos (Albuquerque 1989: 84). Os Canindé fugiram da região do Seridó, supõe-se, no início do século XVIII (CAVIGNAC, 2003, p. 16-17).

Recorrer à história indígena do estado do Piauí ou da região da caatinga, e à vinculação dos Kariri de Serra Grande aos grupos indígenas do passado não restringe a compreensão do processo de etnogênese à obtenção de provas históricas. Também não nos impede de observá-lo no presente, nem implica em que o caso esteja sendo tratado unicamente pela expectativa de se encontrar um *continuum* coerente, apesar das reivindicações de autoidentificação serem apresentadas dessa forma muitas vezes, pelo próprio grupo, que explicam seus vínculos com ancestralidade com base no lugar vivido. Afinal, não estão soltos no tempo e no espaço e possuem existência física e concreta. Porém, fica evidente a consciência expressa de que muitos hábitos e práticas não puderam ser mantidos, devido a interrupções, influências de terceiros, ou mesmo a rejeição de alguns membros em face do preconceito e das feridas morais que a identidade implicava.

Entende-se que a influência das temporalidades não obedece a vontade consciente dos que estão a esta sujeitos. O que se buscou nesse pequeno resgate histórico, foi fazer uma contextualização temporal daquilo que se tem registrado na memória oficial, por meio de livros e documentos sobre os grupos indígenas que viveram nos sertões do Piauí, área onde estão inseridos os Kariri de Serra Grande. Torna-se também interessante fazer esse “resgate” porque aparece como uma preocupação constante das lideranças do grupo, “de um passado perdido”, como expressa a cacica Francisca Kariri, pela frustração em não ter uma “história consistente” para si e para os “outros”:

Eu sei que surge piada, que surge desconhecimento, de saber cuma foi de saber como nós se descobriu de ser índio (sobre o fato de terem se declarado

TRAJETÓRIA TEMPORAL E TERRITORIAL DOS KARIRI DA SERRA GRANDE – QUEIMADA NOVA- PI

indígenas publicamente). Os grupos que nós trabalha até ajuda a gente ir atrás desses conhecimentos (sobre os quilombolas) (Francisca Kariri, 2014)⁶.

Nesse caso não é possível fazer um trabalho minucioso de confrontação entre história oficial e história local, pois são escassas as fontes. Tentar levantar uma história oral, extraída por meio da memória, foi dificultado pelo fato de serem poucas pessoas que se arriscam a contar "histórias ou estórias", sendo que algumas pessoas indicadas como possíveis informantes se negam a falar sobre certos assuntos, como o exemplo de o caso Dona Luzia apontada como guardiã da memória, mas que se recusou a entrar em certos assuntos devido à adesão recente a certa crença religiosa, sendo assim uma memória interrompida:

De noite... eu porque sou crente não vou mais contar aquelas histórias, deus me guarde! Mas o papai contava tanta história, tanta história, que eu não de onde saia tanta. Mas depois que eu aceitei Jesus eu num conto mais não! Deus me guarde dessas coisas que eu não vi! (Luzia Xavier, 2014).

As formulações a seguir, foram tecidas com base nas falas de duas anciãs da comunidade Kariri da Serra Grande: Maria do Carmo e Tereza Xavier. As falas foram coletadas por meio de entrevistas semi-estruturadas, como também por conversas informais durante o período de pesquisa de campo, entre os anos de 2013 e 2014.

No que se refere à memória dos Kariri de Serra Grande em relação aos seus antepassados, foi possível notar a centralidade e recorrências de três aspectos dos Kariri ancestrais nos relatos dos Kariri contemporâneo. O que percebemos ser relatado com grande estranhamento pode ser resumido em três itens: hábitos alimentares, a moradia e a “brabeza”.

Um hábito que é sempre contado com muito estranhamento e de forma bem espontânea é o hábito que “esses caboclos” tinham de comer mel com carne.

...Diz que eles comiam mel. Ah! Eles matavam bicho. Diz que era com carne. Sem sal! Era com carne sem sal. Matava bicho, matava gente... Eles matavam gente! Pa cumer assado. O povo mais véi falava... que eles matava gente, aí cabava queimava, fazia um fogão, e ai assava e comia com mel. Daquele tempo tinha muita abéia. Diz que era. E era sem sal! (Maria do Carmo, 2014).

Tal hábito também foi relatado com o mesmo nível de empolgação por um mestre griô em uma comunidade negra rural em um município vizinho (que é procedente de um município

⁶ Fala colhida pela autora durante pesquisa de campo na comunidade Kariri da Serra Grande entre os anos 2013 e 2014.

que juntamente com Queimada Nova faziam parte do mesmo município – Paulistana – antes de serem emancipados).

(...) esses índios eram brabu, cumiam gente assada e mel. Vi um forno que os índios assavam gente... fica no Juazeiro, onde tem uma pedra iscrivida. Chamavam os índios de papa-mel. Eles passava mel pra ficar bonito. Passava no cabelo e rolava na areia. Saíram de lá na carreira de cachorro. Viviam no pedregulho, depois se mudaram pra mata. Diz que onde eles morava a água era rasiha, depois que eles saíram a água sumiu com eles... parece que encantaram (A.F.X Comunidade Gatinho - São Francisco de Assis do Piauí).

43

Quanto à moradia (em furnas e pedregulhos) os relatos serão expostos adiante em outro subtópico. Nos relatos sobre a “brabeza” desses caboclos também podemos identificar o momento da “chegada e da saída” destes da serra:

...foi os caboco que chegaram primeiro. Eles (os fazendeiros) entraram aí já escurraçando os caboco, porque os índios já moravam aí. Porque os índios dessa época eram pessoas que eram brabas, eles num tinha modi de gente. Eles se afastava. Eu podia atrás do povo mais velho pra examinar essa questão, minha vó, minha bisavó, que era mais próxima da geração desse povo.... mas o povo mais velho não contavam, que aconteciam não (Luzia Xavier, 2014).

A matrilinearidade e as formas de capturas de suas ancestrais também são realçadas nos relatos de Luzia Xavier e Maria Do Carmo.

C: Era no sertão que eles ficavam, aqui perto da serra? Quem chegou aqui primeiro? Foi esses cabocos ou esses fazendeiros?

MC: Primeiro foi eles. Num sei de onde vieram. Acho que vieram de outro canto. Nem sei de onde foi o lugar que eles vieram, só sei que apareceram aí e moraram muito tempo. Se eles (os “fazendeiros”) pagassem no mato eles matavam... O povo vieram depois que eles (índios) viam cachorro latir, o povo foi criando cachorro, vendo cachorro latir, aí é que espantavam, quando viam o cachorro latir tinha medo. Aí espantavam porque o povo queria onde morar. Aí dentro desses mato tinha era muito (índio)... Aí foram criando cachorro e eles foram ficando com medo. Essa muié (referindo-se a sua bisavó) que pegaram foi com cachorro...

C: Eles foram embora para onde?

MC: Quem sabe? Deve tá no mundo. Prum lugar que não tinha casa, num tinha cachorro. O sangue deles tá aqui ainda nas veias de nós (Maria do Carmo, Serra Grande, junho 2013).

LUGARES DE MEMÓRIA

Segundo o sociólogo Maurice Halbwachs (2003, p.17), “não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial”. O espaço e as coisas imóveis, por estarem sempre lá, Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 36 a 51, jan. a ago. 2021

TRAJETÓRIA TEMPORAL E TERRITORIAL DOS KARIRI DA SERRA GRANDE – QUEIMADA NOVA- PI

oferecem uma estabilidade e familiaridade imagética do espaço vivido. Uma narrativa recorrente entre os Kariri da Serra Grande para afirmar que compartilham os espaços, sobrepostos por temporalidades, com seus antepassados, são os lugares onde esses índios fizeram morada. A afirmação de que lá habitaram se dá pela observação de vestígios materiais (panelinhas de pedra e restos de fogueira) e sua vinculação com práticas antigas (se abrigar em pedreiras quando fosse preciso) ou, por memória de acontecimentos "vividos por tabela", contado por avô, escutada de tataravós e assim por diante, o que é possível de perceber nos relatos que se seguem:

44

Na baixa da Toca do Papagaio eu alcancei um monte de coisa: é panelinha na Baixa do Embuzeiro, taco de panela... de junto a fonte. Para o lado direito é o Pernambuco, para o lado esquerdo é a Toca do Papagaio, que já é nas águas que desce para o Piauí. A Toca do Papagaio é numa pedreira no beicho da serra, uma pedreira lá mais alta que essa cumieira, cê tem que virar o pescoço para olhar o topo da pedra. Aí embaixo no pé da pedra tem a loca e tem uma pedra no meio que é tipo um quarto. Aí tem uma loca no meio que é tipo um beco; aí entra assim e vai assim e lá dentro é cheio de cinza, de toco de pau queimado, ali morava gente. O pessoal dizia que era os cabocos... essas terras tudo, esses troncos de morro! (Luzia Xavier, 2014).

Como indica a história das ocupações espaciais, os lugares priorizados pelos grupos que não detinham tecnologia hidráulica sofisticada, eram os mais próximos de fontes hídricas naturais. Essa preferência é agravada em lugares de pouca umidade e escassas fontes de água, o que vem estar de acordo com o que afirma Dona Luzia Xavier:

Aqui tinha o caldeirão na Toca do Papagaio, chamado Caldeirão do Cabelo, que tem uma porção de água assim, que os passarim bebe todo dia. Eu não sei se num tem mais que eu não andei mais para esses lado aí não. Era morada deles que eles pegavam água nessas fontes aí e subiam. Aqui no Minador eles moravam nessa pedreira aí... e no poço também tem outro olho d'água; no Sumidouro tem outro olho d'água também, e assim sucessivamente. e ali tem o barreiro; tem esse que a Paixão (sua nora) falou no Santo Antônio e tem em vários lugares aí que era morada deles por causa das águas. A morada da minha família era na Cachoeira do Roberto, é um lugar de terras boas!

De acordo com os relatos, os índios fizeram morada em vários lugares da serra e também nas proximidades. Os lugares listados são: Caldeirão do Cabelo que fica na Toca do Papagaio, um olho d'água que fica na direção do Poço e outro olho d'água para o lado do Sumidouro, a fonte na Cachoeira do Roberto, um Minador no Santo Antônio (no município de Lagoa do Barro) que é ligado ao Minador da Serra Grande. Como acrescenta Dona Paixão, natural da localidade Santo Antônio e descendente desses índios que lá viveram: "Lá era lugar dos índios, Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 36 a 51, jan. a ago. 2021

tem umas pedreiras com as escrivatinhas dos índios, era lá que gente lavava roupa. A do Minador ficava os daqui e a de lá ficava os de lá".

Outros lugares fora da serra também podem ser citados porque marcam a memória de outros grupos locais. Na comunidade quilombola Tapuio (antes chamada Vista Velha) ouvimos relatos de que ali era uma passagem dos índios que iam em direção ao sul da Bahia. Estes índios: "Passavam por um riacho para tomar banho e tomar água, era uma passagem molhada". Dizem também que em outro lugar próximo dali, chamado Vereda do Engenho tinha uma pedra que esses índios gravaram seu nome, mas que foram arrancadas pelos "coelhos" que hoje tem propriedade dessas terras. Afirmam ainda com firmeza que "esses tapuios eram índios nômades".

Sobre a fonte do Minador da qual os Kariri demonstram especial zelo, podemos obter dados referentes à memória de seus ancestrais mais próximos, até onde a memórias de seus avós alcançam. Como foi narrado, lá eles iam pra tomar banho e beber água e moravam ali próximo, nas furnas em meio às pedras.

Eu digo que eles moravam nas pedras porque o povo nem achou as casas os lugar que eles morava acho que eles morava... acho que era nas furnas. Diz que cabia o povo dentro e num moiava... mas hoje ninguém entra, que deve ter cobra. Tem um povo que diz que no lugar que eles andavam, deixavam letras (Maria do Carmo, Serra Grande, julho de 2013).

Reforça Dona Luzia

História de índio quem contava era minha mãe, que a tataravó dela tinha sido pegada na cachoeira, pelo finado Bento, que era o tataravó dela, ele era vaqueiro, aí disse que ia caçar um gado, aí tinha uma carreiro, aí panhou o carreiro... Era mata... nesse tempo num tinha gente aí não, só tinha caboco mesmo.... nessas quebrada aí. Nessa época num tinha gente, morador não, depois que o povo foram entrando e expulsando eles e matando aí acabou. Aqui era terra de caboco, nessa zona aqui. De cachoeira pra cá. Isso aqui tudo era moradia de caboco. Aí tem umas pedreira grande que tudo era moradia de caboco, eles morava nessa toca de pedra aí. Sei que tinha lugar aí que parecia uma casa, tem pedreira aí que parece uma casa, chega tem aqueles quarto assim. Nas cabeceiras do Caldeirão aqui, tem um lugar aí chamado Toca do Papagaio, que eu conheci lá. Era ô, um montão de borraio, montão de cinza que tinha lá...nera coisinha poca não! morava muita gente porque tinha muita cinza na pedreira lá. Eles pegavam água no caldeirão. Tinha um caldeirão que eles tamparam. Esse aqui, o Minador também era fonte dos índios, eles tamparam...

As duas entrevistadas fazem constantemente uma separação entre esses caboclos, mesmo tendo consciência de pertencerem a uma linhagem e a sua geração, deixando claro que Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 36 a 51, jan. a ago. 2021

TRAJETÓRIA TEMPORAL E TERRITORIAL DOS KARIRI DA SERRA GRANDE – QUEIMADA NOVA- PI

detêm uma rasa memória em relação a uma história mais detalhada, contada por estes. Como estas mesmas explicam, "os mais velhos não falam disso, pois tinham temor e remorso".

Caso parecido foi tratado por Carmem Lima (2007) com os Potiguaras da Serra das Matas, que encontrou relatos recorrentes de olhos d'águas entupidos pelos índios. Segundo a autora, esses acontecimentos estão ligados a um tempo em que o sertão era habitado por índios. "Nesse período não havia problema com falta d'água, pois os olhos d'água presente em seu meio, acrescido do hábito de migrar, possibilitavam uma forma de vida integrada a esse ambiente" (LIMA, 2007, p.95). A antropóloga apresenta então o depoimento de um indígena Potiguara:

Meu avô contou pro meu pai que os mais velhos contavam que os índios bebiam dum olho d'água... Eles tiravam água desse olho d'água desse pé da serra, junto de uma pedra grande. Aí quando foi neste tempo que estes homens de fora chegaram com o gado, aí eles saíram... Saíram, mas entupiram os olhos d'água tudinho, pra ver se esses homens iam embora.⁷

Supõe-se pelos relatos sobre a repressão aos costumes e ao modo de vida, pelo “processo de domesticação” e pela expulsão dos demais caboclos daquela área, que parte da memória foi obliterada ou foi tornada desinteressante, símbolo de um sistema cultural que se pretende suplantado e devido principalmente a um histórico de violência a “um povo que não era considerado gente”.

Fica a curiosidade em saber como era a relação dessas “índias pegadas a cachorro e amansadas” com seus descendentes mais próximos, com seus filhos, e sua relação com sua identidade enquanto cabocla.

Esses índios aos quais o passado se refere (através da historiografia e da memória extra-oficial) não passaram, como em boa parte dos casos no Brasil, por um processo de aldeamento; não tiveram contato com as relações de mercado da época, tampouco sofreram algum tipo de intervenção de órgãos indigenistas. Eram, como expresso nos relatos e como o etnônimo que lhes atribuíram, brabos, solitários, resistindo ter contato com outros grupos. Além disso, tímidos do ponto de vista da produção de cultura material, da produção de artefatos e com ausência de mitos e ritos (registrados, pelo menos), porém não há referências a traços fenotípicos

⁷ Cícero João, 71 anos, Longá. Depoimento colhido por Carmem Lima (2007, p.95-96).
Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 36 a 51, jan. a ago. 2021

“exóticos”⁸. Ou seja, apresentavam desde o início, ausência de traços diacríticos que possam ser lembrados atualmente como elemento de contraste com relação a outros grupos.

A relação de pertencimento étnico e sua vinculação territorial pode ser observada em relatos orais fornecidos pelos Kariri de Serra Grande. De acordo com Halbwachs, citado por Pollak (1992 p. 2) a memória deve ser entendida como próprio da pessoa, mas, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Pollak acrescenta apontando os elementos constitutivos da memória individual e coletiva⁹ que temos: acontecimentos vividos pessoalmente; acontecimentos vividos “por tabela”; pessoas e/ou personagens e lugares.

O fragmento a seguir do depoimento de Francisca Kariri, liderança no processo de emergência étnica e acesso aos direitos territoriais, retratam a predominância dos elementos apontados acima.

...Como se a gente se envergonhasse de dizer o que nós era e aí os outros povos se aproximava da gente e a gente convivia com os outros povos e agora vai ser um trabalho da gente resgatar aquilo que era nosso, a nossa cultura do passado que vivia. As pessoas mais antigas já foram, meus avós e bisavós já morreram... As pessoas mais velhas são de sessenta a oitenta anos. Nós temos a memória de alguma coisa que contavam pra gente, principalmente as formas de discriminação. Nós fomos tão atacados que nossos antepassados viviam ali foragidos, com medo, nas tocas que temos lá, as tocas deles nas pedras. E as fontes, temos três fontes tampadas lá por causa que o povo expulsaram nós, fomos expulsos e mortos e os restantes que ficaram ali escondidos (nas tocas nas pedras) foram obrigados a tampar estas fontes porque os outros povos que chegaram ali expulsaram eles se apropriaram. Aí eles disseram —você podem ficar, mas as águas não vão ficar com vocês- que era pra ver se eles iam embora. Sempre, quem mais ficou foram as mulheres que eram pegas por

⁸ Considerando que não há porque seus descendentes os considerarem exóticos fenotipicamente, já que carregam impresso no corpo semelhanças que a carga genética permite.

⁹ Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se fomos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada [...] A memória é também constituída por *pessoas*, *personagens*. Falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida, de personagens [...] frequentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa [...] E lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico (POLLAK, 1992, p.2-3).

TRAJETÓRIA TEMPORAL E TERRITORIAL DOS KARIRI DA SERRA GRANDE – QUEIMADA NOVA- PI

eles... pra servir como mulher pra eles. Aí foi nós que ficamos aí, os netos dessas famílias que serviram das mulher que ficaram da nossa comunidade.¹⁰

Situação similar foi retratada por Pantoja, Costa e Almeida (2011) sobre as "correrias" de que descendemos Kuntanawa no Acre:

Os patrões dos seringais organizavam as chamadas ‘correrias’, expedições armadas que cercavam e invadiam as malocas indígenas a pretexto de retaliar ataques indígenas ou simplesmente para tomar seus territórios, dizimando seus moradores, mas também aprisionando mulheres e crianças (Wolff, 1999; Pantoja, 2008; Iglesias, 2010). No mesmo período, povos indígenas oriundos do vale do Ucaialy, no Peru, pertencendo ao tronco lingüístico Arawak, migraram para o vale do Juruá, enquanto parte dos povos do tronco Pano refugiou-se nas cabeceiras dos afluentes do Juruá e do Purus, alguns em território peruano, para escapar às ‘correrias’ (Iglesias, 2010). Essa movimentação de povos autóctones e migrantes em um tempo de violência deu origem ao atual mosaico étnico que caracteriza a região. Entre esses povos indígenas deslocados e os migrantes de origem nordestina ocorreram uniões conjugais, e hoje em dia muitas famílias de seringueiros contam com ascendentes indígenas, sobretudo mulheres raptadas enquanto crianças em meio ao massacre de aldeias inteiras (Wolff, 1999; Pantoja, 2008). Os Kuntanawa correspondem a uma única parentela – uma “comunidade de descendência” com continuidade genealógica ao longo de cerca de três gerações, que remonta a mulheres indígenas sobreviventes de ‘correrias’ (PANTOJA et al., 2011, p.119).

48

Em um estudo de genética molecular e filogeografia, o médico geneticista Sérgio Pena (2002) apresenta uma reconstituição da origem geográfica de linhagens genealógicas para compreender o processo que gerou o brasileiro atual. É apresentado como resultado de pesquisa um retrato molecular do Brasil no atual contexto histórico, no qual conclui-se que a maioria das patrilineagens é europeia, enquanto a maioria das matrilineagens é ameríndia ou africana. Tal quadro é explicado pelo povoamento pós-cabralino que foi até o início do século XIX feito por homens de origem europeia. “Os primeiros imigrantes portugueses não trouxeram suas mulheres, e registros históricos indicam que iniciaram rapidamente um processo de miscigenação com mulheres indígena” (PENA 2002, p. 27).

Como expresso no relato de Francisca Kariri (acima) e de Luzia Xavier (abaixo), a memória ancestral é referente somente à figura feminina, a uma matrilineagem.

Todas essas pessoas que a gente escuta que tinha a **parentela de caboclo, tudo era mulher!** Minha bisavó, da parte de minha mãe e da parte de meu pai

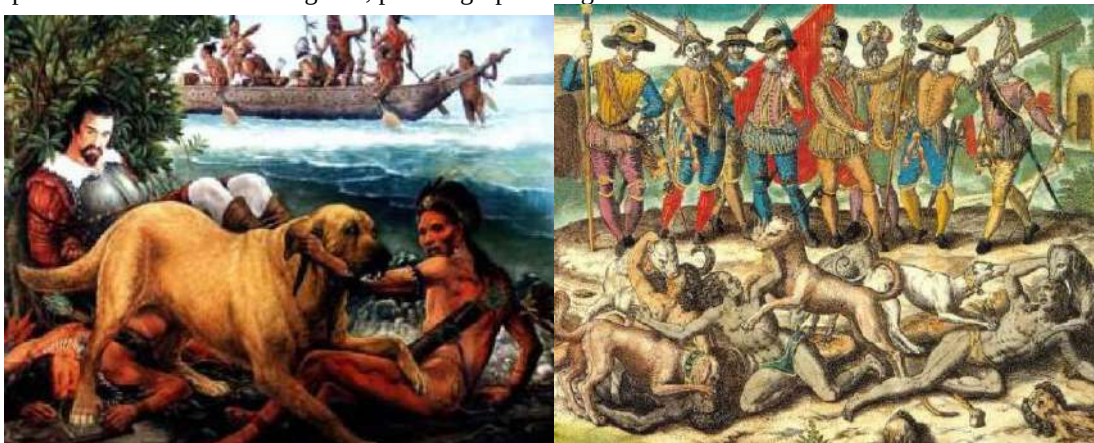
¹⁰ Francisca Kariri, entrevista colhida por May Waddington, 2011.

também. O Herculano, ele falava que era só mulher também. Do finado Mané Cicilia, que é o avô dessa menina aqui, também era mulher e assim sucessivamente. Eu num vi nenhum caboco homem, tudo era mulher, que casou na família dos brancos (Luzia Xavier, 2014).

Narrativas desta natureza também são recorrente entre outros grupos indígenas do sertão nordestino, como é o caso do Seridó no Rio Grande do Norte. Helder Macedo (2010) discorre sobre as capturas de mulheres indígenas pelos colonizadores (fazendeiros e vaqueiros). Parafraseando Luís Câmara Cascudo, o autor coloca as cabocla-brabas como “constituente da genealogia das famílias do Seridó”¹¹. Caboclo foi um termo genérico atribuído aos indígenas do sertão do nordeste que sobreviveram a inúmeros ataques físicos e simbólicos, sobretudo, após o período que compreendeu a Guerra dos Bárbaros (1683-1725), episódios de confrontos que tiveram como resultado espalhamentos territoriais e apagamentos parciais ou totais na memória local.

Escondidos nos pés de serra ou nas suas chãs e homiziados nas furnas e grotas, fugindo a todo tempo do alastramento da fronteira pastorícia, foram literalmente *caçados* pelos conquistadores, que, montados em cavalos e com a ajuda de cães de caça, domaram a sua brabeza. Ainda que existam alguns relatos acerca de caboclos-brabos (Soares e Pereira, 2000, p.17-8; 21), a maior incidência de histórias de família coletadas dentre as memórias individuais dos seridoenses recai sobre a presença de caboclas como tronco genealógico ancestral (MACEDO, 2010, p.2).

Ilustração 2: O uso de cachorros e cavalos foi uma das principais armas utilizadas nas capturas de índios, principalmente na América Portuguesa, pois os grupos indígenas não conheciam e temiam tais animais.



Além dessas contribuições para o entendimento da memória na construção da identidade Michael Pollak (1992, p.5) aponta ainda três elementos essenciais: unidade física (o sentimento

¹¹ CASCUDO apud MACEDO (2010, p. 3).

de ter fronteiras físicas, ou melhor, de pertencimento geográfico, em casos coletivos); uma continuidade dentro do tempo (no sentido físico, moral e psicológico) e a coerência (que irá unificar os diferentes elementos que formam o grupo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reconstrução da história territorial através do recurso da oralidade como fonte de dados, tem o seu valor em organizar e concatenar história locais, em casos que foram secundarizados pela produção historiográfica oficial, que até não muito tempo priorizou retratar em detalhes somente aspectos das vidas das elites políticas econômicas locais, o que equivale a afirmar que, foi priorizado dar destaque a aspectos da vida histórica, social e cultural de um grupo de pessoas com ascendência europeia (mesmo que distante). Os relatos de viajantes e missionários que tiveram vivências nos sertões do Brasil, abstraindo seu teor etnocêntrico na maioria dos casos, tem o seu valor como fonte escrita a indicar a presença indígena em lugares que mais tarde passariam por um processo de invisibilização. Os relatos apreciados neste trabalho indicam a região aqui estudada como uma área de ocorrência da etnia Cariri, entre outras.

O caso dos Kariri do Piauí é um caso de emergência étnica, que consiste em uma situação de autoreconhecimento e recuperação da auto-estima identitária, diante de um longo histórico de situações de privações sociais e preconceitos étnico-racial. Em casos de emergências étnicas como é o caso dos Kariri, a valorização da memória é uma fonte de acesso à tradição que foi interrompida, à história que foi negada.

A mobilidade territorial atribuída a algumas situações indígenas no Brasil não acontece, ou, acontecia, de forma casual. Entre os Kariri de Serra Grande, identificamos diferentes ondas de mobilidade, em diferentes momentos. Excluindo os constantes casos migrações para lugares distantes por motivos de trabalho (principalmente para São Paulo e Petrolina), tratamos aqui apenas da mobilidade que aconteceu na própria Serra Grande. A primeira aconteceu com a chegada da frente pecuarista, que forçaram a saída dos Kariri do lugar onde viviam, as fontes de água existentes na serra. As outras mudanças foram motivadas principalmente por fatores climáticos, aliados à garantia da alimentação.

Nas conversas e entrevistas em que enfatizamos a memória “sobre as coisas de antes” nos deparamos com valiosos relatos sobre os caboclos da serra, hábitos e costumes,

considerados interessantes pelos interlocutores, como: hábitos alimentares, moradia e a “brabeza” (que estão melhores detalhados nos tópicos anteriores).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Mauro de; COSTA, Eliza; PANTOJA, Mariana. **Teoria e prática da etnicidade no Alto Juruá acreano**. Raízes v.33. 2011

ALVES, Dinoelly S. **Arqueologia e Memória**: A comunidade indígena Cariri de Serra Grande, Queimada Nova – PI. Teresina 2011.

BAPTISTA, João Gabriel. **Mapas Geohistóricos**. Teresina, Projeto Petrônio Portela, 1986.

CARVALHO, padre Miguel de, “**Descrição do sertão do Piauí**”, completado e entregue ao bispo de Pernambuco no ano de 1697, (comentários e notas do Padre Cláudio Melo). Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1694.

CAVIGNAC, Julie. A etnicidade encoberta: 'índios' e 'negros' no Rio Grande do Norte. **MNEME- Revista de Humanidades**. Caicó 2003.

CIRILO, José & MONTENEGRO, Suzana & CAMPOS, José Nilson. (2010). A questão da água no Semiárido brasileiro. In: **Águas no Brasil**. 2010.

DANTAS, B. G; Sampaio, J. A. L.; Carvalho, M. R. G. Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: **História dos índios no Brasil**. Org. Cunha, Manuela. C. Editora: Cia das Letras, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. SP. ed: Centauro, 2003.

LIMA, Carmem Lúcia Silva. **Trajetórias entre contextos e mediações**: a construção da etnicidade Potiguara na Serra das Matas. Recife. 2007.

MACEDO, Helder A. M. **Caboclas Brabas**: história indígena do sertão do Seridó por meio da memória dos seus moradores. Recife 2010.

MELO, Cláudio. **Comentários sobre a Descrição do sertão do Piauí de Pe. Miguel de Carvalho**. 2009.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí** Vol I. Ed: Artenova RJ.1975.

PANTOJA,, M. C., COSTA, E. M. L., & ALMEIDA, Mauro W. B. Teoria e a prática da etnicidade no Alto Juruá acreano. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, 31(1), 118-135. 2011.

PENA, Sérgio. **Homo Brasilis**: aspectos genéticos, lingüísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro. 2002

TRAJETÓRIA TEMPORAL E TERRITORIAL DOS KARIRI DA SERRA GRANDE – QUEIMADA NOVA- PI

POLLAK, Michel. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

SANTOS, R. M dos. **O gê dos gerais: elementos de uma cartografia para etnohistória do planalto central**: contribuição para a antropogeografia do cerrado. Dissertação de mestrado. Unb. 2013.

WADDINGTON, May. **Encontro de uma ausência: ou onde estão os índios do Piauí?** . Revista ABA. 2012.

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

Flávio Fernandes Carvalho¹
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz²

RESUMO

Neste artigo, analisam-se discursos produzidos na imprensa oitocentista relacionados à construção da memória de Lívio Lopes Castelo Branco, fazendeiro e político liberal que se envolveu na Balaiada. Tratamos da criação do jornal *O Telégrafo*, das motivações para seu aparecimento, e analisamos as diversas representações negativas sobre o político. Discutimos, a partir dos escritos de Lívio Lopes, como ele enfrentou as agressões dos conservadores e os seus próprios ressentimentos, bem como as tentativas de criação de uma memória que confrontasse aquela veiculada sobre ele na imprensa. Na elaboração do trabalho, foram utilizados como fontes os jornais *O Telégrafo*, *O Repúblico*, *O Grito Nacional* e ainda os *Anais do Parlamento Brasileiro*. Quanto à historiografia, dialoga-se com DIAS (2014), CARVALHO (2019, 2020), CASTELO BRANCO (2019), RÊGO (2001), RICOEUR (2007) e POLLAK (1989).

Palavras-chave: Piauí. Lívio Lopes Castelo Branco. Política. Memória.

THE SEVERAL MEMORIES OF LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: politics and resentments inscribed in the nineteenth century press

ABSTRACT

In this article, we analyze discourses produced in the nineteenth century press related to the construction of the memory of Lívio Lopes Castelo Branco, a farmer and liberal politician who was involved in Balaiada. We deal with the creation of the newspaper *O Telégrafo*, the reasons for its appearance, and analyze the various negative representations of Lívio Lopes Castelo Branco. Based on the writings of Lívio Lopes, we discuss how he faced the aggressions of conservatives and his own resentments, as well as the attempts to create a memory that would confront the one published about him in the press. In preparing the work, the newspapers *O Telégrafo*, *O Repúblico*, *O Grito Nacional* and the *Annals of the Brazilian Parliament* were used as sources. As for historiography, we dialogued with DIAS (2014), CARVALHO (2019, 2020), CASTELO BRANCO (2019), RÊGO (2001), RICOEUR (2007) and POLLAK (1989).

Keywords: Piauí. Lívio Lopes Castelo Branco. Policy. Memory.

LAS VARIAS MEMORIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política y resentimientos inscritos en la prensa ochocentista

RESUMEN

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. flaviocarvalho540@gmail.com

² Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, Docente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. teresinhaqueiroz@bol.com.br

En este artículo, se analizan discursos producidos en la prensa ochocentista relacionados a la construcción de la memoria de Livio Lopes Castelo Branco, granjero y político liberal que se involucró en la Balaiada. Tratamos de la creación del periódico *El Telégrafo*, de las motivaciones para su aparición, y analizamos las diversas representaciones negativas sobre lo político. Discutimos, a partir de los escritos de Lívio Lopes, cómo él enfrentó las agresiones de los conservadores y sus propios resentimientos, así como los intentos así como las tentativas de creación de una memoria que confrotara aquella vehiculación sobre él en la prensa. En la elaboración del trabajo, fueron utilizados como fuentes los periódicos *El Telégrafo*, *El Repúblico*, *El Grito Nacional* y también *Los Anales del Parlamento Brasileño*. En cuanto a la historiografía, dialoga con DIAS (2014), CARVALHO (2019, 2020), CASTELO BRANCO (2019), RÊGO (2001), RICOEUR (2007) y POLLAK (1989).

Palabras clave: Piauí. Lívio Lopes Castelo Branco. Política. Memória.

INTRODUÇÃO

No Brasil oitocentista, quando surge a imprensa, ela já pode ser definida por suas “lentes” políticas.³ No Piauí, o processo não foi diferente. A imprensa torna-se veículo de fundamental importância para formação e manutenção dos grupos políticos, que criam os jornais para sua propaganda e defesa. As informações encontradas nessas folhas eram variadas, trazendo notícias referentes a acontecimentos de todo o Império, do exterior, além de abordar assuntos governamentais. Entretanto, uma página ou outra era destinada às polêmicas, envolvendo trâmites das políticas local e regional e até mesmo disputas de cunho pessoal.

Ao analisar jornais que circulavam no Piauí e em outras províncias, observamos aspectos relacionados à vida social e cultural, mas verificamos também que as fontes hemerográficas possibilitam o estudo das questões políticas. O jornal *O Telégrafo*, por exemplo, favorece o entendimento da dinâmica social piauiense ao tempo da Balaiada e, sobretudo, constrói e preserva conjunto de representações em torno daquele evento. Entretanto, é preciso que tenhamos cuidado ao utilizar esse tipo de documentação, pois, embora a imprensa atual guarde algumas “permanências”, a imprensa oitocentista tem suas especificidades, o que requer cautela e atenção ao analisarmos suas matérias.

O Telégrafo, que circulou em Oeiras de 1839 a 1840, já nasce como lugar de memória, pois foi criado com a intencionalidade de narrar os acontecimentos da Balaiada. A análise do jornal evidencia que sua feitura atendia ao partido do presidente da província, Manoel de Sousa Martins – Barão e depois Visconde da Parnaíba.⁴

³ RÊGO, Ana Regina. **Imprensa piauiense**: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

⁴ Militar e político brasileiro, primeiro Barão e Visconde com grandeza da Parnaíba. Nasceu na fazenda Serra Vermelha, Oeiras, Piauí, no dia 8 de dezembro de 1767 e morreu em Oeiras, em 20 de fevereiro de 1856. Foi um Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

Os escritos de *O Telégrafo* estão marcados por fortes interesses políticos e pessoais. Assim, o jornal descrevia a revolta a partir da voz do Estado imperial, ou seja, apresentando e defendendo o conjunto de instituições que representava as normas, as leis, e que carregava as insígnias do poder e da verdade a ser legitimada.

Buscamos, neste texto, utilizar referências conceituais do campo da Memória. Essa escolha teórico-metodológica de construção da narrativa nos ajuda a compreender os modos de acontecer na história, bem como os processos que possibilitam a eternização de certos fatos e versões. Contudo, sendo o campo das relações entre História e Memória muito abrangente e complexo, debruçamo-nos apenas em uma cautelosa análise de alguns textos clássicos e que se propuseram a discutir essas relações interdisciplinares. Centramos nossa análise principalmente em Paul Ricoeur⁵ e Michael Pollak.⁶

A partir dessa problemática, procuramos desenvolver estudo que visasse contemplar essas articulações da Memória com a História, propondo essa discussão por meio do estudo da construção da memória de um sujeito que participou da Balaiada, revolta popular iniciada em 1839, nas províncias do Maranhão e do Piauí. Na sequência, seguimos os passos de Lívio Lopes Castelo Branco,⁷ priorizando as memórias diversas e conflitantes que foram sendo produzidas durante e depois de seu envolvimento na Balaiada.

O DISCURSO MEMORIALÍSTICO DE *O TELÉGRAFO*

Oeiras, a capital da província do Piauí, comparada a capitais como Belém, Recife e São Luís, não passava de uma vila pequena e monótona. Como poucas pessoas sabiam ler e escrever, podemos imaginar que não havia grande interesse na circulação de jornais. Por ser a ruralidade

dos mais importantes personagens da independência do Brasil na província do Piauí e presidente da província por quase duas décadas. Filho de Manuel de Sousa Martins e Ana Rodrigues de Jesus. Casou-se com sua prima D. Josefa Maria dos Santos.

⁵ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas(SP): Editora da Unicamp, 2007.

⁶ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

⁷ Lívio Lopes Castelo Branco iniciou cedo na vida política provincial. Desejoso de elevar-se a nível nacional, juntamente com o Partido Liberal, do qual era um dos principais líderes no Piauí, buscava sua glória na derrocada de Manoel de Sousa Martins. Nascido em 11 de setembro de 1811, em Santo Antônio de Campo Maior, era filho de Antônio Lopes Castelo Branco e Silva e Ana Liduina Rosa de São José. Casou-se em 15 de junho de 1834, na vila de Campo Maior, com Bárbara Maria de Jesus Castelo Branco. Foi rábula, vereador, juiz de paz, promotor público, coronel da Guarda Nacional, entre outras atribuições. Embora tenha exercido variadas ocupações notórias, morreu sozinho, em Parnaíba, no dia 5 de dezembro de 1869.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021

característica dominante nessa sociedade de base agropecuária, as vilas tinham incipiente população fixa e não poderiam sequer serem definidas como centros urbanos.⁸

Estudiosos como Odilon Nunes e Claudete Dias apresentam a capitania do Piauí como uma grande fazenda de gado, com população espalhada pelo vasto território e ligada pelos caminhos dos rebanhos. Segundo Dias,⁹ nessa grande fazenda não havia escolas e hospitais, e o comércio era centralizado nas feiras. Tratava-se de uma sociedade sem oferta de serviços educacionais. Escolas de instrução primária e religiosa não funcionavam, tanto por falta de condições humanas como materiais. No ano de 1815, apesar das várias escolas criadas, elas não funcionavam no Piauí. O não atendimento às numerosas demandas de criação de escolas, provavelmente, devia-se ao descaso dos primeiros governos pela instrução popular e à valorização do aparato militar.¹⁰

Assim como ocorreu com as escolas, a imprensa também se instalou tardiamente no Piauí. Somente em 1832, circulou o primeiro jornal intitulado *Piauiense*. Esse jornal destinava-se a publicar atos oficiais, e era redigido pelo professor Amaro Gomes de Santos e possivelmente pelo Pe. Antônio Pereira Pinto Lago.¹¹ Com relação à circulação do jornal *Piauiense*, não dispomos de informação precisa, entretanto, podemos afirmar que teve circulação efêmera. Segundo Pedro Vilarinho Castelo Branco, o maquinário dessa tipografia viera da Bahia trazido pelo padre Antônio Fernandes da Silveira, e o jornal era editado na Tipografia Silveira e Cia., que depois passara a ser Tipografia Provincial e alguns anos depois Tipografia Saquarema,¹² o que revela a relação íntima dos redatores com os interesses dos conservadores da província, em especial o presidente Manoel de Sousa Martins. Em sua pesquisa sobre a imprensa piauiense no período regencial, Castelo Branco afirma que “as informações coletadas em trabalhos de cunho historiográfico dão conta de que o periódico circulou, pelo menos, até março de 1833.”¹³

Quase uma década após o aparecimento do primeiro jornal no Piauí, foi criado, em 1839, na capital Oeiras, o jornal *O Telégrafo*, sob a supervisão de Francisco José Fialho. Essa folha tinha caráter político muito bem definido, e seu objetivo principal era influenciar a opinião

⁸ DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaíos e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja**. 3 ed. rev. atual. Teresina: EDUFPI, 2014.

⁹ DIAS, 2014.

¹⁰ DIAS, 2014.

¹¹ RÊGO, 2001.

¹² CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Imprensa e política no Piauí, no Período Regencial e início do Segundo Reinado. In: QUEIROZ, Teresinha; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Páginas impressas**. São Paulo: Mentis Abertas, 2020. p. 19-50.

¹³ CASTELO BRANCO, 2020, p. 26.

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

pública em favor da política oligárquica do Barão da Parnaíba, que colocava todo seu empenho e força na tentativa de sufocar o movimento Balaiada.¹⁴ Portanto, o jornal nasceu em uma conjuntura político-social tensionada por um governo autoritário e despótico em uma sociedade marcada por sucessivas alterações institucionais, legais e administrativas, que desagradavam a muitos. Insatisfeita, parte da população aderiu facilmente ao movimento.

O jornal *O Telégrafo* era impresso duas vezes por semana, todas as segundas e quintas, na Tipografia Provincial, em Oeiras. Por essa periodicidade – bissemanal –, podemos perceber o alcance das preocupações do Barão da Parnaíba, que investiu na circulação do periódico, com o fim de informar, ao seu modo, sobre a Balaiada e suas consequências.

Com a deflagração da Balaiada no Maranhão e praticamente ao mesmo tempo no Piauí, Lívio Lopes Castelo Branco resolveu aliar-se aos rebeldes, na tentativa de conseguir conquistar seus objetivos particulares, políticos e familiares. Contudo, com essa adesão à Balaiada, Lívio Lopes passou a ser perseguido pela família Sousa Martins, em especial pelo presidente da província, Manoel de Sousa Martins.

A rivalidade entre as famílias Castelo Branco e Sousa Martins já era visível, desde os primeiros anos de administração do Barão da Parnaíba, muito embora essas tensões ainda não fossem exacerbadas. Contudo, com a participação de Lívio Lopes na Balaiada, essa rivalidade se intensificou e ultrapassou o campo das civilidades e das aparências. Desse modo:

O conflito entre os grandes clãs familiares extrapolou o caráter político e administrativo, passou a ser uma questão pessoal, principalmente, por parte do Barão da Parnaíba. Lívio acabou por receber toda a culpa da deflagração do movimento no Piauí, embora não tenha tido toda essa participação que lhe foi atribuída.¹⁵

Como mencionado acima, no ano que estourou o movimento no Piauí, fora criado, a mando do então presidente, um jornal, com o objetivo de relatar as informações acerca da Balaiada. Tratava-se de prática comum, por ser o jornal um veículo cujas funções eram mais largas que a mera transmissão de informação, era também um dispositivo na construção da opinião pública. Embora a população piauiense fosse pouco alfabetizada, essas informações eram consumidas rapidamente, primeiro pela leitura e depois passadas boca-a-boca.

¹⁴ RÊGO, 2001.

¹⁵ CARVALHO, Flávio Fernandes. **Imprensa, política e sociedade**: memória e representação de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva: 1839-1869. 2019. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019. p. 30.

Como dito, o jornal *O Telégrafo* exercia várias funções. Uma delas era o caráter pedagógico e informativo, no sentido de aconselhar a população sobre as possíveis inverdades transmitidas pela imprensa do Maranhão e que alcançavam diretamente o Piauí. Segundo Maria Amélia Freitas Mendes Oliveira, no Maranhão havia jornais que exerciam as mesmas funções do *O Telégrafo*. Esses jornais, contudo, respondiam ao partido vencido – liberal ou bem-te-vi, que fazia forte oposição ao governo conservador, vitorioso:

Na turbulenta eleição de 1836 vai vitorioso o Partido Cabano, que recrudesce as perseguições e o massacre das oposições liberais. Esta verdadeira guerra partidária é transposta e alimentada por meia dúzia de jornais de São Luís. Estes passam a exercer importante função na escalada de exaltação dos ânimos. Na época os jornais que circulavam no Piauí eram justamente aqueles maranhenses. As ideias veiculadas pelo *O Bem-te-vi*, de Rafael de Carvalho, e pela *Crônica Maranhense*, de João Francisco Lisboa, ambos a serviço do Partido Liberal e de extremada oposição ao governo, provocaram intensa reação e não deixaram de subverter os ânimos da comunidade piauiense, tão ligada ao Maranhão.¹⁶

Segundo Castelo Branco, foi escolha dos redatores iniciarem a narrativa da guerra em curso retrocedendo no tempo, na tentativa de estabelecer balizas enunciativas sobre os fatos. Além do que, havia também o intuito de construir uma narrativa que heroicizasse Manoel Clementino de Sousa Martins¹⁷ e desprestigiasse Lívio Lopes Castelo Branco. Aponta, ainda, ser objetivo central do jornal informar a população sobre a Balaiada deslegitimando os adversários, priorizando, de início, a desconstrução dos homens da elite que colocavam em risco o domínio do Barão da Parnaíba, o então presidente da província.¹⁸

Seguindo essa lógica, Flávio Fernandes Carvalho salienta:

O desejo do Barão da Parnaíba não era simplesmente criar um jornal para deixar a pequena população letrada informada dos acontecimentos. Mas, acreditamos, que a criação do jornal revela um Barão da Parnaíba temeroso, principalmente com a proporção que o movimento tomara, no Maranhão. Além disso, era preciso um jornal que rivalizasse com os jornais maranhenses

¹⁶ OLIVEIRA, Maria Amélia Freitas Mendes de. **A Balaiada no Piauí**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985. p. 68.

¹⁷ Sobrinho, afilhado e genro do Barão da Parnaíba, ofereceu-se como voluntário e formou, com expressiva parte dos filhos-família da região, o contingente que atuou nos primeiros momentos da repressão à Balaiada, em seu início mais ativa no território maranhense. Era militar já experimentado nas lutas pela Independência (PI e MA), na revolta de Pinto Madeira (CE) e na repressão aos restauradores pernambucanos. Tinha fama de bravo e temerário. Nasceu em 1799 e faleceu no combate no Baixão, em território maranhense, no dia 14 de setembro de 1839. Foi deputado provincial nas legislaturas de 1835 e de 1837. Sua memória, assim como a do Barão da Parnaíba, tem sido objeto de permanente interesse dos historiadores, escritores e memorialistas piauienses.

¹⁸ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. A Balaiada e as disputas de memória das elites políticas do Piauí oitocentista. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, ano 180, n. 481, p. 41-70, set./dez. 2019.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

que exerciam forte influência na elite piauiense. E, a partir das notícias publicadas nesse jornal, heroicizar aqueles que, para o Barão, deveriam ser reconhecidos como heróis, demonizar aqueles que precisavam ser demonizados.¹⁹

O uso da imprensa pode ser muito oportuno nas disputas de memória, ou na construção de uma memória. Os estudos de Pierre Achard²⁰ no campo da linguística, mais precisamente na análise de discurso, ajuda-nos a entender essa relação. O jornal aparece aqui como um lugar de repetição, um local de poder, que a partir das intenções de seus redatores, ou do interesse daqueles para quem estão a serviço, desempenha esse papel de construtor de memória, seja ela positiva ou negativa.

Foi esse o mecanismo adotado por Manoel de Sousa Martins. Apoiou-se na imprensa para criar um discurso a ser repetido em diversos lugares, e usou essa repetição para enquadrar uma memória e construir uma regularidade e um padrão informativo. Podemos afirmar que *O Telégrafo*, para o Barão da Parnaíba, era não somente um divulgador de discursos, mas também um lugar de produção de memória.

Pierre Nora,²¹ cujos trabalhos contribuem no campo da memória em diferentes dimensões, ajuda-nos a entender um periódico enquanto espaço de poder e lugar de memória. Considera que, para que um objeto, pessoa, ou lugar, ou qualquer fenômeno (noção husserliana),²² seja um lugar de memória faz-se necessária a ocorrência de uma tríplice articulação de sentidos: material, simbólico e funcional.

Não há dúvidas de que *O Telégrafo* representava, para o Barão da Parnaíba, um lugar de memória. Suas intenções eram nítidas. O jornal, enquanto objeto material, exercia uma função particular e sobretudo política, e possuía uma simbologia. Sua feitura extrapolava a transmissão de informações e mesmo o sentido imediato da resolução de uma revolta na província; nas folhas também ecoavam dores e ressentimentos,²³ sobretudo porque Manoel de Sousa Martins creditava a Lívio Lopes a entrada do Piauí na Balaiada, além da morte de seu sobrinho, genro e afilhado:

Quando Manoel Clementino de Sousa Martins morreu, o ódio de seu tio, Barão da Parnaíba, contra Lívio, cresceu ainda mais. Não se sabe ao certo

¹⁹ CARVALHO, 2019, p. 19.

²⁰ ACHARD, Pierre (et al.) **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editores, 2007.

²¹ NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. História, São Paulo, 1993.

²² Husserl foi um filósofo alemão que se preocupou em resguardar os estudos filosóficos de forte crítica na virada do século XIX, derivada da difusão e aceitação do conhecimento científico e dos estudos do psicologismo. Desenvolveu e atualizou os estudos filosóficos, sendo tipo como o criador da Fenomenologia.

²³ Sobre a Balaiada e a construção de uma memória ressentida, cf. QUEIROZ, Teresinha. Ressentimentos políticos e lutas de memória em **A Balaiada**, de Clodoaldo Freitas. In: RÊGO, Ana Regina; QUEIROZ, Teresinha; HOHLFELDT, Antônio (Orgs.). **Tempo e Memória**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. p. 243-274.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021

quem matou Manoel Clementino, entretanto, a culpa caiu totalmente sobre Lívio. Sabemos que Manoel Clementino morreu no campo de batalha, mas não é possível apontar quem o matou. Acreditamos que são poucas as chances de Lívio tê-lo matado. O próprio *O Telégrafo*, ao descrever a morte heroica de Manoel Clementino, afirmava que este, ao ter corrido de forma imprudente e sozinho, rumo aos balaíos, fora baleado.²⁴

Enquanto o jornal heroicizava Manoel Clementino, o contrário era feito com relação a Lívio Lopes, tendo em vista que o que constava em *O Telégrafo* sobre ele era desonroso e motivo de vergonha. Do ponto de vista de Lívio Lopes, seu desejo talvez fosse o de afogar o jornal no rio Lete, o rio do esquecimento, certamente ensejava que todas as folhas fossem queimadas, apagadas, destruídas. Com isso revelamos um aspecto importante acerca dos lugares das memórias: eles são lugares significados, marcados por sentidos, e esses sentidos são diversos. Assim, os acontecimentos só se tornam lugares de memória a partir da atribuição de significados distintos dados pelos sujeitos.

Desse modo, podemos atribuir ao jornal *O Telégrafo* um importante feito: o de preservar uma certa memória de um tempo de disputas. O objetivo perseguido pelo Barão da Parnaíba, o de construir uma memória que desprestigiasse Lívio Lopes Castelo Branco, consolidando um discurso em que ele era tido como covarde, fraco, rebelde, insurgente, bárbaro, ingrato, entre tantos outros adjetivos depreciativos, foi um discurso que se perpetuou após a Balaiada e marcará toda trajetória de vida do político campo-maiorense. Cabe aos historiadores explicitarem os termos dessa construção discursiva.

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO

Para além da função de criação de um discurso e sua repetição, *O Telégrafo* foi utilizado como veículo de divulgação de uma memória oficial, tendo em vista que, na condição de administrador da província do Piauí e delegado do governo imperial, Manoel de Sousa Martins acabou por produzir uma memória coletiva e oficial a respeito de Lívio Lopes Castelo Branco como sendo responsável direto pela ocorrência da Balaiada no Piauí, e pelas desgraças que assolaram a província entre 1839 e 1841. Apresentamos parte da performance de Lívio Lopes no início e durante o conflito:

Por se tratar de um grande fazendeiro de família prestigiada, rico e que estava envolvido nos trâmites da política piauiense, Lívio foi se tornando, naquele

²⁴ CARVALHO, 2019, p. 30.

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

momento, a grande figura da Balaiada no Piauí, sempre representado como o *chefe dos de maior influência* das forças *facciosas*. [...] Lívio Lopes Castelo Branco aderiu ao movimento em 1839, ano em que também se retirou. Muito embora outros participantes da Balaiada que entraram no movimento, desde o início, como o caso do vaqueiro Raimundo Gomes – o responsável por estourar o movimento na vila da Manga –, e Manuel Francisco dos Anjos Ferreira – fabricante de balaaios –, de onde veio o nome que batizou o movimento, fossem figuras importantes, era o nome do Lívio que sempre aparecia estampado nas folhas do jornal, apontado como um dos grandes chefes e influenciadores do movimento.²⁵ (grifos do autor).

60

Ao propormos o uso do conceito de memória coletiva, afastamo-nos de Maurice Halbwachs,²⁶ que sugere uma memória coletiva harmoniosa, dotada de coesão social, favorecedora da continuidade e da estabilidade dos grupos. Aproximamo-nos de Michael Pollak, com sua ideia de enquadramento de memória, e, ainda, de Paul Ricoeur, quando identifica os três sujeitos de atribuição da lembrança: o eu, os coletivos e os próximos.

Paul Ricoeur, ao pensar os próximos como caminho relacional entre os indivíduos e os coletivos, colabora no entendimento de que há a possibilidade de enquadramento de memórias compartilhadas entre sujeitos próximos. Em *O Telégrafo*, podemos observar que o esforço do Barão da Parnaíba de consolidar uma memória depreciativa de Lívio Lopes, levou ao envolvimento de todo seu grupo familiar e político. A forma como Lívio Lopes é representado em *O Telégrafo* e em diversos jornais posteriores é um exemplo de como as memórias atravessam o si – o Barão, os próximos – seu grupo familiar e amigos, e os coletivos – diversos grupos políticos representados na Corte imperial e em outras províncias.

No dia 22 de fevereiro de 1843,²⁷ em discurso proferido no Parlamento, no Rio de Janeiro, quatro anos após sua participação efetiva na Balaiada, e já anistiado, Lívio Lopes foi descrito da seguinte maneira:

Continuando seu depoimento, afirmou que, em dias do mês de junho de 1842, apareceu no Exu, José Lourenço de Castro e Silva, trazendo em sua companhia o célebre desordeiro Lívio Lopes Castelo Branco e outros. Disse que haviam espalhado terror nos habitantes daquele lugar, pois traziam com eles um plano revolucionário, principalmente por ter saído José Lourenço da Corte, que era foco da facção anarquizadora e da província de São Paulo, que já estava rebelada.

Segundo, ainda, seu testemunho, ele mesmo temera pela tranquilidade pública do país, pois não podia supor que a oposição fosse tão desvairada, tão louca, que tramasse uma revolução. Dizia que temeu muito, ainda mais vendo José Lourenço acompanhado por Lívio no Exu. Falava que essas suas conjecturas,

²⁵ CARVALHO, 2019, p. 28.

²⁶ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

²⁷ ANAIS do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro. Sessão de 22 de fevereiro de 1843. p. 826-829.

tomaram maior força, quando viu que os primeiros passos de José Lourenço foi fazer convite a várias pessoas de sua comarca, pessoas reconhecidas como partidárias do senador Alencar, as quais se reuniram no Exu.²⁸

Como observamos, a memória construída ainda em 1839, de um Lívio rebelde, desordeiro, faccioso, insurgente, continuava a ser ecoada nos grupos de oposição ao Partido Liberal, do qual Lívio fazia parte e em que militava. Trata-se de fato, de uma memória enquadrada, forjada, manipulada pelo grupo vencedor. Recorremos novamente a Paul Ricoeur, quando discute os usos e abusos da memória e mais precisamente a memória manipulada. Ricoeur salienta o abuso dessa memória manipulada, pois trata-se de uma memória que está a serviço dos jogos de interesse e das ideologias. O sujeito dotado de poder, ou alguma instituição, utiliza-se desse poder para moldar, enquadrar e manipular a memória ao seu modo, colocando-a na dimensão de memória oficial, uma memória, geralmente, dos vencedores²⁹.

No caso de Lívio Lopes e a citação de trajetos da sua vida no Parlamento, temos:

Além disso, acrescentou outra circunstância. Afirmou que, quando apareceu José Lourenço no Exu, perguntavam-se: o que vem fazer este homem em lugares tão remotos? Respondiam que ele trazia cartas de recomendação do presidente do Rio Grande do Norte para o Visconde da Parnaíba. Ele julgava que isso não era possível, pois trazia consigo Lívio Lopes Castelo Branco, pessoa que assassinara um sobrinho e genro do Visconde e irmão de um colega, deputado pelo Ceará.³⁰

Embora a criação de *O Telégrafo* e a participação de Lívio Lopes na Balaiada, e depois no ajuntamento do Exu, tenham sido os primeiros marcos desse enquadramento de sua memória, esses não podem ser pensados como os únicos. Lívio, por ser um sujeito atuante no campo do direito, na imprensa e na política, conquistou um grande número de desafetos, pessoas geralmente ligadas aos grupos conservadores, tanto da província quanto do Império brasileiro.

O histórico das famílias Alencar no Pernambuco, os Lourenço de Castro e Silva no Ceará, e os Castelo Branco no Piauí, além de várias outras famílias da Paraíba e do Rio Grande do Norte, revelam teias de relações muito bem articuladas, tanto na esfera local, como na esfera regional, que buscavam unir forças na política regional e na burocracia local no intuito de rivalizarem com as demais oligarquias num cenário nacional.

As sessões do Parlamento na Corte, no Rio de Janeiro, era o ápice da rivalidade entre esses grupos políticos. Enquanto nas províncias,

²⁸ CARVALHO, 2019, p. 38.

²⁹ RICOEUR, 2007, p. 93-99.

³⁰ CARVALHO, 2019, p. 39.

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

principalmente, durante as eleições, havia forte confronto entre esses grupos, ocasionando lutas, atentados, polêmicas em jornais, batalhas campais, fraudes e assassinatos, na Corte, onde as aparências eram indispensáveis, as disputas ficavam na esfera da lãbia, influências e articulações políticas.³¹

A rede de comunicação criada a partir dos jornais, tanto entre os liberais, quanto entre os conservadores, servia de propulsora da divulgação desses discursos. No ano de 1844, com a chegada das eleições provinciais para escolha de deputados, Lívio retornou ao Piauí com a ambição de auxiliar José Ildefonso de Sousa Ramos³² nas eleições piauienses, ativando forte oposição ao então presidente Conde do Rio Pardo,³³ que estava a serviço do agora Visconde da Parnaíba.

Mais uma vez o cenário conflituoso estava posto, e as disputas e ressentimentos políticos exacerbavam-se mais uma vez, colocando Lívio Lopes e o Visconde da Parnaíba frente a frente. Ocorridas as eleições de 1844, vence o grupo apoiado por Lívio Lopes. Entretanto, no momento da votação no Parlamento do parecer dado pela Comissão de Poderes, as rivalidades na Corte fizeram com que a emissão do parecer fosse adiada:

Contudo, ao chegar o parecer na câmara, para ser votado a sua validação, alguns deputados mediante as informações de que houve duplicata e de que havia saído Lívio Lopes do Maranhão, com um grupo, para perturbar as eleições no Piauí, julgaram que o parecer da comissão deveria ser adiado para que outros documentos referentes a essa eleição fossem analisados, a fim de terem certeza de que não houvera, de fato, uma eleição fraudulenta.³⁴

Mais uma vez podemos observar uma discussão em que Lívio Lopes aparece associado a revolta, perturbação da ordem e fraude eleitoral. Esse fragmento é apenas um dos vários em que ele é citado em debates no parlamento imperial brasileiro. Na sessão de 12 de abril de 1845,³⁵ um deputado liberal do Maranhão vem em auxílio de Lívio. Jansen do Paço afirmou que Lívio fora ao Piauí a pedido do José Ildefonso para ajudá-lo nas eleições, já que o Conde do Rio Pardo havia se aliado ao Visconde da Parnaíba, e que as ações de Lívio foram legais e não provocaram perturbações.

³¹ CARVALHO, 2019, p. 43.

³² José Ildefonso de Sousa Ramos nasceu em Baependi (MG), em 28 de setembro de 1812, e faleceu em 23 de julho de 1883, no Rio de Janeiro. Advogado, político e fazendeiro. Foi deputado geral, senador e ministro da Justiça. Presidiu as províncias do Piauí, Minas Gerais e Pernambuco.

³³ Militar e político, Tomás Joaquim Pereira Valente nasceu em Porto, Portugal, em torno de 1790, e faleceu no Rio de Janeiro em 1849. Governou a província do Piauí de 9 de setembro de 1844 a 20 de julho de 1845.

³⁴ CARVALHO, 2019, p. 46.

³⁵ ANAIS do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro. Sessão de 12 de abril de 1845. p. 576-584.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021

Em 24 de maio de 1846, o *Jornal Caxiense*³⁶ informou que passava a circular mais um periódico em Caxias, publicado na tipografia do Sr. João da Silva Leite. Esse periódico era denominado *O Liberal Piauiense*. Os redatores do *Jornal Caxiense* classificavam *O Liberal Piauiense* como pertencente ao partido ministerial, e que se tratava de órgão de um partido que há muito tempo procurava se mostrar, no Piauí.³⁷ Dizia ainda o *Jornal Caxiense* que o referido periódico traria uma nova época ao Piauí, fazendo cessar o uso das denominações viscondistas e antviscondistas, que colocavam os partidos do Piauí, na posição não de partidos, mas de grupos de afeto ou desafeto, dirigidos a um único indivíduo.³⁸

As eleições de 1846 não foram diferentes das efervescidas eleições de 1844. Como ocorria nessas conjunturas, fora enviado ao Piauí um responsável pela organização da província e pelo processo eleitoral. Em substituição ao Conde do Rio Pardo foi nomeado, por carta imperial, Zacarias de Góis e Vasconcelos,³⁹ que governou de junho de 1845 a setembro de 1847, quando foi substituído por Marcos Antônio de Macedo.⁴⁰ Essa nomeação causou uma enorme insatisfação nos conservadores piauienses.

Artigo redigido no dia 11 de novembro de 1847 por um anônimo, e publicado no Rio de Janeiro em 3 de janeiro de 1848, registrou grande indignação com a situação da província do Piauí. O remetente afirmava não pertencer a partido algum, contudo, era evidente sua insatisfação com o governo de Marcos Antônio de Macedo, que teria sido enviado para cumprir os interesses do Dr. Alencar, amigo próximo de Lívio Lopes.⁴¹ O remetente, que utilizou o pseudônimo O Fidedigno, informava que ainda há pouco tempo havia satisfação na província com a administração do Dr. Zacarias de Góis e Vasconcelos. Entretanto, agora a província fora entregue “às unhas” de Lívio Lopes Castelo Branco, o ajudante de Raimundo Gomes em Caxias, e ligado aos Alencar no Exu. Afirmava temer pela tranquilidade da província, entregue a Marcos Antônio de Macedo e este a Lívio Lopes.

³⁶ Circulou entre 1846 e 1852. Impresso na Tipografia Imparcial, de J. da S. Leite. Publicado aos sábados.

³⁷ MAIS um periódico em Caxias! **Jornal Caxiense**. Caxias, ano 1, n. 12, p. 3, 24 maio 1846.

³⁸ CARVALHO, Flávio Fernandes de. Ressentimentos políticos e relações de poder no jornalismo de Lívio Lopes Castelo Branco: 1835-1852. In: QUEIROZ, Teresinha; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Páginas impressas: história, imprensa e política no Brasil**. São Paulo: Mentis Abertas, 2020. p. 88.

³⁹ Advogado e político brasileiro, nasceu em Valença (BA), em 5 de novembro de 1815 e morreu no Rio de Janeiro em 29 de dezembro de 1877. Foi presidente das províncias do Piauí, Sergipe e Paraná, deputado provincial pela Bahia, presidente da Câmara dos Deputados pelo Paraná, deputado geral, senador do Império, ministro da Marinha, da Justiça, da Fazenda e presidente do Conselho de Ministros por três vezes.

⁴⁰ Advogado, escritor e político brasileiro, nasceu em Jaicós em 18 de junho de 1808 e morreu em 15 de dezembro de 1872. Filho de Antônio de Macedo Pimentel e de uma índia acoroá. Foi criado por Dona Maria de Macedo Pimentel, sobrinha de Bárbara de Alencar. Presidente da província do Piauí de 7 de setembro de 1847 a 14 de março de 1848.

⁴¹ CORRESPONDÊNCIA Piauí. **O Correio da Tarde**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 3, 3 jan. 1848.

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

Em artigo de 29 de dezembro de 1847, ao referir-se à gestão de Marcos Antônio de Macedo, à qual tecia fortes críticas, o remetente pontuava:

Não descerei a outros fatos da governança Lívio-Macedo, seria um tecido de horrores incríveis à fé mais robusta. Pelo que poderia acrescentar darei um só que valerá por todos: Lívio Lopes acaba de partir para Campo Maior, nomeado coronel-chefe da Guarda Nacional, levando carta branca para fazer o que aprouver! Para quem conhece Lívio Lopes, este só fato da presidência basta para qualificá-la devidamente.⁴²

Ainda insatisfeito com a declaração dada sobre a administração de Macedo e, para justificar o suposto equívoco cometido pelo presidente, ao nomear Lívio Lopes para um importante cargo, declara:

Lívio Lopes, o filho pródigo, o salteador de Caxias, o revolucionário de toda a parte, o cão danado da família, repellido pelos seus mais próximos parentes, contra cujas vidas tentou. Este é o homem mandado com autoridade tão elevada para o termo de suas primeiras façanhas, onde residem seus parentes e inimigos, onde saciara seus ódios contra inocentes, culpados no tribunal da sua vontade!⁴³

Mais uma vez percebemos a divulgação do mesmo discurso construído desde 1839 sobre Lívio. Ele continuava a ter essa mancha sobreposta à sua honra, e quanto mais participava ativamente da política, da administração pública e da imprensa, mais os seus opositores se utilizavam desses discursos depreciativos para tentar desprestigiar-lo.

Com o Partido Liberal à frente dos gabinetes de 1843 a 1849, Lívio percebeu a oportunidade de um triunfo liberal na eleição para deputado geral. Contudo, no ano de 1849, quando foi eleito o juiz de paz mais votado de Campo Maior, as eleições de 1849 ainda estavam em discussão, resolvendo-se apenas em 1850, quando o gabinete liberal já perdera o poder. No final de 1849, os grupos conservadores retomam a liderança do gabinete ministerial. Com isso, são enviados às províncias novos presidentes.

Ocorre, então, a nomeação de José Antônio Saraiva.⁴⁴ O novo presidente tratou logo de organizar as lideranças conservadoras da província para a formação de uma chapa para as futuras eleições. De um lado, estava o grupo liderado por Saraiva. Do outro, o grupo do qual

⁴² CORRESPONDÊNCIA Piauí. **O Correio da Tarde**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 3, 3 jan. 1848.

⁴³ CORRESPONDÊNCIA Piauí. **O Correio da Tarde**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 3, 3 jan. 1848.

⁴⁴ Advogado e político brasileiro, nasceu em Santo Amaro(BA), em 1823, e morreu em Salvador em 1895. Fez notável carreira política. Presidiu a província do Piauí de 7 de setembro de 1850 a 12 de março de 1853. Após, assumiu o mesmo cargo em Alagoas, São Paulo e Pernambuco. Foi deputado provincial, senador, presidente do Conselho de Ministros, ministro dos Negócios Estrangeiros, da Guerra, da Marinha, da Fazenda e do Império. Humana Res,v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021

Lívio participava, os liberais. A disputa era totalmente desigual. Saraiva era presidente da província, recebia apoio de seus correligionários e, ainda, era tutelado pelo gabinete ministerial. Enquanto isso, Lívio esperava receber o apoio dos líderes liberais da província, o que não ocorria em sua plenitude.

UMA MEMÓRIA VOLUNTÁRIA

Iniciaremos com a afirmação de que as eleições de 1852 foram as mais dolorosas para Lívio Lopes, e ele mesmo escreverá posteriormente acerca de suas frustrações. Esses registros pessoais carregados de ressentimentos revelam aspectos da sua memória voluntária, muito oportunos para entendermos a memória como auxiliar da história.

Insatisfeito com o desfecho das eleições anteriores, Lívio candidatou-se em 1852, porém, dessa vez, assumiu uma postura mais conciliadora, inclusive, favorecendo a articulação entre liberais e conservadores. De acordo com correspondência de 20 de agosto de 1852, publicada em *O Grito Nacional*,⁴⁵ ele lançara sua candidatura e solicitava o apoio dos amigos, como vemos a seguir:

[...] Dirão alguns que a quadra é má para mim, porque sobre a questão de princípios e ódio pessoal que me vota o presidente da província, será a causa da minha derrota! Aqui cabe dizer, que sobre pedir e aceitar toda a proteção do Partido Liberal, eu a tenho também pedido aos saquaremas prudentes, honrados, e conscienciosos, que não são meus inimigos pessoais. Nisto portei-me com dignidade e conveniência geral; com dignidade porque excetuando meus inimigos pessoais, entendo que os outros que apesar de serem do outro lado, mas que nas causas particulares nutrem comigo relações de amizade, podiam proteger e podem na eleição sem quebra de seus princípios: conveniência geral, porque sem dever a minha eleição a esforços dos meus amigos de ambos os partidos, a quem procuro, meu dever será servir justamente a todos em geral, advogar a causa da província inteira, única causa que hoje convém segundo estado excepcional, em que se tem achado a mesma província pelas nossas eleições passadas.⁴⁶

O trecho acima mostra o grande desejo de Lívio de tornar-se deputado. Em artigo fundamentado na Constituição do Império e nas leis referentes às eleições, percebemos um Lívio Lopes mais maduro e flexível, tecendo relações com ambos os partidos, e não se preocupando com as possíveis críticas que receberia. Ao lermos este artigo, percebemos que

⁴⁵ Jornal fluminense que circulou de 1848 a 1858. Impresso na Tipografia Guanabarenses. Publicado aos domingos, quartas e sextas.

⁴⁶ CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. A candidatura do Sr. coronel Castelo Branco, pela província do Piauí. *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, ano [...], n. 450, p. 3-4, 29 set. 1852.

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

Lívio estava convicto de que receberia o apoio dos liberais, buscando, assim, somente a ajuda e proteção de alguns senhores do partido saquarema, pois ele julgava possuir boas relações com vários desses senhores.

No andamento das eleições, a força e a influência do presidente da província, José Antônio Saraiva, acabaram por impedir o alcance dos objetivos de Lívio Lopes. Face a essas dificuldades, Lívio publicou a seguinte nota:

No seu Grito n. 450 tive a honra de ver reimpressa a circular que redigi aos piauienses, apresentando-me candidato a eleição geral por esta província, depois de achar-me acolhido pelas influências locais. Fui sinceramente aprovado pelos Constituintes, ou Republicanos, e traído como era de supor pelos cartistas egoístas, e guerreado pelo Saraiva, e pelos ministros da Coroa, e seus imprudentes e infames galegos, e sicários! Entre a precisão de uma luta sanguinolenta e a desistência da pretensão, preferi a última; abandonei, pois, a eleição. O sangue de nossos patrícios é tão precioso para mim, que não devia arriscá-lo, máxime, em uma desordem que daria motivos para o infame Saraiva, o valido especial do Gonçalves Martins, esmagar-me e aos Constituintes, ou Republicanos da província, como tanto anelam!⁴⁷ (grifos do autor).

Embora seja tentador analisar a relação conturbada entre Lívio Lopes e o presidente da província, José Antônio Saraiva, este não é objetivo deste estudo. Aqui, nos detemos nas falas de Lívio Lopes acerca de seus desagradados. Em carta enviada ao Rio de Janeiro para ser publicada, e com o intuito de descrever sua trajetória de vida, Lívio Lopes trata de seus caminhos na política:

Foi em 1831 que principiei a envolver-me em política. Havia abdicado o primeiro imperador, e dominava (ao menos eu acreditei) a política de princípios.

A democracia tinha tomado seu lugar: a ideia geral, a opinião pública, acompanhavam o governo. Tínhamos sinceramente as franquezas do Ato Adicional.

Bebi teoricamente essas ideias na juventude: praticamente achei-me em campo com os homens verdadeiramente liberais.

Em Caxias, onde então me achava, quase sempre nos melhores círculos, dominava até com preferência a tudo, os princípios republicanos. Procurei possuir os melhores livros que tratavam sobre essa forma de governo, e sobretudo estudei a história dos Estados Unidos da América. Logo depois, e em várias épocas, e a pedido dos meus amigos (a despeito de não ser para isto muito habilitado) redigi alguns periódicos. O último foi o Argos Piauiense, que acabo de suspender por já não poder lutar com a oligarquia. Retiro-me bem da política, porque chegamos enfim a uma época tão calamitosa, que um

⁴⁷ CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Estado da província do Piauí. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, ano [...], n. 514, p. 3, 4 mar. 1853.

ministro de estado declarou em pleno parlamento, que a política do governo era as das relações pessoais.⁴⁸

Lívio Lopes narra o início de sua vida, na política, e seu interesse pelo direito. No fragmento, podemos perceber uma memória declarativa, uma ação de rememoração, uma dimensão pragmática da memória. Para além disso, percebemos como ele sente a necessidade da marcação temporal e espacial, delimitando quando e onde esteve, o que Paul Ricoeur chama de memória dos lugares e polo da mundanidade da memória.⁴⁹

Vejamos parte de sua narrativa:

Por esta bandeira acabo de fazer os maiores sacrifícios. Por causa da minha dedicação a ela, acabo de ser atrozmente guerreado pelos oligarcas, na minha candidatura a deputação geral nesta província, e atraído por muitos dos meus antigos amigos, que como o Sr. Dr. Neto, bem não querem à Constituinte. Era preciso pois ou ir adiante, ou recuar. Tomei o último acordo. Tenho, pois, necessidade que todo o país conheça as causas do meu procedimento. As relações que cheguei a adquirir, por sem dúvida, exigiram esta declaração. Republicano por princípios, sacrifiquei quase sempre as minhas convicções, as dos meus amigos monarquistas constitucionais. Muito deles, tive sobejas razões para conhecer que, na melhor boa-fé possível, trabalham para a felicidade do país, convencidos de que o progresso, e a justiça não eram incompatíveis com esse sistema. Achavam-se enganados, e iludiram-me. O regresso tomou coragem. A oligarquia está hoje no pé em que se achava em 1831. Os ministros do Sr. D. Pedro II em 1852, e 1853, professam à risca, seguem, praticam tudo quanto praticavam os do Sr. D. Pedro I em 1830[...].⁵⁰

Sua narrativa aparece carregada de ressentimentos. Ele declara que sempre fora fiel aos interesses brasileiros, sempre sacrificando seus desejos pessoais em prol do bem da nação. Ainda diz que as oligarquias que estavam no poder representavam o Regresso, que seguia à risca as práticas de D. Pedro I.

[...] Com os oligarcas nada, nada, absolutamente nada me convém – prefiro antes a tirania. Com os monarquistas constitucionais não posso continuar, porque os sacrifícios de vinte anos na minha pessoa, e bens, os fatos que tenho de memória a cada dia, e a ingratidão que acabo de sofrer de alguns deles, sendo certo que outros existem cuja amizade prezo, cuja probidade e instrução respeito, me inibem de continuar nessa luta de relações pessoais, e de afeições, e desafeições, ou condescendência, com graves prejuízos, sem nenhum proveito sério para o país. Por sem dúvida me acho no círculo dos

⁴⁸ CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Desprezo a política pessoal, apelo à política de princípios. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, ano [...], n. 535, p. 3-4, 24 abr. 1853.

⁴⁹ RICOEUR, 2007.

⁵⁰ CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Desprezo a política pessoal, apelo à política de princípios. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, ano [...], n. 535, p. 3-4, 24 abr. 1853.

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

Republicanos como políticos de princípios, que sigo, mais sem poder desde já, ser-lhes efetivamente oficioso. E como!? Pela imprensa? Não: porque desde o momento que uma folha republicana se escrevesse nesta província, e por algum que fosse capaz de mover as massas, seria vítima de punhal, e do bacamarte![...].⁵¹ (grifos nossos).

Neste fragmento de sua carta, Lívio afirma que não continuaria apoiando os monarquistas constitucionais, pois sacrificara mais de vinte anos de sua vida, além de seus bens, não sendo correspondido, quando precisou, diz que o que restou foi a ingratidão destes, e que guarda todos esses fatos na sua memória. Observamos que essa carta está impregnada de uma dimensão afetiva da memória, uma memória voluntária e ressentida. Percebemos o esforço de memória que Lívio Lopes realiza ao narrar todos esses fatos, para ele, seguramente, traumáticos.

Os documentos analisados no desenvolvimento desta pesquisa mostram que o desejo de Lívio Lopes era pleitear uma cadeira de deputado geral. Durante toda a sua vida pública militou em favor do Partido Liberal e dos monarquistas constitucionais. Por isso, acreditava que eles lhe seriam gratos e retribuiriam com o apoio à sua candidatura, daí a frustração e o ressentimento. No fragmento abaixo, extraído de carta de 1853, podemos observar melhor esses aspectos:

Há tempo que os ministros da Coroa, de entre os tiranos da pátria, muito me recomendam especial e reservadamente aos presidentes dessa província; mas eu não esperava que isso se desse nesse ministério do Souza Ramos, cuja elevação deve aos meus esforços em 1844!! Ele sabe que deveu a sua candidatura nessa época, por esta província, especialmente aos meus esforços, repito-o, porque, a ingratidão é um vício contra a natureza; e se o duvidar, aí farei publicar as cartas que me dirigiu a esse tempo, e os seus amigos Drs. Bahia, Borges, e Sales, que não podem duvidar juntamente do que o S. Exa. conferenciou comigo no Maranhão quando então se me fez acreditar que era democrata, e sinceramente pertencia ao Partido Liberal: mas os egoístas, e monarquistas oligarcas são todos da mesma estofa; ele não devia ser exceção, tendo sobretudo por companheiro o ministro da Marinha, a quem eu dei uma lição mestra em 1847, nesta mesma província, onde então já não estava tão inocente como em 1844.⁵² (grifos do autor).

⁵¹ CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Desprezo a política pessoal, apelo à política de princípios. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, ano [...], n. 535, p. 3-4, 24 abr. 1853.

⁵² CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Estado da província do Piauí. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, ano [...], n. 514, p. 3, 4 mar. 1853.

Esse fragmento não deixa margem a que se refute nossa interpretação. Lívio Lopes constrói uma memória voluntária. Jacy Alves de Seixas,⁵³ ao tratar das relações entre memória involuntária e memória voluntária, explica que a última pode ser definida como uma memória exercitada, praticada, que requer um esforço intelectual, o recurso a uma forma inteligente de representação do passado.

Lívio Lopes não ignorava a força das palavras e sua permanência no tempo, ao divulgar sua vida e seus sentimentos:

Enquanto na banca de advogado (da roça, não pensem os sábios e os formados que lhes quero ombrear), e na lavoura, achar recurso para sustentar-me, e a minha família, espero em Deus poder viver com alguma independência, e honra! Tenho sobretudo, a glória, o prazer de manifestar aos meus concidadãos, que fui um político de vinte anos, que nunca fui pesado aos cofres públicos. Rejeitei sempre estes pequenos empregos pelos quais muita gente há cometido as maiores indignidades; acabei mesmo de atirar a cara do governo essa patente de coronel da G. N. desde que passou a lei da chibata. Desde que na G. Nacional deixou de ser soldado, o cidadão criado pela Constituição, que bem já não existe de fato. Peço só aos oligarcas que me não mandem arrancar a existência. De Fernando não tenho medo, porque não sou criminoso. Para recrutar não sirvo porque tenho todas as isenções da lei. Peço aos meus verdadeiros amigos, que seguem os princípios monárquicos constitucionais, que desculpem a minha franqueza. Os meus ressentimentos, as minhas fadigas não podiam continuar em prova, sem me obrigar a alguma causa extraordinária. A melhor, entre todas, foi recolher-me ao silêncio. Sou, pois, Republicano de princípios, mas de presente vejo-me privado de pôr-me ao campo com os amigos.
Piauí, 25 de fevereiro de 1853.
Lívio Lopes Castelo Branco.⁵⁴

Uma das grandes riquezas da carta deriva de o próprio Lívio Lopes enfatizar as razões de suas fadigas, desgostos e ressentimentos. Percebemos que ele tenta justificar suas ações e para isso constrói um discurso que mesmo não tendo uma intencionalidade direta, tornar-se-ia um discurso oposto ao do jornal *O Telégrafo*, que inicia a construção de sua memória negativa. Se esses discursos incorporavam uma dimensão inconsciente, trata-se de uma memória subterrânea, uma memória que tenta se firmar e buscar seu lugar no meio social, conquistar aceitação.

⁵³ SEIXAS, Jacy A. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: NAXARA, Márcia; BRESCIANI, Stella. (Org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2004.

⁵⁴ CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Desprezo a política pessoal, apelo à política de princípios. **O Grito Nacional**. Rio de Janeiro, ano [...], n. 535, p. 3-4, 24 abr. 1853.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

Outro exemplo dessa tentativa de associar o seu passado a outras experiências que não às traumáticas desventuras do pós-Balaiada pode ser visto neste fragmento:

Criado na abundância, com bastante bens, e crédito até 1839, época em que por fatalidade, e seduzido por atenções, e demasiado credo nas insinuações de falsos amigos me envolvi na desgraçada revolução do Maranhão, ou antes nela me envolveram. E necessitado de defender-me de cruentos inimigos, comprei, quando estive em Pernambuco em 1840, alguns livros, e depois a paixão pela leitura obrigou-me a ir adiante, e muito especialmente na legislação do país.⁵⁵

Vemos como Lívio Lopes justifica sua entrada na Balaiada, afirmando que fora colocado nela por falsos amigos. Vivia na abundância até 1839, quando por fatalidade foi enganado e convencido a juntar-se aos rebeldes. Percebemos que ao se referir à Balaiada, ele a menciona como “desgraçada revolução”, evidenciando dessa forma que não se orgulhava dessa participação e tinha uma certa vergonha de ter aderido ao movimento.

Paul Ricoeur, quando discute os usos e abusos da memória, e especialmente o nível patológico da memória, a dimensão da memória impedida, ajuda-nos a perceber a importância de se pensar sobre os traumas, as frustrações, as dores das perdas, os desgostos. Ricoeur se apropria dos estudos de Freud para estabelecer comparação entre o trabalho do historiador e o do psicanalista. Para Freud, é importante que o paciente tenha a iniciativa e o incentivo de exercitar a fala, a declaração do que ocorreu consigo. Trata-se de um trabalho de luto⁵⁶.

Ricoeur, assim como Freud, acredita que é preciso que aquele que sofre, seja qual for o nível do sofrimento ou dos seus ressentimentos, relate e exteriorize seus anseios e frustrações para que ele mesmo se sinta melhor, evitando cair em melancolia profunda, melancolia essa que faz com que o sujeito não consiga superar seus problemas – os mais íntimos e os externos. Daí a importância do trabalho de luto, o trabalho da linguagem, da fala, da declaração, do testemunho.

Observamos em todos os escritos de Lívio Lopes aqui analisados, principalmente o fragmento de sua última carta, que ele sentiu a necessidade de expor seus problemas e convicções, de falar aos leitores, de declarar as suas frustrações e os seus ressentimentos. Ele realizou o que Freud e Ricoeur denominam de trabalho de luto, forma eficaz, porém dolorida, de superação dos traumas e das frustrações em qualquer forma ou grau. Finalizamos este estudo com essa tentativa de mostrar como Lívio Lopes enfrentou suas desilusões e procurou dar visibilidade à sua história de vida, tentando se desvincular das marcas negativas que foram apostas à sua memória ao longo dos anos.

⁵⁵ CASTELO BRANCO, Lívio Lopes. Ao público. **O Repúblico**. Niterói, ano [...], n. 87, p. 3, 22 jul. 1854.

⁵⁶ RICOEUR, 2007. p. 83-93.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, ao relacionarmos história e memória, pudemos perceber, afirmando as posições de Paul Ricoeur, que a história se utiliza da memória para construir narrativas às quais credita o caráter de fidedignidade e veracidade na representação do passado.

Apoiados teoricamente em Pierre Achard, analisamos a criação e a circulação do jornal *O Telégrafo*, significando os textos como tentativas de enquadramento de uma memória oficial, como também salienta Michael Pollak. Percebemos como as repetições dos discursos depreciativos sobre Lívio Lopes Castelo Branco, encontrados nas folhas do *O Telégrafo*, padronizaram uma forma de narrativa que será encontrada em diversos escritos do século XIX, sobretudo porque esses escritos, na sua maioria, eram produzidos por indivíduos que ocupavam um lugar social e institucional comum, o de irem contra toda e qualquer tentativa de revolta contra o recém-nascido Estado Imperial Brasileiro.

Pudemos, a partir de fontes consultadas, mapear, mesmo que de forma inicial, alguns dos muitos momentos em que Lívio Lopes era descrito como covarde, rebelde, bárbaro, salteador, entre outras qualificações negativas. Observamos esses discursos em *O Telégrafo*, em seguida, em falas no Parlamento Brasileiro e, por fim, em diversos jornais que ora ou outra publicavam matérias de interesse privado, provavelmente originárias de inimigos pessoais do político campo-maiorense.

Esse percurso discursivo, iniciado em 1939 com a criação de *O Telégrafo* perdurou, mesmo depois da morte de Lívio Lopes e estabeleceu e consolidou essa memória problemática que o perseguiu fortemente. Apesar de seu exaustivo trabalho no sentido de desvincular-se dessas nomeações que definimos como memória problemática, seus esforços não foram suficientes para que sua própria narrativa dos fatos conquistasse lugar de destaque.

Ao contrário, apesar de suas tentativas e, posteriormente, das narrativas do filho, Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco,⁵⁷ visando a sua defesa, a memória que ficou foi a elaborada e reproduzida por seus inimigos. Com isso, percebemos como os discursos podem persistir veiculando e exercendo o poder e como a memória pode ser um pesadelo, capaz de assombrar até postumamente os homens e as mulheres que um dia fizeram história e tentaram mudar o mundo.

⁵⁷ CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. **Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na província do Piauí**. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2014. p. 117-129.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021

AS VÁRIAS MEMÓRIAS DE LÍVIO LOPES CASTELO BRANCO: política e ressentimentos inscritos na imprensa oitocentista

Esta pesquisa reitera os ensinamentos de Jeanne-Marie Gagnebin, em *Após Auschwitz*,⁵⁸ e o significado de elaborar o passado, de Márcio Seligmann-Silva, em *Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas*⁵⁹ e de Paul Ricoeur em *A memória, a história, o esquecimento*. Embora suas perspectivas sobre as relações entre História e Memória possam parecer opostas, trazem grandes contribuições com relação ao papel do historiador e sua importância na luta contra o esquecimento, tanto das histórias quanto das memórias, recuperando para o presente, de alguma maneira, aqueles sujeitos enterrados no esquecimento.

⁵⁸ GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Após Auschwitz*. In: **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 59-81.

⁵⁹ SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 52 a 72, jan. a ago. 2021

Margareth Torres de Alencar Costa¹
Luma Venuto Ferreira²

RESUMO

O erotismo e a sexualidade são temas considerados tabu em muitas culturas, e choca muitas pessoas que evitam tratar do assunto, seja em escolas ou em conversas, e as reações sobre o assunto são, às vezes, muito severas. Neste estudo, trataremos de verificar como o erotismo e a sexualidade estão presentes na lenda piauiense Cabeça de Cuiá. Para apoiar a discussão, tomou-se como base teórica os estudos efetivados por: Bataille (1987), Alberoni (1988), Cevasco (2003), Foucault (2013), Louro (1997), e Costa (2012), além de outros trabalhos que foram importantes para o entendimento do tema.

Palavras-chave: Erotismo. Sexualidade. Lenda piauiense. Cabeça de Cuiá.

EROTICISM AND SEXUALITY IN THE PIAUIENSE LEGEND CUIA HEAD

ABSTRACT

Eroticism and sexuality are subjects considered taboo in many cultures, and it shocks many people who avoid dealing with the subject, whether in schools or in conversations, and the reactions on the subject are sometimes very severe. In this study, we will try to verify how eroticism and sexuality are present in the Piauiense legend Cuiá Head. To support the discussion, studies carried out by: Bataille (1987), Alberoni (1988), Cevasco (2003), Foucault (2013), Louro (1997), and Costa (2012) were taken as theoretical basis, in addition to other works that were important for understanding the theme.

Keywords: Eroticism. Sexuality. Piauiense legend. Cuiá Head.

EROTISMO Y SEXUALIDAD EN LA LEYENDA PIAUIENSE CABEZA DE CALABAZA

RESUMEN

El erotismo y la sexualidad son temas considerados tabú en muchas culturas, y conmueve a muchas personas que evitan abordar el tema, ya sea en las escuelas o en las conversaciones, y las reacciones sobre el tema son, en ocasiones, muy severas. En este estudio intentaremos comprobar cómo el erotismo y la sexualidad están presentes en la leyenda Cabeza de Calabaza de Piauí. Para apoyar la discusión, se tomaron como teóricos los estudios realizados

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (2013). Atualmente, é líder do Núcleo de Estudos Hispânicos – NUEHIS, da Universidade Estadual do Piauí, professora DE da Universidade Estadual do Piauí e coordenadora geral do DAAD de alemão da mesma universidade. E-mail: margazinha2004@yahoo.com.br.

² Graduada em Letras Espanhol pela Universidade Estadual do Piauí, membro do Núcleo de Estudos Hispânicos – NUEHIS, da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: lumavenutto@hotmail.com.

por: Bataille (1987), Alberoni (1988), Cevasco (2003), Foucault (2013), Louro (1997) y Costa (2012), además de otros trabajos que fueron importantes para la comprensión del tema.

Palabras-clave: Erotismo. Sexualidad. Leyenda de Piauí. Cabeza de Calabaza.

En el desarrollo de este estudio se hizo una reflexión sobre el género leyendas y en especial sobre la leyenda del Cabeza de Calabaza (Cabeça de Cuia), Miridan e Zabelê. Las leyendas son una de las primeras manifestaciones orales sobre lo que hoy conocimos como teoría literaria junto con otras formas simples como, por ejemplo: la saga, el chiste, la adivina entre otras manifestaciones orales. Sobre el erotismo, George Bataille afirma que:

O erotismo, eu o disse, é aos meus olhos o desequilíbrio em o próprio ser se pôe conscientemente em questão. Em certo sentido, o ser se perde objetivamente, mas nesse momento o indivíduo identifica-se com o objeto que se perde. Se for preciso, posso dizer que, no erotismo, EU me perco. Não é, sem dúvida, uma situação privilegiada. Mas a perda voluntaria implicada no erotismo é flagrante.³

¿Lo que sería el erotismo se no la búsqueda del placer? El placer en todos los sentidos, el placer de leer, de comer, de cantar, de bailar, etc. Los seres humanos, estamos siempre en la busca del placer, pero la sociedad nos impone algunas limitaciones, para que consigámonos vivir en comunidad.

Esta investigación buscó mostrar como se da la representación del erotismo y sexualidad en las leyendas: Cabeça de Calabaza (Cabeça de Cuia), Miridan y Zabelê, considerando que no hay en nuestro Estado del Piauí ninguna pesquisa hecha sobre esta temática en dichas leyendas. Para eso, vamos a utilizar de los aportes teóricos de George Bataille (1987), Francesco Alberoni (1986), y Foucault (1999) en lo que dice respecto al estudio del erotismo y sexualidad. Sobre la cuestión de la culturalidad, usaremos Glissant (1996), y vamos a lanzar mano de los estudios de Cevasco (2003), para que se tenga fundamentación en lo que será dicho en el recorrer del trabajo monográfico y realmente poder citar las características del erotismo en las obras escogidas.

A partir del objetivo general, surgieron los específicos, que fueran desarrollados, generando otros subproyectos, para que pudiésemos profundizar los estudios alrededor de la temática y subsidiar este estudio sobre las características del erotismo. Este trabajo tiene grande relevancia para que podamos conseguir desmitificar la teoría de que el erotismo es

³ BATAILLE, Gaston. **O erotismo**. Porto Alegre: L&PM, 1987. p. 21.

apenas algo pornográfico, lo que va más allá de esto concepto. El erotismo tiene poesía, amor, cariño, fraternidad, sabor, como nos aclara Bataille: “Do erotismo é possível dizer que ele é a aprovação da vida até na morte. Para falar a verdade, isto não é uma definição, mas eu penso que esta fórmula, dá o sentido do erotismo melhor que uma outra.”⁴.

A pesar de que hoy el erotismo está más ligado a la sexualidad de que la afectividad, la relación amorosa, antiguamente no era así, pues en la etimología de la palabra erotismo, encontramos Eros, palabra griega que significa amor. A este respecto, Octavio Paz nos aclara que:

Mesmo em suas expressões mais simples e cotidianas – a satisfação do desejo, brutal, imediata e sem consequências – o erotismo não se deixa reduzir à pura sexualidade animal. Entre ambos existe uma diferença que não sei se devo chamar de essencial. Erotismo e sexualidade são reinos independentes, embora pertençam ao mesmo universo vital. Reinos sem fronteiras indefinidas, mutantes, em mútua interpenetração, sem jamais se fundir inteiramente. O mesmo ato pode ser erótico e sexual, realizado por um homem ou animal. A sexualidade é geral; o erotismo, singular.⁵

El erotismo no es solo deseo sexual, sino el deseo sexual con alguna cosa a más, y es eso que lo hace diferente de la sexualidad, lo que nutre la sexualidad es la naturaleza, por eso esta es siempre comparada a los instintos animales que llevan a la reproducción para que se pueda perpetuar una especie. Son muchas las definiciones que el diccionario concede al erotismo, “manifestaciones del amor sensual”, de la “sexualidad”, del “estado de excitación sexual”, de los “deseos sexuales”. Todas enfocadas para la relación sexual humana. El concepto de erotismo va mucho más allá de tales descripciones, y mismo que ese término sea discutido por muchos teóricos, no es algo cerrado, definitivo.

Para Bataille⁶, la esencia del erotismo está en el plan del placer, es de extrema importancia que sintamos placer en todo lo que hacemos. En su libro: *El Erotismo*, él trata de tres tipos, el erotismo del corpus, el erotismo de los corazones y el erotismo sagrado, siempre usando de ejemplos y haciendo comparaciones con el cotidiano.

El erotismo hace parte de la naturaleza humana, es la forma de expresión que va más allá del comportamiento seductor, es instintivo y espontaneo que busca, en su interior, superar límites, roturar leyes y restricciones sociales, alcanzando un estado de realización plena:

⁴ BATAILLE, Gaston. 1987. Op. Cit. p. 10.

⁵ PAZ, Octavio. **Um Mais além erótico**: Sade. São Paulo: Mandarim, 1999. p. 21

⁶ BATAILLE, Gaston. 1987. Op. Cit.

Tudo vai bem se o erotismo é condenado, se antecipadamente nós o rejeitamos, se nos libertamos dele, mas se (como ela o faz frequentemente) a ciência condena a religião (a religião moral) que se revela, nesse ponto, ser o fundamento da ciência, deixamos de nos opor legitimamente ao erotismo. Não nos opondo mais a ele, devemos deixar de fazer dele uma coisa, um objeto exterior a nós. Devemos encará-lo como o movimento do ser em nós mesmos.⁷

El autor quería decirnos que, mientras el erotismo sea una cosa considerada absurda, debemos tratar con naturalidad, que es algo que ya se encuentra internalizado en nosotros desde la concepción del ser en el vientre de la mujer. Aunque sea algo condenado por la ciencia o religión, debemos aceptar como una cosa natural de todo ser vivo, y erradicar esta idea de algo impropio o impuro.

En las leyendas estudiadas, observamos que hay erotismo, pero no tan estampado, lo que ocurre es que generalmente estas leyendas son estudiadas por niños, por eso hay pocas demostraciones del erotismo o de la sexualidad, sólo quien ya obtuve un grado más elevado de entendimiento puédase atentarse a esto. Para Foucault, “Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada.”⁸

Considerado desde siempre como asuntos fútiles, el erotismo y la sexualidad ven cambiando la forma de pensar de las personas, para que se atenten lo que de verdad quieren decir estos términos, quitando así los prejuicios que aún se tiene de estos temas. Bataille⁹ firma que los hombres son seres divididos entre la continuidad y la discontinuidad, y que esta última nos hace ir atrás del otro, para que seamos totales, “O erotismo dos corpos tem de qualquer maneira algo de pesado, de sinistro. Ele guarda a descontinuidade individual, e isto é, sempre um pouco no sentido de egoísmo cínico.”¹⁰ “O erotismo se apresenta sob o signo da diferença. Uma diferença dramática, violenta, exagerada e misteriosa (...)”¹¹.

Para Alberoni¹², el erotismo es una parte que él lleva más para el lado de sexualidad, él nos muestra como es el erotismo para las mujeres y para los hombres. Dijo que los hombres siempre se ocupan con las zonas erógenas, enfocada por la óptica, que es el cuerpo de la mujer, ya el femenino es más táctil, auditivo, ligado a los olores y la piel.

⁷ BATAILLE, Gaston. 1987. Op. Cit. p. 25.

⁸ FOUCAULT, Michael. **A história da sexualidade**: a vontade de saber. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013. p. 12

⁹ BATAILLE, Gaston. 1987. Op. Cit.

¹⁰ BATAILLE, Gaston. 1987. Op. Cit. p. 15.

¹¹ ALBERONI, Francesco. **O erotismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986. p. 9.

¹² ALBERONI, Francesco. 1986. Op. Cit.

Louro¹³ resalta que “‘Viver’ plenamente a sexualidade era, em princípio, uma prerrogativa da vida adulta, a ser partilhada com um parceiro do sexo oposto”¹⁴. Antes de todo, hace necesario reflexionar que las mujeres siempre fueran ocultadas de este tema, lo que ven cambiando en el último siglo, donde hablar sobre la sexualidad se queda más sencillo para todos los géneros.

El erotismo y la sexualidad, como muchos estudiosos afirman, son algo que está en el ámbito de todo ser humano, pero solamente los humanos tienen la capacidad de caracterizar el erotismo, lo que nos diferencia de los demás animales. “O erotismo é, de forma geral, infração à regra dos interditos: é uma atividade humana. Mas ainda que ele comece onde termina o animal, a animalidade não deixa de ser o seu fundamento”¹⁵.

Week observa la sexualidad como un fenómeno “histórico y social”, resaltando que la sexualidad tiene que ver tanto con nuestro cuerpo físico como con nuestras creencias, ideologías, e imaginación. De este modo, él nos hace percibir que ¿la sexualidad surge primero donde se no fueran en nuestro propio cerebro? De manera general, todo lo que el hombre haga tiene que empezar por un pensamiento, para que éste alcance a todos los demás órganos responsables por la sexualidad.

Sin embargo, la sexualidad como literatura pertenece, en la verdad, a una construcción social, en la cual tiene base en las posibilidades del cuerpo, es lo que podemos percibir en las leyendas estudiadas, que, como por instinto o consecuencia, acaba ocurriendo entre los personajes. “A presença dos estudos culturais no campo discursivo da crítica cultural trouxe uma expansão evidente na mudança de teor desta crítica, que hoje discute com fluência as condições materiais da produção cultural”¹⁶.

Hoy, se queda mucho más fácil hablar de erotismo y sexualidad, pues a partir del final del siglo XIX, los procesos culturales en el Brasil fueron cambiando, quitando de las personas esta idea de que hablar de estos temas es algo sucio, inmoral o vergonzoso. A partir del siglo XX, la sexualidad se expone más abiertamente, como se puede notar ya hay muchos materiales que demuestran estos temas de una forma sencilla.

¹³ LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2000.

¹⁴ LOURO, Guacira. 2000. Op. Cit. p. 4.

¹⁵ BATAILLE, Gaston. 1987. Op. Cit. p. 88.

¹⁶ CEVASCO, Maria Elisa. **Dez Lições Sobre Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 150.
Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 73 a 88, jan. a ago. 2021

En principio, Jesus¹⁷ afirma como las mujeres eran/son tratadas en relación al erotismo o a la sexualidad, que también nos conduce a las leyendas en que, en la Cabeza de Calabaza, las siete vírgenes son mujeres que no esperan que nada va a pasar con ellas mientras se lavan las ropas en la margen del río. En Miridan, ella no podría conocer el amor y sus consecuencias y en Zabelê, que vive un amor prohibido, o sea, en los tres casos las mujeres no pueden ni siquiera pensar en mantener relaciones sexuales.

A hipótese que no orienta nesta investigação é que o erotismo, em sentido lato, tem como fundamento a força que move o ser humano em direção à noção de continuidade ou descontinuidade de sua vida, e que essa força pode ser canalizada por algumas pessoas (...)¹⁸.

El erotismo nada más es que la búsqueda incesante del placer, de la continuación o permeabilidad, el ser humano no soporta la soledad, todo individuo está marcado de forma leve por la soledad, la presencia del otro muestra que él existe como individualidad.

Leyendas son narrativas transmitidas oralmente por personas de generación en generación, con el objetivo de explicar acontecimientos misteriosos o sobrenaturales. Leyenda es una palabra que originó del latín.

Con el intuito de pasar buenas morales o costumbres, las leyendas sirven también como marco de los acontecimientos pasados, pues a pesar de contener hechos míticos, ellas muchas veces traen componentes de la realidad, como ubicaciones, personajes, objetos lado a lado de los elementos de la imaginación, estos les hacen distintas de contos. Por ser transmitida de generación en generación, pueden cambiar algunos hechos de acuerdo con el tiempo, añadiendo u ocultando acontecimientos. Las leyendas siempre hacen parte de una cultura. Por eso, existen varios tipos de leyendas, con categorías que las definen por la temática.

Las leyendas caminan pareadas al Folklore, que es un conjunto de creaciones culturales de una comunidad, basado en las tradiciones expresas individual o colectivamente. Por eso, cuando se habla de leyenda no debemos olvidar del Folklore. En las mayorías de las veces, cuando se va empezar a contar una leyenda, los locutores generalmente usan las

¹⁷ JESUS, Joselita Izabel. Florbela Espanca: Silêncio e violação em Charneca em Flor. In: MENDES, Algemira de Macêdo. ARAÚJO, Jurema da Silva. (org.). **Diálogos de Gênero e Representações Literárias**. Teresina, 2012. p. 273-296.

¹⁸ COSTA, Margareth T. de Alencar. O Erotismo na Poética de Sórora Juana de La Cruz. In: MENDES, Algemira de Macêdo. ARAÚJO, Jurema da Silva. (org.). **Diálogos de Gênero e Representações Literárias**. Teresina, 2012. p. 316-336. p. 321.

frases: Me contaron..., Cuenta la leyenda..., pues así pasa la idea del sobrenatural o desconocido, en un tiempo lejano y muchas veces intentando explicar el origen de algunos asuntos, como los animales, las plantas, hechizos o fenómenos naturales.

Las leyendas piauienses estudiadas, Cabeza de Calabaza (Cabeça de cuia), Miridan y Zabelê, retratan un poco de la historia del Piauí, como en la primera leyenda, Cabeza de Calabaza, donde la historia relata el primero barrio de Teresina (actual capital de Piauí), llamado Vila do Poti, que en seguida pasaría a llamarse Vila Nova do Poti, pero hoy se llama Poti Velho, ubicada cerca de donde el río Parnaíba y el río Poti se encuentran. Esta leyenda, al pasar de la oralidad para la escritura, ha ganado varias otras versiones, no solo de las personas más desproveídas de estudio, sino que también de personas con algún grado de estudio, entre ellos poetas, dramaturgos, e músicos.

Cabeça-de-Cuia voltará a ser gente quando tiver devorado sete Marias virgens, conforme ordenou a Mãe. Devorar significa “comer”, que na linguagem popular significa também ter relações sexuais, o que, por sua vez, pressupõe um relacionamento entre indivíduos adultos e sem vínculos de parentesco próximos.¹⁹

Segundo Magalhães²⁰, que hace en su trabajo una comparación entre dos estudiosos a respecto de esta leyenda (Cabeza de Calabaza), ella siempre enfatiza en la última parte de la leyenda, donde Crispim tendrá que hacer lo que su madre le ha impuesto, haciendo siempre referencia a las palabras “devorar siete Maria vírgenes”, que, analizando de esto modo, es posible mirar que el sentido de la palabra “devorar” remétanos al sexo, que en este caso no será de consenso de las mujeres en cuestión.

Leyenda, sin embargo, es una narrativa transmitida oralmente por las personas, siempre hablando sobre hechos sobrenaturales, frutos de la imaginación, misteriosos que, mezclados con hechos reales, tornase historias fantasiosas que, con el tiempo, van se modificando y asumiendo nuevas características.

La leyenda siempre existió en la imaginación popular, desde el tiempo en que los hombres no conocían la escrita y quedaban contando historias en el margen de las hogueras. Con el pasar del tiempo y la creación del lenguaje escrita, las leyendas fueran siendo reproducidas en libros, registradas con el formato del cuento, de historias escritas.

¹⁹ MAGALHÃES, Maria do Socorro. A lenda do Cabeça-de-Cuia: estrutura narrativa e formação do sentido. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 7, n. 1, p. 151-160, jan./jun. 2011. p. 158.

²⁰ MAGALHÃES, Maria do Socorro. 2011. Op. Cit.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 73 a 88, jan. a ago. 2021

En los tiempos medievales, las leyendas eran solo las narrativas de los santos, más su concepto tuvo una transformación, trasladando también a referirse a la cultura de una población, sus tradiciones y sus mitos misteriosos.

Leyendas poseen dos características, entre ellas, es ofrecer explicaciones para acontecimientos y situaciones que no son nombradas por los hombres, que no tienen conocimiento científico para explicarla, como en los casos de los supuestos hechos sobrenaturales. La otra característica, es que casi siempre tienen un fondo moral, una lección a orientar la conducta y práctica de las personas. Una leyenda puede tener su hondo de verdad, más, con el tiempo, consiguen transformarse, creando la declinación de un mito, ya que siempre fueran pasadas oralmente de generación en generación, que da razón al dictado popular de que “quien cuenta un cuento aumenta un punto.”

Las leyendas tienen como base cuatro teorías, que son ellas: la teoría bíblica, teoría histórica, teoría alegórica y teoría física. La teoría bíblica tiene sus orígenes en las escrituras, que, por su vez, fueran los escritos de historias pasados oralmente de generación en generación.

La teoría histórica nos proporciona datos para las leyendas a través de la mitología. La teoría alegórica, en que los mitos, aunque simbólicos, son empleados para repasar conceptos morales o filosóficos, y la teoría física, en que se utilizan los elementos de la naturaleza como base para los hechos narrados, como fuego, agua, cielo y tierra.

Tenemos también las leyendas que, acompañadas a estos conceptos, son llamadas de leyendas urbanas, que son leyendas modernas, cuya principal característica es la contemporaneidad, estando relacionadas con los acontecimientos actuales. De una forma general, las leyendas urbanas tienen un carácter sensacionalista, buscando respuestas, como en las antiguas leyendas, las informaciones u ocurrencias que no tienen explicaciones científicas. Muchas leyendas urbanas nacen y mueren en poco tiempo.

En el Brasil, hay muchas leyendas, que fueran influenciadas por las mezclas de los pueblos que aquí llegaron. Nuestras leyendas son provenientes de los indígenas, de los africanos e de los europeos, creando así, un folklore propio, típico del Brasil. Cada región brasileña tiene sus propias leyendas, pero hay algunas que son conocidas nacionalmente.

La leyenda del *Cabeza de Calabaza* cuenta la historia de un joven chico pescador y su madre, vieja y enferma, que vivían a los márgenes del río Parnaíba, y eran muy pobres. Su nombre era Crispim, y un día, llegando de la pesca aburrido, preguntó a su madre lo que tenía para el almuerzo, y ella, sin tener mucho lo que cocinar, le entregó un plato con una sopa con Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 73 a 88, jan. a ago. 2021

uno hueso de buey. Él se quedó muy enojado, y disparó el hueso en la cabeza de su madre que, antes de morir, le arrojó una plaga. Su cabeza tomará la forma de calabaza, y él tendría que comer siete María vírgenes, para el encanto romperse. Con esto, Crispim se ha jugado en río, donde aparece en los viernes en noche de luna llena.

La representación del erotismo y sexualidad en *el cabeza de calabaza*, sin embargo, es marcada por elementos de la realidad local donde ella circula. En la leyenda *Cabeza de Calabaza*, como hemos visto en el resumen arriba, tratase de una leyenda en que hay un joven que trata mucho mal a su madre, por cuenta de un plato con una sopa con uno hueso de buey, en que ese joven se queda aburrido y lanza el hueso varias veces contra su madre, hasta que esta se queda muerta. Pero antes de eso, ella le arroja una plaga en que el joven tiene que devorar siete Marías vírgenes, para que la plaga sea deshecha.

Si nos atentamos, podremos sacar varias temáticas de esta misma leyenda, como el castigo ejemplar, pero la que nosotros vamos a trabajar y demostrar que hay dentro de ella es el erotismo y sexualidad. El sencillo hecho que habla cuando el joven tiene que devorar estas siete Marías, en cumplimiento de su castigo, nos hace pensar en cual sentido realístico esta palabra quiere emitir, cual tipo de mensaje. Y es eso que nos inquieta y nos hace ir más hundido en esta leyenda.

Para Sade, todo estaría permitido: asesinato, robo, incesto, placeres prohibidos y pasiones malditas. Sade propone, en definitiva, la sustitución del delito público (civilización) por el delito privado. Pero la sociedad de Sade no es solo una utopía irrealizable; es una imposibilidad filosófica: si todo está permitido, nada está permitido. Sin embargo, el libertinaje no es una escuela de sensaciones y pasiones extremas, sino la búsqueda de un estado más allá de las sensaciones²¹. (VALBÃO, 2007, P.41)

Podremos fijar en esta leyenda el hecho que Crispim hay violado el cuarto mandamiento, en lo cual debemos “Honrar padre y madre”, donde la religión es muy fuerte entre los pueblos ribereños, sobre todo, la devoción a María, madre de Jesús. En todo, debemos tener cuidado para hablar, pues hay varios modos de interpretaciones, pero deseamos ser fieles a aquella que vincula la leyenda del Cabeza de Calabaza.

En los personajes de esta leyenda tenemos, como los principales, el joven llamado Crispim, su madre y el propio río. Crispim, a lo que nos parece, era un joven de familia humilde, no tenían muchas cosas, vivan de la pesca, y esto lo tornaba candado y enojado de

²¹ VALBÃO, Gina Strozzi. **Erotismo e Religião em Georges Bataille**. 2007. 208 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 73 a 88, jan. a ago. 2021

tanto vivir debajo de la línea de la pobreza. Se utilizaba de red de pesca, anzuelo, caña, barco, entre los demás. De este modo el nivel económico de él era bajo. La ausencia de una figura paterna en la leyenda nos hizo percibir que Crispim era el proveedor de aquella familia. Crispim nos demuestra que era una persona que no estaba feliz con su vida, y sentía que las cosas eran mucho más difíciles para él.

Toda esta responsabilidad era vivida por Crispim, por el tener la obligación de traer alimento para casa, ya que en aquel tiempo esta era una tarea masculina, cabiendo a las mujeres tareas domésticas, como el caso del preparo de la comida. Así, la madre le ofrece comida al hijo, en la falta de pescado, ella ofrece a Crispim un plato de sopa que solo había agua y un hueso de buey. El cansancio, el hambre, la total falta de todo lo hizo quedarse tan irritado que descontó todo en la única persona que no lo había abandonado: su pobre, vieja y sufrida madre.

El río, que también es considerado un personaje, y un personaje que inició toda la leyenda, pues fue alrededor de él que se pasó toda la historia. El río, que corre solamente para un lado, y este lado siempre desagua en otro río o en el mar, nos da la idea de continuidad y discontinuidad que Bataille también habla en su libro:

Cada ser es distinto de todos los demás. Su nacimiento, su muerte y los acontecimientos de su vida pueden tener para los demás algún interés, pero sólo él está interesado directamente en todo eso. Sólo él nace. Sólo él muere. Entre un ser y otro ser hay un abismo, hay una discontinuidad.²²

De acuerdo con la leyenda: “Antes de morrer, a mãe roga-lhe a praga de encantamento temporário: viver como peixe no fundo das águas, só tendo o perdão, após devorar 7 virgens de nome Maria, de 7 em 7 anos”²³. La maldición que cayó sobre Crispim lo transformó en un ser monstruoso con el cuerpo de hombre y la cabeza en forma de calabaza, lo que lleva el nombre de la leyenda (Cabeza de Calabaza). Así, las diversas versiones de la leyenda son contadas.

El número siete tiene varias simbologías, entre ellas, la perfección, la consciencia, la intuición, la espiritualidad, la voluntad y la totalidad. Simboliza también la renovación. De esta manera, podemos observar porque la madre de Crispim hay dicho que él tendría que devorar siete mujeres, por justamente representar el inicio y el final de un ciclo.

²² BATAILLE, Gaston. 1987. Op. Cit. p. 52.

²³ TERESINA. Prefeitura Municipal. **Folder Parque Ambiental Encontro dos Rios**. Teresina: PMT, 2007. n. p. Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 73 a 88, jan. a ago. 2021

Hay también la definición de que el siete represente un número santo, pues Dios creó el mundo en 6 días y descansó en el séptimo. No solo esto, en la Biblia hay, en la clave del Apocalipsis: siete iglesias, siete trompetas, siete estrellas, siete truenos, siete cabezas, siete espíritus de Dios. Así, la plaga que la madre le ha jugado, pude tener tanto sentido de que dure un tiempo determinado o por la simbología del número, que para ella podría tener sentido, tanto porque, después que Crispim recibió la plaga, se transformó en un ser horrendo, con la cabeza en formato de calabaza, de quien todas las personas tenían miedo. Y como ultima obligación, tendría que devorar siete Marías vírgenes.

Esta palabra “devorar”, en el diccionario, tiene como significado “comer con sufrimiento o voracidad, tragar, destruir rápida y completamente”. Más, en el contexto de la leyenda, damos a entender que esta palabra, además de sus significados, tiene también el sentido sexual, pues en la continuación hay la palabra “vírgenes”, que, de este modo, nos hace pensar que el sentido de la palabra “devorar” trae la sensación de poseer a otro ser para saciar su deseo y consumir de hecho la plaga. “A sexualidade é vista como simples: o instinto põe em movimento um animal para que realize um ato destinado à perpetuação da espécie.”²⁴

Sin embargo, Cabeza de Calabaza no tenía voluntad de perpetuar su especie, mas sí para da fin a la plaga de su madre, pero por tratase de un hombre, en él podría haber el erotismo, o sea, la gana de saciar sus necesidades, pues quien solo practica el erotismo son los seres humanos. “Seja o que for, se o erotismo é a atividade sexual do homem, ela o é na medida em que difere da atividade dos animais. A atividade sexual dos homens não é necessariamente erótica. Ela é toda a vez em que não for rudimentar, que não for simplesmente animal.”²⁵

Cuando oímos la leyenda e la dibujamos en la cabeza, podemos imaginar como todo lo ocurre y como hay erotismo y sexualidad mientras Cabeza de Calabaza tiene que devorar estas mujeres, pues el erotismo y la sexualidad están impuesto dentro de cada uno de nosotros, el ser humano tiene la capacidad de pensar en momentos eróticos todos los días, varias veces, como dijo Paz:

(...) a imitação erótica nos faz viver mais profundamente o ato, ou seja, levamos a vivê-lo de verdade, não como um rito público, mas como uma cerimônia subterrânea. O homem imita o caráter complexo da sexualidade

²⁴ VALBÃO, Gina Strozzi. 2007. Op. Cit. p. 52.

²⁵ VALBÃO, Gina Strozzi. 2007. Op. Cit. p. 52.

animal e reproduz seus gestos graciosos, terríveis ou ferozes porque deseja voltar ao estado natural.²⁶

El Cabeza de Calabaza siempre parece en los tiempos de lluvia, en que hay muchos peces y ahuyenta los pescadores, e intenta devorar las mujeres vírgenes de nombre María. Es por eso por lo que, por mucho tiempo, las mujeres tenían miedo de lavar ropas en los márgenes del río.

O erotismo é o desequilíbrio no qual o ser coloca a si mesmo em questão, conscientemente. Em um sentido, o ser se perde objetivamente, mas então o sujeito identifica-se com o objeto que se perde. Se for necessário, posso dizer que no erotismo ‘eu me perco’ (...) ²⁷.

84

Bataille²⁸ consideraba el erotismo como un aspecto de la vida religiosa del hombre como también la vida interior. En *Cabeza de Calabaza* vemos tanto esta vida interior de Crispim y su madre, como también la vida religiosa, que en este caso solo pertenece a la segunda persona, pues, mientras la madre llevaba puñetazos del hijo, ella sabía que aquella actitud era de hecho un error, pues un hijo nunca puede levantarse contra sus padres.

A manera de conclusión, se puede decir que el erotismo en esta leyenda sigue al lado de la religión, pues, para él, esta es la verdadera determinación del erotismo, mismo que sea primitivamente. Esta experiencia interior, que cita en su libro, nunca es dada mismo que no tengamos un objetivo en el final. Así, la finalidad de Crispim era poseer las mujeres vírgenes, con el sentido de deshacerse de la plaga.

Observando el modo de vida que Crispim llevaba, podemos pensar el cuanto él era solitario, viviendo solo con su madre, en una pequeña casa al margen del río. Abajo tenemos un poema del poeta, cantante y violero piauiense, Pedro Costa, publicado en la Revista Piauí, en portugués, para que los lectores de este trabajo puedan observar que la esencia de la leyenda de Crispim pescador está intacta.

I.

O povo que não acredita
Em história de pescador,
De vaqueiro e cachaceiro,

²⁶ PAZ, Octavio. **Obras Completas**: Ideas Y costumbres II: usos y símbolos. México: Letras Mexicanas, 1997. p. 31.

²⁷ BATAILLE, Gaston. 1987. Op. Cit. p. 48.

²⁸ BATAILLE, Gaston. 1987. Op. Cit.

De poeta cantador.
Motorista e seringueiro,
Marinheiro e caçador.

Dizem que toda mentira
Deturpa sempre a verdade,
Por menos que ela seja
Dita na sociedade,
Contada por muita gente,
Se torna realidade.
Uma história de verdade
Contada de uma maneira
Deturpada, duvidosa,
Como fosse brincadeira,
Por mais que seja real,
Nunca será verdadeira.

Existe história lendária
Que virou verdade pura,
Com o tempo ganhou fama
Com personagem e figura
Inserida no folclore,
Enriquecendo a cultura.

II.

Entre todas criaturas
Sempre o homem é o mais forte,
Enfrenta feras nas selvas,
Escapa no fio da sorte.
Tem o instinto voraz.
Só quem o vence é a morte

O homem tem enfrentado
Perigos no alto-mar,
Nos espaços siderais,
Monta usina nuclear,
Não domina o universo
Porque Deus não vai deixar.

Existe homem no mundo
Que desconhece o amor
E contra pais e irmãos
As palavras do Senhor.
Xinga Terra, Sol e astros
As coisas do Criador.

Muitos anos atrás
Existiu no Piauí
Um pescador que pescava
No Parnaíba e Poty.
A sombra da maldição
Estava perto de si.

III.

O seu nome era Crispim,
Cresceu sem religião,
Sem pai pra lhe dar conselho,
Sem amigo e sem irmão,
Sua mãe muito velhinha,
Sem mágoa no coração,

Acontece que Crispim
Não aprendeu a trabalhar.
Para sustentar a mãe,
Ele tinha que pescar.
Quando não pescava nada,
Danava a esbravejar.

Devido à necessidade,
Ele só vivia aflito,
Ameaçava sua mãe,
Dava soco, dava grito,
Agredia todo mundo,
Chamava o rio maldito.

Sua mãezinha chorava,
Muito tristonha e velhinha,
Sem esperança de vida,
Em sua pobre casinha,
O sofrimento do filho,
Com a pobreza que tinha.

IV.

Vendo o filho em desespero,
A mãe se compadecia.
Assim vivia Crispim,
Sem ter sorte em pescaria,
Xingava até sua sombra
E a roupa que vestia.

Um certo dia Crispim
Voltou pra casa zangado.
Não tinha pescado nada,
Crispim ficou irritado.
Xingando os rios e os peixes,
Tudo que tinha ao seu lado.

A mãe lhe disse: “Filhinho,
Não pense mais em mazela,
Coma um pirão com uma ossada
Que tem naquela panela”.
Crispim pega um corredor,
Bateu na cabeça dela.

A pancada foi tão grande,
Levou a velha ao chão.
A mãe antes de morrer
Jogou-lhe uma maldição:
“Serás transformado em monstro,
Num ente sem coração”.

V.

“Filho maldito e ingrato,
Tu foste muito ruim.
Matar tua genitora,
Te amaldiçoo, Crispim.
Serás um monstro maldito,
Triste será teu fim.

Nas águas desses dois rios,
Tu vais ficar a vagar.
Serás um monstro assombroso,
Até você devorar
As sete Marias virgens,
Mas nunca irás encontrar.”

Os anjos disseram amém
Na hora em que a mãe falou.
Sua madrinha não ouviu,
Jesus no céu escutou.
E de repente Crispim
No monstro se transformou.

Ficou todo transformado,
Com a cara muito feia.
A cabeça cresceu tanto,
Que dava uma arroba e meia.
Caiu nos rios e aparece
Em noite de lua cheia.

VI.

A velha foi sepultada
Como se fosse uma indigente.
Não ficou nem um registro,
Não apareceu parente.
E Crispim ainda vive
Querendo voltar a ser gente.

Até mesmo os pescadores
Nele não querem falar.
Quando falam sentem medo,
Passam noites sem pescar.
Todos temem a qualquer hora
Com Crispim se encontrar.

Cabeça de Cuia vive
Cumprindo sua trajetória.
Uma velha diz que viu,
Porém perdeu a memória,
Se assombra, fica louca
Quando escuta essa história

Todo final de semana,
Sempre, sempre é registrado
Nas águas desses dois rios
Alguém morrer afogado,
Deixando cada vez mais
Banhista desesperado.

VII.

Crispim Cabeça de Cuia
Vive ainda à procura
Das sete Marias virgens,
Cumprindo sua desventura
Rio abaixo e rio arriba,
Em noite clara ou escura.

Passaram séculos e séculos,
A história permanece.
Dizem quando os rios enchem,
Na correnteza ele desce,
Dando gargalhadas estranhas
Toda vez que aparece.

Ele vaga pelas águas
Do Parnaíba e Poty
E no encontro dos rios
Tem sua estátua ali
Descrevendo esta lenda
Folclórica do Piauí.²⁹

²⁹ COSTA, Pedro. **Revista Piauí**. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-lenda-do-cabeça-de-cuia>. Acesso em: 17 mayo 2017.

EM BUSCA DA “TERRA DA PROMISSÃO”: o rio Parnaíba no contexto de fundação de uma nova capital para o Piauí (1852-1858)

Danielle Filgueiras Santos¹
Joseanne Zingleara Soares Marinho²

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar a relevância do rio Parnaíba para o processo de transferência da capital piauiense ao longo da primeira metade do século XIX. Nesse período, foram travados debates acerca da transferência da sede administrativa do Piauí, a cidade de Oeiras, para outra região, e um dos critérios mais importantes na escolha do novo local era a proximidade com algum corpo d'água que pudesse viabilizar a navegação. Por ser o maior curso fluvial do território piauiense, o rio Parnaíba foi colocado como a solução dos problemas da Província. Em 1852, a segunda capital piauiense foi edificada nas margens do caudaloso curso d'água, e no ano de 1858 foi criada a primeira empresa de navegação a vapor do rio Parnaíba com o intuito de garantir o progresso e o desenvolvimento que eram tão almejados pelas elites piauienses. Como resultado, o rio tornou-se a principal rota comercial do Piauí e viabilizou o escoamento de suas riquezas vegetais.

Palavras-Chave: História. Desenvolvimento. Cidade. Economia. Rio Parnaíba.

IN SEARCH OF THE “LAND OF PROMISSION”: the Parnaíba river in the context of the foundation of a new capital for Piauí (1852-1858)

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the relevance of the Parnaíba river for the transfer process of the capital of Piauí during the first half of the 19th century. During this period, debates were held about the transfer of the administrative headquarters of Piauí, the city of Oeiras, to another region, and one of the most important criteria in choosing the new location was the proximity to a body of water that could make navigation viable. As the largest river course in the territory of Piauí, the Parnaíba River was considered the solution to the Province's problems. In 1852, the second capital of Piauí was built on the banks of the mighty watercourse, and in 1858 the first steam navigation company on the Parnaíba river was created with the aim of guaranteeing the progress and development that were so sought after by the elites. Piauí. As a result, the river became the main commercial route in Piauí and enabled the flow of its plant wealth.

Keywords: History. Development. City. Economy. River Parnaíba.

¹ Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Bolsista PIBIC UESPI 2018-2019 e 2019-2020. daniellefilgueiras@outlook.com

² Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR Professora do Programa de Mestrado em Ensino de História – PROFHISTÓRIA e da Graduação em História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. joseannemarinho@cchl.uespi.br

EN BUSCA DE LA “TIERRA DE PROMISIÓN”: el río Parnaíba en el contexto de la fundación de una nueva capital para Piauí (1852-1858)

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar la relevancia del río Parnaíba para el proceso de trasvase de la capital de Piauí durante la primera mitad del siglo XIX. Durante este período, se debatieron sobre el traslado de la sede administrativa de Piauí, la ciudad de Oeiras, a otra región, y uno de los criterios más importantes para elegir la nueva ubicación fue la proximidad a un cuerpo de agua que pudiera hacer que la navegación viable. Como el curso fluvial más grande del territorio de Piauí, el río Parnaíba se consideró la solución a los problemas de la provincia. En 1852 se construyó la segunda capital de Piauí a orillas del caudaloso curso de agua, y en 1858 se creó la primera empresa de navegación a vapor en el río Parnaíba con el objetivo de garantizar el progreso y desarrollo tan buscados por las élites. Piauí. Como resultado, el río se convirtió en la principal vía comercial de Piauí y permitió el flujo de su riqueza vegetal.

Palabras clave: Historia. Desarrollo. Ciudad. Economía. Río Parnaíba.

Introdução

A relevância dos cursos fluviais para a formação de novas cidades pode ser percebida ao longo da história da humanidade. As águas são imprescindíveis para a manutenção da vida e dos ecossistemas, garantindo o alimento, a hidratação do corpo, a irrigação das terras, a produção energética, além da sobrevivência de animais e plantas. Suas margens se constituíram como corredores de circulação de pessoas, e por isso a instalação nas proximidades de córregos, riachos, rios, lagos e lagoas possibilitou a aquisição de meios favoráveis ao desenvolvimento dos espaços citadinos.³ Nesse sentido, os rios são criadores de cidades. Eles dão forma à novas regiões e concedem aos ribeirinhos gostos e práticas comuns, que acabam por caracterizá-los e até mesmo distingui-los das demais comunidades.

À medida que as urbes crescem e expandem seus limites territoriais, os rios acabam ultrapassando as funções que exerce como um elemento da natureza.⁴ Quando ser humano passa

³ REZENDE, Greyce Bernardes de Mello; ARAÚJO, Sergio Murilo Santos de. As cidades e as águas: ocupações urbanas nas margens de rios. *Revista de Geografia*, Recife, n. 2, v. 33, p. 119-135, 2016.

⁴ Embora a palavra tenha um sentido claro no senso comum, o conceito de natureza é de complexo. De acordo com Daniel Castro, muitos estudiosos se debruçaram sobre a questão ao longo dos anos. Os pontos de partida e as perspectivas, assim como as problemáticas e motivações foram diferentes, as análises partiram de diferentes olhares. Por conseguinte, as explicações resultantes disso também foram distintas. Tanto no latim quanto no grego, a palavra está associada ao nascimento e à vida e foi isso que originou a concepção primordial de natureza, que é aquilo que tem vida, mas que não possui pensamento ou racionalidade. As demais conceituações foram elaboradas a partir de influências culturais e até mesmo religiosas, mostrando que o entendimento pode variar. Aqui, a natureza será entendida como ecossistemas de maneira geral, que por sua vez, são o conjunto de comunidades que habitam um determinado local e interagem entre si e também com o ambiente. Essas comunidades podem ser bióticas, que são os seres vivos, ou abióticas, que correspondem aos demais componentes do ambiente, como solo, Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 89 a 109, jan. a ago. 2021

a habitar e modificar uma região⁵, as paisagens naturais fundem-se às urbanas⁶, e a natureza acaba recebendo novas atribuições que tocam questões do cotidiano, da política e, sobretudo, da economia. Com base nos cursos fluviais, por exemplo, as comunidades ribeirinhas africanas, que viviam especificamente nas margens do rio Rufiji, na atual Tanzânia, criaram um calendário agrícola que se pautava no ciclo da água. Ao longo do século XIX e XX, as cheias periódicas serviram para definir os gêneros mais adequados para a plantio.⁷

Os rios africanos também foram inseridos em processos de desenvolvimento das cidades e alguns deles receberam hidrelétricas durante o período pós-colonial. Para os africanos, isso significava “[...] a independência econômica e política e a possibilidade de superar o estigma do subdesenvolvimento.”⁸ No Brasil, os rios também tiveram relevância significativa no processo de ocupação territorial, bem como no desenvolvimento urbano desses espaços que passaram a ser habitados.⁹ De acordo com José Pádua, “[...] não se pode entender a formação da sociedade nacional, em sua grande diversidade, sem levar em conta o espaço continental onde o país foi construído, marcado por enormes e complexas redes fluviais”.¹⁰

No que concerne às pesquisas acadêmicas, foi somente no século XX que os estudos sobre a natureza passaram a ocorrer de forma mais sistemática.¹¹ A inclusão dos rios no cerne

luz, água, etc. Dessa forma, entende-se que os rios, as árvores, o clima, e outros elementos naturais que aparecem no decorrer da discussão estão vinculados à trajetória humana e a impactaram de formas distintas ao longo dos anos, ao mesmo tempo em que eram transformados por ela. CASTRO, Daniel Stella. Um estudo sobre o conceito de natureza. **Revista do Departamento de Geografia**, Universidade de São Paulo - USP, v. 38, p.17-30, 2019.

⁵ Região pode ser compreendida como uma “[...] unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios”. Esses critérios podem estar relacionados à questões econômicas, culturais, ambientais, geológicos, políticos, entre outros. Por exemplo, a partir de “[...] critérios geológicos [é possível] estabelecer em um espaço mais vasto as divisões que se referem aos tipos de minerais e solos que predominam em uma área ou outra.” BARROS, José D’Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, v. 10, n. 1, verão 2005. p. 98- 99.

⁶ O conceito de paisagem, oriundo da Geografia, estabelece a sua definição como “[...] uma associação típica de características geográficas concretas que se dão numa região – ou numa extensão específica do espaço físico – e constitui um determinado um padrão visual que se forma a partir destas características que a singularizam”. Dessa forma, a paisagem pode ser natural ou elaboradas culturalmente pelo ser humano. BARROS, José D’Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, v. 10, n. 1, verão 2005. p. 99-100.

⁷ DINIZ, José Nilo Bezerra. Uma história ambiental dos rios africanos. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 14, n. 2, p. 559- 562, jul./dez. 2014.

⁸ DINIZ, José Nilo Bezerra. Uma história ambiental dos rios africanos. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 14, n. 2, p. 561, jul./dez. 2014.

⁹ De acordo com Luana Polon, “O espaço geográfico é um produto resultante das relações socioespaciais que nele se estabelecem, sejam elas da ordem que forem, políticas, econômicas ou simbólicas. E neste sentido, a sociedade tem papel fundamental, uma vez que as relações que os homens estabelecem entre si acabam por refletir na dinamização do espaço, configurando e reconfigurando este constantemente, em conformidade com os vários períodos históricos.” POLON, Luana Caroline Künast. Espaço geográfico: breve discussão teórica acerca do conceito. **Revista Geográfica Acadêmica**, v.10, n.2, 2016. p. 91-92.

¹⁰ PÁDUA, José Augusto. Movimentos dos rios/movimentos da História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 39, n. 81, p. 15-24, 2019. p. 16.

¹¹ RIBEIRO, Fernando da Silva. A cidade e o rio: entre a preservação e o descaso com o Meia Ponte em Goiânia (1933-2020). **Faces da História**, Assis/SP, v. 8, n. 1, p. 70-92, jan./jun., 2021.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 89 a 109, jan. a ago. 2021

das produções decorreu dos debates resultantes das conferências sobre a crise global e movimentos ambientalistas que ocorreram na década de 1970 em vários países.¹² Na História, a ampliação da concepção de documento viabilizou a inclusão da temática. As discussões relacionadas ao meio ambiente estiveram alinhadas com as propostas da Escola dos *Annales*, tendo em vista que o interesse nos fundamentos ambientais da sociedade se fez presente desde a sua fundação. Marc Bloch, por exemplo, realizou estudos sobre a vida rural francesa, Le Febvre escreveu textos que abordavam a geografia social e Fernand Braudel conferiu ao mar Mediterrâneo o lugar de objeto histórico, colocando-o em evidência na sua tese.¹³

A interdisciplinaridade decorrente da ampliação do conceito de documento possibilitou o surgimento de novos campos de pesquisa, como a História Ambiental. A partir dela, os historiadores puderam se debruçar, também, sobre os rios, concebendo-os como uma categoria de análise.¹⁴ Essas reflexões embasam a discussão sobre o rio Parnaíba como um agente ativo na história do Piauí. Com 1.485 km de extensão, ele é o maior rio do estado e foi frequentemente apontado nos documentos oficiais como propulsor de riquezas e possível solução para os problemas econômicos. Partindo disso, a proposta desse trabalho é analisar a relevância desse curso d'água para o processo de transferência da capital piauiense, no século XIX.

Para a realização da discussão proposta, foi realizado o estudo de obras bibliográficas que possibilitaram a compreensão das especificidades do assunto tratado, bem como do contexto histórico-social no qual se encontra. Dentre elas é possível destacar Gercinair Gandara¹⁵, Joseanne Marinho¹⁶ e Amanda Moreira¹⁷. As fontes primárias analisadas foram jornais, revistas, mensagens governamentais e relatórios de viajantes disponíveis para pesquisa no Arquivo Público do Piauí Casa Anísio Brito e no site da Biblioteca Nacional.

1 O rio Parnaíba: características geográficas e atribuições históricas

¹² WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

¹³ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

¹⁴ GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

¹⁵ GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

¹⁶ MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **“Manter Sadia a Criança Sã”**: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

¹⁷ MOREIRA, Amanda Cavalcante. **Teresina e as moradias da região central da cidade (1852- 1952)**. 2016. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2016.

O Brasil é composto por uma vasta e complexa rede de sistemas fluviais que proporcionam sua singularidade em termos hídricos e fazem dele um dos países com maior reserva de água do mundo.¹⁸ No que concerne à região nordestina, grande parte dos rios possui uma bacia hidrográfica própria com consideráveis diferenças inter-regionais. O conjunto delas foi convencionalmente chamado de Bacia do Nordeste.¹⁹ Dentro desse rico cenário, encontra-se o rio Parnaíba, cuja região hidrográfica²⁰, que recebe seu nome, abarca quase todo o Estado do Piauí.²¹ Como mencionado, o trajeto desse caudaloso curso d’água se estende por aproximadamente 1.485 km e demarca a divisa entre o Estado do Piauí e Maranhão.

De acordo com a Agência Nacional das Águas, a Região Hidrográfica do Parnaíba ocupa 3,9% do território nacional e encontra-se entre as mais relevantes do Nordeste brasileiro.²² Ela é composta por muitos cursos d’água que atravessam biomas distintos em cada parte do estado, como o cerrado, a caatinga e o costeiro. Dentre os principais rios que a compõem, pode-se mencionar, além do Parnaíba, o Canindé, o Poti, o Longá, o Piauí, o Itaueira, o Rio das Balsas e o Uruçuí Preto.²³ A maior parte desses cursos fluviais é intermitente, o que significa que secam quando há baixa precipitação de chuvas.²⁴ Isso provoca quadros de estiagem bastante críticos em determinadas regiões do estado.

Por ser o mais expressivo dentre os rios supracitados, o Parnaíba passou a ocupar um lugar de destaque na memória e nos registros de seus conterrâneos. Ele é considerado o maior rio perene inteiramente incluído no Nordeste brasileiro e é navegável da cidade de Santa Filomena, no Sul do estado, até a cidade litorânea de Parnaíba, no Norte, ou seja, quase toda sua extensão.²⁵ Como trata-se de um rio que estabelece divisas entre os dois estados, ele também se enquadra na categoria de rios de domínio da união, ou rios federais, que são aqueles que

¹⁸ ITO, Daniel. Reserva subterrânea da Amazônia pode abastecer o planeta por 250 anos. **Radioagência Nacional**. Disponível em: <https://cutt.ly/uEk3Ikx>. Acesso em 19 abr. 2021.

¹⁹ GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de Brasília, Brasília/2008.

²⁰ As Regiões Hidrográficas – RH são “[...] bacias, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas próximas, com características naturais, sociais e econômicas similares”. AS REGIÕES Hidrográficas. **Ministério do Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <https://cutt.ly/TEk9Nai>. Acesso em 22 abr. 2021.

²¹ AGÊNCIA Nacional das Águas. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**: as regiões hidrográficas brasileiras. Edição Especial. Brasília: ANA, 2015.

²² AGÊNCIA Nacional das Águas. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**: as regiões hidrográficas brasileiras. Edição Especial. Brasília: ANA, 2015.

²³ AGÊNCIA Nacional das Águas. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**: as regiões hidrográficas brasileiras. Edição Especial. Brasília: ANA, 2015.

²⁴ REGIÃO Hidrográfica Parnaíba. **Ministério do Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <https://cutt.ly/xEk8vPI>. Acesso em 22 abr. 2021.

²⁵ GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

unem e separam duas unidades federativas e, em alguns casos, dois países.²⁶ Ao longo do século XIX e XX, o rio Parnaíba atraiu pessoas para suas margens, o que fez surgir povoados, vilarejos e cidades, incluindo a atual capital do estado do Piauí. Por isso, é importante conhecer seu trajeto e entender os caminhos que ele percorre.

A nascente do rio Parnaíba fica localizada na Chapada das Mangabeiras, entre os Estados do Piauí, Maranhão e Tocantins, em uma altitude de cerca de 700 metros. Tradicionalmente, o rio Parnaíba foi dividido em três regiões que foram definidas a partir de suas características geográficas. A primeira é chamada de Alto Parnaíba, e é delimitado pelas nascentes, no sul do estado, e pela foz do rio Gurguéia, que fica situada no município de Jerumenha. Essa parte do rio é composta por cachoeiras e águas agitadas, pois nesse trecho ele conta com a presença de afluentes maranhenses e piauienses. O Médio Parnaíba vai da foz do Gurguéia e até a foz do rio Poti, no município de Teresina. Quando adentra essa região, o rio deixa de receber as águas dos riachos maranhenses, contudo, seu curso alarga-se. Seguindo rumo ao litoral, tem-se o Baixo Parnaíba, sendo que nesse trecho ele corre vagaroso e tranquilo, até chegar no Oceano Atlântico.²⁷

Outra divisão do curso parnaibano foi proposta por Gercinair Gandara²⁸, que levou em consideração não somente as características geográficas, mas também as atividades que foram desenvolvidas pelos ribeirinhos ao longo dos anos. O rio ficou organizado em quatro espaços, que são correspondentes ao trecho entre a nascente e a cidade-beira Santa Filomena, o espaço d'águas encachoeiradas, à região entre Santa Filomena e Uruçuí, chamada de espaço d'águas dos balseiros e/ou d'águas vermelhas, entre os municípios de Uruçuí e Parnaíba, tem-se o espaço dos marinheiros do rio e/ou d'águas doces, e por fim e o espaço dos marinheiros do mar e/ou d'águas salgadas, que fica entre a cidade de Parnaíba e a desembocadura no mar. A cidade de Teresina fica situada no espaço d'águas dos marinheiros do rio ou no Médio Parnaíba, segundo a divisão tradicional.

Além da promissora possibilidade de implementação da navegação, a riqueza da flora que constitui as margens parnaibanas foi outro ponto determinante na interação estabelecida entre as cidades-beira e o rio Parnaíba. O vale desse curso fluvial é um dos mais ricos do país.

²⁶ RIOS. **Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico**. Disponível em: <https://cutt.ly/7EOy0zK> Acesso em: 25 abr. 2021.

²⁷ HIDROVIA do Parnaíba. **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes**. 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/OTpm0z3>. Acesso em 09 nov. 2021.

²⁸ GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 89 a 109, jan. a ago. 2021

EM BUSCA DA “TERRA DA PROMISSÃO”: o rio Parnaíba no contexto de fundação de uma nova capital para o Piauí (1852-1858)

Nele podem ser encontradas “[...] quase todos os tipos de vegetação do Brasil tropical.”²⁹ As espécies que o compõem são de fundamental importância para a manutenção do sistema fluvial e fazem parte da história do rio e das populações que o margeiam.

Nas questões concernentes à economia do estado, as árvores da família das *Arecaceae* ou *Palmae*, popularmente conhecidas como palmeiras se destacaram, pois delas foram obtidos os gêneros extrativistas que o Piauí exportou para o exterior por meio dos vapores³⁰, lanchas³¹ e balsas³². Segundo Djalma Nunes Filho³³, a borracha da maniçoba foi o primeiro produto que gerou um forte e positivo impacto na economia piauiense. Entretanto, outras palmeiras contribuíram significativamente para a elevação das receitas no estado, como a do babaçu e, sobretudo, a da carnaúba.

A exportação extrativista era a principal justificativa para o estabelecimento da navegação a vapor no rio Parnaíba e no decorrer da segunda metade do século XIX e primeira do XX, a borracha da maniçoba, a amêndoa do babaçu e a cera de carnaúba foram fundamentais para a elevação das receitas do estado. Mas a utilidade das palmeiras não ficou restrita aos produtos que eram comercializados pelo governo piauiense. Elas também foram utilizadas pela população ribeirinhas de muitas outras formas. A madeira, a palha, os frutos e até mesmo as raízes eram aproveitadas. Os moradores das beiras construíam embarcações e casas, eram confeccionavam utensílios domésticos, faziam peças artesanato, além de produtos alimentícios ou remédios. E eram elas que geravam matéria-prima para vários produtos industrializados.³⁴

Como disse o escritor piauiense Berilo Neves, “[...] há fartura, nas margens [do rio Parnaíba]. Como o Nilo, ele fez a riqueza brotar ao contacto das suas águas.”³⁵ Esses aspectos

²⁹ GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2008. p. 67.

³⁰ São barcos robustos, grandes e movidos à lenha. Suportavam longas viagens, transportando passageiros e mercadorias. Os vapores são as embarcações mais lembradas no que se refere à navegação no rio Parnaíba, pois foram concebidos como símbolo da modernização no estado. GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

³¹ As lanchas eram embarcações pequenas, movidas a motor, gasolina ou a vapor. Elas servem para transportar pessoas ou mercadorias e nas zonas portuárias, geralmente, são encarregadas de auxiliar na locomoção até o navio. LANCHAS. **Navios e Portos**. Disponível em: <https://cutt.ly/wEk3Az4>. Acesso em: 14 jun. 2021.

³² As balsas são embarcações de superfície plana que se deslocam por meio da correnteza do rio. Geralmente, são feitas pelos próprios ribeirinhos, que usam para isso madeira disponíveis na região. LIMA, Eurípedes Ferreira. **Depoimento concedido a Danielle Filgueiras Santos e Joseanne Zingleara Soares Marinho**. Teresina, 2019.

³³ NUNES FILHO, Djalma José. **A cidade e o rio: a navegação fluvial e o extrativismo vegetal na organização do espaço de Floriano-PI (1890 – 1950)**. 2013. Tese (Doutorado Organização do Espaço), Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

³⁴ SOUZA, Fábio Geraldo de. A importância da família arecaceae para a região Norte. **Revista EDUCAmazônia: Educação Sociedade e Meio Ambiente**, Humait, Amazonas, Brasil - LAPESAM/GISREA/UFAM/CNPq/EDUA, ano 12, v. 23, n. 2, p. 100-110, jul./dez. 2019.

³⁵ BERILO Neves. **Antônio Miranda**. Disponível em: <https://cutt.ly/gEk972Y>. Acesso em: 24 mai. 2021. p. 115-117.

possibilitam a compreensão da relevância concedida ao rio Parnaíba e permitem observar o rio a partir de uma análise histórico-social. A descrição da composição geográfica e das riquezas que o ele oferecia lançam luz sobre as motivações da constante interação entre as comunidades e o curso d'água, bem como a maneira pela qual os recursos fluidos foram utilizados.³⁶ Foram essas as razões que o inseriram no contexto de várias discussões políticas e econômicas ao longo dos anos, tornando-o um rio cobiçado e admirado. Para poderes públicos, ele era a fonte mais preciosa do Piauí. Para os beiradeiros, era uma dádiva da natureza.

2 Há prosperidade nas margens parnaibanas: os debates sobre a escolha da nova capital

A história do Piauí esteve frequentemente vinculada aos rios. A primeira capital do estado foi formada no século XVII em virtude da aglomeração de fazendeiros nas proximidades do rio Piauí. Eles haviam sido incumbidos de povoar a região e eram ligados à Casa da Torre, na Bahia.³⁷ Disso surgiu a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, que se tornou uma vila ainda no século XVII, recebendo o nome de Vila da Mocha, em razão do riacho que a banhava.³⁸ Em 1791, sendo elevada à categoria de cidade, a Vila da Mocha passou a ser Oeiras.³⁹

Os principais rios presentes na região onde estava alocada a primeira capital do Piauí eram denominados Canindé, Piauí, Riachão, Itaim, Guaribas, Talhada e o Mocha, entretanto, somente os dois últimos permaneciam cheios durante o ano todo, e nenhum deles apresentava condições favoráveis à navegação.⁴⁰ Logo, embora possa ser considerada uma cidade-beira, Oeiras passou a ser caracterizada pela escassez de recursos hídricos. A ênfase em seus aspectos climáticos, colocando-os como um ponto negativo e prejudicial ao futuro do Piauí, foi a principal estratégia utilizada pelos que incitavam a transferência da capital. Visto que os cursos fluviais foram tradicionalmente associados à fertilidade da terra e, por extensão, à prosperidade

³⁶ As cidades ribeirinhas são aquelas que se situam nas margens de águas doces, já as cidade-beira margeiam lagos, lagoas, riachos, rios, o mar, e até mesmo construções humanas, como rodovias, estradas e avenidas. GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

³⁷ A Casa da Torre, fundada pela família Ávila, era a financiadora de viagens de desbravamento dos sertões. Domingo Afonso Mafrense ou Sertão, um bandeirante e rendeiro da instituição, esteve entre os primeiros colonizadores do que hoje é o Piauí. ALVES, Vicente Eudes Lemos. As bases históricas da formação do território piauiense. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p 55-76, jul./dez. 2003.

³⁸ GARDNER, George. **Viagens no Brasil**: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. V. II. Albertino Pinheiro (tradutor). Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1942.

³⁹ MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **“Manter Sadia a Criança Sã”**: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 e 1940. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

⁴⁰ MOTT, Luiz R. B. Descrição da Capitania de São José do Piauí – 1772. **Revista de História**, Universidade de São Paulo. p. 555. Disponível em: <https://cutt.ly/EEOazJ3>. Acesso em: 19 abr. 2021.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 89 a 109, jan. a ago. 2021

das populações que os margeiam, para uma parcela da elite piauiense apregoava que a localização da capital era um grande empecilho para o progresso.

De fato, a falta de recurso hídricos ocasionava sérias crises socioeconômicas, pois quando as chuvas cessavam e as águas deixavam de correr no leito dos rios, as populações passavam por situações de extrema vulnerabilidade e sofriam com a desassistência governamental. Durante os meses de julho a novembro, grande parte dos cursos d’água presentes na região tornavam-se pequenas poças à céu aberto, e deixavam os moradores desamparados, pois essa era a água utilizada no cotidiano doméstico.

O grupo dos pró-mudancistas era composto majoritariamente por uma parte insatisfeita da elite e de autoridades políticas do estado que discordavam do que a princípio pareceu a melhor estratégia para facilitar a administração da Província, que foi a de situar sua sede no centro do território piauiense,⁴¹ considerando que a posição central viabilizaria o contato com o norte e o sul de forma igualitária.⁴² Além das argumentações pautadas nas dificuldades climáticas e na insalubridade do ambiente, os favoráveis à mudança alegavam que a situação geográfica gerava inúmeras complicações no que tange à comunicação com as demais províncias e com a Corte.

A precariedade das estradas carroçáveis e a ausência de rios que fossem navegáveis dificultavam o acesso à cidade. Os pró-mudancistas afirmavam que o isolamento da capital prejudicava a administração do Piauí, que era dependente do Maranhão ou da Bahia para realizar os trâmites políticos e comerciais.⁴³ Alegavam ainda a precariedade da infraestrutura urbana da cidade, afirmando que ela não havia se desenvolvido ao longo dos anos. Isso fazia recair sobre Oeiras os estereótipos de atraso, pobreza e estagnação, como pode ser percebido por meio da descrição realizada por Zacarias de Góes e Vasconcelos, que foi o Presidente da Província entre 1845 e 1847:

⁴¹ O conceito de território pode variar de acordo com o campo científico que o analisa. Para as ciências biológicas, por exemplo, território é a área dominada ou influenciada por determinada espécie, já para as “[...] ciências sociais, econômica e política tal como a geografia, a categoria do território está atrelada às questões de poder.”. Para a geografia, de maneira mais específica, “[...] o território surgiu com base na discussão sobre o espaço geográfico expressando alguns sentidos, dentre eles a noção de poder, que concentrado nas mãos de uma só pessoa ou do Estado caracteriza a territorialidade do espaço no sentido de posse”. MONTE, Lucas Almeida; SOUSA, Sara Raquel Cardoso Teixeira de; ARAÚJO, Raimundo Lenilde de. Território: um conceito da Geografia na perspectiva de alunos de uma escola pública da cidade de Teresina – Pi. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7. 2014, Vitória. **Anais do VII CBG**. Vitória, 2014, [não paginado]. Disponível em: <https://cutt.ly/bTplBR6>. Acesso em: 07 nov. 2021.

⁴² A MUDANÇA da capital. **O Echo Liberal**, Oeiras, n. 123, p. 5, 26 de jan. 1852.

⁴³ CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 89 a 109, jan. a ago. 2021

[...] Situada entre morros, é quase inabitável a cidade, porque o calor, que no clima do norte é tão intenso, torna-se aqui, por essa circunstância, ainda mais abrasador e insuportável: o local da cidade é tão pedregoso [...] estéril, que não consente vegetação, de maneira que na estação calmosa dir-se-á morta a natureza, a não ser o riacho da Mocha, em cujas margens sempre verdejam, bem que raras, algumas árvores.⁴⁴

O posicionamento do Presidente da Província fica evidente. Nota-se também que ele se apoiava nas características ambientais para fazer suas argumentações. De acordo com Monsenhor Chaves⁴⁵, além de se manifestar a favor, ele apontou uma série de atributos que deveriam ser levados em consideração na escolha de uma nova região que abarcaria a sede administrativa. Ele afirmou que deveria: “[...] estar situada em local salubre, aprazível, abundante d’água, fértil, que ofereça vantagens nas comunicações com toda a Província, principalmente com os pontos de maior comércio dela, assim como das Províncias vizinhas.”⁴⁶ Por isso, o litoral era a grande aspiração dos defensores da mudança. Se a capital estivesse situada nas proximidades do mar seria possível efetuar a construção de um porto marítimo, o que alavancaria o desenvolvimento comercial da Província. E, caso isso não fosse viável, a outra alternativa seria colocá-la nas margens de um corpo d’água abundante e que, preferencialmente, desembocasse no mar.⁴⁷ O rio Parnaíba era o que melhor atendia a esses requisitos e foi dentro desse contexto que ele entrou na pauta política.

Em contraposição aos pró-mudancistas estava um grupo majoritariamente formado pela oligarquia oeirense que não concordava com a transferência da capital. Essas pessoas buscavam preservar o título concedido à cidade e se opunham a qualquer iniciativa que se mostrasse contrária a isso. O anseio pelo progresso era o mesmo, contudo acreditavam na possibilidade de alcançá-lo de outra maneira. Eles reconheciam as necessidades enfrentadas pelos moradores da região e, por isso, defendiam o empreendimento de melhorias que fossem capazes de solucionar ou amenizar os problemas apresentados. De igual modo, posicionavam-se em defesa da cidade no que concerne à infraestrutura e demonstravam o repúdio à inferiorização praticada pelos que subestimavam a capital piauiense.

⁴⁴ CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p. 23.

⁴⁵ CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

⁴⁶ CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p. 23.

⁴⁷ A desembocadura, também chamada de estuário ou foz, é o ponto onde um curso de água desagua. Isso pode ocorrer em um lago, no mar ou em outro rio. DESEMBOCADURA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. p. 556. Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 89 a 109, jan. a ago. 2021

EM BUSCA DA “TERRA DA PROMISSÃO”: o rio Parnaíba no contexto de fundação de uma nova capital para o Piauí (1852-1858)

A intenção de desconstruir a imagem que se propagava sobre a cidade, que a colocava como um dos indícios do atraso piauiense em relação às demais províncias, fica evidente em alguns posicionamentos dos redatores do jornal oeirense *O Echo Liberal*. No trecho da matéria que está disposta a seguir, publicada em 1851, eles apresentaram uma lista com diversas melhorias realizadas ao longo dos anos:

Em 1751 a villa da Môxa não era mais do que um pequeno povoado dos nossos pobres e remontados certões: em 1762, pela unica razão de estar no centro da capitania, foi essa pequena povoação elevada a cathegoria de cidade capital com o nome de Oeiras, e ainda depois de nossa independencia não tinha hum edificio publico ou particular que valesse apenas ser considerado. De 20 anos pra cá Oeiras tem duplicado em propriedades, e centuplicado em valor: ruas inteiras se hão edificado, e outras reformado; e alem dos edificios, e obras publicas que possui de poucos tempos [...] e seu commercio, ainda que acanhado, è, sem duvidas, o maior da provincia; e mais seria se tivesse ella gozado de administrações que houvessem ao menos lançado suas vistas para o deploravel estado de nossas vias de comunicação.⁴⁸

99

Diante disso, é possível afirmar que o processo de transferência estava envolto no contexto de conflitos de interesses existentes entre esses dois grupos e, ainda, que no cerne de todas essas argumentações estava a insistente busca pelo progresso piauiense. No final da década de 1840 o assunto começou a ganhar mais visibilidade. Tendo em vista que havia grandes chances de que Oeiras deixasse de ser a capital, o foco das discussões foi parcialmente modificado para o novo endereço, que seria as beiras do rio ou do mar.

Esse desejo de mudar a capital piauiense era anterior ao século XIX, e as margens do Parnaíba já eram vistas como uma opção viável. De acordo com Gercinair Gandara, é provável que a primeira menção nos documentos oficiais tenha ocorrido em 1793.⁴⁹ Alguns anos depois disso, em 1798, Dom João Amorim Pereira apontou como primeira opção a vila de Parnaíba, que ficava no litoral piauiense, mas também mencionou uma povoação que havia surgido na confluência⁵⁰ dos rios Parnaíba e Poti há pouco tempo. Ao analisar as possibilidades com base no mapa da primeira divisão política do Piauí, disposto a seguir, é possível perceber que no ano de 1762 somente as vilas de Jerumenha e de Parnaíba ficavam situadas nas margens do rio Parnaíba, as demais povoações existentes localizavam-se no interior do território piauiense:

⁴⁸ A MUDANÇA da capital. *O Echo Liberal*, n. 118, p. 1. 18 de dez. 1851.

⁴⁹ GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

⁵⁰ É o lugar de encontro de dois rios. CONFLUÊNCIA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. p. 451.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 89 a 109, jan. a ago. 2021

Mapa 1: Mapa da Capitania de São José do Piauí.



Fonte: Gandara.⁵¹

Jerumenha, além de margear o grande rio, estava na confluência do Gurguéia, o maior afluente piauiense do Parnaíba. Isso concedia a ela uma posição geográfica interessante na concepção dos pró-mudancistas, pois poderia facilitar a comunicação com as cidades interioranas e com províncias vizinhas por meio da navegação fluvial e possibilitar a comunicação com a Corte.⁵² Por outro lado, Parnaíba ficava no litoral e, por isso, parecia proporcionar mais vantagens, considerando também que já possuía uma certa infraestrutura, o que dispensava a necessidade de despender verbas para edificar de prédios públicos. Logo, as duas ofereciam benefícios consideráveis, ao passo em que também apresentavam grandes desvantagens.

Alegava-se que o desenvolvimento urbano de Jerumenha era vagaroso. A vila quase não possuía prédios e a infraestrutura ainda era muito precária para receber uma capital, por isso, não foi considerada adequada. Por sua vez, Parnaíba, que em tese era melhor opção, estava

⁵¹ GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2008. p. 200.

⁵² MOTT, Luiz R. B. Descrição da Capitania de São José do Piauí – 1772. **Revista de História**, Universidade de São Paulo. p. 555. Disponível em: <https://cutt.ly/EE0azJ3>. Acesso em: 19 abr. 2021.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 89 a 109, jan. a ago. 2021

no extremo norte do Piauí e isso dificultaria a relação com as comunidades situadas no sul. Os moradores dessa região sofriam com o desamparo governamental e a nova capital precisava estar em um local que favorecesse todo o estado, sendo a vila de Parnaíba também foi retirada do rol de opções. Outra possibilidade apontada pelos pró-mudancistas foi o rio Mulato. Para muitos, ele era “[...] o lugar preferível para a mudança da capital.”⁵³ Esse corpo d’água banhava a cidade de São Gonçalo e também desaguava no rio Parnaíba. Ele parecia oferecer grandes vantagens ao projeto de desenvolvimento do Piauí naquela época, o que ficou evidente por meio da Lei nº 174, de 1844, que autorizou a transferência das repartições públicas “[...] para a margem do rio Parnaíba, escolhendo o lugar da confluência do riacho Mulato [...] ficando a nova cidade com o nome de Regeneração”.⁵⁴

São Gonçalo ainda não era uma cidade, mas possuía sua própria comarca, ficava relativamente próxima à cidade de Oeiras, e a distância que precisava ser percorrida para chegar ao rio Parnaíba era reduzida praticamente pela metade, se comparada com a existente entre o curso d’água e a capital. Contudo, a transferência não foi executada, pois Zacarias Góis não concordava com a escolha, realizada por seu antecessor, José Idelfonso de Sousa Ramos.⁵⁵ Assim, restava a povoação apontada por Dom João Amorim Pereira, um vilarejo quase inexpressivo em tamanho, porém com vantagens que não passavam despercebidas.

Havia uma lista de pontos favoráveis ao estabelecimento da capital na região onde estava esse povoado. Dentre todas as outras, era a que concedia acesso mais rápido às águas parnaibanas, um fator que a colocava em posição de destaque. Além disso, a Vila do Poti era assim denominada porque margeava o outro grande rio piauiense, o Poti. Isso foi o suficiente para que, a despeito da falta de estrutura e dos elementos considerados próprios de uma cidade moderna, no início da década de 1850, José Antônio Saraiva, o então Presidente da Província, confiasse no potencial que o local oferecia, e empreendesse esforços para que a nova capital fosse alocada na confluência do rio Poti com o rio Parnaíba.

3 Teresina, a capital ribeirinha do Piauí

⁵³ A MUDANÇA da capital. **O Echo Liberal**, Oeiras, n. 123, p. 5, 26 de jan. 1852.

⁵⁴ GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2008. p. 119.

⁵⁵ GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 89 a 109, jan. a ago. 2021

Conforme Andrea Andrade⁵⁶, o lugar onde estava a Vila do Poti já era conhecido pelas autoridades políticas há bastante tempo. Em 1728, por exemplo, o Governador do Maranhão e do Grão-Pará, João Maia da Gama, manifestou o desejo de transformar o vilarejo na cidade que seria a nova capital.⁵⁷ O *Echo Liberal* mostra que essa aspiração continuou permeando o cenário piauiense nas décadas seguintes. Em 1851, uma matéria informava que o povoado disputava o título com São Gonçalo e que era apreciado por todo o Norte da Província:

Tracta-se de um negocio que afecta o bem estar de toda a familia piauihyense: genericamente falando, todos os membros da comunhão concordão na alteração proposta; mas divergem por partes em pontos essenciaes à consummação da empreza [...] O Sul e o Norte da província pleiteiãõ tirar a capital d'Oeiras e assenta-la a margem do Parnahiba: O Sul decide-se pelo ponto de São Gonçalo, e o Norte pelo Puty.⁵⁸

Nota-se que, apesar de ser pacata e pequena, os rios Poti e Parnaíba conferiram à vila um peso considerável nas discussões que giravam em torno da transmutação da capital. Isso porque seus canais fluviais eram expressivos e, especificamente, o Parnaíba era compatível com o projeto de implementação da navegação fluvial. Ademais, a localização do vilarejo viabilizava o acesso direto à cidade maranhense de Caxias, um fator de extrema relevância, tendo em vista que os piauienses dependiam da cidade maranhense para realizar os contatos com o Rio de Janeiro, que era capital do Império. Ao longo dos primeiros séculos, o local de encontro dos dois cursos d'água foi utilizado como ponto de travessia para o estado vizinho e tratava-se da “[...] única passagem entre o norte da Capitania e o restante do Brasil”.⁵⁹

Por essa razão, com o objetivo irreversível de mudar a capital, no dia 03 de agosto de 1844, após a revogação da lei de transferência da sede administrativa para as margens dos referidos rios, o Presidente Saraiva se deslocou até a vila para averiguar a situação em que se encontrava. Todavia, ele teve suas expectativas destruídas quando percebeu os problemas enfrentados pelos moradores da região. Os moradores da Vila do Poti eram flagelados pelas febres endêmicas e, tendo em vista que as residências ficavam nas ribanceiras de corpos d'água, é possível inferir que o estado febril era decorrente do impaludismo, umas oito doenças tropicais

⁵⁶ ANDRADE, Andrea Rodrigues. **Entre o sertão e as margens do rio Parnaíba**: A transferência da capital e a cidade de Teresina na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2016.

⁵⁷ GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

⁵⁸ A MUDANÇA da capital. *O Echo Liberal*, n. 118, p. 1. 18 de dez. 1851.

⁵⁹ GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. **História**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 90-113, jan./jun. 2011. p. 97.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 89 a 109, jan. a ago. 2021

mais conhecidas entre as que foram categorizadas pela Organização Mundial da Saúde - OMS. essas doenças são recorrentes nas zonas dos trópicos, por isso recebem essa denominação, e todas “[...] são transmitidas ao homem de maneiras variadas, mas sempre por um vetor que geralmente é um inseto hematófago”, ou seja, que se alimenta de sangue.⁶⁰

As inundações foram outra ameaça percebida pelo Presidente da Província. A razão disso era a ocupação indevida das chamadas planícies de inundação. Como o nome já indica, esse lugar da margem ficava submerso pelas águas dos rios durante os períodos de cheias, quando acabavam acarretando graves prejuízos materiais e, por isso até mesmo, os próprios habitantes desejavam retirar-se do local,⁶¹ ou seja, as doenças e enchentes tornavam a vila do Poti insalubre, desqualificando-a também diante dos pró-mudancistas. No início da década de 1850, quando as discussões sobre a mudança se aguçaram, o cenário permanecia o mesmo, o Piauí parecia ter retornado ao marco inicial no que diz respeito à mudança de sua sede.⁶²

A solução para o impasse ocorreu por meio da Chapada do Corisco, uma região que distava dali cerca de seis quilômetros. O terreno plano e bastante arborizado fez com que Saraiva passasse a considerá-lo o “[...] mais belo e agradável lugar da margem do Parnaíba.”⁶³ Entretanto, o único requisito atendido por ele era a localização ao lado do caudaloso rio. As construções existentes, duas ou três casas, eram resquícios de uma fazenda de gado que ficava na região e que deu nome ao lugar e, como o próprio nome indicava, era uma região vulnerável à grande quantidade de raios que caíam nos períodos chuvosos.⁶⁴ Por isso, não foram poucas as arguições apresentadas pelos seus opositores. Mas, ainda assim, Saraiva insistiu e iniciou a edificação de uma nova vila que foi denominada de Vila Nova do Poti. Com isso, a Vila do Poti, o pequeno povoado visitado pelo Presidente anteriormente, passou a ser chamada de Vila Velha do Poti.⁶⁵ E, em pouco tempo, o vilarejo tornou-se a nova capital do Piauí:

A antiga Nova Vila do Poti, instalada em terrenos da Chapada do Corisco, em 20/10/1851, foi elevada à categoria de Cidade com a resolução n.º 315, de 21/7/1852, que transferiu a capital da Província, de Oeiras para a referida

⁶⁰ O impaludismo é uma doença transmitida por mosquitos do tipo *Anopheles*. Atualmente é conhecida como malária e acomete principalmente moradores das margens dos rios, lagoas, brejos e até mesmo terrenos alagadiços. Os principais sintomas são as febres, dores de cabeça e vômitos. CAMARGO, Erney Plessmann. Doenças tropicais. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 64, p. 95-110, 2008. p. 95.

⁶¹ CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

⁶² GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2008. p. 228.

⁶³ CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p. 25.

⁶⁴ GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

⁶⁵ A Vila Velha do Poti corresponde a um dos bairros de Teresina atualmente, que é denominado apenas como Poti Velho.

cidade, a qual recebeu o nome de Teresina, em homenagem à Imperatriz Teresa Cristina, pelo seu Presidente, Dr. José Antônio Saraiva.⁶⁶

Por meio da cidade recém-nascida, boa parte dos piauienses reativaram as esperanças de morar em uma urbe que se aproximasse das grandes e modernas metrópoles brasileiras. Teresina foi idealizada como a garantia do progresso piauiense e o primeiro passo na direção da erradicação dos problemas econômicos. Ela foi a primeira cidade-capital planejada e edificada no período Imperial e só isso já era motivo de grande alegria os que a desejaram.⁶⁷ O projeto bem sucedido serviu como inspiração a criação de outras urbes do Brasil, como Belo Horizonte – ES e Palmas – TO.⁶⁸ Segundo Gandara, provavelmente essa foi a primeira vez na História do país que uma capital foi “[...] planejada e construída em função de uma estrada líquida e como elemento estratégico do ‘progresso’.”⁶⁹

Teresina parecia a realização de um grande sonho. Ficava situada em uma região plana, com muita vegetação, com corpos d’água abundantes, o que tornava suas terras férteis. Considerando a experiência dos moradores da Vila Velha do Poti, o projeto de construção buscou preservar o espaço que era passível de inundações com o intuito de evitar que as águas invadissem os prédios edificadas.⁷⁰ Os quarteirões alinhados, e as ruas retilíneas, fizeram com que a planta da cidade fosse comparada a um tabuleiro de xadrez. Tais aspectos podem ser observado na imagem a seguir:

Mapa 2: Miniatura do Plano de Teresina.

⁶⁶ CALDAS, Celso. Malária no Potí Velho – Piauí: relatório de reconhecimento. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, n. 2, p. 89-100, 1939. p. 3.

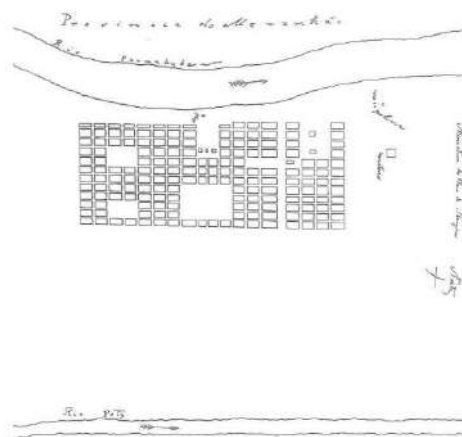
⁶⁷ MOREIRA, Amanda Cavalcante. **Teresina e as moradias da região central da cidade (1852- 1952)**. 2016. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2016.

⁶⁸ COSTA, Catarina. **Teresina, a primeira capital planejada do país comemora seus 161 anos**. 16 ago. 2013. Disponível em: <https://cutt.ly/sEk3xIB>. Acesso em: 24 abr. 2021.

⁶⁹ GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. **História**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 90-113, jan./jun. 2011. p. 109.

⁷⁰ GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. **História**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 90-113, jan./jun. 2011.

EM BUSCA DA “TERRA DA PROMISSÃO”: o rio Parnaíba no contexto de fundação de uma nova capital para o Piauí (1852-1858)



Fonte: Amanda Moreira.⁷¹

Na Miniatura do Plano de Teresina, a cidade foi disposta de uma maneira que direcionasse seu crescimento do centro, que era indicado pela Igreja de Nossa Senhora do Amparo, para as extremidades norte e sul. Ela teria 12 quadras no sentido Leste-Oeste e 18 na direção Norte-Sul⁷², ocupando uma área de aproximadamente 4.600 quilômetros quadrados.⁷³ Entretanto, a nova capital não agradava a todos, e surgiram manifestações contrárias à sua construção. Para os opositores, Teresina era somente um projeto idealizado, o que não justificava tamanha euforia.⁷⁴ Demonstrando a aversão dos que lutaram pela permanência da sede em Oeiras, os redatores do *O Echo Liberal* a chamaram de “[...] terra da promessa” e, ainda, de terra dos amores de Saraiva.⁷⁵

⁷¹ MOREIRA, Amanda Cavalcante. **Teresina e as moradias da região central da cidade (1852- 1952)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2016. p. 57.

⁷² MOREIRA, Amanda Cavalcante. **Teresina e as moradias da região central da cidade (1852- 1952)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2016. p. 57.

⁷³ MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **“Manter Sadia a Criança Sã”**: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

⁷⁴ Em sua dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, Zulene Rocha escreveu a respeito do ressentimento que, de acordo com a autora, ainda pode ser notado no imaginário de alguns oeirenses hodiernamente: “A história dessa pesquisa se confunde com a nossa própria história de vida, uma vez que, quando estudante das séries iniciais do ensino básico, tomamos conhecimento da história local, dando conta de que Oeiras foi capital e que perdeu esse ‘título’ por causa de um ‘desejo insano’ de José Antônio Saraiva, quando a cidade possuía todas as condições materiais de ser capital do Estado do Piauí. No entanto, durante toda a nossa vida escolar na cidade Oeiras, ouvíamos repetidas vezes que a falta de desenvolvimento econômico, social e cultural era proveniente da saída da capital e que somente a partir dos anos 1930 a cidade começou a sair do estado de crise para tomar o rumo do progresso e da civilidade.” ROCHA, Zulene de Holanda. **Modernização e ressignificação**: as contradições na formação do espaço urbano oeirense (1900 – 1945). 2015. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2015. p. 15.

⁷⁵ GRANDE cossa é ser sobrinho de ministro. *O Echo Liberal*, Oeiras, n.153 e 154, p. 5, 18 de set. 1852.

Decerto, nos anos iniciais, a cidade não possuía nenhum prédio público ou comercial construído, não havia casas, ou ruas, somente o projeto para edificá-los. De acordo com Joseanne Marinho, ela nasceu acanhada, o que evidenciava que progresso ainda era apenas uma aspiração.⁷⁶ Os primeiros prédios surgiram em meio à inúmeras dificuldades financeiras e técnicas e os que resolveram habitar a cidade em seus primeiros anos precisaram dividir “[...] o espaço com animais, mato, poeira, lama, riachos e casas de palha.”⁷⁷ Ainda assim, ela conseguiu atrair pessoas que foram modificando suas feições no decorrer da década de 1850.

Com o sucesso da mudança da capital, os poderes públicos passaram a direcionar a atenção para a navegação, que era o principal motivo da criação de Teresina. Na verdade, de acordo com Erasmo Morais, desde 1815 os moradores da Vila do Poti faziam uso de canoas e botes para conduzir mercadorias, como o algodão, pelas águas parnaibanas, o que mostra que, embora a navegação a vapor não estivesse oficialmente implementada, o rio Parnaíba já era utilizado como escoadouro de mercadorias que possuíam relevância acentuada na época.⁷⁸ Em 1851, um ano antes da fundação de Teresina, a produção algodoeira já havia ganhado um certo prestígio e o gênero era vendido para a Casa Inglesa⁷⁹ pelo mesmo valor acordado com o Maranhão.⁸⁰ Isso apontava para a urgência de usufruir da navegabilidade do rio Parnaíba de maneira mais eficaz.

Todavia, o Estado enfrentava crises econômicas e as verbas que precisariam ser direcionadas para a transformar o rio na principal rota comercial do Piauí eram demasiadamente elevadas. O trajeto sinuoso do Parnaíba oferecia muitos obstáculos naturais que teriam que ser contornados para que as embarcações pudessem trafegar livremente, sem ricos de naufragar no caminho. Sobretudo no espaço d’águas encachoeiradas, o rio se mostrava perigoso e isso foi um dos maiores problemas enfrentados pela navegação, visto que os vapores só chegaram lá no século XX.⁸¹

⁷⁶ MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “**Manter Sadia a Criança Sã**”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

⁷⁷ MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “**Manter Sadia a Criança Sã**”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. 2017. Tese. (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. p. 33.

⁷⁸ MORAIS, Erasmo Carlos Amorim. **Uma História das Beiras ou nas Beiras**: Parnaíba, a cidade, o rio e a prostituição (1940 – 1960). Parnaíba: Sieart, 2013.

⁷⁹ Era uma empresa de propriedade de James Clark que foi criada em 1849. Sua especialidade era a exportação de produtos extrativistas piauienses, principalmente para a Inglaterra. CASA INGLEZA. **Almanaque da Parnaíba**, ano XVII, p. 400, 1940.

⁸⁰ MORAIS, Erasmo Carlos Amorim. **Uma História das Beiras ou nas Beiras**: Parnaíba, a cidade, o rio e a prostituição (1940 – 1960). Parnaíba: Sieart, 2013.

⁸¹ GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

Diante dessas questões, o governo buscou o apoio da iniciativa privada com vistas a reduzir os custos do empreendimento. Chegaram até mesmo a anunciar, em 1841, a concessão de privilégios exclusivos que teriam a duração de 25 anos para qualquer empresa que se compromettesse em estabelecer um serviço de navegação fluvial, porém, não houve retorno e o Estado precisou assumir a responsabilidade do empreendimento.⁸² No ano de 1858, o jornal O Propagador publicou uma matéria onde foram expostas as tensões em torno desse projeto:

Quando, por outras partes, se pretende realizar uma empresa d'esta ordem, - recorre-se à organização de companhias, e nunca os governos se fazem directamente empresários, não só para não onerar os cofres públicos com o dispendio do elevado capital que seria preciso empatar, como, principalmente, porque, tem se reconhecido que só o interesse particular tem a vigilância, a actividade, e os meios precisos para administrar taes empresas com economia e acêrto e para fazel-as prosperar e produsir os beneficios desejaveis.⁸³

A ausência de apoio financeiro por partes das empresas privadas era um grande impasse para a concretização dos planos do governo. Havia uma preocupação em relação a continuidade das atividades fluviais após a implementação, pois caso fossem interrompidas, resultariam em dívidas e não receitas. Mas, diante da indiferença do setor privado, o governador João José de Oliveira Junqueira resolveu autorizar a inclusão da “[...] importância de Rs. 30:000\$000 para a navegação do Parnaíba.”, que foi feita por meio da Lei nº 427, de 7 de julho de 1857.⁸⁴ Como isso, foi criada a Companhia de Navegação do rio Parnaíba no ano seguinte e não demorou muito para que os resultados dessa iniciativa fossem vistos pelos piauienses.

Em 1859, apenas um ano após a fundação da Companhia, as cidades-beira rio se preparavam para receber seu primeiro barco a vapor, chamado Urussuy.⁸⁵ Para chegar em Teresina ele precisou enfrentar uma longa viagem, repleta de riscos e acidentes. A construção ocorreu no estaleiro da Ponta da Areia, no Rio de Janeiro e ele foi lançado ao mar no dia 12 de agosto de 1858, seguindo em direção ao ancoradouro⁸⁶ da Corte, de onde partiu rumo a capital do Piauí no dia 09 de dezembro daquele mesmo ano.

⁸² MORAIS, Erasmo Carlos Amorim. **Uma História das Beiras ou nas Beiras**: Parnaíba, a cidade, o rio e a prostituição (1940 – 1960). Parnaíba: Sieart, 2013.

⁸³ A ACTUALIDADE e o Sr. Junqueira x Esbanjamento e Arbitrariedades. **O Propagador**, Theresina, ano, n. 37, p. 2, 29 de set. 1858.

⁸⁴ BARBOSA *apud* MORAIS, Erasmo Carlos Amorim. **Uma História das Beiras ou nas Beiras**: Parnaíba, a cidade, o rio e a prostituição (1940 – 1960). Parnaíba: Sieart, 2013. p. 32.

⁸⁵ GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

⁸⁶ É uma estrutura montada na costa e própria para a ancoragem de navios. ANCORADOURO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986. p. 116.

Em março do ano seguinte, mais precisamente no dia 31, o vapor chegou na cidade de Parnaíba, deixando-a no dia 07 de abril. Seguindo na direção sul, e sulcando as águas do rio Parnaíba, o Urussuy chegou em Teresina no dia 19 de abril de 1859.⁸⁷ Ele possuía “[...] força coletiva de 24 cavalos, com 126 pés ingleses de comprimento”, que equivalem à aproximadamente 38 metros. Sua vinda foi um marco gigantesco na história do estado e de sua capital, que foi contemplada com um segundo vapor, o Conselheiro Paranaguá, em 1865.⁸⁸

Essas duas embarcações foram fundamentais para a consolidação das atividades da Companhia de Navegação a Vapor do rio Parnaíba. Juntas, realizaram sessenta e seis viagens só em 1865, sendo trinta e nove empreendidas pelo vapor Urussuy e vinte e sete pelo Conselheiro Paranaguá. Os governos dos estados do Piauí e do Maranhão assumiram a navegação, tornaram-se os responsáveis por conceder à Companhia subvenções mensais para a continuidade das atividades e manutenção dos transportes e da rota fluvial, recebendo também apoio do Governo Federal, visto que o rio Parnaíba se encaixa na categoria de rios da união.⁸⁹

Ao longo da segunda metade do século XIX e primeira do XX, a navegação no rio Parnaíba passou por várias instabilidades, mas continuou em funcionamento devido as medidas tomadas pelo governo e pelas empresas privadas, que aos poucos foram ajudando a compor o cenário. Muitos barcos a vapor sulcaram pelas águas parnaíbanas. Alguns deles, como o vapor Chile, foram adquiridos ainda no século XIX e continuaram navegando nas décadas de 1930 e 1940, quando se deu o auge da atividade no rio Parnaíba. De igual modo, o rio foi uma estrada para vários outros tipos de embarcações, como canoas, barcas, balsas e lanchas, que eram utilizadas pela população ribeirinha.

Considerações finais

O rio Parnaíba possui uma série de características marcantes que o constituíram como personagem singular ao longo da história do Piauí, sendo sua relevância reconhecida antes do século XIX, quando os debates sobre o empreendimento da navegação se intensificaram. Os cursos fluviais foram colocados como alternativa para as dificuldades decorrentes das condições climáticas das regiões sertanejas, onde ficava a cidade de Oeiras, ao passo em que,

⁸⁷ OLIVEIRA, João de. Notas Históricas. **Almanaque da Parnaíba**, Parnaíba, p. 107, 1951.

⁸⁸ MEDEIROS, Jayra Barros. **Brisas do Progresso**: faces e contornos da Primeira República unionense. Teresina: Quimera Editora, 2016.

⁸⁹ GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... Cidades-beira**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

por serem enfatizados de forma negativa, os aspectos ambientais desses lugares passaram a ser associados à pobreza, atraso e estagnação.

Dentre os vários aspectos considerados para a escolha de um novo local para abrigar a segunda capital piauiense, a proximidade com suas águas se destacava. No cerne da discussão sobre a transferência da capital, os poderes públicos apoiavam-se na ideia de implementar a navegação para promover interesses econômicos e políticos, afirmando ter pretensões de alcançar a autonomia necessária para que deixassem de ser dependentes das províncias vizinhas. Dessa forma, o rio passou a ser diretamente relacionado com as questões de desenvolvimento e progresso.

Decerto, as águas caudalosas do rio Parnaíba contribuíram para a elevação das receitas piauienses. Elas viabilizaram o desembarque de muitas transformações nessas terras, a começar pelo surgimento de Teresina, em 1852. E, a partir da instalação da Companhia de Navegação a Vapor, em 1858, o rio tornou-se a estrada líquida percorrida pelos vapores que realizavam o escoamento dos produtos extrativistas, fazendo com que ele fosse exaltado por governadores, poetas, escritores, viajantes e moradores locais. Contudo, é possível afirmar que o rio Parnaíba foi utilizado como um propulsor das propostas governamentais e como um instrumento para validar a transferência da capital.

Alcebíades Costa Filho¹
Jennefer de Sousa Morais²

Resumo:

Após quinquênio de pesquisa sobre História da alimentação no Piauí, conjectura-se que parte significativa do trabalho desenvolvido entre 1800 e 1950, foi aplicado na produção de víveres, as famílias subsistiram do trabalho na roça, da criação de aves e animais domésticos, da indústria de beneficiamento dos produtos da lavoura. Não obstante mudanças pontuais, esse quadro de produção e consumo permaneceu inalterado até meados do século passado. O esforço de pesquisa a partir de agora, volta-se para caça e pesca como atividades de subsistência. Inicialmente, concentra-se nas fontes com indícios: a literatura nas diferentes vertentes e o acervo digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. Leituras no campo da história da alimentação, história social e história econômica orientam a seleção e análise das fontes.

Palavras-chave: Fontes. História da alimentação. Caça e pesca.

EVIDENCE OF HUNTING AND FISHING IN PIAUÍ

Abstract:

After five years researching the history of food in Piauí, it is accepted that a significant part of the work developed between 1800 and 1950 was applied in the production of foodstuffs, the families subsisted from work in the fields, from raising poultry and domestic animals, from the industry. processing of crop products. Despite specific changes, this production and consumption framework remained unchanged until the middle of the last century. The research effort from now on, turns to hunting and fishing as subsistence activities. Initially, it focuses on sources with evidences: literature in different sides and the digital collection of the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brazilian Institute of Geography and Statistics) - IBGE.

¹ Professor doutor, Universidade Estadual do Piauí e Universidade Estadual do Maranhão, alcebiadescf@yahoo.com.br

² Graduanda em História, Universidade Estadual do Piauí, aluna PIBIC-UESPI e PIBID-UESPI, jenneferdesousa2@gmail.com ; jennefermorais@aluno.uespi.br

Readings regarding the feeding history, social history and economic history guide the selection and analysis of sources.

Keywords: Sources. Historia of food. Hunting and fishing.

INDÍCIOS DE LA ACTIVIDAD DE CAZA Y PESCA EN PIAUÍ

RESUMEN:

Tras quinquenio de investigación sobre la historia de la alimentación en Piauí, se conjetura que una parte significativa del trabajo desarrollado entre 1800 y 1950, se aplicó en la producción de alimentos, las familias subsistieron del trabajo en la finca, de la cría de aves y animales domésticos, de la industria de beneficiación de los productos de la agricultura. A pesar de cambios puntuales, este marco de producción y consumo permaneció sin cambios hasta mediados del siglo pasado. El esfuerzo de pesquisa desde ahora, se vuelve para caza y pesca como actividad de subsistencia. Inicialmente, se centra en las fuentes con indicios: la literatura en las diferentes vertientes y el acervo digital del Instituto Brasileiro de Geografia y Estatística – IBGE. Lecturas en el campo de la historia de la alimentación, historia social y historia económica orientan la selección y análisis de las fuentes.

Palabras clave: Fuentes. Historia alimentaria; Caza y Pesca.

Como forma de iniciar

Observa-se que a partir das últimas décadas do século XX e primeiras desse novo século XXI, a alimentação com seus temas e problemas estão na pauta de debates³ em toda parte do mundo, despertando interesse de pesquisadores dentro e fora da universidade. No Piauí, o debate não tem despertado o interesse dos pesquisadores universitários, sobretudo no campo da História, não obstante a importância que o tema assumiu na historiografia brasileira nas últimas décadas⁴.

Estimulados pelos debates acerca da questão, a partir de 2017, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, elaboramos projetos de pesquisa visando

³ CHONCHOL, Jacques. “A soberania alimentar”. **Estudos Avançados**. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados, v. 19, nº 55, 2005, p. 33-48.

⁴ ALGRANTI, Leila Mezan; MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de (Orgs.). **História & Alimentação – Brasil, séculos XVI-XXI**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2020.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 110 a 125 , jan. a ago. 2021

investigar a alimentação seus temas e problemas, entre 1850-1950. Nosso olhar se voltou para a lavoura de mantimento⁵, para a criação doméstica de animais tendo em vista o abate e consumo humano, para os recursos da natureza disponíveis para consumo e, também, para o cotidiano e trabalho da população.

Nesses cinco anos de pesquisa, participamos de alguns eventos acadêmicos comunicando as primeiras impressões de pesquisa, também, ousamos publicar parte das informações levantadas⁶. Como forma de suscitar o debate, colocamos que entre 1850 e 1950 a população do Piauí retirou o sustento da lavoura de mantimentos, o cultivo de gêneros alimentícios, que até o final do século XVIII visava especialmente abastecer o lavrador e sua família, a partir dessa data, parte da produção destinou-se ao comércio de alimentos no varejo.

A roça é a unidade de produção costumeiro, muito frequente. Em relação aos gêneros cultivados, cinco produtos se destacam: feijão, arroz, milho, mandioca e cana de açúcar. Diferente do feijão consumido “in natura”, a mandioca e a cana de açúcar passavam por processo de beneficiamento, isto é, tratamento e preparo de outros gêneros alimentícios, a exemplo da rapadura e mel, derivados da cana de açúcar; farinha e tapioca, derivados da mandioca. O milho e o arroz não obstante o consumo “in natura” também passavam pelo processo de beneficiamento, derivando a massa de milho e massa de arroz⁷.

No cultivo e beneficiamento dos produtos da roça a mão de obra dominante provinha do núcleo familiar, nota-se também a participação da mão de obra escrava até 1888, quando da abolição da escravidão⁸. No processo de beneficiamento, quando um produto é transformado

⁵ Designa-se “lavoura de mantimentos”, “agricultura de mantimentos”, o cultivo de gêneros alimentícios, a exemplo da mandioca, milho, feijão, arroz e cana de açúcar, produtos mais cultivados no Piauí entre 1800 e 1950.

⁶ COSTA FILHO, Alcebíades; SILVA, Antônio Wallyson; SILVA NETO, Enos Soares. “Lavoura de alimentos em área de pecuária: mandioca e cana de açúcar no Piauí entre 1900 e 1950”. **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho**. Teresina Ano III, nº 5, Jul./Dez, 2017, p. 4-15; COSTA FILHO, Alcebíades; SOUSA, Theresa Cristina Vieira; SILVA NETO, Enos Soares “Um paiol de mantimentos: gêneros alimentícios no Maranhão na primeira metade do século XX”. MELO, Salânia Maria Barbosa; SOUZA, Joana Batista; SALAZAR, Denise Cristina da Silva Campos. (Orgs.) **Entre tempos e histórias do Maranhão**. Caxias: EDUFPI, 2019, p. 60-84; COSTA FILHO, Alcebíades, VILANOVA, Francisco Rairan dos Santos, MELO, Salânia Maria Barbosa. “O cultivo de alimentos em áreas do leste do Maranhão: um olhar para o município de Matões”. **Vozes, Pretérito & Devir Revista de História da UESPI**. Teresina, 2020, p. 21-36; COSTA FILHO, Alcebíades; SILVA NETO, Enos Soares. “Do chiqueiro a mesa: o rebanho e o consumo de porcos no Piauí do século XX”. **Revista Humana RES**. Teresina, vol.1, num.3, 2020, p. 147-162; BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; COSTA FILHO, Alcebíades; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. “Questões de identidade e distinção social através do consumo de caranguejo, peixe e caju no litoral piauiense na primeira metade do século XX”. **Revista História e Cultura**. São Paulo, vol.9, n.2, 2020, p. 244-271; COSTA FILHO, Alcebíades; SILVA, José Carlos Aragão. “O que se deve comer, adaptação do sistema de alimentação vegetariano para uso dos brasileiros”: primeiro centenário de publicação da obra de Domingos de Castro Perdígão”. **Revista Terra de Pretos: Revista Multidisciplinar**, v. 1, n.1, jan./jun. 2020, p. 85-99.

⁷ No Piauí, período em análise, o produto derivado do beneficiamento do milho ou arroz é denominado de “massa” e não de fubá.

⁸ VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo O. “Posse de escravos e estrutura da Riqueza no agreste e sertão de Pernambuco 1777-1887”. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 33, nº 2, p. 353-393, Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 110 a 125 , jan. a ago. 2021

em outro próprio para consumo, identifica-se uma forma de trabalho coletivo, voluntário e solidário. Na prática, concentram em um mesmo espaço a produção de vários lavradores, que utilizam o mesmo maquinário, todos trabalham igualmente, desde o preparo da matéria-prima, até o acabamento, limpar as raízes de mandioca, triturar, resultando em diversos tipos de farinha.

Em geral, o maquinário utilizado, engenho e casa de farinha, pertence ao grande proprietário de terra ou a uma comunidade de lavradores. No caso do beneficiamento tanto da mandioca como da cana de açúcar é utilizado a tração animal, pela falta de eletrificação no meio rural ou pelo baixo custo. O beneficiamento necessita de alguns trabalhadores com aptidão para executar tarefas que exigem determinado nível de experiência e destreza. No caso da cana de açúcar, o cozimento do caldo da cana, o resfriamento e modelagem da rapadura requer habilidades especiais próprias dos mestres fazedores de rapadura.

Há indícios de que no final do século XVIII, havia no Piauí um incipiente comércio de gêneros alimentícios⁹, a reduzida produção de alimentos, a falta mesmo de alguns gêneros, a ausência de espaços apropriados e permanentes para a comercialização, entre outros fatores, inibiram o desenvolvimento do comércio a varejo.

A documentação consultada indica a irregularidade na comercialização de carne, especialmente a carne bovina, em geral destinada ao comércio fora do Piauí¹⁰. Entre outros fatores, desincentivaram o abate regular de bovinos a falta de um mercado consumidor, a instabilidade do comércio no varejo e a falta de técnicas de acondicionamento e preservação da carne, representada apenas pela técnica do salgamento¹¹. Se não há consumo regular, as fazendas não abatem gado com regular periodicidade, seria dilapidar riqueza. Acredita-se que o abate do porco, bode, galinha e, também, a caça e a pesca supriram a escassez da carne bovina.

Esse é o desenho de um quadro de produção e consumo de alimento predominante no Piauí talvez para além da primeira metade do século passado, até o terceiro quartel desse século, quando novos produtos alimentícios se impõem ao consumo da sociedade. Entre os fatores que

abr./jun.2003; LIMA, Solimar Oliveira. **Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista** (séc. XVII – séc. XIX); SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Caxias do Sul: Editora Edusc, 2001. As listas de classificação do Fundo de Emancipação de Escravos, é um conjunto documental que indica escravos trabalhando na lavoura de mantimentos. Para localizar esse e outros conjuntos documentais relativos à escravidão cf. Guia brasileiro de fontes para história da África negra e do negro na sociedade atual.

⁹ COSTA, Pereira. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, p. 162.

¹⁰ CAETANO, Rodrigo. “Uma economia em outono: trabalhadores escravos ligados ao labor”. **Almanack**. Publicação da Universidade Federal de São Paulo, N° 24, 2020, disponível: <https://doi.org/10.1590/2236-463324ea03318>, acessado em junho 2021.

¹¹ O sal desidrata a carne e cria um ambiente desfavorável à sobrevivência dos microrganismos, a carne-seca é conservada por esse processo.

motivaram esse fenômeno estão o agronegócio, a migração do rural para o urbano, a intensificação do viver em cidades¹², o surgimento de novos hábitos de consumo e novos hábitos alimentares.

É necessário aprofundar a pesquisa sobre a roça, unidade fundamental de cultivo de alimentos; estudar a questão fundiária e da mão de obra para entendimento do referido quadro de produção. No que diz respeito ao uso das fontes de pesquisa, a investigação tem privilegiado acervos públicos e privados de diversos tipos. As fontes censitárias estão no centro da consulta, a exemplo dos censos populacionais e agropecuários; publicações periódicas, a exemplo de jornais e almanaques; a literatura, a exemplo das memórias ou mesmo a literatura de ficção.

Indícios da atividade de caça e pesca no Piauí

Um conjunto de textos fazem alusão a prática de caça e pesca no Piauí, alguns tornaram-se públicos na forma de manuscrito e agora circulam impresso, evidenciam a própria atividade do autor ou do grupo ao qual pertence, utiliza-se aqui como fonte de pesquisa, é o caso de “Descrição do Sertão do Piauí” do padre Miguel de Carvalho¹³ e “Relação da missão da serra de Ibiapaba” de Antônio Vieira¹⁴; outro conjunto constam obras elaborados com base em acervo documental e tornaram-se públicos já na forma de impressos, a exemplo da obra “Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí” de José Martins Pereira de Alencastre¹⁵ e “Cronologia Histórica do Estado do Piauí” de Pereira da Costa¹⁶, intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro -IHGB.

Consulta-se também conjunto de textos consideradas fundamentais para entendimentos dos municípios do Piauí na primeira metade do século XX, abrangendo diversas informações, a formatação dos textos tende a uma certa homogeneidade, é o caso de “O Piauí no Centenário de sua Independência” (1923), publicado para celebrar a participação do Piauí no processo de independência, e “Enciclopédia dos municípios brasileiros” (1959), elaborada com base no

¹² Parece que o movimento foi no sentido de passar a residir em núcleos urbanos, independentemente de qualquer melhoria de vida, mantendo muito dos hábitos do viver rural.

¹³ CARVALHO, padre Miguel. **Descrição do sertão do Piauí** (comentários e notas do Pe. Cláudio Melo). Teresina: Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, 1993.

¹⁴ VIEIRA, Antônio, Padre. **Relação da missão da serra de Ibiapaba; História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e do Grão Pará** (excertos). Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

¹⁵ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

¹⁶ COSTA, Pereira. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974; COSTA, Pereira. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

censo de 1950. Os dois conjuntos de textos permitem olhar para diversos momentos da população do Piauí, na procura de indícios de caça e pesca como atividades de subsistência.

A “Cronologia Histórica do Estado do Piauí” de Pereira da Costa, abrange os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. A primeira informação sobre caça e pesca data do século XVI, refere-se à cata de mariscos na desembocadura do rio Grande dos Tapuias, denominação antiga do rio Parnaíba. Conclui-se que os índios desciam o rio até o encontro com o mar para catar espécies marinhas comestíveis como caranguejos, camarões, siris, lagostas, ostras, crustáceos em geral. Não se trata de mera especulação, Simão Estácio da Silveira na “Relação Sumaria das coisas do Maranhão”¹⁷ ao relacionar tipos de comida e bebida disponíveis no Maranhão, registrou caranguejos, ostras de lodo e de pedras, grandes camarões e mexilhões. É possível inferir da informação que a cata de marisco era atividade coletiva, envolvendo o uso de canoas¹⁸.

Nessa mesma centúria, Costa registrou alguns naufragos morando no litoral do Piauí, “ainda que temporariamente”¹⁹, um dos naufragos, Nicolau de Resende informou que:

A terra toda ao longo do mar até este Rio Grande era escalvada a maior parte dela, e outra cheia de palmares bravos, e que achara uma lagoa muito grande que seria de vinte léguas pouco mais ou menos; e que ao longo dela era terra fresca e coberta de arvoredos; e que mais adiante achara outra muito maior e que não vira o fim, mas que a terra que vizinhava com ela era fresca e esclavada, e que em uma e outra havia grandes pescarias de que se aproveitavam os tapuias”²⁰.

Impossível localizar na geografia da Colônia os marcos territoriais de agora, não são precisos os limites entre Maranhão, Piauí e Ceará, especialmente na faixa litorânea, enorme área entre o Golfão Maranhense e a foz do rio Acaraú. Nessa extensa faixa litorânea encontram-se várias lagoas piscosas, que ainda hoje impressionam pelas dimensões, profundidade e volume de água, como a do Sobradinho no município de Luís Correia no Piauí, Torta em Camocim no Ceará e do Bacuri no município de Magalhães de Almeida no Maranhão. Os naufragos conviveram, ainda que por pouco tempo, com os nativos, é possível que tenham visitado algumas lagoas e observado como os indígenas da circunvizinhança retiravam de suas águas parte do sustento. Observa-se a diversificação de produtos alimentícios disponíveis para consumo humano tanto no mar, como nos rios e lagoas do litoral.

¹⁷ SILVEIRA, Simão Estácio da. “Relação Sumaria das coisas do Maranhão”. **Revista do Instituto do Ceará**, 1905, p. 150.

¹⁸ Costa, Pereira. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, p. 25.

¹⁹ Mello, pe. Claudio. **A prioridade do norte no povoamento do Piauí**. Teresina: Gráfica Mendes, 1985, p.27-37.

²⁰ COSTA, Pereira. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974; COSTA, Pereira. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010, p. 25-27.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 110 a 125 , jan. a ago. 2021

O Parnaíba e seus afluentes estão no centro das informações sobre pesca, na correspondência entre autoridades da Colônia, consta informações a respeito de pescado como alimento. No século XVII, quando das tratativas para mudança da capital de Oeiras para as margens do rio Parnaíba, em correspondência ao Ministério do Ultramar, em Portugal, o governador da capitania do Piauí alegava entre as razões para a transferência a abundância de peixes no referido rio²¹, o que, em parte, facilitaria a alimentação dos habitantes da cidade. Em correspondência entre governadores do Maranhão e Piauí relacionada a alimentação dos índios, entre produtos alimentícios listados constavam: milho, arroz, feijão, fava e peixe²².

Na obra “Relação da missão da serra de Ibiapaba” do padre Antônio Vieira, menção a caça e pesca no século XVII, em áreas que hoje corresponde ao Piauí.²³ Outro padre, Miguel de Carvalho, escreveu na “Descrição do sertão do Piauí” que em 1697, seguindo o curso do rio Gurguéia na direção de Parnaguá, no sul do Piauí, encontrou na fauna e flora víveres suficientes para alimentar mais de quarenta pessoas durante vinte e um dias, estavam diante de um celeiro natural repleto de comida.

Sem provimento de matalotagens, achamos tanta abundancia de mel, peixe, caça e frutas que não experimentamos falta alguma, 16 dias que caminhamos pela beira do rio; apartados, porém, dele padecemos 5 de grande fome e, sem dúvida, morrêramos, se a Providência Divina nós não socorrera por um modo que, sendo natural, pareceu prodigioso, e foi que, caminhando por entre umas serras junto do rio Corimataim, achamos um riacho que em distância de uma légua tinha pelas beiras grande quantidade de ananases criados pela natureza, tão deliciosos no cheiro e no gosto, como os que se acham nas praças; só tinham diferença em serem todos brancos e mais pequenos. Até chegarmos à povoado, nos serviram de regalo e matalotagem²⁴.

Para os historiadores da História da alimentação, os dados relativos aos recursos da natureza não implicam fonte inesgotável, abundância permanente, depreende-se das fontes consultadas vários problemas em conseguir gêneros alimentícios nos séculos iniciais da colonização europeia. Entre as dificuldades em conseguir alimentos na capitania do Piauí, Pereira da Costa registrou períodos de seca ao longo do século XVIII, com impactos nessa capitania.

Essa calamidade da seca, que começou no Ceará em 1791, se estendeu até Pernambuco, e a cujos horrores fugiu a população dos centros de lavoura e

²¹ COSTA, Pereira. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974; COSTA, Pereira. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010, p. 205.

²² COSTA, Pereira. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974; COSTA, Pereira. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010, p. 169.

²³ Vieira, Antônio, Padre. **Relação da missão da serra de Ibiapaba; História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e do Grão Pará** (excertos). Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

²⁴ CARVALHO, padre Miguel. **Descrição do sertão do Piauí** (comentários e notas do Pe. Cláudio Melo). Teresina: Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, 1993, p. 33.

criação abandonando os seus lares e fazendas. Foi, contudo, menos terrível no Piauí e no Maranhão, para onde se refugiou toda aquela população, principalmente indígena, acudindo então o Piauí a essa calamidade – rompendo mesmo pelos sertões, e indo levar carne aos portos de mar, onde as reputou muito bem, e vindo-se depois daquelas capitanias buscar a esta crias e vacas para as povoarem de novo.²⁵

Verifica-se que os fenômenos climáticos diminuem os recursos alimentícios, naturais ou produzidos pelo homem, aumenta o número de pessoas com quem dividir o que resta em períodos de escassez de alimentos, como na seca de 1791. Ao fenômeno climático, temporário, de repercussões coletivas impactantes, somam-se os acontecimentos de foro íntimo, vivenciados pelos indivíduos no cotidiano, acontecimentos invisíveis e silenciosos, como o deslocamento em busca de áreas não atacadas pela seca, a busca de caça ou pesca para mitigar a fome, os riscos de ultrapassar os limites das propriedades, o que pela legislação da época implicava prisão e multa.

Quanto mais próximos do tempo presente, maior a quantidade de vestígios de caça e pesca. Ao longo dos séculos XIX e XX foram realizados detalhados inventários sobre fauna e flora do Piauí. Um desses inventários encontra-se na “Memoria cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí” elaborada por José Martins Pereira de Alencastre. No capítulo dedicado as riquezas e atividades da província, o autor listou vegetais e animais.

Na parte da fitologia relacionou os vegetais segundo a utilidade: árvores de construção e marcenaria, árvores de tinturaria, vegetais oleosos e vegetais de que faz uso a medicina. Dedicou um parágrafo aos “frutos silvestres mais conhecidos e de que fazem uso” a população piauiense: caju, jatobá, cajuí, bacuri, pequi, umbu, bruto e várias espécies de maracujá. Destacou espécies de palmáceas, com menção especial para o buriti, fruto largamente consumido pelos grupos sociais mais pobres. O autor insiste em indicar o que come os pobres da província do Piauí, antes já havia registrado o mesmo em relação ao pequi, “grande alimento da pobreza”.

Bela e majestosa palmeira... O seu fruto é um dos principais alimentos da população pobre, que habita suas paragens: dele se faz um excelente doce, e uma agradável e nutriente bebida, conhecida no sertão pelo nome de – buritizada²⁶.

No capítulo dedicado a zoologia, Alencastre escreveu “o Piauí é abundante de caça: suas solidões, seus palmares, seus bosques e suas matas acolhem muitos habitantes do reino animal”.

²⁵ COSTA, Pereira. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974; COSTA, Pereira. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010, p. 195.

²⁶ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015, p. 103.

Com base nas anotações do autor, elaboramos uma lista apenas com animais que até meados do século passado foram caçados pela carne nobre, saborosa e nutritiva e, também, pelo comércio de peles. No Piauí, a caça esteve associada ao comércio de pele, não de carne. Cidades ribeirinhas como Floriano e Parnaíba, foram portos que operaram comercialmente com couros e peles. Esse comércio estava associado particularmente ao couro bovino.

No arrolamento de Alencastre destacamos tipos de veados (catingueiro, campeiro ou gaieiro, capoeiro ou mateiro) e tatus (peba, verdadeiro, china, canastra, rabo-de-couro, bola), caititu e caititu-queixada, anta, capivara, paca, cotia e preá, animais capazes de fornecer carne para alimentar várias pessoas. Aves e peixes também foram arrolados. Entre as aves abatidas para consumo, estão: perdizes, patos, marrecas, jacus, nambus e juritis²⁷. “Todos os rios e lagos do Piauí são abundantes de peixes”, afirma Alencastre e aponta mais de três dezenas de peixes que povoam os corpos hídricos do Piauí, destacam-se os mais consumidos ainda hoje pela população: surubim, curimatá, traíra, piau, piaba, mandi, piratinga, piranha, mandubé, branquinha²⁸.

Duas obras publicadas na segunda metade do século XIX informam sobre tecnologia e estratégias de caça no Piauí, o romance “Ataliba, o vaqueiro” de Francisco Gil Castelo Branco e o livro de poesia “A lira sertaneja” de Hermínio Castelo Branco. No romance encontra-se até como cozinhar uma paca, “ensopada com azeite de coco”²⁹, preciosa informação sobre a cozinha piauiense. Mais rica é a poesia de Hermínio Castelo Branco, “Na sombra da gameleira (cena de caçada)” e “Luar de agosto (cena de caçada)”, informando hábitos e costumes de sertanejos na atividade de caça³⁰.

Novo arrolamento de animais e aves foi realizado na década de 1920 em “O Piauí no centenário de sua independência”, presume-se obra em quatro volumes, consultamos apenas o volume quatro, com textos referentes a vinte e dois municípios³¹, em dezessete encontramos informações sobre fauna e flora, variedade de peixes e animais. O texto relativo ao município

²⁷ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015, p. 102-103.

²⁸ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015, p. 103; PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, p. 80-98; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

²⁹ CASTELO BRANCO, Francisco Gil. **Ataliba, o vaqueiro** e outros escritos. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016, p. 63.

³⁰ CASTELO BRANCO, Hermínio. **Lira Sertaneja**. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

³¹ Livramento (José de Freitas), Marruás (Porto), Miguel Alves, Oeiras, Parnaguá, Parnaíba, Patrocínio (Pio IX), Paulista (sul do Piauí, atualmente, nessa área, entre outros municípios, encontra-se o município de Paulistana), Pedro II, Piri-piri, Picos, Piracuruca, Porto Alegre (localizado ao norte do Piauí, tendo Marruás como um dos municípios limites), Regeneração, Santa Filomena, São João do Piauí, São Pedro, São Raimundo Nonato, Simplicio Mendes, Teresina, União, Uruçuí e Valença.

de Santa Filomena não deixa dúvida quanto a atividade de caça e pesca: “a caça é abundante e os rios são eminentemente piscosos”³².

No município de Parnaíba notamos a pesca marinha e pesca fluvial.

A pesca na nossa costa, feita em tarrafa, anzol e currais, demonstra a riqueza [...] do nosso planalto continental. As espécies mais comuns são a pescada (da espécie do bacalhau) vermelho, sardinhão, xaréu, serra, cavala, arenque, enchova, camurupim, arraia, sardinha, tainha, bagre, saúna, coró, além de inúmeros pequenos e outros desaproveitados, como o tubarão, o boto e o espadarte. A fauna terrestre e fluvial é comum aos outros municípios.³³

A citação faz referência apenas a pesca e peixes marinhos. É clara a diferença entre os dois tipos de pesca, quando no final da citação lê-se a “fauna fluvial é comum aos outros municípios”, em Parnaíba a pesca no rio não se difere dos demais municípios do estado. Lamentável que o autor não tenha inventariado as espécies de peixe de água doce. Destaca-se ainda que no mar pescam com tarrafa, anzol e currais, a tecnologia de pesca, informação rara, pouco encontrada na documentação consultada.

Riachos³⁴ e rios formam redes de corpos hídricos, a maioria intermitente, mas com potencial de pesca enorme. No município de Livramento, atualmente José de Fretas, ficou registrado:

O município é todo abundante em aguadas, tendo um grande número de olhos d’água, sendo algumas correntes, além do rio Marataoã e muitos riachos, nos quais ficam na seca grandes poços, todos mais ou menos piscosos o que constituem uma pequena indústria para os habitantes marginais. Pela dificuldade de transporte a indústria do peixe é feita apenas com essa vila³⁵.

No texto sobre o município de Picos ficou registrado “tem peixes de rios e lagoas, sobressaindo-se pela quantidade as espécies do rio ‘Itaim’ e pelo sabor as curimatás das lagoas e os mandis do ‘Guaribas’”³⁶. É clara a existência de peixes nos diferentes corpos d’água, nos rios Itaim e Guaribas. A menção a “indústria do peixe” no município de Livramento e a menção

³² GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **O Piauí no centenário de sua independência**, 1823/1923. Teresina, 1923, p. 194-195.

³³ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **O Piauí no centenário de sua independência**, 1823/1923. Teresina, 1923, p. 74.

³⁴ Termo regional de ocorrência na Região Nordeste e que se traduz num curso de água ou corrente de água, que flui ou desemboca no oceano, num lago ou noutro curso de água, cf. verbete, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Cartografia. **Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistemático do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015; OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário cartográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

³⁵ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **O Piauí no centenário de sua independência**, 1823/1923. Teresina, 1923, p. 20-21.

³⁶ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **O Piauí no centenário de sua independência**, 1823/1923. Teresina, 1923, p. 136. Sobre a hidrografia do município consultar p.133-135.

ao sabor das curimatás e mandis no município de Picos, indicam que há um comércio e consumo de pescado, a atividade de pesca é fato.

Em “O Piauí no centenário de sua independência”, novamente a seca aparece como fator que dificulta a pesca. Nos municípios de Livramento e Piracuruca encontra-se a informação de que “nas grandes secas, essas lagoas se esgotam inteiramente”³⁷. Mesmo nos períodos de regularidade climática, nos meses de estiagem, entre julho e dezembro, muitas aguadas secam, diminuindo a pesca, causando problemas de abastecimento de peixe.

Na década de 1920, a fauna piauiense aparece como fonte de riquezas, carne para alimento e peles e penas para comercialização, como se pode acompanhar no trecho abaixo sobre o município de Simplício Mendes.

Quase todas as categorias e famílias tem representantes dentre os quais citaremos os que de algum modo concorrem para a riqueza do município: o caititu e o veado, pele excelente, o cangambá (gambá maritaca) ofiófago reconhecido; a ema que existe em grandes bandos nos campos, e a graça que fornece penas e plumas gênero de muita procura; há também grande variedade de abelhas, sendo manduri a mais importante; o Canindé e os seus alagadiços, a lagoa do Veado, são muito piscosos³⁸.

Em relação ao município de São Pedro ficou registrado a variedade de animais e aves.

Como a de todo o Estado em geral, a sua fauna é considerável. No seio das matas encontram-se a onça, a capivara, a paca, a queixada, o caititu, a cotia, a raposa, o gambá, o furão, o quati, o guaxinim, várias espécies de tatus, veados e macacos etc.; entre as aves o sabiá, o xexéu, o canário, o galo das campinas, o corrupeirão, o chico preto, o vim-vim e outros que se distinguem pela sonoridade de seus cantos; a arara, o papagaio, o periquito, a pomba, a marreca, o tucano, a seriema³⁹.

A fauna encanta a população para além dos benefícios e vantagens de ordem material. As aves, por exemplo, fascinam pelo canto e cores vistosas das penas. No município de Teresina, capital do estado do Piauí, esse encantamento levou a captura e comércio de pássaros até os anos de 1990, quando a atividade foi considerada prática reprovável e ilegal. O “mercado de pássaros” funcionava no Mercado Central “São José”, popularmente chamado “Mercado Velho”, comercializavam pássaros, gaiolas, armadilhas, alimento, entre outros itens necessários aos criadores de pássaros.

Uma referência direta a atividade de caça ficou registrado no texto relativo ao município de Uruçuí, a abundância de “caça grossa”.

Tratando-se de animais silvestres acontece com essa circunscrição territorial o que acontece com todas as outras do estado, isto é, abundância de caça

³⁷ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **O Piauí no centenário de sua independência**, 1823/1923. Teresina, 1923, p. 174.

³⁸ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **O Piauí no centenário de sua independência**, 1823/1923. Teresina, 1923, p. 246.

³⁹ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **O Piauí no centenário de sua independência**, 1823/1923. Teresina, 1923, p. 212.

grossa ou miúda na razão inversa da densidade da população. Ora, sendo a população do município muito pouco disseminada – talvez 0,4 de habitantes por quilometro quadrado – sucede que se encontra com relativa facilidade o que se chama “caça grossa”⁴⁰.

Entendemos por “caça grossa” animais de grande e médio porte como veado, queixada, caititu, capivara, paca, cujo abate resulta carne suficiente para alimentar várias pessoas. Há notícias de que considerável parcela da população não apreciava a “carne de caça”, mas o número de apreciadores não é pequeno. Joaquim das Chagas Leitão, autor do texto sobre Picos, é um apreciador de caça e pesca, ele afirma que as curimatás das lagoas de sua terra e os mandis do rio Guaribas são saborosíssimos, que a carne de paca “é semelhante à do leitão”⁴¹. A paca, com sabor de leitão, é mais gostosa “ensopada com azeite de coco”, registro Francisco Gil Castelo Branco, no seu romance “Ataliba, o Vaqueiro”. Juntando impressões aqui e ali, é possível ir tecendo um panorama das formas de comer.

A “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, publicação em vários volumes, foi elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com base no censo da década de 1950. O volume XV reúne os dados relativos ao Piauí e Maranhão. Por essa época, o Piauí estava dividido em 64 circunscrições administrativas, para verificar indícios de caça e pesca organizamos quatro regiões geográficas com base no critério água: região do litoral, região da bacia do Parnaíba, região da bacia do Poti e a região de lagoas, observando a lagoa de Nazaré no município de Nazaré do Piauí e a lagoa de Paranaguá, no município homônimo⁴².

Na década de 1950, a região do litoral era composta apenas de dois municípios Parnaíba e Luís Correia⁴³, por essas plagas correm os rios Parnaíba, Camurupim, Portinho, Igarauçu e Timonha, tantos corpos hídricos⁴⁴ é indicativo de pesca, não obstante a intermitência de alguns rios⁴⁵. O encontro de rios com o mar, a exemplo do Camurupim e o famoso delta do Parnaíba,

⁴⁰ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **O Piauí no centenário de sua independência**, 1823/1923. Teresina, 1923, p. 287.

⁴¹ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **O Piauí no centenário de sua independência**, 1823/1923. Teresina, 1923, p. 135-136.

⁴² Seleccionamos apenas essas duas lagoas, contudo, através da “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” há registro de mais de cinco dezenas de lagoas.

⁴³ A região do litoral é relativamente pequena, mede apenas 66 km de extensão. Dados: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária “A AQUICULTURA e a pesca artesanal no litoral do Piauí”. <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/66785/a-aquicultura-e-a-pesca-artesanal>. Acesso em junho 2021.

⁴⁴ Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM. **Glossário de Termos Relacionados à Gestão de Recursos Hídricos**. Minas Gerais, 2008. <http://www.conhecer.org.br/download/GESTAO%20HIDRICA/leitura%20anexa%202.pdf>. Acesso julho 2021.

⁴⁵ ESTADO DO PIAUÍ. **Domínio dos corpos hídricos superficiais**. Mapa Temático <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/41e22269-004a-4c5c-ae4-dee57d76d1b5/attachments/Piau.pdf>. Acesso em julho 2021.

possibilita ambiente com grande biodiversidade aquática e muitas comunidades utilizam da pesca artesanal, como meio de subsistência. Através dessa fonte já é possível perceber organizações de pescadores em Parnaíba⁴⁶.

Além dos rios, registra-se a existência de lagoas, Sobradinho e Santana em Luís Correia e Portinho em Parnaíba, se destacam pelo potencial econômico. O trecho abaixo destaca o potencial pesqueiro da lagoa do Sobradinho:

O lago do sobradinho é uma grande riqueza e uma curiosidade geológica digna do estudo. É uma espécie de cáspio, um mar interior, encravado em Amarração [...]

Ao contrário, é rico em peixes e tem em torno uma vegetação florida, constituindo-se em um oásis aquático, no meio das areias que circundam [...] Fica acima do nível do mar de modo que quando transborda, em consequência das cheias produzidas pelas chuvas, estabelece uma drenagem para praia: então pelo veio d'água sobem cardumes que povoam o lago, onde se faz abundante colheita de peixes.⁴⁷

122

A lagoa de Santana é destacada pela produção de sal:

O LAGO DE SANTANA- Este é outro vasto campo de ação para uma indústria intensiva [...]

Nos anos de grande inverno, como atual, a produção de sal aumentar sensivelmente, pelo motivo seguinte:

O lago transborda pela ação das chuvas e como está em nível inferior ao mar, as águas rompem a terra, perfurando um grande rego. Por este, logo que cessa de chover, penetram as marés, conduzindo água salgada para lago.⁴⁸

Quanto a fauna terrestre, predominam os animais que servem para o abate pela qualidade da carne e também pela utilização da pele e banha, como por exemplo veado que se destaca como animal de carne nobre e pele muito procurada no mercado, motivo pelo qual foi abatida indiscriminadamente e quase extinto na primeira metade do século passado.

A outra região abrange municípios assentados as margens do rio Parnaíba: Buriti dos Lopes, Luzilândia, Parnaíba, Porto, Miguel Alves, Matias Olímpio, União, Teresina, Palmeiras, Amarante, Floriano, Guadalupe, Jerumenha, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena e Gilbués. Pequenos riachos⁴⁹ e rios afluentes compõem a bacia do rio Parnaíba. Para além do rio principal, há notícias de que populações residentes as margens do Uruçuí-Preto, Gurguéia,

⁴⁶ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p.554.

⁴⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p.521.

⁴⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p.522.

⁴⁹ Curioso, em vários municípios há indicação de riachos perenes, a exemplo de Santa Filomena, cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 601.

Itaueira, Canindé e Poti, pescando como forma de complementar a alimentação. Ao longo da primeira metade do século XX, há notícia da comercialização de peixe em vários municípios ribeirinhos da bacia do Parnaíba, a exemplo de Floriano e Teresina. Como na outra região, aqui também se registra a piscosidade e pescarias em pequenas lagoas, sendo que muitas secam na época do verão.

Em relação a caça, a fauna dessa região é riquíssima e semelhante aos demais municípios do estado, predomina os seguintes animais: caititu, veado, paca, tatu, anta, tamanduá, capivara, onça, gato, cotia, macaco, guariba, guaxinim, raposa, quati, preá, sagui, queixada, jaboti, preguiça, porco espinho, maritacaca ou cangambá, mucura, cascavel, jararaca e coral. As fontes consultadas apenas registram os animais sem preocupação de classificação e categorização, contudo, aponta que muitos animais existem de várias “qualidades”, como “veados de duas qualidades campeiro e mateiro”⁵⁰ e tatus “bola, verdadeiro, peba”⁵¹.

Uma terceira área refere-se aos seis municípios banhados pelo rio Poti, que são Alto Longa, Beneditinos, Castelo do Piauí, São Felix, São Miguel do Tapuio e Teresina. O rio Poti, “é navegável por pequenos botes e canoas, no inverno. Na época da seca o seu leito seca quase por completo, ficando poças d’água e pequenas corredeiras.”⁵² A bacia do Poti é também uma intrincada rede de pequenos riachos e rios afluentes, ficou o registrado que no município de Beneditinos o rio Poti é “servido de mais de vinte afluentes”.⁵³ Além de riachos e rios, a região tem muitas lagoas e olhos-d’água, indícios da possibilidade de pescas na região. Quanto a fauna terrestre, predomina os mesmos animais das duas outras regiões.

Na região das lagoas, o município de Nazaré do Piauí atraiu pessoas pela presença de uma lagoa perene e piscosa e margens propícias para a agricultura. Na década de 1950 a lagoa atende plenamente os anseios dos moradores circunvizinhos, oferecendo frutos da sua terra fértil e peixes de suas águas. Nosso olhar se desloca do centro do Piauí para o extremo sul, para a lagoa de Paranaguá, “de 12 quilômetros de extensão sobre sete de largura, constitui uma

⁵⁰ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ **O Piauí no Centenário de sua Independência**, 1823-1923, p. 287. Cf. INSTITUTO CHICO MENEDES. **Sumário executivo do Plano de Ação Nacional para conservação dos cervídeos ameaçados de extinção**. <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-pan/pan-cervideos/1-ciclo/pan-cervideos-sumario.pdf> Acessado em junho 2021.

⁵¹ Cf. <http://www.tamandua.org/tatus/> Acessado em julho 2021.

⁵² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p.638.

⁵³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p.436.

verdadeira riqueza para o município. Além de piscosa, suas margens férteis são uma garantia para os agricultores e criadores”⁵⁴.

A caça também é abundante na região das lagoas, embora não tenha registro escrito sobre a atividade de caça em Nazaré do Piauí, a região é geralmente conhecida como área de caça e pesca. Na “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” ficou registrado que em Parnaguá “no reino animal, encontram-se gato, teiú, tatu, caititu, veado, jiboia, existindo ainda, na lagoa de Parnaguá principalmente, grande quantidade de peixes”⁵⁵.

Como forma de concluir

Os indícios encontrados sobre caça e pesca abrangem todo o território do Piauí, de norte a sul, alcançam um longo período que vai do século XVI ao XX. Os resultados obtidos demonstraram que os vestígios são mais evidentes quanto mais nos aproximamos do tempo presente. O volume de informações sobre caça é bem menor que o de pesca, ainda assim, a atividade de caça contribuiu igualmente para a alimentação da sociedade piauiense tanto quanto a atividade de pesca.

Supomos que desde a Colônia o pescado foi admitido como produto de mercado, diferente da carne de caça, pouco comercializada. A caça sempre foi atividade de subsistência, destinada a alimentação do caçador e família, muitas vezes repartida com amigos mais próximos. Todavia, a pele de animais silvestres foi produto de intenso comércio de couros e peles que marcou a economia piauiense ao longo da primeira metade do século passado.

Uma densa malha de corpos hídricos, temporários e permanentes, formados por riachos, rios e lagoas possibilitaram a obtenção de pescado. A pesca fluvial e lacustre, comum na história da cultura pesqueira do Piauí, foi socialmente mais expressiva do que a pesca marinha. Notamos a coincidência de peixes nas águas de riachos, rios e lagoas. Para o comércio e consumo de pescado, predomina o surubim, curimatá, traíra, piau, piaba, mandi, piratinga, piranha, mandubé e branquinha, peixes de água doce.

A pesca fluvial e lacustre, acontece em águas calmas com uso de tecnologia pesqueira muito simples, rede ou vara de pescar, linha e anzol, é o ouvimos de conversas informais. A tecnologia pesqueira, técnicas, apetrechos, aparatos tecnológicos e embarcações utilizadas na exploração da pesca, é um aspecto pouco evidenciado nas fontes manuseadas. O mesmo

⁵⁴ GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **O Piauí no centenário de sua independência**, 1823/1923. Teresina, 1923, p. 65.

⁵⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p.549.

acontece com a atividade de caça, o texto mais detalhado sobre a tecnologia de caça são dois poemas da obra “A Lira Sertaneja” de Hermínio Castelo Branco e o romance “Ataliba, o vaqueiro” de Francisco Gil Castelo Branco.

Não sabemos ainda se no século XX ocorreu desenvolvimento das técnicas e apetrechos de caça, impulsionado pelo comércio de peles. A propósito, vislumbramos a necessidade de pesquisa oral para completar os dados das fontes impressas. Para elaboração do presente texto, de modo informal, foi possível dialogar com pessoas residentes em Teresina, Floriano, Guadalupe e São João da Serra acerca das questões que envolve a alimentação dos piauienses em meados do século passado. Nesse sentido, agradecemos a disponibilidade do senhor Josean Morais Cruz em partilhar conosco sua experiência vivida acerca da alimentação.

A técnica da oralidade muito contribuirá para aclarar questões como técnicas e aparatos tecnológicos, comércio, formas de comer. Das fontes é possível perceber que parcela considerável da população não apreciava a “carne de caça” ou pescado, mas o número de apreciadores não é pequeno. Em um trecho de texto o autor deixa escapar a forma de cozer a caça ou o peixe, aponta um ingrediente; em outro trecho de texto registra as impressões sobre sabores, comparação entre um gênero alimentício e outro, notamos que se esboça um quadro com as formas de cozinhar e comer.

A fauna terrestre é tão rica como a fauna aquática, os indícios encontrados sobre caça alcançam todo o território do Piauí, abrangendo o período que vai do século XVI ao XX. Todavia, nosso olhar focou a “caça grossa”, animais de grande e médio porte como veado, queixada, caititu, capivara, paca, cujo abate resulta carne suficiente para alimentar algumas pessoas.

UNDERGROUND E MAINSTREAM DO CAMPO LITERÁRIO NACIONAL EM O POPULAR, DE FLORIANO

Daniel Castello Branco Ciarlini¹

RESUMO

Ao definir como objeto de estudo o jornal *O Popular*, da cidade de Floriano, no Piauí, entre os anos de 1918 e 1921, este artigo investiga, de um ponto de vista deslocado do eixo Rio-São Paulo, as mensurações valorativas que permearam o campo literário nacional. Identificam-se a mecânica da anteposição *underground-mainstream* e, a partir dela, os horizontes de leitura que estavam por trás dos articuladores da referida folha de imprensa, em especial de seu editor, Daniel Paz, poeta teresinense que acumulou a função jornalística com a de juiz de direito no período e no espaço estudados. Parte-se do entendimento de que os referidos termos-problema devem ser avaliados a partir de critérios distintos, mas não isolados. Nesse sentido, enquadramentos em subvalorização e em sobrevalorização de escritores e de obras se mostraram relacionados, muitas vezes, a posições geográficas, infraestrutura e vínculos de ordem material e/ou simbólica.

Palavras-chave: *Underground*; *mainstream*; literatura e imprensa; Piauí.

UNDERGROUND AND MAINSTREAM ON THE NATIONAL LITERARY FIELD IN O POPULAR, IN THE CITY OF FLORIANO

ABSTRACT

By defining as an object of study, the newspaper *O Popular*, in the city of Floriano, Piauí, between 1918 and 1921. This article investigates, from a point of view detached from the Rio-São Paulo axis, the evaluative measurements that permeated the national literary field. The mechanisms of the *underground-mainstream* preposition are identified and, from it, the reading horizons that were behind the articulators of that newspaper, especially its editor, Daniel Paz, a poet from Teresina who accumulated the journalistic function with of a judge of law in the period and space studied. It starts with the understanding that the aforementioned problem terms must be evaluated based on different criteria, not in isolation. In this sense, frames of undervaluation and overvaluation of writers and works were often related to geographical positions, infrastructure and material and/or symbolic links.

Keywords: *Underground*; *mainstream*; literature and press; Piauí.

UNDERGROUND Y MAINSTREAM DEL CAMPO LITERARIO NACIONAL EN O POPULAR, POR FLORIANO

RESUMEN

Al definir como objeto de estudio el diario *O Popular*, de la ciudad de Floriano, Piauí, entre 1918 y 1921, este artículo indaga, desde un punto de vista desplazado del eje Rio-São Paulo, las medidas evaluativas que permearon el panorama nacional del campo literario nacional. Identifica la mecánica de la anteposición *underground-mainstream* y, a partir de ella, los horizontes de lectura que estaban detrás de los articuladores de esa página impresa, en especial su editor, Daniel Paz, poeta del Teresina que acumuló una función periodística como juez de derecho en el período y espacio estudiado. Se parte del entendimiento de que los términos problemáticos antes mencionados deben evaluarse con base en diferentes criterios, pero no de forma aislada. En este sentido, los marcos de subvaloración y de sobrevaloración de escritores y obras a menudo se relacionaron con posiciones geográficas, infraestructura y vínculos materiales y / o simbólicos.

¹ Doutor na área de Estudos de Literatura, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Letras, pela Universidade Estadual do Piauí. Licenciado em Letras/Português pela UESPI. Membro do Núcleo de Estudos Literários Piauienses (NELIPI) e Núcleo de Estudos em Literatura e Imprensa Oitocentista (NELIO). Professor Adjunto I da Universidade Estadual do Piauí. Atua principalmente nos seguintes temas: Literatura, História da Literatura, Teoria da Literatura, Crítica Literária, Literatura e Imprensa e Vida Literária. Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 126 a 145, jan. a ago. 2021

Palabras-claves: *Underground; mainstream; literatura y prensa; Piauí.*

Manuel Bandeira ao comentar o trabalho que Guimarães Rosa desempenhara no “Caderno de Cultura”, de *O Globo*, asseverou que “escrever para jornal é como escrever na areia”² (BANDEIRA, 1978, p. 352). A observação deixava implícito o processo histórico que no Brasil silenciou inúmeros escritores pela natural efemeridade das páginas de imprensa. Este fato é tão acentuado que não se pode precisar a porcentagem de nomes, antes ativa no periodismo, hoje esquecida por não ter reunido trabalhos literários em formato de livro – o que condenou exercícios criativos tão-somente às edições de jornal e/ou de revista rapidamente vencidas e colocadas no limbo, quando muito nos porões de um colecionador ou na salvaguarda de alguma instituição. Não foi este o caso do autor de *Grande sertão*, que para Bandeira gravava na pedra para a eternidade, mas se tornou a realidade de vários literatos, sobretudo os internados e isolados nos rincões do país, sem oportunidade de audiência em grandes veículos de imprensa, bem como, antes do *boom* dos trabalhos regionalistas de 1930, fugiam ao eixo Rio-São Paulo.

A pesquisa em periódicos antigos, não por acaso, se torna de grande valia tanto para os estudos históricos como para os literários. Não somente pela possibilidade em retirar do esquecimento nomes que fizeram parte da estrutura social das letras, como por dar acesso, comenta Regina Zilberman (2004), ao prosclínio de toda uma vida literária, conformada no significativo tecido de relacionamentos culturais em dado tempo. Relacionamentos estes que não se limitaram à esfera do mundo propriamente literário, mas às estruturas de fundamento.

Dentro desse campo de investigação é possível vislumbrar pontos de vista distintos de grupos intelectuais, ditados provavelmente por suas localizações geográficas ou pelos diferentes graus de subordinação simbólica e estrutural: se nos grandes centros havia a predominância em dar destaque aos nomes “canonizados” ou dotados de relativo prestígio, em geral vinculados às suas esferas de confluência literária; nos espaços afastados e, como regra, invisíveis aos aparelhamentos culturais ou simbólico-hegemônicos, havia, em grande medida, o predomínio em dar visibilidade aos nomes fora dos eixos sobrelevados culturalmente. É claro que esta audiência às vezes podia surgir mais ou menos dividida com os escritores já sagrados, que de modo genérico tinham seus textos reproduzidos em jornais ou revistas, mas, ao que tudo indica, raramente era inferior.

² Compilado em *Andorinha*, *Andorinha*, sob o título “Rosa em três tempos”.

UNDERGROUND E MAINSTREAM DO CAMPO LITERÁRIO NACIONAL EM O POPULAR, DE FLORIANO¹

Sobrevalorização e subvalorização são mensurações que posicionam os escritores no campo literário, no *mainstream* ou no *underground*, respectivamente. Esta dualidade tem fundamento na “economia espiritual”, como quer Paul Valéry, que rege as estruturas do universo literário e, se em um primeiro momento são de ordem simbólica, também se desdobram no material. Além disso, o espaço pode ser entendido como um elemento definidor dessas ocorrências, sendo as cidades ou mesmo as capitais de estados economicamente mais ativas alguns dos fatores que incidem na viabilização de uma mecânica favorável ao prestígio e ao ganho com as letras. Esta é a razão de Pascale Casanova, ao discorrer sobre as mesmas circunstâncias, ter compreendido que “algumas obras valem inseparavelmente por sua condição propriamente literária e também pelas análises vigorosas que fornecem sobre si mesmas e sobre o universo no qual se situam” (CASANOVA, 2002, p. 24, grifo nosso). Isso ocorre porque os escritores, de uma maneira ou de outra, estão presos à “comunidade discursiva” que os legitima e os fazem reproduzir ou propalar os códigos de prestígio com os quais essa mesma comunidade sentencia válidos.

A rede que enlaça o exercício do escritor é, ao mesmo tempo, aquela que o materializa, afinal, “a obra só se constitui implicando os ritos, as normas, as relações de força das instituições literárias. Ela só pode dizer algo do mundo inscrevendo o funcionamento que a tornou possível” (MAINGUENEAU, 2001, p. 30). Esse problema levou Robert Darnton a compreender que a valoração implica juízo de valor, e se “os historiadores não estão aparelhados para quantificar graus de iniquidade em períodos diferentes do passado” (DARNTON, 2016, p. 291), é mais do que necessária a adoção de ferramentas de outros campos do conhecimento que auxiliem nessa mensuração tão importante a estudos como este.

O campo literário, em suma, não pode ser visualizado como uma estrutura geopolítica. Se por um lado o centro é passível de localização, por outro, suas margens nem sempre estão claras e podem compor um tecido marginal de valores muito mais complexo do que aqueles comumente aceitos em estrutura modelar e inculcada (em geral, pelo estado por meio de seu sistema escolar). O *underground*, por essa razão, está em todo canto e a localização de um ponto simbólico prestigiado não significa definir ou mesmo visualizar o seu entorno. A razão disso é simples: *territórios literários* são constructos imateriais que podem ser compreendidos a partir de forças que se opõem a um centro ou, pelo menos, a ele não se identificam de maneira direta. Casanova, ao olhar para um esquema ampliado de identificação dos referidos territórios em uma escala mundial, investe na seguinte equação: “os territórios literários são definidos e delimitados de acordo com sua distância estética do espaço de ‘fabricação’ e

consagração da literatura” (CASANOVA, 2002, p. 40). Como esquema pensado para um tipo de problema, esta definição encontra limite ao ser aplicado ao fenômeno sociológico da literatura em ex-colônias ou de menor tradição. Afinal, nesses os critérios de valor são operados de maneira muito diferente e não se pode afirmar com clareza se as realidades do *mainstream* e do *underground* são passíveis a um mesmo nível de aferição valorativa.

Ora, se há uma parcela de leitura que impõe a visão oficial em detrimento de uma marginal, esta não pode ser entendida como insignificante. Pelo contrário, a historiografia literária tem apontado que são desses “subúrbios” ou “confins do campo” que saem as inovações estéticas, impulsionadas, de alguma forma, pela resistência que esses escritores têm aos mesmos códigos canônicos que, de princípio, os escamotearam. Parece ter sido este o entendimento de Arnold Hauser ao criticar o conceito de história da arte como contiguidade e sucessão de fenômenos estilísticos: “as mais significativas criações do espírito humano, as de maior alcance, quase nunca são o resultado de um desenvolvimento deliberadamente determinado, dirigido desde o primeiro instante para um objetivo final”, na realidade, “são o resultado contingente de necessidades especiais, condicionadas pelo tempo e o lugar, e de toda uma série de meios preexistentes, *muitas vezes estranhos e inadequados*”, por essa razão, “são o produto de graduais inovações técnicas que com igual frequência se afastam ou se avizinham do objetivo original, de motivos derivados do momento fugaz” (HAUSER, 1998, p. 669, grifo nosso).

O movimento entre *mainstream* e *underground* é, no fundo, constituído por uma troca quase permanente entre valores, o que torna esses específicos segmentos interdependentes. Nesse sentido, ao partir da leitura de Gramsci, Horacio Gonzales lança entendimento para a constituição valorativa de romancistas de nomeada como Dostoiévski, Balzac e Victor Hugo. A percepção é de que seus exercícios literários, na realidade, “traduzem numa dimensão lírica os enredos mais sensacionalistas de Eugène Sue ou do folhetim popular em geral, este último refletindo sempre aspirações democráticas”, e mais ou menos alinhado a Hauser, infere que

o grande “escritor” tomará temas do folhetim e vice-versa; e, ao longo da época, elementos eruditos somente podem ser mantidos e conservados graças ao gosto popular, assim como – por obra dos empréstimos permanentes – as literaturas elevadas podem conseguir uma vigorosa incorporação de traços literários tidos como “baixos” (GONZALES, 1981, p. 38).

Além disso, pode-se atribuir a esse impulso a adoção de outros códigos que não o da inovação, mas estes devem, a rigor, perpassar por um tratamento a fim de tornar o objeto Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 126 a 145, jan. a ago. 2021

literário propositivo e ao mesmo tempo capaz de abrir o campo; não por acaso “a lucidez e a revolta contra a ordem literária estão no próprio princípio de sua criação” (CASANOVA, 2002, p. 64). Não há regra fechada em uma análise como esta, mas se se compreender que o marginal é uma instância desterritorializada não apenas distante, mas também partícipe dos conflitos do próprio centro, notória será que a interpretação contempla ainda os mais variados grupos e as mais distintas motivações, provavelmente em um movimento dialético de difícil sondagem.

Essa situação não apenas problematiza como ilustra a flutuação do termo valor, cujo centro de emissão e irradiação de códigos e de símbolos modelares opera nesta circunstância porque às suas margens existe alguma subordinação, tanto simbólica quanto estrutural. Ao discorrer sobre esse processo, atenta-se aqui mais para um mapa intelectual do que político, muito embora os fatores de ordem econômica tenham um relativo peso sobre as escolhas e as definições valorativas e, por fim, encontram-se na fundação do constructo ideal do “civilizado” metropolitano. Cidades como Florianópolis, localizada no *hinterland* de um dos estados do nordeste brasileiro, testemunham isso. Este pequeno núcleo urbano, logo nos primeiros anos de sua atividade jornalística, expressa a complexa rede que está por trás da “economia espiritual” do campo literário brasileiro. No caso de seu circuito literário regionalizado, desenvolvido ao longo das três primeiras décadas do século XX, identificou-se uma forte vinculação com o *underground*, comum ao universo inter-regional, em detrimento do *mainstream* de nível nacional; uma lógica que não parece antepor ou mesmo sobrepor um território literário ao outro.

Tal postura talvez não se vincule de maneira tão fechada a conceitos como valor ou autonomia, mas há forte indicativo que aponta o processo resultar de estreitas relações intelectuais e identificações comerciais. Ainda quando no período da República Velha corriam, em paralelo aos ditames de uma cultura de grande centro, intermitentes fluxos intercambiais de escritores que coparticipavam de circuitos de cultura de pouco prestígio e neles alcançavam uma audiência dificilmente obtida nos eixos hegemônicos – não pela qualidade de suas produções, mas em grande medida por estarem fora dos jogos simbólicos e políticos específicos desses espaços. Soma-se ao fato o problemático analfabetismo que de forma aguda assolou o país ao longo de toda a primeira metade do século XX, retirando a possibilidade de autonomia do campo ou mesmo de um circuito literários – aqui se explica o fato de os escritores brasileiros terem dividido suas atenções com outras ocupações de ofício,

tanto no serviço público como no comercial; em um movimento, do ponto de vista francês, estudado e denominado por Bernard Lahire³ como “jogo literário”.

Os prestígios político e literário são prêmios que se confundem e inferem na vida prática dos escritores e ao mesmo tempo servem para mensurar, em nível sincrônico, o pertencimento dos indivíduos que operam no campo literário: quanto maior for o crédito, melhor posição no centro e, conseqüentemente, visualização no *mainstream*; quanto menor o crédito, mais apagado se torna no campo oficial. Seriam estes quase invisíveis nomes os agentes do prosccênio da vida literária brasileira, aqueles que ao atuarem no *underground* da história oficial deixaram rastros que, se atentados, sugerem outras camadas de leitura e interpretação acerca das narrativas que compõem a historiografia das letras no Brasil. Mais ainda, analisada com a devida cautela, a escolha de nomes ou mesmo a reprodução de textos que ganham destaque em páginas de periódicos escondem não somente a predileção de editores, na realidade revelam laços ideológicos a estruturas de formação intelectual ou às esferas de poder, sobretudo no recorte histórico aqui empreendido, entre os anos de 1918 e 1921, quando o “jornal tornou-se a grande escola do adulto, quase a única fonte de informação”, tempo em que “a opinião pública não é senão o reflexo da opinião dos jornais, que influencia até a das próprias classes elevadas” (PONCINS, 2020, p. 167).

Mais do que isso, foi o jornal, em cidades internadas no país e distantes dos centros metropolitanos, os únicos veículos de concorrência à estrutura escolar do estado: enquanto este instituía por meio de um cânone seletivo as obras e os nomes significativos da esfera nacional, com destaque em materiais didáticos; aos periódicos restava o espaço do não-oficial.

Em suma, o palco e o prosccênio devem ser avaliados a partir de pontos de vista e não de valor ou, mais precisamente, de suas oportunidades e audiências. Ainda quando tanto de uma parte como de outra, erros de paralaxe podem ter deformado em hipertrofia ou em atrofia o valor de nomes e de obras, posicionando-os ou reposicionando-os no campo de maneira equivocada – pelo menos dentro de um recorte específico e a partir de um julgamento sincrônico. Fatos há que demonstram esse problema e alguns podem ser verificados pelo critério do apagamento ou esquecimento de um autor ou obra antes prestigiados; ou, contrariamente, do surgimento de um autor ou obra que não experimentaram quaisquer prestígios em seu tempo. A sondagem dos critérios que definem esses deslocamentos valorativos no campo literário é extremamente complexa e impossível de ser discutida neste breve estudo. Por outro lado, ao tencionarem o problema aqui exposto, eles indicam a

³ Ref. **La condition littéraire**: la double vie des écrivains (2006).

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 126 a 145, jan. a ago. 2021

UNDERGROUND E MAINSTREAM DO CAMPO LITERÁRIO NACIONAL EM O POPULAR, DE FLORIANO¹

necessidade de uma abordagem mais aberta, consoante a uma mecânica que inter-relacione as duas realidades coexistentes.

Tal percepção não poderia negligenciar o regime de “créditos” atribuído às engrenagens de cada segmento do campo e consequentemente a forma como estes mesmos “créditos” são apreendidos – a crítica literária, o espaço nos jornais e a recorrência de nomes, por exemplo, são fortes indicativos do processo de significação simbólica que um dado escritor acumula e, em posse dela, é capaz de reproduzi-la enquanto condição de prestígio: a partir dos produtos dele advindos ou a ele associados. É essa mecânica que está por trás da celebração de um nome, aquilo que torna alguém ou algo, no campo artístico, “referência”; ou como interpreta Casanova a partir de Pound⁴, “é o poder e o valor outorgados a um escritor, a uma instância, a um lugar ou a um ‘nome’, em virtude da crença que lhe concedem” (CASANOVA, 2002, p. 32).

A investigação, como se nota, é ampla e pode contemplar vários níveis de estudo, em especial quando a imprensa viabiliza um olhar “testemunhal” acerca dos meandros dos fatos históricos, com consequentes detalhes negligenciados pela peculiar visão panorâmica dos livros. Por tudo, os periódicos são fontes que auxiliam na interpretação de um tempo e de um espaço, em especial aqueles que, por condições de aparente desprestígio nos setores político, econômico e religioso, passaram à história de maneira quase despercebida.

O UNDERGROUND DO CAMPO LITERÁRIO NACIONAL EM O POPULAR

Muitas vezes reconhecidos como *poetas espontâneos* ou *escritores de horas vagas*, os literatos inscritos no *underground* do campo literário nacional podem ser classificados de duas maneiras: aqueles cujas atividades encontraram pouca repercussão ou, projetados nas páginas de imprensa de seu tempo, hoje se encontram no limbo e praticamente esquecidos. O último caso, por sua natural circunstância produtora de rastro, viabiliza maiores dados e informações ao pesquisador; o primeiro, porém, apresenta desafio e vários entraves à pesquisa. A mais proeminente dessas dificuldades é a localização de traços biográficos de seus autores, muitos dos quais sequer rememorados em obituários de páginas de imprensa onde exerceram alguma atividade e, por razões práticas, estiveram em seus bastidores ou migraram para exercícios de interesse prático, sobretudo no comércio – mais comum ao caso brasileiro. Daí a necessidade em se registrar os dados que a pesquisa identificou nesses

⁴ Ref. *ABC da literatura*.

termos, devido à sua importância para a interpretação da estrutura a que esses literatos pertenciam e, ainda, na identificação de possíveis elos, diretos ou indiretos, com o circuito literário nucleado em Floriano.

O Popular, o objeto de estudo deste artigo, ao ter reproduzido textos em prosa e em verso, geralmente nas primeiras páginas de suas edições, reserva alguns casos exemplares. O primeiro deles é o do poeta espontâneo Américo Moreira, natural de Salvador, na Bahia, com atuação no jornalismo carioca ao lado de figuras de grande destaque nas letras nacionais, como José do Patrocínio e Valentim Magalhães, mas que após rápida incursão nas páginas de imprensa dedicou-se ao ramo de seguros no Rio Grande do Sul, onde, nos anos de 1920, foi agente da Companhia Sul-América, empresa do também poeta Antônio Sanchez Larragoiti – um dos mais fortes anunciantes da moderna imprensa brasileira.

Jaime de Altavila, pseudônimo do poeta e prosador alagoano Amphilóphio de Oliveira Melo, por sua vez, é um caso de autor que em seu tempo alcançou audiência e evidência, pelo menos em algumas capitais brasileiras, como Recife, Belém, Manaus, João Pessoa e Maceió, todavia o tempo tratou de macular o seu protagonismo na vida literária nacional. Nem mesmo a coletânea de contos de sua autoria, *Lógica de um burro* (1924), organizada e publicada por Monteiro Lobato, em São Paulo, foi capaz de dar sobrevida ao seu nome no campo. Colaborador do *Diário de Pernambuco* e do *Jornal do Recife* em tempos de estudo na Faculdade de Direito de Recife, essa dupla filiação, nos primeiros anos do século XX, talvez explique as produções republicadas em *O Popular*, da fase de Daniel Paz, afinal, ambos os escritores deviam comungar do mesmo grupo intelectual e científico pernambucano. Não era, portanto, um nome estranho ao campo literário brasileiro, sobretudo quando importantes periódicos do Brasil publicavam seus sonetos ladeados aos de outros sonetistas fixados no cânone das letras nacionais, tanto pela forma da popularidade no meio intelectual como também institucional, a citar membros da Academia Brasileira de Letras, como Vicente de Carvalho e Olegário Mariano.

Os mesmos laços de proximidade que uniam Jaime de Altavila a Daniel Paz podem ter ligado o poeta Raul Campelo Machado, paraibano que também fez de Recife a sua base de formação intelectual e onde atuara na imprensa por certo período, quando redator do *Jornal do Comércio* pernambucano e colaborador do *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro. Ademais, Machado também gozava de relativo prestígio pela atuação jornalística, em especial após a publicação de *Água de Castália*, publicado em 1919 pela editora carioca J. Ribeiro dos Santos.

UNDERGROUND E MAINSTREAM DO CAMPO LITERÁRIO NACIONAL EM O POPULAR, DE FLORIANO¹

Jaime de Altavila e Raul Machado representam, em igual perspectiva, a seleta de nomes que vai ganhar audiência nas páginas de *O Popular*, entre os anos de 1910 e 1920, alguns dos quais em homenagem *post mortem*. No horizonte de leituras do editor Daniel Paz, talvez por questões de gosto, moda ou mesmo pela logística diagramática da folha, chama atenção o predomínio de trabalhos poéticos, em especial na forma de sonetos, daí a atenção aos nomes que, por aquele tempo, se destacavam no gênero. É este o caso do sonetista maranhense João Franco de Sá, cujas produções eram assinadas a partir do pseudônimo Alberto de Jesus – mais um dos exemplos de nome do *underground* do campo literário nacional que, embora não tendo reunido produções em livro, gozou, por meio da publicação em periódicos, de relativo prestígio em seu tempo de atuação, apesar de, *a posteriori*, ter passado para o lado desconhecido das histórias de literatura.

Não obstante o destino à sua memória, o poeta teve produções estampadas em importantes folhas periódicas do século XX, como os jornais *Pacotilha*, *O Jornal* e *Correio da Tarde* e as revistas literárias *Os Anais* e *A Renascença*, todos do Maranhão e com repercussão no Piauí. Nesta última, no ano de 1911, foi colega de redação de intelectuais maranhenses de maior projeção, como Viriato Correia, bem como de figuras já conhecidas do meio poético piauiense, a citar a poetisa parnaibana Francisca Montenegro. A investigação não conseguiu identificar se Franco de Sá teve atuação em praças de maior prestígio ou sedes do *mainstream*, todavia, os periódicos das primeiras décadas do século XX reservam uma atuação bastante significativa em São Luís, com trabalhos em variadas escansões e gêneros poéticos, além de participações em agremiações culturais, mantenedoras de periódicos, como o Congresso Maranhense de Letras nos anos de 1910; constando ainda como um dos nomes da coletânea *Sonetos Maranhenses*, publicada em 1923 por um grupo de intelectuais sob a associação “Távola do Bom Humor”, formada por Cipriano Marques da Silva, José Augusto Vieira dos Reis, Joaquim de Souza Martins *et al.* Ademais, realizou um intermitente fluxo pela, hoje, região norte, mais precisamente na cidade de Belém. Fez parte do grupo de escritores intimamente identificados por sua obra e sua vida literária, em boemia – aspectos indissociáveis, sobretudo como letrista e participante de matinês e espetáculos dançantes em seu estado de origem.

Na esteira do mesmo campo e coletânea referida, lembrados por *O Popular*, citam-se os poetas Américo César e Elpídio Santos. O primeiro foi colega de redação de Franco de Sá em *Pacotilha* e *Correio da Tarde*; e colaborador do *Diário do Maranhão*. Falecido em 1912, a publicação de “A surdina”, naquele periódico florianense, reflete o preito de homenagem

que os intelectuais do Piauí da porção sudoeste ainda rendiam à sua memória, como também o fizeram ao amazonense Paulino de Brito, no ano de sua morte, em 1919. O segundo, por sua vez, foi colaborador, no mesmo recorte e como sonetista, tanto em *Pacotilha* como em *O Jornal*, que circulavam São Luís; representou o carioca *Jornal de Charadas*, e fundou o grêmio literário Antônio Lobo, em 1918. Importante destacar que, por esses anos, eram comuns aos intelectuais que operavam no Maranhão encontros (“Horas Literárias”) no Centro Português, geralmente presididos pelo escritor e jornalista lusitano Fran Pacheco – conhecido como crítico e conferencista pelos literatos piauienses, quando então visitou Teresina em excursão intelectual.

O poeta e deputado estadual João Teixeira também fez parte desse grupo e foi lembrado pela “Távola do Bom Humor” em sua coletânea. Na imprensa maranhense integrou o seleto time que compunha o *Diário Oficial*. *O Popular* deu audiência ao seu soneto “História de sempre”, em 28 de agosto de 1921.

Nenhum dos escritores citados se iguala, porém, a José Augusto Correa, professor que teve uma das atividades intelectuais mais prolíficas da imprensa maranhense nos primeiros anos do século XX. Daí por que a sua assinatura ser uma das mais vistas no recorte desta investigação em *O Popular*, como atesta o quadro adiante. Essa circunstância talvez resida no fato de o referido autor ter atuado como mestre-*filólogo* de toda uma geração de piauienses que migrou para as terras ludovicenses em busca do ensino secundarista no Liceu Maranhense. Nascido em São Luís, Correa publicou artigos, crônicas e contos em diversos periódicos maranhenses, a citar: *O Jornal* e *Pacotilha*. Além disso, foi o primeiro ocupante da cadeira 17 da Academia Maranhense de Letras, ao lado de outras figuras de respaldo intelectual, como o seu confrade piauiense Clodoaldo Freitas, primeiro ocupante da cadeira 18 da referida agremiação.

Outros nomes, não menos importantes, merecem citação, embora de maneira mais sucinta por questão de espaço: Armando Vieira da Silva, poeta e colaborador em *Pacotilha* – já na época de publicação em *O Popular*, colega de carreira de Daniel Paz e membro fundador da Academia Maranhense de Letras; o professor e poeta Vilela de Abreu, promotor da revista de costumes *Caveira de Burro*, redator do jornal *O Combate* e membro da Sociedade Machado de Assis, em São Luís, nos anos de 1910; da amizade com o editor de *O Popular*, ou pelo menos simpatia, explica-se a publicação de produção literária de Olegário Oliveira Júnior, sonetista potiguar, ainda quando fora, em recorte aproximado ao de Daniel Paz, estudante de direito em Recife.

Os nomes desta seção são de escritores que provavelmente não tenham gozado de relações culturais *in loco* na cidade de Floriano, embora se expressem por meio das definições e seleções de um editor que, acredita-se, desfrutava as suas amizades. Passa-se agora aos nomes que compunham a seleta do circuito literário do sul piauiense, ora fixados ora com incursões flutuantes pela cidade-polo dessa estrutura. Seria um grupo ainda mais seletivo dentro do *underground* das letras nacionais, posto terem estado, muitas vezes, invisíveis até mesmo no campo literário piauiense do período.

SELETA DE NOMES DO CIRCUITO LITERÁRIO DO SUL PIAUIENSE⁵

Das contribuições literárias que merecem referência nesta análise, algumas surgem reclamadas em pseudônimos e versaram sobre assuntos diversos, do político ao sentimental, com destaque para Nazy-Mauriz, de Naziazeno Mauriz. De todos os colunistas relativamente fixos no ano de 1919, não há dúvidas que este tenha sido o que mais investiu em produções em variados gêneros, da crônica à crítica literária, ricas em intertextos – autores e obras de reconhecido mérito filosófico e intelectual, sobretudo de origem alemã, como Arthur Schopenhauer e Goethe, bem como de origem portuguesa, a citar o poeta crítico literário Gomes Leal. Entre as crônicas, há ainda a produção da série “Cartas de Hélade”, dirigidas a uma “Gentil amiguinha”, e crônicas outras, de fundamentação lírica e intimista.

No campo da crítica, esse escritor ajudou a promover a leitura e a interpretação de obras que surgiam no cenário brasileiro. Nesse sentido, e como pertencia ao *underground* do campo literário nacional, a atenção era também dirigida aos escritores que pertenciam ao mesmo subcampo, o que vale como destaque a análise realizada do livro de poemas *Oração materna*, publicado em 1920 pelo poeta ludovicense Assis Garrido (1899-1969)⁶. Divulgou também livros como *Poemas e Sonetos*, publicado no ano anterior e que rendeu a Ronald de Carvalho premiação conferida pela Academia Brasileira de Letras. Nazy-Mauriz não estava só no quesito publicação anônima, havia também os casos de pseudônimos que se ocupavam com assuntos de interesse hodierno e ligados ao Piauí ou a Floriano, é o caso de Pope, de Zélia, de O Publicano, de Fakir e de S. N., este que em sua série “Cartões Postais”, desenvolvida ao longo de 1920, também enveredou pela crítica literária, embora tenha

⁵ O circuito literário do sul piauiense admite essa coordenada de modo genérico, posto sua formação integrar duas mesorregiões do Piauí: a Sudoeste e a Sudeste.

⁶ Ref. “Palavras efêmeras...”, *O Popular*, ano 9, n. 371, 26 set. 1920, p. 1.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 126 a 145, jan. a ago. 2021

rendido notas com assuntos variados, que iam de temas dos cotidianos citadino, estadual e nacional, como de interesse historiográfico.

No quesito crítico, é válido somar a Naziazeno Mauriz e a S. N. o nome de Marcos Serrano, que em 1921 experimentou o gênero e divulgou produções de escritores em voga, como a do poeta cearense Vidal de Alencar, que, no ano anterior, publicou a coletânea de poemas *Espectro solar* e alcançou audiência não apenas no circuito literário *underground* como também no *mainstream* do eixo Rio-São Paulo, apesar de, posteriormente, ter caído no esquecimento devido ao pouco esmero de seus versos – é o que deixa entrever comentários publicados na imprensa da época. A esse respeito, Serrano (1921, p. 1) tenta contornar: “Se não é o poeta um *parnasiano*, por lhe faltar requintes de métrica e perfeição na *forma*, propende jeitosamente para o lirismo”.

Ainda dentro do espectro de divulgação literária, ao longo das edições de *O Popular*, pelo menos quatro poetisas ganharam audiência em Floriano: as sonetistas Auta de Souza, potiguar falecida em 1919, e a ludovicense Leonete Oliveira, a poetisa alagoana Rosália Sandoval, com incursões significativas na imprensa carioca, sobretudo nos anos de 1930. A quarta era Esther Barroso, que residia em São Raimundo Nonato, e cuja produção geralmente surgia organizada em quartetos com versos intercalados em métricas distintas, eneassílabos e tetrassílabos – algo, aliás, que para 1921 fugia à prática corrente no Piauí, em geral presa a sonetos ou poemas de versificação regular. É o que se nota em “Primavera”:

A primavera vem sorridente
Pelos caminhos...
Depondo beijos no campo algente
E sobre os ninhos.

Os passarinhos em revoada
Passam trinando
De carneirinho vê-se na estrada
Imenso bando.

Nos arvoredos se entrelaçando
As trepadeiras.
E vai o campo todo juncando
Flores rasteiras.

De garças brancas passa a fileira...
Desaparece...
O céu reflete lá na ribeira...
E empalidece...

Tristonha a noite lá do horizonte
Seu manto estende...

UNDERGROUND E MAINSTREAM DO CAMPO LITERÁRIO NACIONAL EM O POPULAR, DE FLORIANO¹

E a branca lua detrás do monte
O círio acende.

O vento passa num leve arquejo...
Num murmurinho...
E a primavera depõe um beijo
Em cada ninho.

São Raimundo – Piauí (BARROSO, 1921, p. 2).

Comparados aos escritores dos demais circuitos que atuavam em seus espaços, os de Floriano são poucos, mas mais raras ainda as escritoras, o que justifica a citação integral do poema anterior. Nela se nota, de um ponto de vista lírico, o sentimentalismo atrelado aos campos do sudoeste piauiense, de onde se assina o trabalho. Tal característica parece compartilhada entre as escritoras do Piauí, tanto temporal quanto espacialmente, não sendo a visão sobre uma única mesorregião seu traço distinto. Aliás, entre as poetisas piauienses, a motivação dos versos podia responder a uma vocação religiosa ou à identificação de um *topos* poético, intimamente relacionado ao sentimento. É o que se nota, por exemplo, em Luiza Amélia de Queiroz, sobretudo em *Georgina ou os efeitos do amor* (1893), vinculada provavelmente à paisagem do norte piauiense, ou mesmo na prosa, pelo efeito memorialístico, como se percebe na narradora autodiegética de *A vela e o temporal* (1957), de Alvina Gameiro, que situa o enredo nos extremos do centro-norte com o sudoeste – para citar aqui dois casos de distâncias temporais e espaciais em relação ao poema “Primavera”, de Esther Barroso.

Esse aspecto talvez se justifique porque a sociedade piauiense, diferente de outras tantas que, já no período citado, admitiam viés liberal, ainda era fechada e, embora as estruturas maçônica e católica fossem muito bem definidas e, em grande medida, conflitantes, a esta estavam vinculadas as mulheres e alguns homens, mas àquela era porto exclusivo aos homens, sobretudo comerciantes e políticos. Logo, não parecia se repetir no Brasil o que ocorria a Portugal, por exemplo, que nas primeiras décadas do século XX, como aponta Isabel Lousada, iniciadas nos ideais da maçonaria as mulheres encontraram maior projeção nos meios de imprensa. Independente deste fato, uma pesquisa que se paute na atuação feminina no campo intelectual não pode deixar de verificar a imprensa como uma das fontes primárias mais evidentes, sobretudo à salvaguarda de rastros – no sentido que conferira aos documentos Paul Ricouer. Mais ainda, ao vencerem o analfabetismo e migrarem do código oral para o escrito, as escritoras, ingressantes nas lides públicas do periodismo, sob as várias estratégias que iam do anonimato à exposição de sua autoria, tornaram a imprensa um

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 126 a 145, jan. a ago. 2021

“amplificado da voz feminina”, como observa Lousada acerca de Portugal nos primeiros anos do século XX. Algo que, sem dúvida, poderia ser pensado em correlação ao Brasil, por, em acordo à realidade histórica de suas mais variadas unidades federativas, ter sido “semente em terra fecunda e espelha a luta empenhada e sacrificada de tantas mulheres cujas causas mitigadas foram invariavelmente varridas da historiografia” (LOUSADA, 2012, p. 73).

Outro ponto que merece nota em *O Popular* é que nos horizontes literários de suas páginas há a prevalência de autores nordestinos, talvez pelo fato de a classe intelectual da cidade ter estabelecido vínculos de contato e troca de produções tanto com escritores de cidades da região como com os contrerrâneos que moravam em outros estados, alguns dos quais pertencentes a circuitos literários comuns ao *underground* do campo literário brasileiro; outros, porém, inseridos em meios culturais com maior imposição e influência. São os casos dos poetas Esmaragdo de Freitas e Hugo Vítor Guimarães e Silva, ambos naturais de Floriano. O primeiro, formado em ciências jurídicas em Recife, foi crítico literário e cronista na imprensa pernambucana, quando então migrou para o Rio de Janeiro e manteve colaboração congênere nos jornais *A Manhã* e *Leitura*. Seus movimentos pelas praças brasileiras, aliás, eram sempre notificados na seção telegráfica de *O Popular*, indiciando o preito de admiração que editores rendiam a um de seus filhos mais ilustres. Mesmo afastado do estado natal por certo tempo, sua atuação na imprensa do Piauí era uma constante, bem como seu nome lembrado para o quadro societário de importantes instituições piauienses de fomento histórico e cultural, como o Instituto Histórico do Piauí, que o elegeu membro em 19 de novembro de 1920.

O segundo, nascido em 1898, filho do capitão José Guimarães, publicou em Fortaleza, no Ceará, uma coletânea de dezesseis poemas intitulada *Átomo obscuro* (1918). Na capital cearense, onde estudou ciências jurídicas e exerceu o cargo de delegado auxiliar de polícia, Hugo Vítor absorvia a vida literária em meio a instituições de fomento cultural, como o Recreio Literário Soriano Albuquerque, Grêmio Pio X, União Artística Iguatuense, Sociedade Cearense de Geografia e História, Instituto Histórico do Ceará, Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, Gabinete de Leitura Gustavo Barroso. Exerceu ainda atividade jornalística ao editar a revista *A Conquista* e o jornal *A Semana* (de Iguatu), e participar de outros veículos, como *O Argus*, *A Nota*, *A Cultura Acadêmica*, *Almanaque do Ceará*, *O Nordeste*, *Correio do Ceará*, *Gazeta de Notícias*, *O Povo*, *O Estado* e *Unitário*. Em seu estado de origem, também foi membro de importantes instituições, dentre elas Instituto Histórico e Geográfico

Piauiense. Assim, em outros espaços, participou como membro-correspondente da Sociedade Geográfica de Cuba e do Instituto Histórico e Genealógico de São Paulo.

Ainda na capital cearense, alimentou amizades com figuras exponenciais, como o historiador Gustavo Barroso, membro da Academia Brasileira de Letras, que, um ano após a morte do piauiense, comentou no jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro: “Há muitos corações em Fortaleza que batem no mesmo ritmo que o meu. Entre os mais próximos estava o desse boníssimo e inteligentíssimo Hugo Vítor”, e continua, “evoco-o no fundo da minha saudade com sua tez morena e pálida, com seu riso franco, com seu olhar irônico, o cigarro na boca e a alma sempre pronta a compreender a beleza e a praticar a bondade”⁷.

Porque a passagem pelo Instituto Histórico do Ceará foi um dos capítulos mais importantes na vida de Hugo Vítor, este fato merece aqui mais uma atenção, em especial nos anos de 1930, quando se tornou um dos colaboradores da *Revista do Instituto do Ceará*, tendo como confrades e colegas de redação os mais significativos intelectuais do Ceará de então, a citar Djacir Menezes, um dos primeiros estudiosos a se dedicar a ensaiar, em livro (*O outro Nordeste*, 1937), a recém-definida região nordestina; Thomas Pompeu Sobrinho, as escritoras Maria Rodrigues Peixe (a Alba Valdez) e Rachel de Queiroz, os folcloristas Leonardo Mota, o potiguar Luiz da Câmara Cascudo, o historiador Raimundo Girão, entre outros.

Escritores piauienses pertencentes não a Floriano, mas a outros circuitos literários, também podem ser citados, inclusive por suas atuações tanto no campo literário quanto no político. A começar por João Crisóstomo da Rocha Cabral, poeta e crítico literário, autor de um dos mais fecundos ensaios a respeito da literatura piauiense na primeira metade do século XX, “A vis poética na literatura piauiense”, proferido em 1938. Cabral, enquanto cursava ciências jurídicas na Faculdade de Direito de Recife, foi um dos piauienses com significativa atuação na vida literária e cultural da capital pernambucana oitocentista. Oriundo de Jerumenha, na passagem do século XIX para o século XX conheceu a evolução histórica de Floriano e testemunhou a manifestação de poetas populares na ainda Colônia de São Pedro de Alcântara, dando destaque a Jesuíno da Silva, “poeta popular, de muito poucas letras, mas loquaz e escrevinhador indefesso, quase lunático, do qual recebi as confidências literárias e um caderno contendo, em vistosa caligrafia, composições poéticas de sua lavra, que me disseram inesgotável” (CABRAL, 1940, p. 130). O valor histórico dessa nota se deve ao registro mais antigo que se tem de um poeta, ainda no século XIX, com atuação na antiga vila

⁷ “Saudade duma alma”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, RJ, ano 10, n. 3.021, 8 jun. 1951, p. 4. Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 126 a 145, jan. a ago. 2021

florianense, antes mesmo da cidade assistir à estruturação de seu circuito literário nas primeiras décadas do século XX, como aqui se tem apresentado.

Também comungava de relações cordiais com os intelectuais instalados em Floriano o escritor piauiense Luiz Carvalho. Em várias ocasiões o poeta esteve na cidade, sobretudo neste recorte de investigação, período em que atuava na imprensa da capital maranhense e estabelecia os elos necessários entre os escritores do Maranhão e do Piauí – papel este desempenhado ao longo dos anos de 1920, com se nota ao analisar seus trabalhos como secretário do matutino *Jornal da Manhã*, que corria aquele estado. Assim como os demais conterrâneos que se fixaram em outras terras para fins de trabalho ou estudo, as visitas ao Piauí (nas mais diferentes cidades: Parnaíba, Teresina, Floriano e Oeiras), bem como as esporádicas colaborações à imprensa, tanto de Parnaíba como de Teresina, demonstram que Luiz Carvalho não estava desligado do campo literário piauiense.

O MAINSTREAM DO CAMPO LITERÁRIO NACIONAL EM O POPULAR

Dos poetas que compunham a seleção dos editores Daniel e José Pires Ferreira, de 1918 a 1921, é possível citar também alguns pertencentes ao *mainstream* literário nacional, como o sonetista Olegário Mariano. Pernambucano, de Recife, seu nome não era desconhecido entre os intelectuais piauienses, encontrando reverberação nas páginas da imprensa teresinense, sobretudo no jornal *O Arrebol*, em sua terceira fase, referente aos anos de 1920. Importante acrescentar que Mariano, enquanto protagonista do eixo Rio-São Paulo, fora eleito em 1926 para a Academia Brasileira de Letras, antecedendo seu primo, Manuel Bandeira, alçado à imortalidade acadêmica em 1940. Olegário encontrou vasta audiência na imprensa carioca e tinha boas relações com os escritores do Nordeste: em 1927, por exemplo, dividiu espaço com Berilo Neves, outro piauiense, de Parnaíba, na revista *Careta*.

A imprensa piauiense desse mesmo recorte rendeu homenagem e admiração a outro nordestino do *mainstream* de sua época, o escritor maranhense Coelho Neto, que assina seção folhetinesca no jornal *O Popular*, talvez extraída da imprensa do Rio de Janeiro, onde esse prosador tinha forte atuação.

Este artigo não visa esgotar as análises nem os nomes, importante, porém, destacar que no recorte empreendido, dos mais de cem nomes identificados nas páginas de *O Popular*, a minoria estava inscrita no *mainstream* das letras nacionais. Afora os nomes já citados, é possível citar, entre outros igualmente conhecidos, vivos e mortos: Alberto de Oliveira,

UNDERGROUND E MAINSTREAM DO CAMPO LITERÁRIO NACIONAL EM O POPULAR, DE FLORIANO¹

Valentim Magalhães, Augusto de Lima, Belmiro Braga, Hermes Fontes, Humberto de Campos, Medeiros Albuquerque, Luís Edmundo, Mário Pederneiras, Olavo Bilac e Rui Barbosa; e, do campo literário piauiense, Abdias Neves, João Francisco Ferri, Lucídio Freitas e Nei da Silva.

O quadro a seguir procura sintetizar os achados da pesquisa. Para além do elenco e sua organização, ele também permite a visualização de segmentos importantes, como origem dos escritores (região, estado e município), nomes e possíveis pseudônimos, data de publicação em *O Popular*, título da produção literária e seu consequente gênero. Para efeito de estudo, centra-se o referido no recorte aqui empreendido e nos nomes cujos dados foram localizados a partir de uma investigação em fontes primárias e/ou secundárias; dispensando, portanto, aqueles cujos dados ficaram incompletos ou de difícil confirmação.

142

PRODUÇÕES E ESCRITORES DO MAINSTREAM E DO UNDERGROUND DO CAMPO LITERÁRIO NACIONAL PUBLICADOS EM O POPULAR (1918-1921)						
REG	UF	CIDADE	AUTOR	DATA	TÍTULO	GÊNERO
NORDESTE	AL	Maceió	Amplilóphio de Oliveira Melo, 1895-1970 (Jaime de Altavila)	6 jun. 1920	Onda que volta ao mar	Soneto
			Rosália Sandoval, 1876-1956	20 jul. 1919	A janela	Quartetos
	BA	Salvador	Américo Moreira, 1856-1927	10 out. 1920	Brinde de honra	Soneto
			Antônio Augusto de Mendonça, 1830-1880	5 set. 1920	Esperança e amor	Soneto
			Rui Barbosa, 1849-1923	7 set. 1919	Credo político	Oração
		Itaparica	Xavier Marques, 1861-1942	5 out. 1919	Amor próprio	Soneto
	CE	Acarau	Pe. Antônio Tomás, 1868-1941	22 dez. 1918	Lutas intestinas	Soneto
		Icó	Viana de Carvalho, 1874-1926	16 mar. 1919	Pobres	Conto
	MA	Alcântara	João Franco de Sá, 1888-1922 (Alberto de Jesus)	21 mai. 1921	Enfermo	Soneto
		-	A. Américo César, ???-1912	1 jun. 1919	A surdina	Soneto
		-	Elpídio Santos, ???-???	21 nov. 1920	Sê forte, coração	Soneto
		-	João Teixeira, 1895-1921	28 ago. 1921	História de sempre	Soneto
		São Luís	José Augusto Correia, 1854-1919	13 out. 1918	Regina	Crônica
				1 dez. 1918	A virtude	Crônica
				8 dez. 1918	O abuso de autoridade	Artigo
				29 dez. 1918	A mascarada	Conto
				16 mar. 1919	Mãe-Mulher-Filha	Crônica
				30 mar. 1919	Os dois destinos	Conto
				6 abr. 1919	Panaceias	Conto
				1 jun. 1919	Amai o livro	Crônica

NORTE				7 set. 1919	O cego	Crônica
				26 out. 1919	A hipocrisia	Crônica
				9 nov. 1919	Recordando	Crônica
				14 dez. 1919	Violão	Crônica
			Leonete Oliveira Lima Rocha, 1888-???	2 nov. 1919	A louca	Soneto
	PE	Recife	Armando Vieira da Silva, 1887-1940	13 mar. 1921	Ao meu coração	Soneto
			Vilela de Abreu, ???-???	6 mar. 1921	Saudade	Soneto
			Medeiros e Albuquerque, 1867-1934	25 set. 1921	A luta dos beijos	Soneto
			Olegário Mariano, 1889-1959	13 out. 1918	Felicidade	Soneto
				27 abr. 1919	Dor de recordar	Soneto
	PI	Teresina	Abdias Neves, 1876-1928	11 abr. 1920	Aspectos e perspectivas	Soneto
	RN	Macaíba	Auta de Souza, 1876-1901	6 abr. 1919	O beija-flor	Soneto
		Assu	Olegário de Oliveira Júnior, 1895-????	2 jan. 1921	Soneto	Soneto
	SE	Boquim	Hermes Fontes, 1888-1930	26 jun. 1921	Perpétua	Soneto
	AM	Manaus	Paulino de Brito, 1858-1919	9 nov. 1919	Nobre orgulho	Soneto
	PA	Vigia	Alves de Sousa, 1882-1943	13 jun. 1920	Pérolas perdidas	Soneto
		Jaboatão	José Eustáquio de Azevedo, 1867-1943	11 abr. 1920	Ao entardecer	Soneto
SUDESTE	ES	Alfredo Chaves	José Madeira, 1893-1944	10 out. 1920	A Alguém	Oitavas
	MG	Vargem Grande	Belmiro Braga, 1872-1937	12 jan. 1919	Versos de outrora	Soneto
	RJ	Saquarema	Alberto de Oliveira, 1857-1937	16 out. 1921	Neblina	Soneto
		Magé	Antônio Lamego, 1868-1942	22 ago. 1920	No confessionário	Soneto
		Rio de Janeiro	Valentim Magalhães, 1859-1903	19 dez. 1920	A nau da vida	Soneto
			Luís Carlos da Fonseca M. Barros, 1880-1932	9 fev. 1919	Esfinge	Soneto
			Luís Edmundo, 1878-1961	14 dez. 1919	Soneto	Soneto
			Mário Pederneiras, 1867-1915	24 jul. 1921	Caminhos da vida	Soneto
			Olavo Bilac, 1865-1918	29 jun. 1919	Consolação	Soneto
				10 abr. 1921	A montanha	Soneto
				8 mai. 1921	Desterro	Soneto
	SP	São Roque	Cláudio de Souza, 1876-1954 (Ana Rita Malheiros)	5 set. 1920	Crônica	Crônica
SUL	PR	Bragança	De Castro e Souza, 1891-1934	29 dez. 1918	Amor de mãe	Soneto
				11 jul. 1920	A caridade	Soneto
	RS	Porto Alegre	Múcio Teixeira, 1857-1926	22 jun. 1919	Íntima...	Soneto
				26 set. 1920	O sonho dos sonhos	Soneto
		Rio Pardo	Oscar Pederneiras, 1860-1890	3 out. 1920	Força na fraqueza	Soneto

Uma análise rápida da tabela demonstra que a maior parte dos trabalhos e nomes elencados para ilustrar as páginas de *O Popular* advinha do Maranhão, e não por acaso: além de o Piauí e aquele estado terem várias cidades geminadas, separadas apenas por um rio (o Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 126 a 145, jan. a ago. 2021

Parnaíba), a capital, São Luís, estava ligada às terras piauienses por estreitos vínculos econômicos e intelectuais, centro que serviu de base a vários escritores do Piauí desde as últimas décadas do século XIX, quando migravam para a “Atenas brasileira” em busca de formação; conseqüentemente, integrando-se à vida intelectual desse espaço.

Um segundo ponto a se confirmar é a predominância de autores do então Norte (hoje, Norte e Nordeste) e não do Sul (hoje, Sudeste e Sul). Além disso, a maior parte dos nomes que alcançou audiência em *O Popular* integra-se ao *underground* do campo literário nacional, e não ao *mainstream*, ou quando muito ao *mainstream* regionalizado, resultando de seus escritores alcance de prestígio ou notoriedade a partir de uma estrutura simbólica, como agremiações ou academias de letras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao antepor os dois subcampos aqui referenciados, o *underground* e o *mainstream*, componentes dialéticos do campo literário nacional, o que se percebe em periódicos como *O Popular* é a predominância de nomes pertencentes ao primeiro tipo, sobretudo de autores nordestinos. Analisados os dados em tabela, notam-se ainda outras peculiaridades que valem a pena menção: enquanto os autores inscritos no *underground* atuam predominantemente fora do eixo sobrelevado das letras brasileiras, presos que estavam a encargos vários nas mais distintas cidades e capitais do Norte e do Nordeste; os atuantes do *mainstream*, além de protagonistas intelectuais na capital são ainda sacralizados pela Academia Brasileira de Letras. Para uma ideia clara, dos escritores desse subcampo republicados em *O Popular*, no recorte aqui empreendido, somente um não pertencera à ABL, foi o caso de Hermes Fontes, os demais ou já pertenciam à instituição ou mais tarde ocupariam lá o seu assento: Coelho Neto, Humberto de Campos, Olegário Mariano, Rui Barbosa, Xavier Marques, Augusto de Lima, Valentim Magalhães, Luís Edmundo, Olavo Bilac e Vítor Viana. E desses, seis advinham do Nordeste.

Esta quantidade é diminuta frente aos demais nomes que a folha escalonara no mesmo período do *underground* literário brasileiro, advindos de pelo menos quatro regiões, aqui diferenciadas extemporaneamente, Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, com destaque autores do Maranhão: João Teixeira, José Augusto Correa, Leonete Oliveira Lima Rocha e Vilela Abreu. Apesar de apresentarem uma realidade dificilmente incontestada, essa quantidade não é exata, afinal não se contabilizaram aqui outros tantos escritores que atuaram em Floriano porque

suas procedências ou mínimos traços biográficos se mostraram perdidos ou não registrados nas fontes consultadas: livros, dicionários biobibliográficos, periódicos antigos e sítios de investigação virtual.

Para além da descrição, os dados levantados apontaram para a necessidade de um estudo futuro acerca da relação que esses escritores estabeleceram com estruturas de poder, em especial o político; ou ainda o exercício de funções outras, de sentido mais liberal. Tal visada teria o papel de refletir o cruzamento dos campos simbólico e material e seus consequentes cruzamentos, desdobramentos e interpolações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Manuel. **Andorinha, andorinha**. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

BARROSO, Esther. Primavera. **O Popular**, Florianópolis, PI, ano 10, n. 412, p. 2, 14 ago. 1921.

BARROSO, Gustavo. **Saudade duma alma**. A Manhã, Rio de Janeiro, RJ, ano 10, n. 3.021, p. 4, 8 jun. 1951.

CABRAL, João. A vis poética da literatura piauiense. In: CÂMARA, Adauto; CABRAL, João. **Conferências**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1940. p. 109-208.

CASANOVA, Pascale. **A república mundial das letras**. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade: 2002.

DARNTON, Robert. **Censores em ação**: como os Estados influenciaram a literatura. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GONZALES, Horácio. **O que são intelectuais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOUSADA, Isabel. Elos de progresso científico e social: contributo para a História das Mulheres cientistas em Portugal. In: LOUSADA, Isabel; GONÇALVES, Maria José (orgs.). **Women, Science and Globalization. What's up?** Lisboa: AMONET, 2012. p. 57-85.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**: enunciação, escritor, sociedade. Tradução de Marina Appenzeller. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PONCINS, Léon de. **As forças secretas da revolução**. São Paulo: Castela, 2020.

POUND, Ezra. **ABC da literatura**. Tradução de Augusto de Campos e José Paulo Paes. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SERRANO, Marcos. Espectro solar. **O Popular**, Florianópolis, PI, ano 10, n. 412, p. 1, 14 ago. 1921.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 126 a 145, jan. a ago. 2021

RUI BARBOSA:
A advocacia e os primórdios do constitucionalismo republicano no Brasil

Auricelia do Nascimento Melo¹
Edwar de Alencar Castelo Branco²

RESUMO

Cotejando a vida e a obra do político e jurisconsulto brasileiro Rui Barbosa, o presente trabalho reflete sobre os primórdios do constitucionalismo republicano no Brasil e, ao mesmo tempo, mormente tendo em mente o instituto do *habeas corpus*, ressalta a importância de Barbosa como referência deontológica para a advocacia brasileira.

Palavras - chave: Brasil; Constitucionalismo; Rui Barbosa; Advocacia.

RUI BARBOSA:
Advocacy and the beginnings of the republican constitutionalism in Brazil

ABSTRACT

Appropriating the life and work of political and jurist brazilian Rui Barbosa, this work reflects on the beginnings of republican constitutionalism in Brazil and at the same time, especially bearing in mind the juridic institute of the *habeas corpus*, emphasizes the importance of Barbosa as deontological reference to brazilian advocacy

Key words: Brazil; Constitutionalism; Rui Barbosa; Advocacy.

RUI BARBOSA:
El derecho y los inicios del constitucionalismo republicano em Brasil

RESUMEN

Comparando la vida y obra del político y jurista brasileño Rui Barbosa, este trabajo reflexiona sobre los inicios del constitucionalismo republicano en Brasil y, al mismo tiempo, especialmente teniendo en cuenta el instituto de *habeas corpus*, enfatiza la importancia de Barbosa como referencia deontológica para la ley brasileña.

Palabras llave: Brasil; Constitucionalismo; Rui Barbosa; Abogacía.

Oração aos moços

¹ Mestre e Doutora em Direito Constitucional. É docente do curso de Direito da Universidade Estadual do Piauí e Centro Universitário Uninovafapi. E-mail: auricelianascimento@ccsa.uespi.br

² Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, é Mestre, Doutor e Pós-Doutor em História. Professor Associado Na Universidade Federal do Piauí. E-mail: edwar2005@uol.com.br e edwar@pq.cnpq.br.

Na Constituição brasileira, a mão sustentadora das leis, aí a temos, hoje, criada, e tão grande, que nada lhe iguala a majestade, nada lhe rivaliza o poder. Entre as leis, aqui, entre as leis ordinárias e a lei das leis, é a justiça quem decide, fulminando aquelas, quando com esta colidirem.

(Barbosa. 1921)

INTRODUÇÃO

147

Rui Barbosa, político e jurista brasileiro³ com grande projeção nacional e internacional entre o final do século XIX e o início do século passado, é, ainda hoje, uma referência importante para operadores do Direito de modo geral. Em 1948, em plena guerra fria e passadas duas décadas e meia desde sua morte, Rui Barbosa, por escolha unânime do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, foi nomeado "Patrono dos Advogados Brasileiros".

Aproximando-se o centenário de sua morte, é ainda plenamente justificável o estudo de sua obra jurídica, mormente de seu labor constitucionalista, pois quando se discute sobre falta de fidelidade aos princípios, questões éticas e reformas políticas, pode-se encontrar em Barbosa um manancial de ensinamentos de imperecível fecundidade.

Nos trabalhos forenses, na oratória parlamentar, no jornalismo, na tribuna popular, na diplomacia, em todos estes gêneros Barbosa é reconhecido como um expoente. E a esta multiplicidade de campos de atuação junta-se ainda dois elementos que multiplicam imensamente o volume da sua vasta e variada produção, uma das maiores da literatura jurídica brasileira: uma capacidade de trabalho excepcional e uma vida pública que se iniciou na adolescência e se prolongou até o momento de sua morte, em 1923, aos setenta e quatro anos de idade.

Barbosa teve papel de destaque na elaboração da Constituição de 1891. Antes da instalação dos trabalhos da Assembleia Constituinte – que só foram iniciados um ano depois da proclamação, em 15 de novembro de 1890 –, Barbosa redigiu os atos institucionais da República,

³ Rui teve muitos cargos relevantes em sua passagem pela política brasileira, de estudante de direito tornou-se advogado, jurista, foi também jornalista, político, diplomata, ensaísta e orador. Nas palavras de Mario Brockmann Machado (1999), Rui era tido como um trabalhador incansável, que se dedicava ao Direito, à Política, ao Jornalismo e à Diplomacia com igual empenho durante toda sua vida. Fez curso jurídico em Recife, e em meados de 1868 transferiu-se para a Faculdade de Direito de São Paulo. Posteriormente, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde iniciou sua carreira na tribuna e na imprensa, abraçando como causa inicial a abolição da escravidão. Suas diretrizes prevaleceram nas principais reformas de leis e sua cultura modelou as linhas fundamentais da Carta Magna de 24 de fevereiro de 1891.

RUI BARBOSA:
A advocacia e os primórdios do constitucionalismo republicano no Brasil

instrumentos que traduziam as providências iniciais do jovem período republicano, para que não houvesse prejuízo a nenhuma instituição. Na mesma época Barbosa também combateu as propagandas monarquistas, reagiu às reclamações se dedicando a um árduo trabalho que mais tarde estaria concretizado no decreto de 17 de janeiro de 1890.

Como Ministro da Fazenda do Governo Provisório da República, a maior preocupação de Barbosa era com o projeto da Constituição. Uma de suas primeiras medidas, no sentido da construção de um alicerce constitucional para o novo regime, foi a laicização do Estado. Nesta tarefa Barbosa revelaria, ao mesmo tempo, seu talento diplomático e seu tato político, pois em um país sabidamente de maioria católica essa medida poderia ser um risco. Inspirado no federalismo americano Barbosa procurava justificar que só com uma União forte poderíamos triunfar sobre o atraso e colocar o país numa era desenvolvimentista. Nesse sentido, defendia a União contra os excessos do Estado.

O ponto de vista da necessária soberania constitucional Barbosa o expressou ao longo de toda a sua vida, fosse como jurisconsulto, como advogado ou mesmo como político. Dois anos antes de sua morte, em 1921, já bastante doente, Barbosa, ao defender a independência constitucional do judiciário como condição *sine qua non* para a normalidade e a efetividade da constituição brasileira, declinou sua admiração pela república norte americana, para ele modelo a ser seguido:

(...) Dessas democracias o eixo é a justiça, eixo não abstrato, não supositício, não meramente moral, mas de uma realidade profunda, e tão seriamente implantado no mecanismo do régimen, tão praticamente embebido através de todas as suas peças, que, falseando ele ao seu mister, todo o sistema cairá em paralisia, desordem e subversão. Os poderes constitucionais entrarão em conflitos insolúveis, as franquias constitucionais ruirão por terra, e da organização constitucional, do seu caráter, das suas funções, das suas garantias apenas restarão destroços. Eis o de que nos há de preservar a justiça brasileira, se a deixarem sobreviver, ainda que agredida, oscilante e mal segura, aos outros elementos constitutivos da república, no meio das ruínas, em que mal se conservam ligeiros traços da sua verdade. Ora, senhores, esse poder eminentemente necessário, vital e salvador tem os dois braços, nos quais aguenta a lei, em duas instituições: a magistratura e a advocacia, tão velhas como a sociedade humana, mas elevadas ao cem-dobro, na vida constitucional do Brasil, pela estupenda importância, que o novo régimen veio dar à justiça.⁴

⁴ BARBOSA, Rui. **Oração aos moços**. Edição popular anotada por Adriano da Gama Kury. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997. p. 37

Deodoro da Fonseca, provavelmente o personagem de maior projeção no imaginário brasileiro sobre a proclamação da República, queria no texto constitucional republicano a possibilidade de dissolução do Congresso Nacional, medida que Rui Barbosa combateu, conseguindo demover o velho Marechal da ideia, com isso garantindo uma normalidade democrático-constitucional à transição de regimes. Ainda em decorrência deste esforço normatizador de Barbosa a Constituição provisória de 1890 e o decreto de nº 848 já estabeleciam o controle constitucional difuso, inspiradas no *judicial review* do direito norte-americano. Neste particular, segundo Bonavides “Rui Barbosa inaugurou outro farol político e constitucional, aquele do modelo americano, estabelecido pelos fundadores da União Americana”.⁵

Rui Barbosa nasceu em 1849, na Bahia e em sua formação mental e espiritual, nenhuma influência sobrelevou a de seu pai, José Barbosa. No incentivo aos estudos e na formação do caráter o seu genitor teve papel de destaque e reconhecimento por Barbosa durante toda a sua vida, sendo recíproca esta admiração entre pai e filho, que se pareciam tanto fisicamente quanto no gênio impetuoso e irresignado. Mas ao mesmo tempo, os dois tinham maneiras muito polidas e educadas, igualando-se também no serem estrategistas no enfrentamento às questões de Estado⁶.

Barbosa matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife em março de 1865, transferindo-se em 1867 para a cidade de São Paulo, onde fez os três últimos anos do curso. Em 1876 casou-se com Maria Augusta Viana Bandeira, companheira de todos os momentos da vida. Neste mesmo ano traduziu e publicou a obra *O Papa e o Concílio*, que, apesar de não lograr o êxito financeiro esperado, obteve grande repercussão. O *Diário do Rio de Janeiro*, um jornal então muito prestigiado, atribuiu à introdução, escrita por Barbosa e que contava com 285 páginas, importância maior do que a da própria obra alemã traduzida.

A ação parlamentar de Rui Barbosa iniciou-se juntamente com a ascensão do Partido Liberal, no qual então militava. Em 1878, quando já se insinuava a crise do sistema monárquico, seria eleito para uma cadeira na Assembleia Provincial da Bahia, aí permanecendo apenas durante uma legislatura. Na eleição seguinte ascenderia à posição de deputado geral.

Em seis anos de Parlamento conquistou uma posição primacial nas esferas políticas e intelectuais do país. Colaborou ativamente na reforma eleitoral, tema em que, em torno do

⁵ BONAVIDES, Paulo. A evolução constitucional do Brasil. **Estudos Avançados**, v. 14, nº. 40 São Paulo, Set./Dez. 2000. p. 171.

⁶ BARBOSA, Rui. **A imprensa e o dever da verdade**. São Paulo: Com-Arte/Edusp, 1990. Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 146 a 158, jan. a ago. 2021

RUI BARBOSA:
A advocacia e os primórdios do constitucionalismo republicano no Brasil

"projeto saraiva", aprovado em 1881, expressou sua crença nas virtudes republicanas. Foi, no mesmo sentido, autor de um plano de reforma do ensino em 1882, o qual não chegou a ser aprovado. Em 1884 foi encarregado pelo Ministério Dantas de elaborar o projeto de abolição do trabalho escravo.

Entregou-se, logo após, à propaganda federalista, de que se tornou liderança indiscutível, principalmente em sua campanha jornalística pelo *Diário de Notícias* em 1889. Não encontrando abrigo para a sua bandeira sobre a federação em nenhum dos partidos monárquicos, inclusive no seu próprio, do qual pouco a pouco se afastaria, foi crescentemente aderindo à República, de cujo primeiro governo – o governo provisório – foi o vice-chefe e Ministro da Fazenda.

Com esta configuração biográfica Barbosa foi o principal autor do projeto da primeira constituição republicana. Apresentado à Constituinte de 1890, tal projeto infundia, na constituição brasileira, as linhas mestras do sistema presidencial americano, baseado no contraste do poder judiciário sobre os demais ramos do governo.

A experiência no governo, entretanto, proporcionou amargas decepções a Barbosa, que aceitara o convite para atuar nessa área pensando ter alcançado a oportunidade para realizar as ambições do seu espírito inquieto e sonhador, mas só encontrou ódio e incompreensão aos seus atos, tendo sido injustamente acusado de enriquecimento ilícito, mesmo sem ostentar qualquer patrimônio. Defensor brilhante, Barbosa, pessoalmente, fez então o que chamou de “legítima defesa”:

Está mesmo nos interesses da mentira a brevidade em investir e saltar; pois, quanto mais encolhida, menos dará por onde acolham. Mas, justamente porque nada miudeia, nada restringe, e não distingue nada, por isso mesmo obriga ela o caluniado a varrer todo o espaço da sua vida, abrangível no vago e amplo da refalsada assacadilha. Ora esse campo, no meu caso, era o de uma existência, por onde, vai para mais de quarenta anos, se precipitam, quase em torrente, idéias e atos, agitações e lutas, reveses e conquistas, de que a história do país guarda vestígios sensíveis. E toda essa extensão me era necessário inquirir, correr, esquadrinhar, para tirar a limpo a minha inocência, com os passos do meu caminho, com os documentos da minha ação, com os pedaços da minha vida.⁷

Coube-lhe, ainda, completando com a prática a obra doutrinária, ser o advogado que primeiro recorreu à justiça pedindo o julgamento de atos legislativos e do executivo, em *habeas-*

⁷ BARBOSA, Rui. **Legítima defesa**. In: BARBOSA, 1990. Op cit. p. 18.
Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 146 a 158, jan. a ago. 2021

corpus famosos que constituem peças fundamentais na interpretação do estatuto político de 1891⁸.

Em sua intransigência na defesa dos princípios constitucionais e na sua obediência aos textos legais, iniciou uma campanha contra o governo de Floriano Peixoto, lançando suas críticas através de textos veiculados pelo *Jornal do Brasil*. Por este seu posicionamento, de defesa dos oprimidos contra a tirania na imprensa, no senado e nos tribunais, foi declarado suspeito de ligação com o movimento revolucionário contra o governo que eclodiu em 1893 – A revolta da Armada. Assim, não lhe coube outro recurso, senão o exílio, a princípio no Chile, depois na Argentina, em Portugal e, finalmente, na Inglaterra.

Ao retornar do exílio, toda a sua obra na república foi de pregação, de ambição de reformas e de luta incessante pela justiça. Entre as suas várias atividades políticas, uma das mais relevantes foi o papel que desempenhou na política exterior do Brasil. Em Haia⁹, em 1907, como chefe da Delegação Brasileira à Segunda Conferência da Paz, defendeu tenazmente o princípio da igualdade jurídica das nações, enfrentando com êxito, que se tornou lendário no Brasil, as mais prestigiosas figuras do conclave e os delegados das grandes potências.

Tomando uma atitude de defesa desse princípio jurídico e rejeitando, para sustentá-lo, concessões das grandes potências que representariam êxitos diplomáticos momentâneos; agiu realmente como apóstolo de um ideal humano superior, que só agora, já na segunda década do terceiro milênio da era cristã, começa a revelar toda a sua transcendência.

Destas atitudes, lhe adveio um renome internacional que lhe valeu, em 1921, a eleição, pelo Conselho da Liga das Nações para compor a Corte Permanente de Justiça Internacional, por uma votação que superou a de todos os demais candidatos. Por duas vezes candidato da oposição derrotado à presidência da República em 1910 e 1919, encarnou continuamente no Senado a alma popular inconformada e independente.

⁸ BOECHAT RODRIGUES, Leda. **História do Supremo Tribunal Federal** (1900-1910) Defesa do federalismo, Rio, Civilização Brasileira, 1968.

⁹ Em 1907, o czar da Rússia convocou a 2ª Conferência da Paz, em Haia, o Barão do Rio Branco, no Ministério das Relações Exteriores, escolheu primeiramente Joaquim Nabuco para chefiar a delegação brasileira, mas a imprensa e a opinião pública lançaram o nome de Rui Barbosa. Seu papel em Haia foi de grande importância. Defendeu tenazmente o princípio da igualdade jurídica das nações, enfrentando irredutíveis preconceitos das chamadas grandes potências. Agiu realmente como apóstolo de um ideal humano. Foi nomeado Presidente de Honra da Primeira Comissão, teve seu nome colocado entre os “Sete Sábios de Haia”. Destas atitudes, lhe adveio um renome internacional que lhe valeu, em 1921, a eleição pelo Conselho da Liga das Nações para compor a Corte Permanente de Justiça Internacional, por uma votação que superou a de todos os demais candidatos.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 146 a 158, jan. a ago. 2021

RUI BARBOSA: **A advocacia e os primórdios do constitucionalismo republicano no Brasil**

A sua primeira candidatura à presidência da República, a chamada "Campanha Civilista", é considerada um movimento político de amplitude até então inédita no Brasil, vez que atingiu praticamente todas as classes em todo o país, sendo que o fracasso da campanha com a vitória do marechal Hermes da Fonseca, contra evidente manifestação da vontade nacional, é a origem de uma corrente de indignação contra a velha máquina política, viciada e fraudulenta.

Na maturidade da vida, desiludido e cético quanto à política, Rui em 1921 resolveu abandonar a cadeira no Parlamento, e justificava sua posição de desesperança ao verificar que a política contrariava seus princípios e lealdade que reunira na sua formação ética, revelando este ceticismo, Barbosa estava mais uma vez sendo sincero, e como ele mesmo costumava dizer, a política brasileira não é, do seu ponto de vista, palco adequado para sinceridades.

Rui Barbosa faleceu em 1.º de março de 1923 na cidade de Petrópolis. Seus funerais, promovidos pelo Governo da República, contaram com honras de chefe de Estado. Em 20 de dezembro de 1948, Rui Barbosa foi aclamado pelo Conselho Federal da Ordem do Brasil como Patrono dos Advogados Brasileiros. Conforme avalia corretamente Otto Gil, houve razões de sobra para esta atitude, vez que

não são, apenas, os trabalhos forenses, os pareceres jurídicos, a revisão do Código Civil, que fazem Rui sempre presente aos Advogados. Ao lado dessa fecunda produção doutrinária, lugar de merecido destaque têm para nós, as suas lições de Ética Profissional, dadas quando não se sonhava sequer com o Código de Ética e Advocacia.¹⁰

É impressionante a atuação de Barbosa como profissional do fôro, defrontando-se em espetaculares debates como os maiores advogados de sua época, esmagando os seus adversários com esmero de seus arrazoados. Também na polêmica em torno da redação do Código Civil, Rui ensinou aos advogados que o conhecimento do vernáculo é indispensável ao bom manuseio dos textos da lei, tanto quanto à sua interpretação.

O DEVER DO ADVOGADO

¹⁰ GIL, Otto. A eterna presença de Rui na vida jurídica brasileira. **Revista de informação legislativa**, v. 7, n. 25, p. 65-76, jan./mar. 1970. p. 70.

Na carta que escreveu a Evaristo de Moraes, intitulada *O dever do Advogado*, Rui indicava diretrizes seguras para a exata e integral observância das regras de deontologia forense. Essa carta, que as antologias registram, contém ensinamentos que os Advogados ainda hoje se prezam de guardar, como regras complementares de seu Código de Ética Profissional.

As palavras de Rui¹¹ com que ele conceitua a profissão e a eleva a um verdadeiro apostolado, retrata a sua obstinação na busca da realização da justiça, ao proferir a defesa de um réu no tribunal do júri ele defendia a seguinte posição:

Tratando-se de um acusado em matéria criminal, não há causa em absoluto indigna de defesa. Ainda quando o crime seja de todos o mais nefando, resta verificar a rova; e ainda quando a prova inicial seja decisiva, falta, não só apurá-la no cadinho dos debates judiciais, senão também vigiar pela regularidade estrita do processo nas suas mínimas formas. Cada uma delas constitui uma garantia, maior ou menor, da liquidação da verdade, cujo interesse em todas se deve acatar rigorosamente.¹²

Com esta mesma convicção, Barbosa voltou ao tema na célebre Oração aos Moços, quando ao final do discurso de paraninfo lido na Faculdade de Direito de São Paulo, em 29 de março de 1921, ainda que não tenha comparecido pessoalmente, mas em mensagem dirigida aos paraninfos, mais uma vez reforçou o dever ético que o profissional do Direito deve permear ao lidar no atribulado regateio do expediente forense e destacou vários mandamentos do advogado, entre os quais o de jamais se subtrair à defesa de causas impopulares, nem à das perigosas quando justas.

Estas lições de ética profissional se completam com as que se dessumem do discurso que proferiu no Instituto dos Advogados Brasileiros, ao tomar posse como membro efetivo em 1911, quando disse:

¹¹ O Arquivo do Senado, em Brasília, guarda todos os discursos que Ruy pronunciou como senador da República, incluindo suas “aulas” de política. Até então, nenhum parlamentar havia tido a ousadia de botar o dedo na cara dos poderosos do país com tanta veemência.

Em 1893, ele explicou que o governo, ainda que respaldado pela maioria, jamais teria o direito de esmagar a minoria. Era a época em que o marechal Floriano Peixoto, numa espécie de ditadura militar, perseguia de forma implacável seus adversários (Agência Senado). Aprecio devidamente o valor das maiorias neste sistema de governo. Conheço-lhes a significação nas democracias modernas. Curvo-me à sua autoridade constitucional. As maiorias são a força. As maiorias são a autoridade. As maiorias são a lei. Mas, em assunto político, as maiorias não são, muitas vezes, mais do que a paixão e a injustiça. Não confere a nenhum sistema de governo o direito despótico e absoluto das maiorias. Ele é, muitas vezes, ocasional e precário. Reduzida a uma minoria, reduzida mesmo a uma unidade, uma opinião pode valer mais do que os decretos ditatoriais das maiorias.

¹² BARBOSA, Rui. **O dever do advogado**. Carta a Evaristo de Moraes 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2002. p. 19.

RUI BARBOSA: A advocacia e os primórdios do constitucionalismo republicano no Brasil

Duas profissões tenho amado sobre todas: a imprensa e a advocacia. Numa e noutra me votei sempre à liberdade e ao direito. Nem numa nem noutra, conheci jamais interesses ou fiz distinção de amigos a inimigos, toda vez que se tratava de servir ao direito ou à liberdade.¹³

São estas as lições imperecíveis de Rui Barbosa: a defesa indeclinável de seus princípios morais, da liberdade e do Estado de Direito. Segundo Otto Gil, "toda a sua vida e toda a sua obra poderia resumir nesta trilogia: combateu o bom direito; lutou pela liberdade; acreditou na justiça. E, por isso, suas lições ficaram. E vivem".

Aumentam-se o grau de importância de estar sempre revivendo Rui Barbosa por dois fatos: primeiro pela forma relapsa com que a sociedade trata os seus grandes construtores, e segundo por saber que reviver os ensinamentos e estudar a vida de Rui Barbosa, é acima de tudo aprender a viver como Rui Barbosa, esta fonte enorme a ser explorada pelos advogados e cidadãos brasileiros.

Figura política relevante na República Velha Rui Barbosa ganhou projeção internacional durante a Conferência de Paz em Haia (1907), defendendo com brilho a tese brasileira da igualdade entre as nações. Rui preparou uma longa introdução, com uma crítica vigorosa a D. Pedro II por sua atitude em relação à chamada Questão Religiosa.

O HABEAS-CORPUS NA VISÃO DE RUI BARBOSA

O habeas-corpus¹⁴ é uma garantia constitucional de um direito, o direito de locomoção, o direito de ir, vir ou permanecer. Barbosa, em seus comentários à constituição de 1891, doutrina que a expressão garantias constitucionais pode ser tomada em sentido amplo ou restrito. Em sentido amplo seriam as providências que, na Constituição, fossem destinadas a manter os

¹³ Obras Completas de Rui Barbosa. V. 38, t. 2, 1911. p. 45.

¹⁴ Como se sabe, no Brasil, desde o início, sempre houve a ligação direta da política e do direito, em que figuravam diferentes poderes estatais almejando melhorias sociais. Porém três destes poderes, como citados na introdução, eram comandados por um poder supremo, pertencente apenas pela autoridade máxima da época, neste caso, o imperador. O fato é que, por exemplo, se o Poder Legislativo criava uma lei que não agradava ao Imperador, ela era então extinta, ou seja, de nada adiantava ter um poder específico para aplicar leis se elas sempre dependeriam da vontade de outro poder, ficando submissas, de forma oculta, a figura do imperador. Até 1891 era assim que funcionava a política e o direito, mas, no referido ano Rui implantou novidades na constituição. Ele persistiu para que este poder fosse extinto, pois, de certa forma, violava qualquer direito do povo, quem ficava "sem voz", já que o imperador sempre passaria por cima de todas as decisões tomadas por outros poderes. O então poder moderador foi extinto, restando apenas os três poderes com suas funções delimitadas.

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 146 a 158, jan. a ago. 2021

poderes no jogo harmônico das suas funções, no sentido contrabalançado das suas prerrogativas. Em sentido estrito, tais garantias seriam as defesas postas pela Constituição, direitos especiais do indivíduo, formando um sistema de proteção da segurança da pessoa humana, da vida e da liberdade desta.

A Constituição do império, de 1824, embora revelasse preocupação com a liberdade individual, não chegou a formalizar, expressamente, a garantia dessa liberdade. Isto se explica: referida constituição foi haurida junto à doutrina francesa, que, em bora brilhante no enunciado das liberdades abstratas, não teve o pragmatismo que tiveram os ingleses de não apenas prever direitos, mas também garanti-los mediante mecanismos constitucionais denominados garantias de direitos.

Com o advento da primeira constituição republicana, de 1891, já pela nítida inspiração do direito norte-americano, que a seu turno reconhecia o *habeas-corpus* desde 1877, nosso ordenamento constitucional consagrou definitivamente o instituto, em seu artigo 72 §22: “Dar-se-à o *habeas-corpus* sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência ou coação por ilegalidade ou abuso do poder”.

A contribuição de Rui Barbosa para o pensamento constitucional brasileiro é de indiscutível relevância, pois embora o *habeas-corpus* seja voltado à proteção da liberdade física do indivíduo, preservando-o contra quaisquer das modalidades que possam ofendê-la ou pô-la em perigo, no Brasil, todavia, no período de 1891 a 1926, assistiu-se a uma ampliação da incidência desta medida constitucional, de tal sorte que por meio dela tornaram-se defensáveis jurisdicionalmente outros direitos.

Bastava para tanto que o exercício destes ficasse na dependência da liberdade de locomoção física. Como se pode observar o *habeas-corpus* passou, então, a tutelar, no plano judicial, o direito de ir, vir e permanecer, ainda quando este pudesse, na simples condição de direito-meio, ser afetado apenas de modo reflexo, indireto ou oblíquo. O mentor intelectual desta doutrina foi Rui Barbosa, e a mesma deixa de vigorar com a grande reforma constitucional de 1926, que dá uma redução tal ao instituto de sorte a restringi-lo ao seu figurino clássico.

A partir de 1934, surge o mandado de segurança, o que elimina as reais causas que estiveram por detrás da formulação da teoria brasileira do *habeas-corpus*. O mandado de Segurança, assim, passa a suprir a ausência de meios adequados para a proteção de outros direitos que não o da locomoção. Com a garantia instituída na Constituição de 1934, tornam-se

RUI BARBOSA:
A advocacia e os primórdios do constitucionalismo republicano no Brasil

protegidos os demais direitos, desde que líquidos e certos, mesmo quando obliquamente venham a afetar a liberdade pessoal.

Assim o *habeas-corpus* foi utilizado por Rui Barbosa como um instituto para tutelar uma gama infindável de direitos, sempre utilizado como parâmetro de democracia. Como cultor e amante incondicional do Direito, foi a carreira de advogado um dos pontos culminantes de sua vida, engrandecendo de tal forma a profissão que veio a ser considerado o *Patrono* dos advogados brasileiros.

Barbosa era muito respeitado no Supremo Tribunal Federal, o qual, por algumas vezes, não estabeleceu limite regimental para o uso da tribuna. Mas foi, sem dúvida, a célebre impetração do *habeas corpus* em favor dos perseguidos pela ditadura do Marechal Floriano, livre e desembaraçado de quaisquer interesses profissionais, mas por iniciativa própria, por não concordar com as atitudes arbitrárias do poderoso Presidente da República, que lhe outorgou notoriedade na vida judiciária brasileira.

Veja-se o seu caráter: além de nada cobrar, não ter sido procurado para o patrocínio, defendeu os direitos dos pacientes que, em sua maioria, eram monarquistas e inimigos pessoais de Rui Barbosa. “Tanto melhor”, dizia Barbosa, ao se referir aos seus clientes, demonstrando a imparcialidade de seu pedido por Justiça.

O pedido foi negado, apenas com um voto moral e solitário do Ministro Pisa e Almeida. Mesmo nessa derrota, Barbosa conseguiu benefícios para a ciência jurídica, formulando a teoria do *habeas corpus* com mais amplitude na época, que a praticada em outros países, inclusive a liberal Inglaterra.

Barbosa legou ainda as doughtas lições de suas célebres petições de *Habeas Corpus* que apresentou ao Supremo Tribunal Federal em 1892 e 1893, em defesa da liberdade de cidadãos, presos em virtude do estado de sítio; a sustentação oral do primeiro desses *Habeas-Corpus*, quando declarou que o verdadeiro impetrante era a nação brasileira, e, ainda, a corajosa crítica ao acórdão do Supremo, na qual Rui demonstrou o desacordo da decisão denegatória.

ORAÇÃO AOS TOGADOS: A ATUAÇÃO DE BARBOSA FRENTE AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

No período de novembro de 1891 até o ano de 1894 o Brasil foi governado pelo Marechal Floriano Peixoto, que combatendo revoltas contra o seu governo tomou medidas repressivas contra seus opositores.

Tornou-se celebre a data de 23 de janeiro de 1892, quando Rui Barbosa proferiu a defesa oral perante o Supremo Tribunal Federal, de um habeas-corpus onde defendeu a liberdade de presos políticos tomados durante o Governo do Marechal Floriano Peixoto. Na sustentação oral que se tornaria lume para gerações de advogados, Barbosa exprime:

Aqui não podem entrar as paixões, que tumultuam a alma humana, porque este lugar é refúgio da Justiça. A Justiça é minha ambição, senhores juízes: a Justiça, para a qual se voltam os interesses contemporâneos, mas que deve coibir igualmente as gerações futuras, ou entregá-las indefesas às intempéries da força, se lhe faltar, de vossa parte, a proteção de um aresto reparador. Meu único pensamento é arrancar às misérias de uma situação inconstitucional, cidadãos inculcados; e se eles têm culpa, entregá-los, aos tribunais.¹⁵

157

Rui Barbosa em sua atuação como advogado tornou-se um expoente por grandes defesas e confecção de peças processuais, em destaque para os habeas-corpus e a realização de Tribunais do Júri que se tornaram verdadeiras lições de conhecimento estudadas pelos profissionais do Direito.

Como um advogado militante Rui Barbosa galgou cargos e posições na conjuntura política do país que lhe renderam várias referências e homenagens, uma delas foi a eleição para o cargo de Presidente do Instituto dos Advogados em novembro de 1914, quando, ao ser empossado, proferiu um honroso discurso, em que analisou a importância do Supremo Tribunal Federal e a Constituição brasileira, e mais uma vez destacou o papel do advogado, invocando os valores da liberdade e lealdade no afã do trabalho do profissional que delineia sua profissão como sacerdócio. Por toda a sua atuação Barbosa é um nome reverenciado pela contribuição de seu pensamento para a formação de Estado Democrático de Direito.

Para Rui Barbosa, o Supremo Tribunal Federal merecia toda a proteção por ser a única instituição capaz de conter os eventuais interesses políticos do presidente da República e do Congresso Nacional. Ele, como senador constituinte em 1890 e 1891, foi decisivo para que o STF ganhasse a incumbência, válida até hoje, de atuar como guardião da Constituição

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁵ BARBOSA, Rui. **Obras seletas**. Vol. IX. FCRB: São Paulo, 1958, p.16.
Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 146 a 158, jan. a ago. 2021

RUI BARBOSA:
A advocacia e os primórdios do constitucionalismo republicano no Brasil

Como demonstrado, é sólida a participação de Rui Barbosa na construção do pensamento constitucional brasileiro, bem como na modernização da advocacia no país. O presente escrito se propôs a fornecer elementos informativos sobre a perenidade da obra e dos ensinamentos de Rui Barbosa, pretensamente oferecendo subsídios para a análise crítica e construtiva de uma contemporânea visão da vida ilibada e tão produtiva deste importante jurista brasileiro.

Mas, acima de tudo, a máxima satisfação que permeia a realização deste trabalho foi a oportunidade de verificar a obra de um advogado atuante e em consonância com os preceitos éticos e disciplinares na defesa dos direitos de seus constituintes.

Ruy assumiu o papel de professor político não somente no Parlamento. Para alertar a sociedade e tentar reverter os abusos dos governantes, ele também fez uso sistemático do habeas corpus nos tribunais (como advogado) e dos artigos de opinião na imprensa atuando como jornalista.

Fica para o pensamento jurídico de todos os operadores do direito a reverência a um baluarte nacional que durante a sua vida profissional sempre colocou em prática valores tais como honestidade, lealdade e acima de tudo a aplicação da lei no seu papel de advogado, sempre velando pela defesa das causas que abraçava e fazendo de suas peças processuais, a exemplo dos habeas-corpus, um verdadeiro manancial de onde brotava o direito na plenitude da justiça que apregoava em seus arrazoados.

A ATUAÇÃO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE EM CAXIAS/MA NA DÉCADA DE 1970: uma análise sob o olhar de Eulina Moraes da Silva.

Tamara Fernanda Mendes da Silva¹

Antonia Valtéria Melo Alvarenga²

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em Caxias - MA na década de 1970, em relação a pauta de direitos humanos, definidas pelos grupos de resistência ao modelo político autoritário no país. As CEBs “são comunidades atuantes socialmente, que em certos lugares são o único canal de expressão e mobilização popular. Organizam abaixo-assinados, trabalhos conjuntos, roças comunitárias, caixas comunitárias, iniciativas de resistência à exclusão das terras, entre outras atividades sociais. Mesmo quando há outros movimentos populares, as CEBs colocam-se em articulações com estes, fornecem membros e lideranças, apoio e críticas (BOFF, 1982, p.201)”. Desde a década de 50, a Igreja apoia, no Maranhão, a organização sindical, principalmente aos trabalhadores rurais, principais atores dessa história de criação das CEBs. A “opção preferencial pelos pobres” concatenou-se a um estilo de ser Igreja baseado nas Comunidades Eclesiais de Base, que foram bastante difundidas no Maranhão e especialmente em Caxias, desde os anos 70. A dimensão política das CEBs contribuiu significativamente no processo de formação das lideranças do movimento social, inclusive, nos sindicatos. Essas comunidades mobilizavam-se a partir de grupos de rua, associações, círculos bíblicos, cursos, núcleos familiares, entre outras formas, incorporando a metodologia educativa de Paulo Freire e despertaram a consciência crítica da população caxiense para uma melhor qualidade de vida, com anseios e esperanças libertadoras. Para a concretização deste trabalho, foram feitas pesquisas tanto bibliográficas como de campo; usou-se os seguintes autores: (BARBOSA, 2007); (PEREIRA, 2013); (SILVA, 2002) que trabalham com essa temática; e como fonte principal, uma entrevista com uma das integrantes e organizadoras das Comunidades Eclesiais de Base na cidade de Caxias: dona Eulina Moraes da Silva.

Palavras-chave: Atuação; Comunidades Eclesiais de Base; Caxias.

EL DESEMPEÑO DE LAS COMUNIDADES ECLESIALES CON BASE EN CAXIAS / MA EN LOS 70: un análisis desde la perspectiva de Eulina Moraes da Silva.

RESUMEN:

Este estudio tiene como objetivo analizar el desempeño de las Comunidades Eclesiales Básicas (CEB) en Caxias - MA en la década de 1970, en relación a la agenda de derechos humanos, definida por los grupos de resistencia, al modelo político autoritario en el país. “Las CEB son comunidades socialmente activas, que en determinados lugares son el único canal de expresión y movilización popular. Organizan peticiones, trabajos conjuntos, huertos comunitarios, palcos comunitarios, iniciativas para resistir la exclusión territorial. Si hay otros movimientos populares, las CEB se articulan con ellos, aportando

1 Graduada em Licenciatura Plena em História, da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. E-mail: fernandasilva037@gmail.com

2 Professora Adjunta dos Cursos de História da UEMA e da UESPI. E-mail: valterialaval2@gmail.com

miembros y liderazgo, apoyo y crítica” (BOFF, 1982, p.201). Desde los años 50, la Iglesia ha apoyado, en Maranhão, la organización sindical, principalmente a los trabajadores rurales, actores principales en esta historia de creación de las CEB. La “opción preferencial por los pobres” estuvo ligada a un estilo de Iglesia basado en las Comunidades Eclesiales de Base, generalizadas en Maranhão y especialmente en Caxias, desde los años 70. La dimensión política de las CEB contribuyó significativamente al proceso de formación de los líderes. del movimiento social, incluidos los sindicatos. Estas comunidades se movilizaron desde grupos de calle, asociaciones, círculos bíblicos, cursos, núcleos familiares, entre otras formas, incorporaron la metodología educativa de Paulo Freire y despertaron la conciencia crítica de la población de Caxias do Sul por una mejor calidad de vida, con aspiraciones y esperanzas liberadoras. Para llevar a cabo este trabajo se realizaron investigaciones tanto bibliográficas como de campo; se utilizaron los siguientes autores: (BARBOSA, 2007); (PEREIRA, 2013); (SILVA, 2002) quienes trabajan con este tema; y como fuente principal, una entrevista a una de las principales miembros y organizadoras de las Comunidades Eclesiales de Base en la ciudad de Caxias: Eulina Moraes da Silva.

THE PERFORMANCE OF THE ECCLESIAL BASE COMMUNITIES (CEBS) IN CAXIAS - MA IN THE 1970: an analysis from the perspective of Eulina Moraes da Silva.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the performance of the Ecclesial Base Communities (CEBs) in Caxias - MA in the 1970s, in relation to the human rights agenda, defined by groups of resistance, to the authoritarian political model in the country. “The CEBs are socially active communities, which in certain places are the only channel of expression and popular mobilization. They organize petitions, joint works, community gardens, community boxes, initiatives of resistance to land. If there are other popular movements, the CEBs are in articulation with them, providing members and leadership, support and criticism” (BOFF, 1982, p.201). Since the 1950s, the Church has been supporting the organization of unions in Maranhão, especially the rural workers, the main actors in this history of creation of the CEBs. The preferential option for the poor concatenated with a style of being Church based on the Ecclesial Base Communities, was quite widespread in Maranhão and especially in Caxias, since the 1970s. The political dimension of the CEBs contributed significantly to the formation process of social movement leaders, including the unions. These communities mobilized themselves through street groups, associations, biblical circles, courses, family groups, among other forms, incorporated Paulo Freire's educational methodology and awakened the critical consciousness of the population of Caxias for a better quality of life, with liberating yearnings and hopes. In order to carry out this work, both bibliographic and field research were carried out; the following authors were used: (BARBOSA, 2007); (PEREIRA, 2013); (SILVA, 2002) who work with this theme; and as the main source, an interview with one of the main members and organizers of the Base Ecclesiastical Communities in the city of Caxias: Eulina Moraes da Silva.

Keywords: Acting; Ecclesial Base Communities; Caxias.

A ATUAÇÃO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE EM CAXIAS/MA NA DÉCADA DE 1970: uma análise sob o olhar de Eulina Moraes da Silva.

Introdução

O presente artigo resultou de uma pesquisa cujo objeto foi a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em Caxias - MA, na década de 1970. A origem desse movimento remonta ao ano 1968, quando a “ II Conferência dos Bispos da América Latina, reunida em Medellín Colômbia, propôs a Comunidade Eclesial de Base (CEB) como seu principal instrumento pastoral, ligando a forma comunitária à opção preferencial pelos pobres” (CPDOC). De acordo com Boff (1982, p.201):

As CEBs são comunidades atuantes socialmente. Em certos lugares são o único canal de expressão e mobilização popular. Organizam abaixo-assinados, trabalhos conjuntos, roças comunitárias, caixas comunitárias, iniciativas de resistência à exclusão das terras, etc. Se há outros movimentos populares, as CEBs colocam-se em articulações com estes, fornecem membros e lideranças, apoio e crítica.

No Brasil, como reação às formas políticas autoritárias implantadas nos anos 1960, comprometedoras dos direitos humanos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB passou a apoiar as CEBs e as pastorais Indigenista, da Terra, Operária e da juventude, cujas ações estavam mais expostas à repressão do governo civil- militar. Desse modo, na década de 1970, as CEBs serviram de abrigo àqueles que buscaram amparo para a luta política de resistência, inda que estes organismos estivessem institucionalmente definidos como espaços de natureza religiosa.

A opção por trabalhar com a atuação das Comunidades Eclesiais de Base na cidade de Caxias- MA, justifica-se pela pouca escrita sobre a história local desse movimento que, na época, foi visto como sendo de oposição ao Estado, à ordem e, portanto, um tabu. Sua principal pauta foi o debate e a ação pelo fim das desigualdades e opressão impostas pelo modelo social e político de então. As CEBs foram de suma importância para a cidade de Caxias da década 1970, pois destacaram traços do comportamento dessa comunidade, como a religiosidade, fazendo emergir, a partir dela, um novo potencial de resistência e luta: agregaram a fé do povo à organização social e defesa de melhores condições de vida.

Assim, a fé, interligada com o anseio por uma vida melhor, foi essencial para que essas comunidades eclesiais surgissem e prosperassem na cidade e na zona rural de Caxias -MA. Por outro lado, a atuação desses organismos permitiu avanços em termos de organização social e conquistas de direitos aos trabalhadores e a outros grupos menos favorecidos, como por

exemplo, a instituição de uma representação profissional e política da classe trabalhadora - agregando diversas categorias, o Sindicato dos Trabalhadores.

O recorte temporal deste estudo foi definido nos anos de 1970, por ter sido no início desta década que ocorreram as primeiras iniciativas do movimento na cidade. Também, por algumas pesquisas sobre o tema da ditadura militar mostrarem que esse foi o contexto em que os movimentos de resistência ao regime político autoritário, começaram a ganhar maior destaque no estado do Maranhão. E, ainda, pelo que estava posto como principais pautas pelos movimentos da época: o desejo por uma vida digna para todos e a superação das desigualdades sociais. Portanto, uma luta que se concentrava no campo social, mas, também, no político.

A partir de então, as Comunidades Eclesiais de Base atuaram como um “motor silencioso” da esperança, da organização e do resgate ao sentido da experiência humana. Suas ações, olhadas em uma perspectiva meramente política, podem ser entendidas como contraditórias, por formalmente primarem pela transformação sem violência e, na maioria das vezes, evitarem confrontos radicais. Este comportamento, no entanto, deve ser analisado em relação à filosofia geral da Igreja Católica e, ainda, como estratégia para o avanço em direção à meta de reconstrução social, a partir de sua base, pautada em valores como partilha, empatia pelo outro, amor à vida e igualdade e dignidade para todos.

Porém, embora as CEBs não assumissem uma postura declaradamente política, “por terem um trabalho questionador dos problemas sociais e uma dinâmica de participação igualitária, detinham de certa força política”³. Esse potencial estava, em parte, na sua metodologia de atuação: organização comunitária formada por leigos que envolvia a habilidade de negociação de interesses diversos, muitas vezes conflitantes, definição de prioridades, leituras do mundo e capacidade de comunicação com os menos favorecidos. Por tal razão, a reflexão crítica e a troca de experiências estimuladas nestes movimentos eclesiais permitiram que seus membros contribuíssem para a formação de novas formas de consciência das realidades, localizassem os males que afligiam os menos favorecidos e os ajudassem a entender a importância de suas decisões para a superação desses males. A dinâmica comunitária levava à práxis⁴, nascendo o desejo da luta em comum: da comunhão nascia a união e a organização para as formas de vidas buscadas.

3 BARBOSA 2007, p. 114.

4 Para Karl Marx é um instrumento em ação, que permite a transformação das estruturas sociais,

A ATUAÇÃO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE EM CAXIAS/MA NA DÉCADA DE 1970: uma análise sob o olhar de Eulina Moraes da Silva.

Atuação das CEBs em Caxias

A literatura mostra que o apoio da Igreja Católica desempenhou papel importante no processo de formação e atuação das Comunidades Eclesiais de Base, em âmbito da América Latina e no Brasil. Da mesma forma, é preciso considerar que no município de Caxias -MA, esta instituição forneceu as bases para a instrumentalização teórica e prática das principais lideranças que fundaram as CEBs.

É importante destacar que desde a década de 50, a Igreja Católica do Maranhão apoiou a organização sindical, notadamente os trabalhadores rurais, principais atores dessa história de criação das CEBs. Portanto, a defesa da Igreja Católica em favor dos pobres estava relacionada com as orientações gerais de Medellín (1968) e, mais tarde, de Puebla (1979), que deram um rosto mais popular a este continente através da Teologia da Libertação, mas já encontrava raízes nas formas de aproximação realizadas pela instituição às necessidades da classe trabalhadora desde a década anterior.

Essas comunidades mobilizavam-se a partir de grupos de rua, associações, círculos bíblicos, cursos, núcleos familiares entre outras formas e incorporavam a metodologia educativa de Paulo Freire⁵. No que concerne ao município de Caxias nos anos de 1970, “o trabalho das CEBs, apesar de terem poucas equipes no município, já contaram com uma articulação em âmbito diocesano” (SILVA, 2005, p.59). Acerca da articulação das CEBs em Caxias, Eulina Moraes da Silva (2021)⁶ afirmou que “[...] antes da implantação oficial das CEBs aqui elas já existiam né, devido os grupos de Evangelho, nós criamos 50 grupos de Evangelho; uma caminhada que já vinha se desenrolando muito antes do golpe militar de 64”.

A fala de Eulina Moraes da Silva confirma que antes da implantação oficial das CEBs em Caxias, existiam grupos de evangelhos com curso de catequese em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e urbanos. A comunidade católica local possuía um setor envolvido com o

5 A Pedagogia Libertadora de Freire (1987) busca a emancipação de povos marcados pela opressão, dominação e dependência através de um processo de conscientização de que os indivíduos são os construtores e os sujeitos de sua própria história, assim como, pela capacidade de se indignar contra toda injustiça e jugo. (PAES E STÊNICO, 2017, p. 52)

6 Uma das principais agentes desse movimento em Caxias-MA. Eulina Moraes da Silva será a principal fonte oral desta pesquisa, por ter configurado como uma das lideranças mais atuante, ainda viva, das CEBs na cidade. Esta entrevista foi concedida em junho de 2021, realizada com as restrições e os protocolos que a Pandemia da Covid-19 permitia. Para manter a fidedignidade dos relatos, todas as falas da depoente foram reproduzidas da maneira como foram realizadas.

trabalho de conscientização do seu povo. A fé e a luta pela dignidade andavam juntas e eram fundamentos que contribuíam para refletir as condições das comunidades rurais ou das que viviam nos bairros da cidade.

Com a implantação das CEBs, as equipes de catequeses continuaram sendo formadas pela Diocese de Caxias. Acerca desse assunto é relevante ressaltar que “as CEB’s não se constituíram em um movimento nacional, mas como uma rede flexível e diversificada de iniciativas de Igrejas locais” (SOUZA, 2004, p. 31). Deste modo, os grupos diocesanos e o movimento de leigos agiam de forma conjunta e integrada, havendo momentos em que seus membros migravam de um para o outro. A flexibilidade estava relacionada ainda à aceitação de leigos de fora da cidade, em ambos os grupos, a exemplo da presença de uma missionária italiana enviada da Diocese de Biella-Itália para a equipe da diocese.

No meu último ano do segundo grau que foi em 76, eu fui participar de uma reciclagem em Recife, porque eu tinha sido convidada pela Olinda Zago, missionária leiga que veio da Itália pra fazer um trabalho missionário aqui em Caxias né. Ela veio através da diocese de Caxias. O bispo na época era Dom Luís Marelim e ela tinha me convidado pra me compor a Equipe de Pastoral Catequética Diocesana, pra fazer um trabalho nas escolas nessa linha de CEBs mesmo né. E aí eu fui pra essa reciclagem, até pra preparar, pra ler mais a bíblia né; a gente já lia a Bíblia, a gente tinha um grupinho organizado aqui que era chamado Grupo de Evangelho e eu fui, fui pra Recife. Chegando lá, eu não entendia nada né, dessas coisas de sistema político, essas coisas eu não entendia nada né [...]. Eu só sei que lá falaram, é, Conjuntura Nacional, Internacional e Leitura Bíblica, era fé e política né, pra gente poder entender [...]. (Eulina Moraes, entrevista realizada em 15 de junho de 2021)

Então, quando retornou à Caxias -MA, Eulina afirmou ter sido formada a equipe da CEBs, com o apoio institucional da Diocese, que preparou uma sala especial para o desenvolvimento do trabalho no município. É o que se observa no trecho a seguir:

Eu aceitei compor a Equipe de Pastoral Catequética Diocesana e fui fazer um trabalho nas escolas, eu, Luiza Rezende, Francisca Araújo, Iriomar que era trabalhador rural, tinha a irmã Zenir, irmã Francine que era ali ao lado da Igreja de São Benedito, funcionava as pastorais, ali nós estruturamos nossa sala né de catequese. Naquela época, quem já tinha uma máquina de datilografia era (risos) um bom começo né, não tinha computador, não tinha celular, essas coisas, só o telefone mesmo residencial e a gente estruturou ali vários documentos de CEBs, da caminhada que já vinha se desenrolando muito antes do golpe militar de 64 e a gente foi fazer esse trabalho né. (Entrevista realizada em 15 de junho de 2021)

Pela fala da depoente é possível perceber que as atividades das CEBs no município, ainda que realizadas por leigos, estavam completamente vinculadas à orientação da Igreja Católica. Ao se falar deste aspecto, ressalta-se que o apoio não se dava apenas no campo

A ATUAÇÃO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE EM CAXIAS/MA NA DÉCADA DE 1970: uma análise sob o olhar de Eulina Moraes da Silva.

espiritual ou filosófico, mas na sua dimensão material. A Igreja viabilizava as condições para que os grupos leigos praticassem bem na missão de contribuir com a transformação espiritual, política e material dos pobres e oprimidos local.

Acerca do cotidiano e trabalho desenvolvido pelas CEBs, destaca-se que não só era importante a presença física de seus membros no meio dos posseiros e/ou moradores, como a capacidade para realizar um trabalho formativo que envolvesse diferentes aspectos da vida dos comunitários. Essa condição exigia dedicação e disponibilidade para a formação por parte das lideranças e, posteriormente, para a capacitação dos trabalhadores. Era um trabalho educativo, evangelizador e político muito sistemático. Sobre essa atuação a depoente coloca que:

[...] além de ocorrer a politização dos rituais como “missa da terra”, “romaria da terra”, as “caminhadas” e as “santas missões populares”, em que as leituras bíblicas, os cânticos, o “Credo”, o “Glória”, o “Ofertório”, a “Ladainha” e outros momentos nas liturgias faziam referência à cultura e à luta dos trabalhadores rurais. Canções e poesias passaram também a ser incorporadas às celebrações, missas, ordenações sacerdotais, assembléias e reuniões, sobretudo nas comunidades de posseiros. Os ritos integravam o religioso e o político, momentos em que invocavam a proteção de Deus para participar da luta. Espaço este no qual se sacralizava a luta e se materializava o sagrado. (PEREIRA, 2013, p. 168).

Dentro das atividades das CEBs, uma ação merece destaque pela capacidade de agregar interesses de vários municípios e grupos populacionais, fortalecendo a causa dos excluídos: a Romaria da Terra. As Romarias eram realizadas em algumas cidades do Maranhão, como frisa Eulina Moraes (2015):

Começou a acontecer as Romarias da Terra e a gente ia participando de todas: ia pra Imperatriz, ia para Bacabal, ia para vários lugares desse estado, né? Participar... naquele momento foi criada essa articulação entre as dioceses e paróquias de muito municípios [...]”.

Articular interesses em torno da questão da terra não era difícil em razão da estrutura fundiária do Maranhão, caracterizada pela presença do latifúndio. Essa situação foi agravada com a aprovação da Lei nº 2979/1969, utilizada para fomentar a “modernização” do setor agrário no Estado. O referido instituto trouxe à tona o fundamento básico da Lei de Terras de 1850, Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, que estabelecia o critério da compra e venda desse bem como única condição para a aquisição da propriedade rural (GONÇALVES, 2000). A seguir, imagem de uma Romaria da Terra, realizada no período.

Figura 1: Romaria das Comunidades Eclesiais de Base, no ano de 1997 em Bacabal: MA



Fonte: Acervo Pessoal de Dona Eulina Moraes da Silva

As Comunidades Eclesiais de Base, enquanto instrumento de conscientização da população rural e urbana, buscavam criar condições para que os posseiros e trabalhadores urbanos compreendessem que a terra havia sido criada por Deus, portanto para todos e não somente para algumas pessoas. Por isso, era necessário dividi-la igualmente entre os homens. Os posseiros sabiam que contavam com o apoio da Igreja Católica nas suas lutas, talvez a única instituição da sociedade civil, naquele momento, com projeção política nacional, envolvida na defesa da Reforma Agrária. Eulina Moraes mostra como essas equipes de leigos pensavam sua atuação, frente a referida causa:

As CEBs ela é humilde, uma pastoral onde, no meu ponto de vista, é uma pastoral que mais segue né à risca a missão de Jesus, que é difícil né. Pra mim, a Pastoral da Igreja que mais acerta rumo a missão de Cristo é as Comunidades Eclesiais de Base né, que nasce da base, do povo sofredor, trabalhador, lutador. Então, era esse povo que Jesus ia né, a multidão se reunia e ele começava a ensinar até mesmo em parábolas e ainda dizia: quem tem ouvido pra escutar, que ouça né. Como a gente expandiu na zona rural né, os grupos de Evangelho começou a funcionar, porque já tinha as capelinhas lá no interior e aí a gente trabalhou para que as pessoas fizessem as suas celebrações e a gente foi colaborando né, porque ninguém conscientiza ninguém, mas a gente colabora pra que as pessoas tenham um despertar de consciência, pra que essa própria pessoa seja sujeita da sua própria história né. Então, as CEBs ela trabalhava nessa linha né [...] com muito afinco, com muito apoio da Igreja Católica, a gente foi avançando né nessa linha de levar lá onde o povo não tinha nada, tinha a vida no campo muito boa, produzia seu arroz, seu feijão, mas do lado organizativo, não tinha. Aí começou a partir dos grupos de Evangelhos né [...] (Eulina Moraes da Silva, entrevista realizada em 15 de junho de 2021).

A ATUAÇÃO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE EM CAXIAS/MA NA DÉCADA DE 1970: uma análise sob o olhar de Eulina Moraes da Silva.

O discurso mescla elementos de religiosidade com formação política. A presença da filosofia freiriana é bastante sensível na manifestação da depoente. Observa-se uma fala construída a partir de elementos que faziam parte das experiências cotidianas dos grupos integrantes, brotada de suas vivências, porém com pretensões de alcançar questões profundas, que escapavam à dimensão imediata da realidade vivida: causas da pobreza, dominação, exploração, liberdade, igualdade, participação e democracia. Acerca da atuação dessas comunidades, Frei Betto (1985, p. 20) destacou que “a prática pastoral das comunidades eclesiais de base parte da situação dos oprimidos e tem como horizonte, a sua libertação integral [...]”.

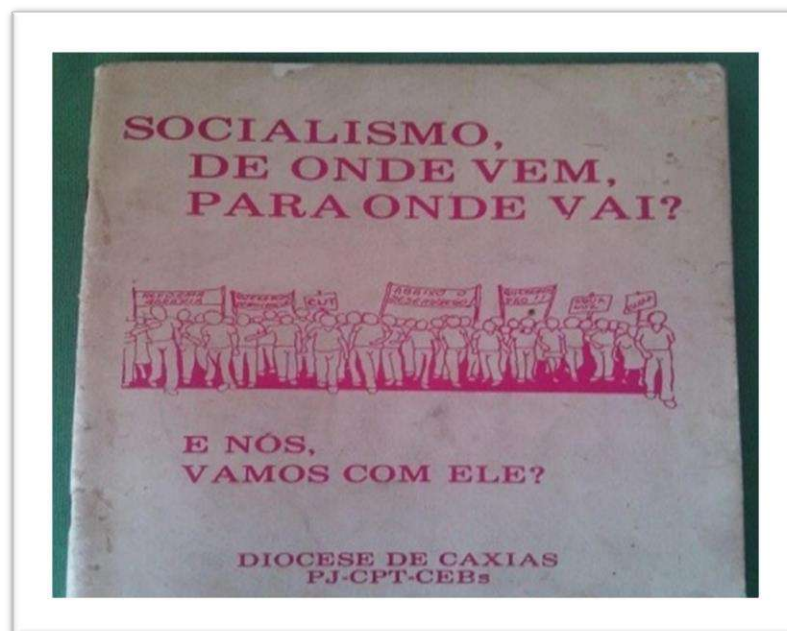
Na prática em prol da formação comunitária, as CEBs buscavam diferentes meios para atingir o maior número de pessoas. Realizavam encontros com finalidades avaliativas e direcionavam o movimento a partir dessas análises. Estas atividades faziam parte do seu calendário, permitindo uma organização razoável do mesmo. Entre produção de relatórios, distribuição de panfletos, reuniões, cursos de formação e outros expedientes, identificavam, afirmavam e divulgavam a proposta pastoral evangelizadora e questionadora das estruturas sociais, como pode-se observar, a seguir:

A prática religiosa das comunidades eclesiais de base encontrava-se unida a sua prática social, sendo comum a produção de panfletos explicativos e documentação das reuniões dos grupos pelos membros da comunidade. Por essa razão, há um farto material documental produzido pelos próprios participantes das CEBs. Além desses documentos, encontramos também os relatórios dos Encontros Intereclesiais de CEBs, um vasto material que demonstra expositivamente as discussões sobre os rumos do movimento realizadas durante estes encontros. (BARBOSA, 2007, p.109- 110).

Em relação ao vasto material produzido pelos membros das CEBs, destaca-se que eram, em sua maioria, textos voltados para a formação e o despertar da consciência crítica dos participantes. Outro aspecto relevante nesse processo foi a transformação que o movimento promoveu em alguns seguimentos da Igreja. Ao proporcionar as condições de transformação da sociedade, esta instituição milenar, também se modificava por dentro. Teixeira (1988), defende que as CEBs ao serem incentivadas pela Teologia da Libertação, bem como por estarem integradas à proposta do Concílio Vaticano II (1962-1965), procuravam encontrar respostas e realizar o engajamento eclesial aos problemas sociais. Ressalta-se que no Brasil a experiência de educação proporcionada pelo sistema de difusão das rádios locais, a partir da segunda metade dos anos 1950, alcançaram tantos os setores carentes da sociedade, como seus fomentadores. As cartilhas produzidas com esta mesma finalidade e que nos chegam como fontes deste momento histórico, permitem compreender quais eram suas bases teóricas, seus

valores e pretensões políticas. A seguir, capa de material formativo produzido na década de 1970 em Caxias-MA:

Figura 2: Cartilha “Socialismo, de onde vem, para onde vai? E nós vamos com ele?” - Diocese de Caxias – PJ – CPT - CEB’s



Fonte: Acervo Pessoal de Dona Eulina Moraes da Silva

A partir da imagem da cartilha, pode-se destacar os temas que eram enfatizados. Um assunto presente nestas formações era as contradições do capitalismo e as benesses da sociedade socialista; fundamentado sempre no pensamento marxista, os debates ressaltavam as contradições sociais, defendendo a necessidade do fortalecimento de partidos políticos que pudessem representar os interesses da classe trabalhadora, como forma de enfrentamento do modelo opressor de organização social. Ao comentar esse direcionamento político, Eulina Moraes assim se posicionou:

Um tema muito trabalhado pelas Comunidades Eclesiais de Base, era fé e política né, porque a gente precisava é, entrar na política, porque a política não é só a política partidária, a política partidária é um instrumento né que tá dentro desse contexto; mas a política como um todo, tudo na vida do ser humano é política né e nas CEBs eu aprendi isso (risos), não é à toa que eu me tornei uma política né, que depois fui até pro partido político, que é o Partido dos Trabalhadores e sai candidata algumas vezes. (Entrevista realizada em 15 de junho de 2021)

Essas comunidades podem ser compreendidas enquanto movimento de renovação religiosa, mas também de reivindicação social e política e de formação de lideranças populares, pois, propositalmente as CEBs faziam essa intermediação. Santos (2012, p. 03) nos leva a

A ATUAÇÃO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE EM CAXIAS/MA NA DÉCADA DE 1970: uma análise sob o olhar de Eulina Moraes da Silva.

compreender como as CEBs, a partir de um posicionamento evangelizador e político de intervenção e participação nas discussões dos problemas sociais, desenvolveram sua práxis nas distintas realidades com que se deparavam, pois “[...] é difícil centrar uma análise acerca das CEBs em apenas um aspecto, uma vez que estas transitaram pelos diversos âmbitos fossem elas de moradia, saúde, educação, [...]”.

Colaborando com a atuação das CEBs no Brasil, a partir de 1975 a Comissão Pastoral da Terra – CPT passou a incorporar a luta pela terra e contra o regime político vigente. Os dois organismos tiveram atuação junto às paróquias, principalmente nas periferias das cidades e nas comunidades rurais, articulando camponeses e demais setores sociais a posicionarem contra o Regime Militar e tudo que ele representava:

A partir de 1975, com a Criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Maranhão, a Igreja passa a assumir uma postura mais radical de defesa dos trabalhadores rurais, fazendo constantes denúncias dos vários conflitos e tensões existentes no campo, bem como da estrutura fundiária concentrada no Estado. Reivindicava a legitimidade da Reforma Agrária pelos trabalhadores. (SILVA, 2002, p. 38)

O setor da Igreja Católica brasileira ligado a Teologia da Libertação, por meio das CEBs e da CPT, enquanto órgãos mediadores e diante da crescente mobilização da massa dos trabalhadores rurais, intensificou ações sociais voltadas para o campo - tais como trabalhos pastorais de formação política junto às comunidades - bem como afirmou sua posição em relação às vítimas dos conflitos agrários, em todo o país. Colocava-se com uma nova postura e, conseqüentemente, representava uma ameaça à estrutura que beneficiava os latifundiários, como diz Eulina Moraes (2021):

Como a gente organizou diversos grupos de Evangelho né, não foi só o da minha comunidade que começou com o grupo de Vicentinos, meu pai indo pra Igreja conheceu o João ali do Cangalheiro e aí eu sei que trouxe pra cá. Só que esse grupo de Vicentinos se transformou em grupo de Evangelho né, onde a gente lia a Bíblia, refletia a palavra de Deus, meditava pra poder ir pra luta fortalecido na fé, porque sem a fé a gente desiste na mesma hora! Se você não conhece a missão de Jesus, você não entra nessa batalha, porque é difícil, é muito pesada né e aí nós estudava dia e noite a bíblia, mas estudava também as leis da época, que na época nós estudava muito o Estatuto da Terra, porque era uma lei que assegurava o direito de posse dos trabalhadores rurais. Muitos deles nasceram e se criaram naquelas áreas, mas não tinha regularização, mas tinha essa lei chamada Estatuto da Terra e aí a gente se aprofundava, estudando pra poder apoiar [...] (Entrevista realizada em 15 de Junho de 2021).

Pode-se observar na fala de Eulina Moraes que o Estatuto da Terra- **Lei nº 4.504/69**, **que** regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária, era estudada junto com a Bíblia Sagrada. A árdua trajetória de

Cristo era apontada como caminho a ser seguido pelos trabalhadores rurais, na sua corajosa luta pela defesa da terra. Mas, ainda que essa Lei tenha produzido, formalmente, espaço para que os trabalhadores discutissem a Reforma Agrária, isso não foi o que aconteceu de fato, pois “o governo Castelo Branco passou a controlar o que os trabalhadores rurais deveriam discutir e reivindicar, [...]” (SCHMITZ & BITTENCOURT, 2014, p.584). Como consequência desse “controle”, no município de Caxias, a transição dos anos 70 para os anos 80 foi marcada pela violência no campo. Vários trabalhadores foram expulsos de suas terras, mesmo defendendo que tinham direito a ela, pelos grileiros ou empresas que tinham interesses especulativos. Um exemplo dessa disputa foi a atuação da empresa Ramires, que cultivou eucalipto na região do 1º Distrito de Caxias, para a fabricação de papel e celulose.

O acirramento de conflitos no campo resultou, também, de uma ação de resistência dos próprios trabalhadores, influenciados pelos grupos de representação dos interesses da sociedade civil, como a Igreja, já aqui comentado. Também contribuiu para esse enfrentamento a criação do Partido dos Trabalhadores – PT, que passou a defender formas alternativas de luta e intervenção contra a classe dominante. No que se refere à atuação de um órgão de Direitos Humanos na cidade de Caxias, segundo D. Eulina Moraes Silva, este foi criado na década de 1980 e posteriormente transformado em 1988 no Centro de Defesa dos Direitos Humanos “Antonio Genésio” (CDDHAG), nome dado em homenagem ao lavrador Antonio Genésio que foi cruelmente assassinado.

Assim nascia o Partido dos Trabalhadores em Caxias, fortemente influenciado pelas CEBs. À medida que esse debate foi se fortalecendo no país, foram surgindo outros organismos que passaram a encapar antigas e novas bandeiras do projeto de transformação social. Nesse sentido é válido destacar a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que surgiu com a necessidade de modificar a estrutura sindical de Estado.

A Central Única dos Trabalhadores é uma organização Sindical de massas em nível máximo, de caráter classista, autônoma e democrática, cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo. (ESTATUTO DA CUT. CAP. I, ART. 2º)

Nessa relação intersindical-sociedade, ou seja, na articulação entre as bases sindicais e os demais movimentos que levantavam a bandeira de luta pela mudança da estrutura corporativa - como o PT, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, a CPT e a CUT, a prática foi sendo ampliada e extrapolou os propósitos postos iniciais das CEBs. A partir de então, seguindo as bases dos movimentos sindicais formaram-se multidões que se manifestavam em favor dos

A ATUAÇÃO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE EM CAXIAS/MA NA DÉCADA DE 1970: uma análise sob o olhar de Eulina Moraes da Silva.

direitos humanos, melhores condições de vida e anseios libertadores. Um exemplo a ser destacado é o Movimento Contra a Carestia (MCC) em 1975, o qual representava uma reação dos trabalhadores contra a situação econômica marcada pelo arrocho salarial, como também, contra a política de negociação econômica do governo.

Figura 3: Movimento Contra a Carestia em Caxias/MA



Fonte: Acervo Fotográfico de Sinésio Santos

Em 1979, Caxias participou dessa luta contra a carestia. Um grupo sindical organizou a “CAMINHADA DA PANELA VAZIA”, que circulou pelas principais ruas da cidade. Além disso, apresentaram em praça pública uma peça teatral que denunciava a realidade em que vivia a população pobre do município. Abaixo, um artigo escrito por um dos líderes das CEBs, Iriomar, para o Boletim “Jesus em nossa casa”, em 1979:

A PRINCESA ESTÁ ACORDANDO

Caxias, que muitos ainda ousam chamar de Princesa do Sertão, começa a despertar para a realidade. Caxias já se demorava em soltar o seu brado de seu povo que vem pagando um preço muito alto pelas consequências do progresso brasileiro. Cujas consequências é o custo de vida muito alto, desemprego, subemprego e fome. Nos dias 11 e 12 de dezembro, houve festa em homenagem aos ossos do patrono do Exército: Duque de Caxias (como se ele ainda precisasse disto, ou se isto valha de alguma coisa). Houve também, inauguração de praças e um big almoço para uma minoria, enquanto que a maioria morre aos poucos de fome. Teve ainda, festinha para ‘cegos e surdo’ (que não querem ver a realidade). Mas, nem todos dormiam ou festejavam. Alguém levantou a voz e seu brado, se expressando através da frase abaixo transcrita.

‘Ainda na força do regime militar, não se podia fazer pichações. Mas nós vencemos esta barreira. O Curió estava presente’

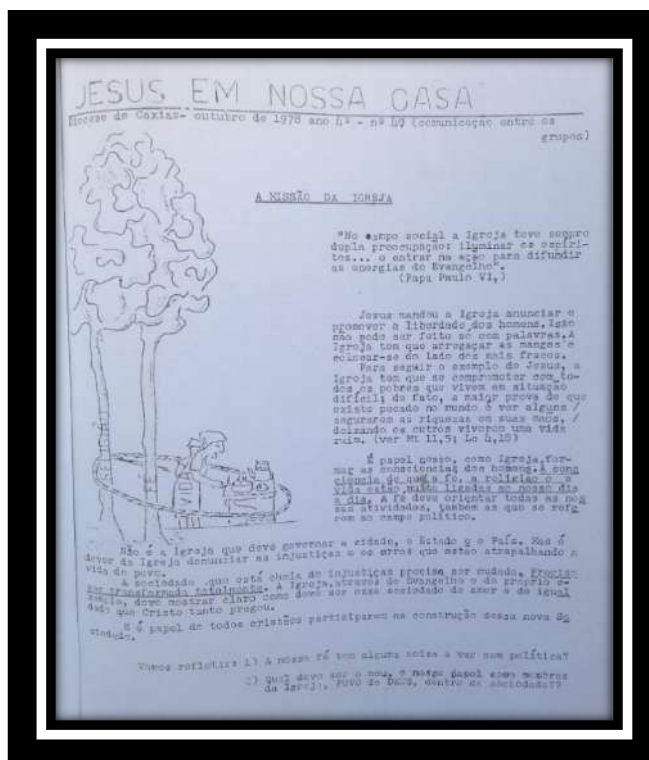
Por muitos dias o comentário foi geral sobre as verdades que estavam escritas nos diversos muros da cidade. Para esta festa vieram governador do Maranhão, governador do Piauí e muitas personalidades do Exército. Caxias já demorava em soltar o seu brado. Mas, antes tarde do que nunca.

‘Estas pessoas foram muito corajosas’, é o que todos comentam.

Como pode-se observar, a população estava em processo de despertar a consciência crítica, de ir à luta por direitos, de enfrentamento das autoridades constituídas. Outra ação que representou esse despertar do povo foi a greve dos trabalhadores, realizada no mesmo período. No primeiro Congresso Regional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) foi decidido que os trabalhadores fariam em seus estados uma greve geral em 21 de julho de 1983. Em Caxias-MA, foi mobilizada essa manifestação na Praça Panteon, com a participação de mais de três mil pessoas. O instrumento de comunicação de massa utilizado era principalmente o Boletim “Jesus em nossa Casa”. Sobre esse jornal, Dona Eulina relata:

Esse jornal, eu tenho até número deles, esse jornal era escrito por alguns trabalhadores rurais e também da cidade que sabia ler, porque naquela época o analfabetismo era uma tristeza né, graças a Deus que o povo pobre já nasceu com sua própria sabedoria dada por Deus né e a gente foi escrevendo esse jornalzinho, a história deles, o que acontecia. (Entrevista realizada em 15 de junho de 2021)

Figura 4: Folha do Jornal “JESUS EM NOSSA CASA”



Fonte: Acervo da Diocese de Caxias

A ATUAÇÃO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE EM CAXIAS/MA NA DÉCADA DE 1970: uma análise sob o olhar de Eulina Moraes da Silva.

As manifestações aconteciam sempre e estavam ligadas à reivindicações políticas, como foi o caso de uma de grande repercussão no período em que Paulo Maluf visitou a cidade. O mesmo veio a Caxias no dia 10 de setembro de 1983, com o objetivo de receber apoio do povo caxiense na implementação de sua campanha para presidência da República. Na Praça Panteon reuniram-se estudantes, professores e muitos trabalhadores, segundo o relato de Eulina Moraes e na figura abaixo:

Figura 5: Manifestação em Caxias em repúdio à Maluf



Fonte: Acervo Pessoal de Dona Eulina Moraes

Nós eram umas 14 pessoas das CEBs, a gente planejou, nós vamos acabar com essa festa. Não tem condição o povo morrendo de fome, fazer festa pra enganar o povo mais uma vez e não foi que essas doze, quatorze pessoas, não era mais do que isso, lavrador e gente daqui da cidade, a gente conseguiu acabar a festa. O prefeito estava falando lá no palanque né muito emocionado com o Maluf do lado, quando nós levantamos a primeira bandeira: **“ABAIXO A DITADURA, O POVO PASSA FOME”**. Furou tambor e nós gritando, abaixo a ditadura, a festa acabou. O prefeito chorou que era o José Castro né, mermã foi, uma coisa assim, linda, maravilhosa. E aí me levaram nos braços, eu fiz um discurso político lá do lado; eu sei que acabamos a festa, tinha uma carrada de blusas pra ser entregue pro povo pra enganar o povo com o nome do Maluf, mas nós não deixamos. Acabamos a festa né, isso é, isso era as CEBs. As CEBs mexia com as estruturas vigentes e nós fizemos vários atos destes né,

depois desse, nós fizemos várias caminhadas [...]. (Entrevista realizada em 15 de junho de 2021)

Por meio deste depoimento e da Fig.05 pode-se inferir que o dia a dia destes grupos era bastante agitado. Toda as manifestações locais em defesa de direitos, por melhores condições de vida e anseios libertadores, passavam pelas CEBs. Eram um desafio, pois elas mexiam com as estruturas postas, incomodavam a classe dominante e, principalmente, acordavam, davam força e reerguiam o povo pobre. Elas refletiam sobre a vida, o dia a dia, a realidade vigente das comunidades carentes. As CEBs profundavam o conhecimento político, iam em busca dos problemas, participavam juntos, choravam juntos, sorriam juntos, comemoravam juntos; trabalhavam a alegria, a subjetividade, o amor e solidariedade.

Com o fim do Regime Político civil-militar esses movimentos enfraqueceram sua capacidade mobilizadora e, a partir dos anos 2000 houve um “resfriamento” na sua atuação, principalmente com a incorporação de suas lideranças ao estado, através dos governos de esquerda e centro esquerda. Na atualidade, pouco se ouve falar dessas comunidades, tanto em nível nacional, como local. Mas, ficou o exemplo de um momento em que setores da Igreja Católica interpretaram o Evangelho de Cristo em favor da maioria menos favorecida, deixando uma enorme contribuição para o despertar da consciência crítica e política da sociedade.

Considerações finais

O objeto de estudo deste artigo esteve voltado para a Atuação das Comunidades Eclesiais de Base em Caxias - MA e teve como objetivo: analisar essa atuação em Caxias -MA na década de 1970, em relação a pauta de direitos humanos definidas pelos grupos de resistência ao modelo político autoritário no país. Por meio desta pesquisa, percebeu-se que as CEBs locais foram comunidades atuantes social e politicamente. Como colocou Leonardo Boff, em certos lugares eram o único canal de expressão e mobilização popular. Sua atuação foi desde a organizavam abaixo-assinados, trabalhos conjuntos, roças comunitárias, caixas comunitárias, iniciativas de resistência à exclusão das terras, até o enfrentamento direto dos grupos políticos hegemônico, conforme mostrou Eulina Moraes quando relatou sobre a visita de Paulo Maluf à Caxias. Embora atuasse como um movimento de evangelização, pouco afeito a ações violentas, assumiu uma postura mais radial quando se associou à grupos políticos de bandeira populares.

A ATUAÇÃO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE EM CAXIAS/MA NA DÉCADA DE 1970: uma análise sob o olhar de Eulina Moraes da Silva.

Dos anos 70 do século XX até a início dos anos 2000, quando o Partido dos Trabalhadores conquistou o governo do país, as manifestações de reivindicação por direitos, por melhores condições de vida e anseios libertadores em Caxias-MA, contaram com a participação das CEBs. A pesquisa nos levou a alguns questionamentos sobre a atuação da contribuição das Comunidades Eclesiais de Base para a formação do Partido dos Trabalhadores (PT), bem como do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, notadamente no município, por observa-se que grande parte dos seus integrantes se converteram nas principais lideranças desses organismos políticos locais.

Essas são questões que deverão ser aprofundadas em outra ocasião. Por enquanto, satisfaz-se em atender o que foi proposta no início da pesquisa: compreender a atuação das Comunidades Eclesiais de Base na defesa dos direitos humanos defendidos pela resistência ao regime civil-militar.

175

Referências bibliográficas

- BALDISSERA, Adelina. **CEBS poder, nova sociedade**. São Paulo - SP. Editora Paulinas 1987.
- BARBOSA, Fabiane Machado. **Comunidades Eclesiais de Base na história social da Igreja Cariacica (1973-1989)** – Vitória, UFES, 2007.
- BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. 1985.
- BOFF, Leonardo. **Igreja carisma e poder**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- BORGES, Arleth Santos. **A Construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão**. Campinas - SP: 1998.
- BURKE, Peter. **A Escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. - São CELAM. **Evangelização no presente e no futuro da América Latina: conclusões da Conferência de Puebla: Texto Oficial**. São Paulo: Paulinas, 1986.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CDI) DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB), CDI-CNBB. **Experiência sobre Comunidades Eclesiais de Base na Paróquia de Bequimão, Prelazia de Pinheiro**, doc. nº 11849, 1970.
- CHAVES, Adriana Sousa. **Resíduos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no Maranhão: Atualidades no contexto urbano de São Luís e São José de Ribamar**. São Luís - Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 159 a 176, jan. a ago. 2021

MA: 2015.

CLEMENS, Carolina. **É bom lembrar - um pedacinho da História das CEB's no Maranhão**. CPT-MA, 1986.

DOCUMENTO DE MEDELLIN – texto integral. PRESENÇA DA IGREJA NA ATUAL TRANSFORMAÇÃO DA AMÉRICA LATINA à luz do Concílio Vaticano. II CONCLUSÕES DA II CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO Medellín, Colômbia 1968. 2017.

JOÃO XXIII, “Carta Apostólica ao Episcopado da América Latina – 8 de novembro de 1961” (REB 22/2, 1962, 461-463).

JORNAL “**JESUS EM NOSSA CASA**” – Diocese de Caxias, 1997.

MARANHÃO. Lei n. 2.979 de 17 de julho de 1969. Dispõe sobre as terras de domínio público e dá outras providências. In: GONÇALVES, M. de F. da C. A reinvenção do Maranhão dinástico. São Luís: UFMA, PROIN, 2000.

MELO, Antônio Alves de. **O VATICANO II**: origens, avanços, perspectivas. INTERAÇÕES - Cultura e Comunidade. Uberlândia. v. 8 n. 13. p. 17-38, jan./jun. 2013.

OLIVEIRA, P. A. R. de. CEBs: **O que são? Quantas são? O que fazem?** In: Revista Eclesiástica, Brasileira, 54(216), 1994, p. 931-934.

PEREIRA, Sueli da Cruz. **O legado da “Igreja dos pobres” para a Igreja na América Latina**. PqTeo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 22-37, jan./jun. 2018

RELATÓRIO QUINQUENAL DA DIOCESE DE CAXIAS DO MARANHÃO, Caxias do Maranhão, 1980, 12 fls.

SCHMITZ, Arno Paulo. BITTENCOURT, Mauricio Vaz Lobo. **Economia e Sociedade**. Campinas- SP, v. 23, n. 3 (52), p. 577-609, dez. 2014.

SILVA, Maria do Socorro Borges da. **A Concepção Cutista na construção da identidade sindical em Caxias**. Teresina-PI: 2002.

TEIXEIRA, Faustino Luis Couto. **A gênese das CEBs no Brasil**: elementos explicativos. São Paulo: Ed. Paulinas, 1988.

**A ATUAÇÃO DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE EM CAXIAS/MA
NA DÉCADA DE 1970: uma análise sob o olhar de Eulina Moraes da Silva.**

DESCRIÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS CASOS DE SUICÍDIO NO NORDESTE BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2010 A 2018: UM ESTUDO ECOLÓGICO

Dário Henrique Alvarenga Vale¹
Raíssa Mota Do Nascimento²
Alexandre Castelo Branco Vaz Parente³

RESUMO

As definições de suicídio abrangem a ideia de interromper, por meio de ato voluntário, a própria vida. Esse desejo resulta de uma pressão multidimensional que age sobre o indivíduo e envolve o desejo de morrer, ser morto e se matar. Considerado como tabu, o suicídio por muito tempo foi um tema pouco discutido, no entanto o aumento do número de casos fez com que o assunto passasse a ser considerado questão de saúde pública, ganhando visibilidade no meio acadêmico e pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. No Brasil, embora considerado agravo de notificação compulsória, acredita-se que ainda há subnotificação dos dados. O trabalho justifica-se pela necessidade de conhecer e avaliar a evolução da incidência do número de mortes autoprovocadas nos estados do Nordeste brasileiro e as causas de morte relacionadas a eles. Para isso, foram coletados dados no DATASUS, no período de 2010 a 2018. A partir desses dados fez-se a análise e descrição da incidência das mortes por suicídio, bem como os métodos mais utilizados. Esses, por sua vez, foram separados em 6 grupos, de acordo com a similaridade do CID-10. Os resultados da pesquisa demonstram uma tendência de aumento no número de óbitos por suicídio, sendo enforcamento, envenenamento e armas de fogo as três causas, nesta ordem, mais relacionadas a esse tipo de morte. O conhecimento sobre as tendências e sobre os métodos mais comuns desses casos é necessário para planejamento de ações voltadas a prevenção e promoção da saúde mental no país, em especial na região Nordeste.

Palavras- chave: Suicídio; Nordeste; CID-10

DESCRIPTION OF THE INCIDENCE OF SUICIDE CASES IN NORTHEASTERN BRAZIL IN THE PERIOD FROM 2010 TO 2018: AN ECOLOGICAL STUDY

ABSTRACT

The definitions of suicide encompass the idea of interrupting, through a voluntary act, one's own life. This desire results from a multidimensional pressure that acts on the individual and involves the desire to die, be killed and kill himself. Considered a taboo, suicide was a little discussed topic for a long time, however the increase in the number of cases made the subject become a public health issue, gaining visibility in academia and by national and international health authorities. In Brazil, although considered a grievance of compulsory notification, it is believed that there is still underreporting of data. The work is justified by the need to know and evaluate the evolution of the incidence of the number of self-harm in Northeastern Brazil and the causes of death related to them. For this, data were collected in DATASUS, in the period from 2010 to 2018. From these data, an analysis and description of the incidence of deaths by suicide was made, as well as the most used methods. These, in turn, were separated into 6 groups, according to the similarity of the ICD-10. The research results show an increasing trend in the number of deaths by suicide, with hanging, poisoning and firearms being the

¹ Graduado de Medicina pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: darioheav@gmail.com

² Graduada de Medicina pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: raissanascimento@gmail.com

³ Orientador – Professor do Departamento de Medicina Especializada da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Piauí. E-mail: aledri2001@gmail.com

three causes, in this order, most related to this type of death. Knowledge about the trends and the most common methods of these cases is necessary for planning actions aimed at preventing and promoting mental health in the country, especially in the Northeast region.

Keywords: Suicide; North East; ICD-10

RESUMEN:

DESCRIPCIÓN DE LA INCIDENCIA DE CASOS DE SUICIDIO EN EL NORESTE DE BRASIL EN EL PERÍODO DE 2010 A 2018: UN ESTUDIO ECOLÓGICO

Las definiciones de suicidio engloban la idea de interrumpir, mediante un acto voluntario, la propia vida. Este deseo resulta de una presión multidimensional que actúa sobre el individuo e implica el deseo de morir, ser asesinado y suicidarse. Considerado un tabú, el suicidio fue un tema poco discutido durante mucho tiempo, sin embargo el aumento en el número de casos hizo que el tema se convirtiera en un tema de salud pública, ganando visibilidad en la academia y por las autoridades sanitarias nacionales e internacionales. En Brasil, aunque se considera una queja de notificación obligatoria, se cree que todavía hay un subregistro de datos. El trabajo se justifica por la necesidad de conocer y evaluar la evolución de la incidencia del número de autolesiones en el noreste de Brasil y las causas de muerte relacionadas con ellas. Para ello, se recogieron datos en DATASUS, en el período de 2010 a 2018. A partir de estos datos se realizó un análisis y descripción de la incidencia de muertes por suicidio, así como los métodos más utilizados. Estos, a su vez, se separaron en 6 grupos, según la similitud de la CIE-10. Los resultados de la investigación muestran una tendencia creciente en el número de muertes por suicidio, siendo ahorcado, envenenamiento y armas de fuego las tres causas, en este orden, más relacionadas con este tipo de muerte. El conocimiento de las tendencias y los métodos más comunes de estos casos es necesario para planificar acciones encaminadas a prevenir y promover la salud mental en el país, especialmente en la región Nordeste.

Palabras llave: suicidio; Noreste; CIE-10

INTRODUÇÃO

A definição de suicídio geralmente abrange uma ideia central, relacionada ao ato de por fim à própria vida; e ideias periféricas, relacionadas à motivação, letalidade e intencionalidade. Na crise suicida, admite-se que existe uma exacerbação de uma doença mental existente. Essa exacerbação caminha para uma turbulência emocional, vivenciada como um colapso existencial, uma dor psíquica de magnitude insuportável, que culmina no desejo de interrupção através do fim da vida (BOTEGA, 2015).

DESCRIÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS CASOS DE SUICÍDIO NO NORDESTE BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2010 A 2018: UM ESTUDO ECOLÓGICO

Segundo a OMS, a definição inclui um ato voluntário que põe fim a própria vida. Tal ato deve ser consciente e conotar a ideia de autodestruição. Entende-se o suicídio como resultado de um processo decorrente de uma pressão multidimensional agindo sobre o indivíduo. Tal ato envolve uma tríade: a vontade de morrer, ser morto e de se matar (PARENTE et al, 2007).

Embora tenha uma definição relativamente fácil, o suicídio é um tema que ainda causa estranhamento. Apesar da necessidade, a maioria das pessoas sentem-se incomodadas ao abordá-lo. Encarado como um tabu, o significado da palavra suicídio ainda carrega certo grau de negatividade em algumas de suas definições. No dicionário de Michaelis (2012), encontramos: “1. Ação ou efeito de suicidar-se. 2. Ruína ou desgraça, procurada espontaneamente por falta de juízo”. Mesmo destoando da definição científica e médica, essa conotação pejorativa do ato ainda permeia a visão social, influenciando as crenças de familiares e envolvidos (SCAVACINI, 2018).

A despeito dessa negatividade permear o imaginário popular, surgiu nos meios acadêmicos e de informações a percepção da necessidade de encarar o problema como uma questão de saúde. Desde o início do século XXI, notou-se um aumento substancial das publicações e eventos voltados para o tema: o I Simpósio sobre Suicídio, no Instituto de Psiquiatria da Universidade de São Paulo em 1998, a inclusão do Brasil no estudo SUPREMISS (Estudo multicêntrico de prevenção ao suicídio) pela OMS em 2000, além do lançamento de diretrizes e manuais em 2006, culminando nos mais de 200 trabalhos brasileiros relacionados ao tema e publicados em revistas internacionais entre os anos de 2000-2014 (BOTEGA, 2015).

Mesmo que essa necessidade tenha aberto nossos olhos para uma abordagem sistemática e científica, não é novidade admitir que as taxas e informações atuais possam ser subestimadas (fatores relacionados à notificação e abastecimento irregular dos bancos de dados, além de questões socioculturais e implicações ligadas ao ato e a interpretação social do mesmo continuam sendo obstáculos para o real dimensionamento do problema). Dessa forma, mesmo que admitindo o fato de conhecimento e caracterização ser um passo importante para construção de um plano de prevenção, estima-se um índice de 10-20 vezes maior que os índices de suicídio concretizado, quando se considera as tentativas como um todo, somando aquelas que obtiveram sucesso e as que falharam. Estas tentativas, muitas vezes, deixam sequelas crônicas e constituem, por si só, um importante fator de risco para novas tentativas: outro

Humana Res,v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 178 a 192, jan. a ago. 2021

motivo que reforça a importância dos estudos que caracterizam o panorama do suicídio, incluindo os fatores de risco e proteção (BERTOLONE et al, 2002).

Nos estudos encontrados na literatura, o Brasil ocupa oitava posição em números absolutos (OMS,2014), com coeficiente médio de mortalidade de 5,55% em 2016, e tendência de aumento contínuo quando analisados os dados das últimas décadas (SILVA et al, 2016). Vale destacar que estudos mais antigos sugeriam que a região Nordeste era a região de menor taxa de incidência no país, com 2,7 mortes por 100.000 habitantes no período de 2006 (LOVISI et al, 2009). No entanto, as fontes mais recentes apontam aumento no número absoluto de casos em todas as regiões do país no período de 1996 à 2016, com destaque para região já citada (+160,48%), sendo os estados que mais se destacam nesse aumento (relativo aos anos anteriores): Piauí (+568,75%), Maranhão (+476,47%), Acre (+460,00%), Paraíba (+364,10%) e Tocantins (+339,13%). (MÜLLER et al, 2017). Quando se considera apenas o Nordeste do país, o estado do Ceará se sobressai em relação ao número absoluto de suicídios notificados no período de 2014-2018 (3023), seguido dos estados da Bahia (2632), Pernambuco (1905), e Piauí (1493) (RODRIGUES et al, 2020).

Quanto aos métodos empregados mais descritos, temos em destaque o enforcamento (47,2%), armas de fogo (18,7%) e envenenamento (14,3%). Quanto a este último método, os pesticidas são as substâncias mais utilizadas (41,5% das vezes) (LOVISI et al, 2009). Restringindo o universo de análise, um trabalho publicado em 2007, a partir da análise da caracterização do suicídio em uma capital do Nordeste brasileiro sugeriu um perfil semelhante: 54,1% dos casos notificados foram caracterizados como suicídio por enforcamento; 16,2% por envenenamento e uma porcentagem inferior (2,7%) correspondeu ao suicídio por armas de fogo (PARENTE et al, 2007).

Nesse contexto de preocupação mundial com o tema, que de forma alguma se limita ao contexto nacional, o Brasil vem adotando medidas de modernização e aperfeiçoamento no sistema de coleta de dados, prevenção e remediação do suicídio, a exemplo da lei de número 13.819/19 que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio e torna obrigatória a notificação de casos suspeitos ou confirmados de violência autoprovocada. (FELIPE, 2019). Tais dados alimentam o Sistema de Informação em Saúde (SIS), que compreende o Sistema de Notificações e Agravos (SINAN) e o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), servindo de base para elaboração das políticas de prevenção e combate ao suicídio e à automutilação. As informações, quando coletadas, passam a compor um banco que

Humana Res,v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 178 a 192, jan. a ago. 2021

DESCRIÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS CASOS DE SUICÍDIO NO NORDESTE BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2010 A 2018: UM ESTUDO ECOLÓGICO

se intitula DATASUS - Departamento de Informática do SUS, responsável pela ação produtora, receptora, ordenadora e disseminadora de informações (FERRAZ, 2009). Apesar disso, para que essa ferramenta alcance seu objetivo, é necessário a capacitação dos agentes envolvidos, o correto preenchimento dos formulários e a transmissão da notificação em tempo hábil a outros setores (FELIPE, 2019).

Com a popularização da internet nos últimos anos, foi ampliado o acesso à plataforma (DATASUS), que atualmente encontra-se disponível para consulta e pesquisa via online. Tal fato reforça o princípio de acessibilidade e facilita aquele que prega a participação no processo de construção do Sistema Único de Saúde (CANDIAGO, 2007).

Os objetivos deste trabalho foram descrever e analisar a evolução da incidência dos casos de suicídio nos diferentes estados do Nordeste brasileiro no período de 2010 a 2018 através das informações presentes no sistema do DATASUS e a distribuição das causas de suicídio por estado no período descrito, de acordo com o método por CID-10 (X-60 a x-84).

O confronto entre dados obtidos no período entre 2010-2018 referente a evolução dos coeficientes, bem como as proporções encontradas com o método por CID-10 e as informações disponíveis na literatura médica das respectivas localidades são de extrema importância para avaliação dos impactos das políticas públicas existentes e para elaboração de novos planos e estratégias no enfrentamento ao suicídio e seus desdobramentos sociais.

METODOLOGIA

O presente trabalho, trata-se de um estudo epidemiológico observacional, descritivo, do tipo ecológico, com coleta retrospectiva de dados no banco do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Os dados coletados correspondem às taxas de suicídio nos estados do Nordeste do Brasil entre os períodos de 2010 a 2018. O DATASUS usa como fonte de seu banco de dados a análise das notificações armazenadas no Sistema de Informação sobre Mortalidade, sendo estas, portanto, as fontes deste trabalho.

Os dados colhidos foram transpostos e organizados conforme conveniência para análise e comparação das informações entre os estados. Para isso, foram digitados no programa Microsoft Excel 2010. A incidência de cada ano foi calculada individualmente para cada um

dos estados do Nordeste. Após isso, foram calculados os números de casos por 100.000 (cem mil) habitantes nos anos de 2010 e 2018, utilizando as estimativas de população residente realizadas pelo TCU e disponíveis no próprio banco de dados do DATASUS. Os resultados dessa incidência proporcional foram comparados de modo a obter a variação percentual do período.

Uma segunda etapa foi realizada a partir da reunião de informações referentes às notificações no período total (2010 a 2018), sendo separadas por CID-10 (X-60 à X84) e estado. Para melhor organização e interpretação dos dados os CID-10 semelhantes foram agrupados em categorias de I a VI:

I – **Envenenamentos:** correspondente aos CID-10 X-60 à X-69

II- **Enforcamento:** correspondente ao CID-10 X-70

III- **Armas:** correspondente aos CID-10 X-72 à X-74

IV- **Fumaça, fogo, água ou gases quentes:** correspondente aos CID-10 X-76 e X-77

V- **Precipitação de lugares altos:** correspondente ao CID-10 X-80

VI- **Outros:** correspondente aos CID-10 não mencionados acima (X-71, X-75, X-78, X-79, X-81, X-82, X-83, X-84)

Foram calculados, também, o número de casos em todo Nordeste para cada grupo, de modo a se obter a proporção em relação casos no período (%).

Por se tratar de um estudo ecológico, com coleta de dados não individuais em sistema de informação de domínio público, não se fez necessária a prévia autorização em Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos. No entanto, foram observados os ditames éticos que permeiam uma pesquisa nas áreas que tangem as Ciências da Saúde. Ainda considerando a natureza desse delineamento, o trabalho em si não traz risco individual aos envolvidos, tendo como desvantagem apenas as características inerentes deste tipo de estudo. Pela dificuldade de controlar as variáveis de confundimento, corre-se o risco de cair na dita “falácia ecológica”, não podendo, portanto, concluir aspectos de natureza individual a partir da análise de agregados. No entanto, como este não é o objetivo do presente estudo, não serão propostas relações de causalidade nesse trabalho.

DESCRIÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS CASOS DE SUICÍDIO NO NORDESTE BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2010 A 2018: UM ESTUDO ECOLÓGICO

RESULTADOS

A partir da coleta e organização dos dados obtidos pelo DATASUS, pôde-se contabilizar um total de 22882 casos de suicídio notificados em toda região Nordeste durante o período de 2010 a 2018, com um coeficiente de mortalidade de 3,98 por 100 mil habitantes no ano de 2010 e de 5,21 por 100 mil habitantes em 2018. (Tabela 1)

184

Tabela 1- Incidência de suicídios por habitante nos estados do Nordeste brasileiro nos anos de 2010 a 2018

ESTADO	PERIODO TOTAL (2010 - 2018)	Nº de casos por 100000 habitantes (2010)	Nº de casos por 100000 habitantes (2018)	AUMENTO PERCENTUAL (2010-2018)
MARANHÃO	2334	3,17	4,45	40,5
PIAUÍ	2379	6,44	10,14	57,3
BAHIA	4481	3,08	3,80	23,3
CEARÁ	5161	5,78	6,20	7,3
RIO GRANDE DO NORTE	1524	4,32	4,38	1,1
PERNAMBUCO	3125	3,24	4,53	39,7
PARAÍBA	1756	4,19	5,93	29,2
ALAGOAS	1028	2,72	4,12	51,3
SERGIPE	1094	5,66	6,48	14,4
NORDESTE (TOTAL)	22882	3,98	5,21	23,4

Fonte: DATASUS

Quando observadas as taxas por estado, considerando valores absolutos, destacou-se o estado do Ceará com 5161 casos; seguido pelos estados da Bahia (4481 casos); Pernambuco (3125 casos); Piauí (2379 casos); Maranhão (2334 casos); Paraíba (1756 casos); Rio Grande do Norte (1524 casos); Sergipe (1094 casos) e, por fim Alagoas (1028 casos). No entanto, quando consideramos o número de casos por 100.000 habitantes no ano de 2010, o ranking mostra-se diferente: o Piauí lidera com uma taxa de 6,44; em seguida estão os estados do Ceará (5,78); Sergipe (5,66), Rio Grande do Norte (4,32); Paraíba (4,19); Pernambuco (3,24); Maranhão Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 178 a 192, jan. a ago. 2021

(3,17); Bahia (3,08); e Alagoas (2,72). No ano de 2018, analisando as mesmas taxas (por 100.000 habitantes), o estado do Sergipe supera o do Ceará e sobe para a segunda posição, além disso, o estado do Rio Grande do Norte cai para a sétima posição e o da Bahia para última posição.

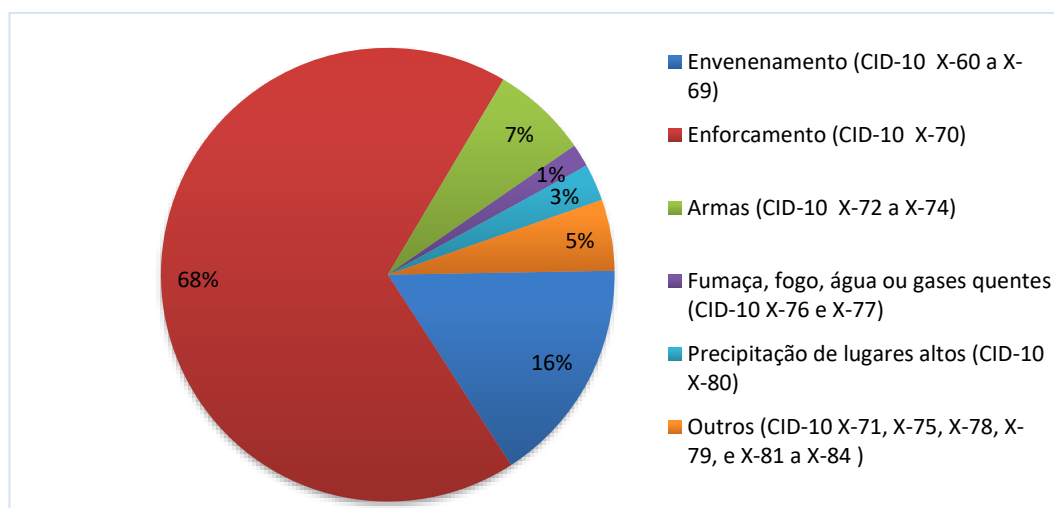
Comparando os dados apresentados na tabela 1 para cada estado, podemos obter o aumento percentual dos casos relativos ao número de habitantes entre os anos de 2010 e 2018. O estado com maior aumento foi o Piauí, com 57,34 %; acompanhado por Alagoas (51,38%); Maranhão (40,53%); Pernambuco (39,75%); Paraíba (29,27%); Bahia (23,36%); Sergipe (14,44%); Ceará (7,39%) e Rio Grande do Norte (1,19%). O aumento percentual considerando os casos em todo o Nordeste foi de 23,47%.

Com os dados coletados, também foi possível a organização da tabela comparando os números correspondentes aos métodos de suicídio nas notificações (pelo CID-10) em cada estado durante todo o período estudado. Para fins de análise, os dados foram agrupados de acordo com similaridade do método de suicídio utilizado.

Quando se considera os números como um todo, destacam-se o CID X-70, que corresponde a mortes por asfixia – enforcamento, estrangulamento e sufocação - com 15.486 casos absolutos (aproximadamente 67,6% dos casos totais); as mortes por envenenamento (CID-10 X-60 a X -69) representam 16% dos métodos utilizados (3688 casos absolutos). Armas de fogo (CID-10 X-72 a X -74) e precipitação de locais elevados correspondem a respectivamente 1584 e 603 casos do total. O grupo correspondente aos CID-10 X-71, X-75, X-78, X-79, e X-81 a X-84 representam aproximadamente 5% (1149 casos absolutos) dos métodos de suicídio mais utilizados. (Gráfico 1)

Gráfico 1- Porcentagem de métodos de suicídio no Nordeste do Brasil agrupados por CID-10 no período de 2010-2018

DESCRIÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS CASOS DE SUICÍDIO NO NORDESTE BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2010 A 2018: UM ESTUDO ECOLÓGICO

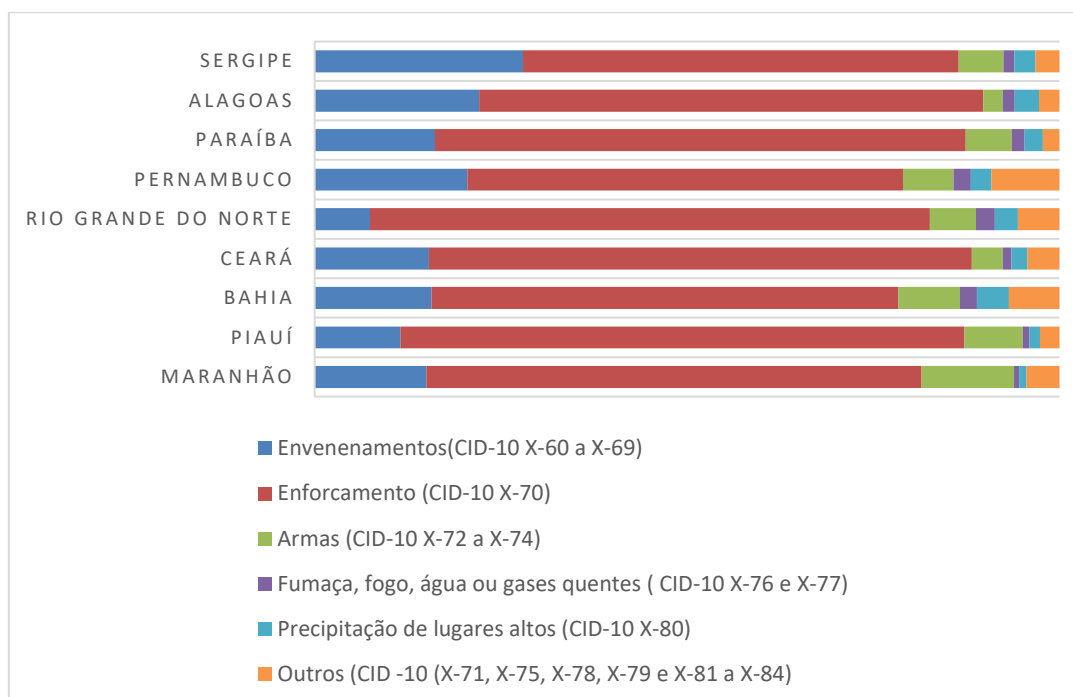


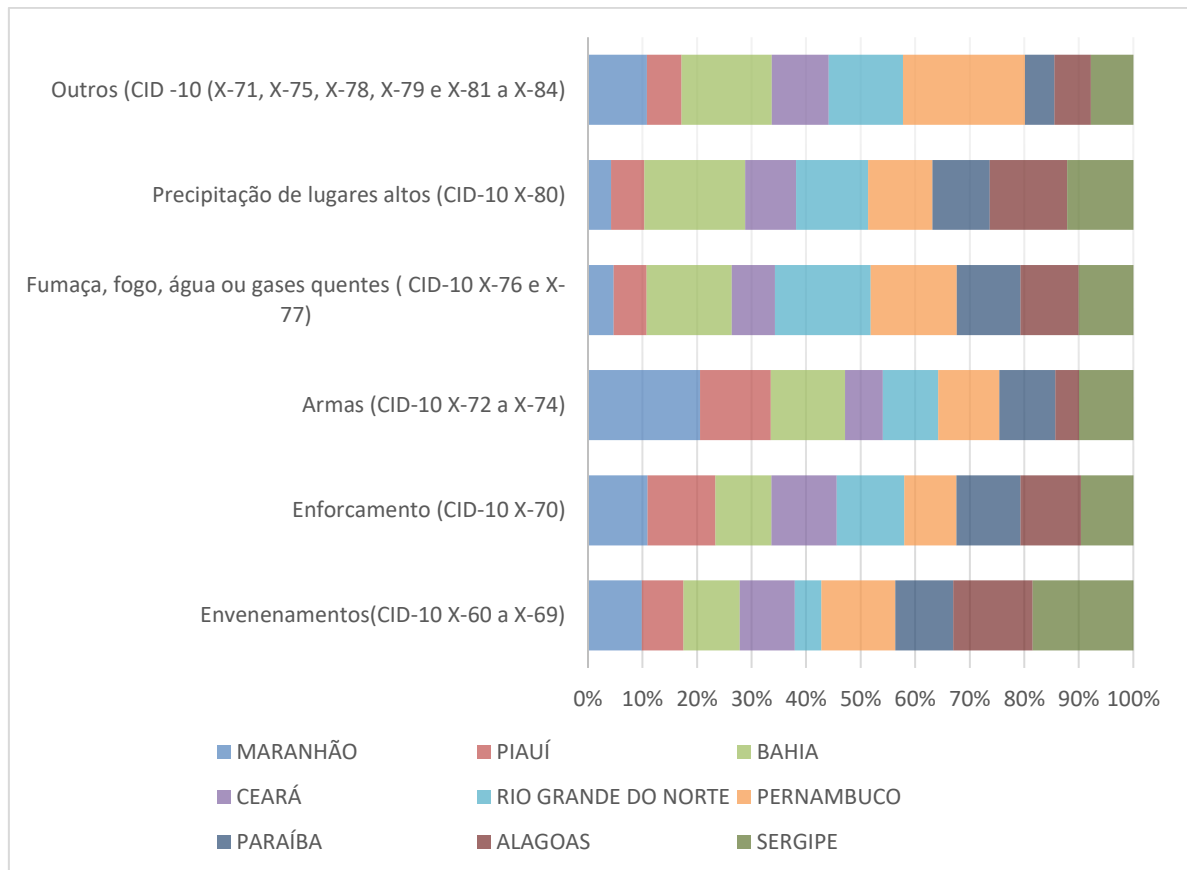
186

Fonte: DATASUS

Os valores encontrados por estado separadamente tenderam a seguir o padrão regional, com algumas diferenças específicas.

Gráfico 2 e 3 – Principais de causas de morte agrupadas por CID-10 nos estados do Nordeste no período de 2010 a 2018





Fonte: DATASUS

Nos estados repetem-se os CID-10 X-70, o grupamento de CID-10 referente aos envenenamentos (X-60 a X-69) e às armas (X-72 a X-74) como métodos mais prevalentes, nessa ordem, seguido da utilização de métodos diversos (agrupamento correspondente aos CID-10 X-71, X-75, X-78, X-79, e X-81 a X-84) que superam em números absolutos, os óbitos decorrentes por precipitação de lugares elevados (CID-10 X-80) e lesões autoprovocadas por fumaça, fogo, água ou gases quentes (CID-10 X-76 E X-77). A exceção corresponde ao estado do Alagoas, onde a precipitação de locais elevados aparece como o quarto método de suicídio mais utilizado. (Gráfico 2)

Quando se compara apenas os métodos de suicídio correspondente aos CID-10 X-80 e aos CID-10 X-76 e X-77, fica evidente maior prevalência das mortes após precipitação de locais elevados em todo Nordeste. (Gráfico 2)

DESCRIÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS CASOS DE SUICÍDIO NO NORDESTE BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2010 A 2018: UM ESTUDO ECOLÓGICO

Tabela 2 – Aumento percentual de casos de suicídio no Nordeste de acordo com os grupos de CID -10 agrupados no período de 2010 a 2018.

Agrupamento por CID-10	Nº de casos no NE (2010)	Nº de casos no NE (2018)	Aumento Percentual (2010-2018)
I	482	379	-27
II	1240	2181	43
III	190	180	-6
IV	37	42	12
V	42	81	48
VI	132	133	1
TOTAL	2123	2996	29

Fonte: DATASUS

A tabela 2 mostra o aumento na porcentagem de participação da maioria dos grupos, isso aconteceu em função da diminuição de incidência dos métodos correspondentes ao grupo I e III (envenenamento e armas de fogo). Os dois últimos grupos apresentaram queda na participação relativa nos métodos de 27 e 6 %, respectivamente. Os grupos que apresentaram uma variação mais significativa foram o II e V (enforcamento e precipitação de lugares altos), com 43 e 48%, respectivamente.

DISCUSSÃO

Os dados colhidos no DATASUS e organizados para a elaboração deste trabalho coincidem, em parte com as estatísticas já publicadas na literatura. Em outros pontos podemos perceber diferenças quanto aos resultados e às inferências em decorrência da forma de apresentação dos mesmos.

Nos trabalhos analisados para construção do referencial teórico deste artigo, foram apresentados dados que sugerem um coeficiente de mortalidade nacional de 5,55% no ano de 2016 (SILVA et al, 2016). Os trabalhos mostravam tendência de aumento dessa taxa nos últimos anos analisados. Os resultados obtidos nesse artigo confirmam essa tendência de Humana Res,v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 178 a 192, jan. a ago. 2021

aumento da incidência de suicídio em todos os estados do Nordeste. Nos resultados, a taxa de mortalidade calculada para o ano de 2018 dos estados no Nordeste brasileiro (5,21 para cada 100.000 habitantes) mostrou-se bem próximo da taxa nacional sugerida, também com aumento gradual da taxa de incidência por 100.000 habitantes (3,98 para 5,21) correspondendo a um aumento médio, mostrando uma tendência da região em seguir o índice nacional de aumento progressivo. Outro fator que confirma essa informação é a variação da taxa encontrada em trabalhos publicados na década anterior ao estudo atual: 2,7 no ano de 2006 (LOVISI et al, 2009) para 3,98 em 2010 e 5,21 em 2018.

No entanto, a comparação dos dados mostra que alguns estados nordestinos apresentaram médias bem superiores à nacional. Foi o caso do Piauí (10,14), do Ceará (6,20) e de Sergipe (6,48). Ao mesmo tempo, estados vizinhos apresentaram taxas significativamente inferiores, como foi o exemplo do Maranhão (4,45), Bahia (3,80), Rio Grande do Norte (4,38), Pernambuco (4,53) e Alagoas (4,12). Tal fato surge da disparidade notável nas incidências de suicídio entre os estados da mesma região, com taxas de incidência que chegam a ser cerca de 128% maiores entre estados que fazem fronteira (é o caso do Piauí e Bahia que ocupam, respectivamente, a primeira e a última colocação no ranking de taxas de mortalidade). Mais estudos, considerando as variáveis de exposição já conhecidas como de risco para o suicídio e as possibilidades de subnotificação dos casos, devem ser realizados para justificar tal diferença.

Outro dado literário corroborado sobre a variação da incidência de suicídio nos estados do Nordeste brasileiros nos últimos anos foi a da superioridade do estado do Piauí (57,34%) em relação aos outros. No entanto, no período analisado neste estudo, o Piauí foi seguido pelo estado de Alagoas (estudos considerando um período mais amplo, de 1996-2016, sugerem que o estado do Maranhão seguiria o do Piauí nessa variação do aumento da incidência de suicídio no período de 1996 à 2016 - MÜLLER AS, et al, 2017). Essa divergência quanto ao segundo colocado, pode sugerir uma aceleração do aumento da incidência no estado alagoano no período deste atual estudo (2010-2018). Vale destacar que a taxa de mortalidade desse estado era a menor no ano de início da contabilização dos dados (2010), sendo ainda consideravelmente menor que a média nacional anteriormente publicada e a regional encontrada no final do estudo, apesar de que, neste momento, já estivesse superado a do estado da Bahia (2018). Tal fato pode ser, parcialmente, implicação de que variações similares às de outros estados no coeficiente de mortalidade representaram, neste caso, um aumento percentual mais significativo em relação

DESCRIÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS CASOS DE SUICÍDIO NO NORDESTE BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2010 A 2018: UM ESTUDO ECOLÓGICO

ao valor inicial, contribuindo para a significação do valor percentual final de variação de taxa de incidência (51,38%).

Outra questão percebida com a análise dos dados foi que nos recentes trabalhos usados como referencial teórico neste artigo, o estado do Ceará foi apresentado como primeiro lugar em número absoluto de notificações de suicídio, seguido da Bahia e Pernambuco (RODRIGUES et al, 2020). Os dados achados nesta pesquisa foram similares aos apresentados anteriormente. No entanto, quando consideramos os valores relativos ao número de habitantes, esses estados caem de posição em relação aos estados do Piauí e Sergipe, de tal modo que a Bahia passa a ser o estado com menor índice de suicídio relativo à população. Dessa forma, destacamos a importância do cruzamento dos dados absolutos de notificação com os dados populacionais de cada estado, de forma a obter um panorama mais fidedigno com a realidade da população.

A análise dos métodos de suicídio segundo o DATASUS segue um padrão similar aos dados colhidos na literatura anteriormente. Na pesquisa atual, os resultados mostram uma superioridade considerável do método de enforcamento em relação aos outros (CID-10 X-70: lesão autoprovocada intencionalmente por enforcamento, estrangulamento e sufocação), correspondendo ao principal método notificado em todos os estados do estudo (2/3). Seguido pelos óbitos relacionado aos envenenamentos (CID-10 X-60 à X-69) e armas (CID-10 X-72 à X-74), correspondendo mais uma vez aos dados nacionais já relatados. (Gráfico 1) Destaque para superioridade do método de envenenamento em relação a armas de fogo, em contradição a literatura anterior para o contexto nacional e de acordo com literatura para o contexto regional.

As variações descritas nos resultados quanto aos CID-10 mais notificados nos estados específicos não mudam a tendência dessa trindade de métodos.

Quando comparamos os dados já apresentados com aqueles obtidos na Tabela 2, percebemos uma tendência ainda maior de crescimento do método enforcamento, em detrimento da diminuição de armas de fogo e, principalmente, envenenamento. Vale destacar o aumento considerável das mortes por precipitação de lugares altos. Essas constatações podem significar um reorganização da incidência desses métodos observados nos próximos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecer o padrão de incidência deve ser considerado para o direcionamento da elaboração das políticas públicas de combate ao suicídio. Tal ação, passa pelo conhecimento dos métodos mais comumente empregados para construção das estratégias de vigilância. Por fim, com a comparação dos valores (e considerando a significância do método relacionado à precipitação de lugares altos) vale destacar a importância da consideração do método correspondente ao CID-10 X-80 na elaboração de políticas de prevenção ao suicídio, apesar de esta modalidade estar fora da trindade principal.

REFERÊNCIAS

Bertolote JM, Fleishmann A. **A global perspective in the epidemiology of suicide.** Suicidology. 2002;7(2):6-7

Botega, Neury José. **Crise suicida: Avaliação e manejo.** 1ª. ed. [S.l.]: Artmed, 2015. 302 p.

Candiago, Rafael Henriques; Abreu, Paulo Belmonte de. **Uso do Datasus para avaliação dos padrões das internações psiquiátricas,** Rio Grande do Sul. Rev. Saúde Pública [online]. 2007, vol.41, n.5 [cited 2020-03-15], pp.821-829.

Felipe, Márcio Gonçalves. **A Notificação Compulsória de Casos de Automutilação e Suicídio.** ANAIS DO VII ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO, São Paulo, v. 3, ed. 1, p. 495-499, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unisanta.br/index.php/ENPG/issue/view/107/showToc>. Acesso em: 13 mar. 2020.

Lovisi GM, Santos AS, Legay L, Abelha L, Valencia E. **Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006.** Rev Bras Psiquiatr. 2009;31(Supl II):86-93.

Muller As, et al. **Estratégias de prevenção e pósvenção do suicídio:** Estudo com profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial. Revista de Psicologia, IMED, 2017; 9 (2): 6-23.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (2014). **Preventing suicide: a global imperative.** Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/131056/9789241564779_eng.pdf;jsessionid=295BDDDBFFF10406E716085C25555636F?sequence=1. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (2019). **Suicide in the world- Global Health estimates.** Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/326948/WHO-MSD-MER-19.3-eng.pdf?ua=1>. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

Humana Res,v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 178 a 192, jan. a ago. 2021

DESCRIÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS CASOS DE SUICÍDIO NO NORDESTE BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2010 A 2018: UM ESTUDO ECOLÓGICO

Parente ACM, Soares RB, Araújo ARF, Cavalcante IS, Monteiro CFS. **Caracterização dos casos de suicídio em uma capital do Nordeste Brasileiro.** Rev Bras Enferm 2007; 60:377-81.

Rodrigues, H. de F., Moraes, L. de S., & Veloso, L. C. (2020). **Epidemiological analysis of suicide in the Northeast Region from Brazil in the period 2014 to 2018.** Research, Society and Development, 9(7), e659974725.

Scavacini, K. (2018). **O suicídio é um problema de todos: a consciência, a competência e o diálogo na prevenção e posvenção do suicídio.** Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Silva, D. A. da; Marcolan, J. F. Epidemiology of suicide in Brazil between 1996 and 2016 and the public policy. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. e79922080, 2020.

ENTREVISTA ESPECIAL



193

ENTREVISTA COM A ESCRITORA VANESSA TEODORO TRAJANO

Por Dr. Elio Ferreira de Souza-UESPI

Dra. Maria Suely de Oliveira Lopes-UESPI

Dr. Sebastiao Alves Teixeira Lopes-UFPI

Vanessa Teodoro Trajano é natural de Teresina-Piauí e radicada em Brasília-DF. Além de escritora, é professora de língua portuguesa, com mestrado em Estudos Literários pela Universidade Federal do Piauí. É autora de *Mulheres incomuns* (2012, contos), *Poemas proibidos* (2014, poesia), *Doralice* (2015, romance), *Ela não é mulher pra casar* (2019, contos, finalista do Prêmio Guarulhos) e *Supermulher e outras performances poéticas* (2020, poesia).

ENTREVISTA ESPECIAL

- 1 Como surge seu fascínio pela literatura? Quem ou o que lhe motivou a ler e a ser escritora?

A minha mãe me ensinou a ler e a escrever aos três anos, o que é curioso, porque ela mesma só fez até a quarta série. Mas como não desejava que eu fosse ignorante e não sabida das coisas, passou-me o pouco que sabia. Ao perceber que aprendi muito rápido, o meu pai me dava livrinhos e gibis, que eu devorava rapidamente. Então posso dizer que tudo aconteceu de maneira bem orgânica. Na própria infância tinha prazer em escrever, inventar histórias. Sou leitora e criadora desde que me entendo por gente. Arrisco até que a melhor fase de invencionice é justamente essa, em que a imaginação está a mil. De todo modo, agradeço aos meus pais, que apesar de não serem letrados investiram para que eu fosse.

194

- 2 Como se dá sua formação enquanto leitora de literatura? Quais autores e obras foram importantes para essa formação? Quais temas mais lhe fascinavam?

Eu estudava numa escola que não tinha biblioteca. Para falar a verdade, nunca havia entrado numa até a adolescência, mesmo amando ler. Aos treze anos, comecei a estudar no centro de Teresina e me aproximei desses ambientes. Fui ao SALIPI e me senti em casa. Lá ganhei uns clássicos e comprei outros. Aos dezesseis já tinha lido toda a fase realista de Machado de Assis, por quem me confesso terminantemente apaixonada. Nesse período conheci também Clarice Lispector e Lygia Fagundes Telles, e o delírio literário acabou por se instalar. Eu gostava, e continuo nessa preferência, de temas ligados ao comportamento humano. Se a gente parar para pensar, Clarice é a rainha do relacionamento interpessoal e do conflito manifesto disso. Lygia tem diversos causos sobre casais e o não dito a respeito de tudo o que envolve a vida a dois. E Machado é um bruxo.

ENTREVISTA ESPECIAL

- 3 Você possui uma sólida formação em Linguagens, tendo inclusive mestrado em Estudo Literários pela UFPI. Como essa formação acadêmica teórica e crítica repercute na sua produção literária?

Num primeiro momento, fiquei com medo de a teoria inundar a minha desenvoltura artística e ficar engessada. Todavia, hoje percebo o quão crucial e indispensável foi essa formação acadêmica. Leio diferente, escrevo diferente. Há uma tradição que não devemos nos desvencilhar, e ela é fundamental até para quando quisermos fundamentar a resposta de uma entrevista, por exemplo, rs. Além disso, trabalhei um tempo como curadora literária do SESC e vi que o mestrado também me ajudou nessa empreitada. A dimensão de análise fica, de fato, mais aprofundada, e sai do previsível “eu gosto porque gosto”. Está certo que enquanto leitores temos as nossas predileções, mas precisamos saber que nada está aí à toa, existe uma razão de ser em cada estilo de escrita e em cada época, influenciada por questões históricas, socioculturais e linguísticas. Ter ciência disso, de maneira não empírica ou intuitiva, acabou me dando uma munição extra na escrita.

- 4 Sua dissertação de mestrado pela UFPI, sob orientação do prof. Dr. Sebastião Lopes, foi sobre *Pequenos pássaros*, coletânea da consagrada escritora francesa Anaïs Nin (1903-1977), que apresenta contos eróticos centrados em personagens femininas. Qual a influência dessa autora e, de forma mais específica, dessa coletânea para a sua formação enquanto escritora.

Anaïs Nin é a minha madrinha, mãe, amante, mentora. A admiração surgiu em 2010, quando comecei a lê-la após um leitor do meu blog conviteparalervanessatrajano ter me indicado. Dali para frente a paixão só

ENTREVISTA ESPECIAL

cresceu. E quando conheci *Pequenos pássaros* entendi que o erotismo não se trata de sexo. O erotismo é o que talvez nem aconteceu, ou seja, aquilo que está no

campo da iminência. É sobre isso que me interessa relatar. Hoje temos acesso muito fácil à pornografia, bastando somente dois cliques – ao passo que o sexo ainda é, contraditoriamente, um tabu. Percebo o erotismo como uma forma de resolver esse problema, e tenho a Anaïs Nin como a melhor professora que uma jovem escritora poderia ter.

196

- 5 O Brasil já conta com uma tradição sólida no campo da literatura erótica produzida por mulheres, basta lembrar de nomes como os de Hilda Hislt (1930-2004) e Odette Pérez Ríos, mais conhecida pelo pseudônimo Cassandra Rios (1932-2002). Você dialoga com essa tradição literária e já se percebe nela inserida?

Estou trabalhando para ser, incansavelmente, apesar de dialogar mais com a literatura produzida pela Anaïs Nin do que com a da Hilda, que ao meu ver é muito hermética. Já a da Cassandra Rios conheço pouquíssima coisa, não posso comentar. Mas a gente nunca se insere numa tradição para copiar, e sim para reinventar. Isso acredito estar fazendo.

- 6 Você produz o que podemos chamar de literatura *hot*, com textos voltados para o universo erótico de mulheres. Como você imagina seus leitores? Ressalte-se que ao usar leitores no masculino, além de desnudar o falocentrismo da linguagem, abre-se espaço para um público leitor também masculino. É isso mesmo ou você busca atingir estritamente o público feminino?

ENTREVISTA ESPECIAL

Pretendo um público adulto, independente do gênero, embora eu ficaria mais satisfeita se as mulheres me lessem mais, porque escrevo sobre elas e para elas. Digamos que mais de 70% do meu público é masculino, quando o benefício para o público leitor feminino seria muito maior. Mas a questão da falta de apoio delas reflete um problema que já existe desde que o mundo é mundo, que é a falta de

197

irmandade entre as mulheres – o que atualmente estão chamando de sororidade. E sei que não acontece só comigo. Outras escritoras jovens passam pela mesma coisa, bem como artistas de outras linguagens.

- 7 Quais as implicações de produzir literatura erótica a partir de uma perspectiva feminina? Você busca alguma forma de mudança social, fazendo com que mulheres reflitam sobre as relações de gênero, em especial aquelas que envolvem a sexualidade?

Quero que as minhas leitoras relaxem e gozem, literalmente. É incrível a quantidade de mulheres que afirmam nunca terem tido um orgasmo na vida, dado que obtive, inclusive, na minha pesquisa de mestrado. É assombroso que a questão não seja só fisiológica, mas principalmente cultural. Há um sentimento de culpa nas mulheres. Veja bem: elas podem até trabalhar, estudar, ter estabilidade e autonomia financeira, mas gozar, não. É como se nos permitissem “liberdade” até certo ponto. Quando vai para o campo do afetivo e do sexual, começam os interditos e as punições. O que almejo é, primeiramente, diminuir esses interditos e essas punições – porque se de todo viraremos animais. Como sei que isso ainda vai demorar para acontecer, gostaria de ensiná-las, pelo menos, a fazer de conta que esses “impedimentos” e “consequências” não são tão dominantes assim. Porque é aí que a magia começa.

ENTREVISTA ESPECIAL

8 Vivemos em um momento paradoxal e mesmo dramático no que diz respeito às

relações de gênero Brasil, marcado por avanços como a implementação cada vez mais incisiva da lei Maria da Penha, a luta por igualdade salarial, a participação mais efetiva de mulheres na sociedade e na política, mas também caracterizada por inúmeras violências contra o corpo feminino, inclusive com número inaceitável de feminicídios. Como sua literatura se insere nesse conturbado momento da vida social brasileira?

198

Quando, a essa altura do campeonato, um homem diz coisas do tipo: “não tenho coragem de casar com uma mulher dessas”, “mulher minha não faz isso”, “como ela quer ser respeitada usando essas roupas” ele já está matando a mulher, simbolicamente. O ato máximo de violência contra nós começa muito antes, secularmente e episodicamente falando. Nós já nascemos putas e mortas. O advento da terceira onda do feminismo de 2013 para cá tenta, por meio de marchas, grupos, protestos e discussões, reivindicar muitas questões urgentes a nós e que calávamos anos atrás. Isso incide na literatura, embora a minha carreira tenha se iniciado antes mesmo desse movimento coletivo. Porém, como estamos todas juntas nesse vulcão em erupção, sinto-me consciente nesse contexto, embora tenha as minhas próprias questões, o meu estilo, a minha autenticidade – e aqui sou muito lúcida no que diz respeito ao panfletarismo, que acredito intoxicar a linguagem literária. A minha literatura, ainda que evidentemente revoltada com a violência de gênero, busca dar o seu grito e chamar para o debate dentro daquilo que almeja um dia se canonizar – e assim não conversar apenas com a geração com a qual se insere, mas também com as futuras.

9 Os títulos de suas obras são provocadores e mesmo irônicos. Trata-se de um convite para que as mulheres não sejam comuns, para que busquem o proibido, para que reflitam sobre as relações patriarcais que interpelam o feminino, exclusivamente para o casamento, ou para que busquem ou evitem serem vistas como supermulheres? Quais as principais mensagens que você pretende levar para as mulheres e para a sociedade brasileira através de suas obras?

ENTREVISTA ESPECIAL

Acho que a mensagem retorna ao lugar comum e já enfatiado tema da liberdade. Acredito que a mulher tem liberdade para ser o que ela quiser, inclusive puta. Sei que o feminismo é importante, e eu assim me reconheço, mas já presenciei muitas vezes mulheres feministas discriminarem outras que não se denominavam assim e tinham total liberdade com o próprio corpo, como também sendo reativas e incompreensivas em relação àquela mulher que por opção fica em casa cuidando

199

dos filhos. Não é inglorio ser mãe nem dona de casa. E ninguém é obrigado a nada. Se você quer ir para o Palácio do Planalto brigar pelos nossos direitos, que bom, a gente agradece por isso. Se você quer fazer doutorado em Havard que bom também, ficamos muito contentes que nossas antepassadas não lutaram em vão. Mas se você prefere dedicar-se à vida doméstica, seja por qual motivo for, que bom também. Como também se quiser vender o seu próprio corpo para pagar a faculdade, ou mesmo porque gosta, que bom! As mulheres incomuns, as que não são pra casar, encontram-se nesse universo – até aquelas que ficam em casa cuidando dos filhos, pois mesmo que não se dê nenhum “motivo”, há sempre uma mulher sendo puta na boca de um machista. Então, a mensagem é: ah, quer saber? Foda-se.

- 10 Você tem um primeiro romance, *Doralice*, publicado em 2015. Quem é Doralice e o que ela tem a nos dizer?

Doralice é uma jovem sonhadora. E ela tem um sonho tão simples que o leitor é levado a perguntar-se por que ela não consegue realizá-lo. A resposta é igualmente banal: as condições socioeconômicas que a cercava impossibilitava qualquer aspiração fora dos padrões basilares de sobrevivência, que são comer e morar. Ler Doralice é ter um espelho de milhões de brasileiros que vivem com o mínimo do mínimo. Pergunto: tem lugar para arte e cultura na vida dessas pessoas?

ENTREVISTA ESPECIAL

200

Difícilmente. Nasci e me criei na periferia, sei do que estou falando. Tive sorte de ter um núcleo familiar um tanto equilibrado, bem como também não vivíamos em extrema pobreza, até porque estudei em escola particular. Mas não é assim para todo mundo. Portanto posso assegurar que Doralice é uma forma de tocar na ferida, e dizer: dá para sair da bolha? Dá para olhar além do próprio umbigo?

- 11 Suas narrativas podem acontecer em diferentes contextos urbanos. Apesar disso, como o Piauí, com sua espacialidade, cultura e identidade, se faz presente em suas

obras? Essa piauiensidade surge de forma mais marcada em alguns de seus textos, personagens ou situações?

Sempre gostei muito de viajar. Além disso, nasci no Piauí, porém a minha família é toda do Ceará, de modo que me considero parcialmente de lá. Ademais, sempre comparei os comportamentos sociais dos lugares, do tipo: aqui é assim, lá é assado. E desde cedo percebi que o Piauí possui umas peculiaridades – principalmente em relação à mulher. Aí eu só aplicava aos enredos, indiretamente, é claro. Mais velha, após conhecer melhor diferentes estados, viajar para o exterior e morar em outra cidade, as minhas teorias sobre os piauienses e a forma como nós lidamos com as relações de gênero só se confirmaram. Vou ser direta: a maioria dos homens são terríveis e tratam a mulher com posse. “Ah, em todo lugar é assim”. Não. No Piauí/nordeste é pior. Está enraizado. As mulheres também não estão fora disso. Muito machistas.

- 12 Há alguns anos você migrou do Piauí, radicando-se em Brasília. Como era sua relação com o estado natal e qual sua percepção de ser piauiense agora à distância?

ENTREVISTA ESPECIAL

201

A relação sempre foi de amor e ódio. Amo as pessoas. As pessoas, segundo o Moisés Rego, um amigo querido, são o nosso maior patrimônio. Concordo plenamente. No entanto, odiava/odeio a forma como o estado é esquecido pelo poder público (bate uma certa vergonha às vezes, devo confessar). Um estado com tanto potencial humano e turístico deveria ser mais aproveitado. Certa vez fui a uma oficina em Brasília ministrada por um escritor de Curitiba. Dei-me conta que o Piauí é muito bem visto fora, literariamente falando. Fiquei feliz. Mas quem é daí sabe que muita coisa precisa melhorar. Os eventos literários concentram-se na iniciativa de duas ou três pessoas, ou seja, apaixonados e loucos que fazem a coisa acontecer. Fora isso, nada. O piauiense merece muito mais. O berço do homem americano, o nosso litoral, a nossa soja, as nossas cachoeiras, a nossa arte, a nossa cultura, a nossa culinária e a nossa energia solar merecem.

- 13 Como foi sua experiência de pandemia de Covid-19? Conseguiu se manter produtiva? Abordou esse período de privações e quarentena em textos literários?

Que nada. Momento de pausa é momento de pausa. Quem não engravidou nessa quarentena ou separou ou enlouqueceu ou comprou planta. Sei que muita gente produziu bastante, mas não foi o meu caso. No entanto, mexi no que já estava produzido e ainda estou nesse momento. Compilei poemas já escritos e publiquei *Supermulher e outras performances poéticas*, em formato e-book. Investi na minha carreira de roteirista. Enfim, fiz outras coisas. Na verdade, estou me permitindo férias literárias. Já publiquei bastante para a minha idade e tenho muita coisa pronta.

- 14 Quais seus projetos literários para o futuro próximo?

ENTREVISTA ESPECIAL

202

É sobre isso que falava na resposta anterior. Pretendo publicar o livro físico de Supermulher, além de três obras inéditas, um romance, um livro de contos e um autobiográfico. O primeiro é inspirado na minha mãe e confirma a minha tendência de ter personagens marcantes como figuras maternas nos meus romances; o segundo, que apesar de ser uma coletânea de contos, tem apenas uma única personagem; e, por último, o autobiográfico, porque eu acho a minha vida muito interessante, principalmente a profissional – e todos saberão o porquê. Agora me diz: depois de tanta coisa engatilhada para ser lançada, mereço ou não mereço férias?

- 15 Deixe uma mensagem para o seu público leitor e, em especial, para mulheres que desejem trilhar a trajetória de escritora.

Aos leitores: larguem as redes sociais e abram um livro. Existe vida fora das telas dos celulares, existe vida na poesia e na ficção. Às mulheres que desejam trilhar esse percurso: estejam preparadas para invadir as academias nos próximos anos. Mas, para isso, não se esqueçam de um fator fundamental: qualidade. Trabalho árduo com a linguagem, observação meditativa do mundo e saber ao que veio. Nunca tanta gente escreveu, e nunca se teve tanta literatura ruim, mal acabada, carente de uma percepção mais acurada, de revisão estilística, de princípio norteador. Não se esqueçam, sobretudo, dos clássicos e das escritoras que vieram antes de vocês. Além de ser uma falta de respeito é bom saber que não existe artista que começa literalmente do zero sem referência nenhuma – isso é papo de adolescente que monta uma bandinha de rock alternativo na garagem de casa e ensaia uma vez por mês. Treino, referência, humildade, oragem e disciplina, é tudo o que a gente precisa. Um pouco de sorte também é sempre bem-vinda.

- 16 Como surge seu fascínio pela literatura? Quem ou o que lhe motivou a ler e a ser escritora?

ENTREVISTA ESPECIAL

A minha mãe me ensinou a ler e a escrever aos três anos, o que é curioso, porque ela mesma só fez até a quarta série. Mas como não desejava que eu fosse ignorante e não sabida das coisas, passou-me o pouco que sabia. Ao perceber que aprendi muito rápido, o meu pai me dava livrinhos e gibis, que eu devorava rapidamente. Então posso dizer que tudo aconteceu de maneira bem orgânica. Na própria infância tinha prazer em escrever, inventar histórias. Sou leitora e criadora desde que me entendo por gente. Arrisco até que a melhor fase de invencionice é justamente essa, em que a imaginação está a mil. De todo modo, agradeço aos meus pais, que apesar de não serem letrados investiram para que eu fosse.

203

- 17 Como se dá sua formação enquanto leitora de literatura? Quais autores e obras foram importantes para essa formação? Quais temas mais lhe fascinavam?

Eu estudava numa escola que não tinha biblioteca. Para falar a verdade, nunca havia entrado numa até a adolescência, mesmo amando ler. Aos treze anos, comecei a estudar no centro de Teresina e me aproximei desses ambientes. Fui ao SALIPI e me senti em casa. Lá ganhei uns clássicos e comprei outros. Aos dezesseis já tinha lido toda a fase realista de Machado de Assis, por quem me confesso terminantemente apaixonada. Nesse período conheci também Clarice Lispector e Lygia Fagundes Telles, e o delírio literário acabou por se instalar. Eu gostava, e continuo nessa preferência, de temas ligados ao comportamento humano. Se a gente parar para pensar, Clarice é a rainha do relacionamento interpessoal e do conflito manifesto disso. Lygia tem diversos causos sobre casais e o não dito a respeito de tudo o que envolve a vida a dois. E Machado é um bruxo.

- 18 Você possui uma sólida formação em Linguagens, tendo inclusive mestrado em Estudo Literários pela UFPI. Como essa formação acadêmica teórica e crítica repercute na sua produção literária?

Num primeiro momento, fiquei com medo de a teoria inundar a minha desenvoltura artística e ficar engessada. Todavia, hoje percebo o quão crucial e indispensável foi essa formação acadêmica. Leio diferente, escrevo diferente. Há uma tradição que não devemos nos desvencilhar, e ela é fundamental até para quando quisermos fundamentar a resposta de uma entrevista, por exemplo, rs. Além disso, trabalhei um tempo como curadora literária do SESC e vi que o mestrado também me ajudou nessa empreitada. A dimensão de análise fica, de fato, mais aprofundada, e sai do previsível “eu gosto porque gosto”. Está certo que enquanto leitores temos as nossas predileções, mas precisamos saber que nada está aí à toa, existe uma razão de ser em cada estilo de escrita e em cada época,

ENTREVISTA ESPECIAL

influenciada por questões históricas, socioculturais e linguísticas. Ter ciência disso, de maneira não empírica ou intuitiva, acabou me dando uma munição extra na escrita.

- 19 Sua dissertação de mestrado pela UFPI, sob orientação do prof. Dr. Sebastião Lopes, foi sobre *Pequenos pássaros*, coletânea da consagrada escritora francesa Anaïs Nin (1903-1977), que apresenta contos eróticos centrados em personagens femininas. Qual a influência dessa autora e, de forma mais específica, dessa coletânea para a sua formação enquanto escritora.

204

Anaïs Nin é a minha madrinha, mãe, amante, mentora. A admiração surgiu em 2010, quando comecei a lê-la após um leitor do meu blog conviteparalervanessatrajano ter me indicado. Dali para frente a paixão só cresceu. E quando conheci *Pequenos pássaros* entendi que o erotismo não se trata de sexo. O erotismo é o que talvez nem aconteceu, ou seja, aquilo que está no campo da iminência. É sobre isso que me interessa relatar. Hoje temos acesso muito fácil à pornografia, bastando somente dois cliques – ao passo que o sexo ainda é, contraditoriamente, um tabu. Percebo o erotismo como uma forma de resolver esse problema, e tenho a Anaïs Nin como a melhor professora que uma jovem escritora poderia ter.

- 20 O Brasil já conta com uma tradição sólida no campo da literatura erótica produzida por mulheres, basta lembrar de nomes como os de Hilda Hilst (1930-2004) e Odette Pérez Ríos, mais conhecida pelo pseudônimo Cassandra Rios (1932-2002). Você dialoga com essa tradição literária e já se percebe nela inserida?

Estou trabalhando para ser, incansavelmente, apesar de dialogar mais com a literatura produzida pela Anaïs Nin do que com a da Hilda, que ao meu ver é muito hermética. Já a da Cassandra Rios conheço pouquíssima coisa, não posso comentar. Mas a gente nunca se insere numa tradição para copiar, e sim para reinventar. Isso acredito estar fazendo.

- 21 Você produz o que podemos chamar de literatura *hot*, com textos voltados para o universo erótico de mulheres. Como você imagina seus leitores? Ressalte-se que ao usar leitores no masculino, além de desnudar o falocentrismo da linguagem, abre-se espaço para um público leitor também masculino. É isso mesmo ou você busca atingir estritamente o público feminino?

ENTREVISTA ESPECIAL

Pretendo um público adulto, independente do gênero, embora eu ficaria mais satisfeita se as mulheres me lessem mais, porque escrevo sobre elas e para elas. Digamos que mais de 70% do meu público é masculino, quando o benefício para o público leitor feminino seria muito maior. Mas a questão da falta de apoio delas reflete um problema que já existe desde que o mundo é mundo, que é a falta de irmandade entre as mulheres – o que atualmente estão chamando de sororidade. E sei que não acontece só comigo. Outras escritoras jovens passam pela mesma coisa, bem como artistas de outras linguagens.

205

- 22 Quais as implicações de produzir literatura erótica a partir de uma perspectiva feminina? Você busca alguma forma de mudança social, fazendo com que mulheres reflitam sobre as relações de gênero, em especial aquelas que envolvem a sexualidade?

Quero que as minhas leitoras relaxem e gozem, literalmente. É incrível a quantidade de mulheres que afirmam nunca terem tido um orgasmo na vida, dado que obtive, inclusive, na minha pesquisa de mestrado. É assombroso que a questão não seja só fisiológica, mas principalmente cultural. Há um sentimento de culpa nas mulheres. Veja bem: elas podem até trabalhar, estudar, ter estabilidade e autonomia financeira, mas gozar, não. É como se nos permitissem “liberdade” até certo ponto. Quando vai para o campo do afetivo e do sexual, começam os interditos e as punições. O que almejo é, primeiramente, diminuir esses interditos e essas punições – porque se de todo viraremos animais. Como sei que isso ainda vai demorar para acontecer, gostaria de ensiná-las, pelo menos, a fazer de conta que esses “impedimentos” e “consequências” não são tão dominantes assim. Porque é aí que a magia começa.

- 23 Vivemos em um momento paradoxal e mesmo dramático no que diz respeito as relações de gênero Brasil, marcado por avanços como a implementação cada vez mais incisiva da lei Maria da Penha, a luta por igualdade salarial, a participação mais efetiva de mulheres na sociedade e na política, mas também caracterizada por inúmeras violências contra o corpo feminino, inclusive com número inaceitável de feminicídios. Como sua literatura se insere nesse conturbado momento da vida social brasileira?

ENTREVISTA ESPECIAL

206

Quando, a essa altura do campeonato, um homem diz coisas do tipo: “não tenho coragem de casar com uma mulher dessas”, “mulher minha não faz isso”, “como ela quer ser respeitada usando essas roupas” ele já está matando a mulher, simbolicamente. O ato máximo de violência contra nós começa muito antes, secularmente e episodicamente falando. Nós já nascemos putas e mortas. O advento da terceira onda do feminismo de 2013 para cá tenta, por meio de marchas, grupos, protestos e discussões, reivindicar muitas questões urgentes a nós e que calávamos anos atrás. Isso incide na literatura, embora a minha carreira tenha se iniciado antes mesmo desse movimento coletivo. Porém, como estamos todas juntas nesse vulcão em erupção, sinto-me consciente nesse contexto, embora tenha as minhas próprias questões, o meu estilo, a minha autenticidade – e aqui sou muito lúcida no que diz respeito ao panfletarismo, que acredito intoxicar a linguagem literária. A minha literatura, ainda que evidentemente revoltada com a violência de gênero, busca dar o seu grito e chamar para o debate dentro daquilo

que almeja um dia se canonizar – e assim não conversar apenas com a geração com a qual se insere, mas também com as futuras.

- 24 Os títulos de suas obras são provocadores e mesmo irônicos. Trata-se de um convite para que as mulheres não sejam comuns, para que busquem o proibido, para que reflitam sobre as relações patriarcais que interpelam o feminino, exclusivamente para o casamento, ou para que busquem ou evitem serem vistas como supermulheres? Quais as principais mensagens que você pretende levar para as mulheres e para a sociedade brasileira através de suas obras?

Acho que a mensagem retorna ao lugar comum e já enfatiado tema da liberdade. Acredito que a mulher tem liberdade para ser o que ela quiser, inclusive puta. Sei que o feminismo é importante, e eu assim me reconheço, mas já presenciei muitas vezes mulheres feministas discriminarem outras que não se denominavam assim e tinham total liberdade com o próprio corpo, como também sendo reativas e incompreensivas em relação àquela mulher que por opção fica em casa cuidando dos filhos. Não é glória ser mãe nem dona de casa. E ninguém é obrigado a nada. Se você quer ir para o Palácio do Planalto brigar pelos nossos direitos, que bom, a gente agradece por isso. Se você quer fazer doutorado em Harvard que bom também, ficamos muito contentes que nossas antepassadas não lutaram em vão. Mas se você prefere dedicar-se à vida doméstica, seja por qual motivo for, que bom também. Como também se quiser vender o seu próprio corpo para pagar a faculdade, ou mesmo porque gosta, que bom! As mulheres incomuns, as que não são pra casar, encontram-se nesse universo – até aquelas que ficam em casa cuidando dos filhos, pois mesmo que não se dê nenhum “motivo”, há sempre uma

ENTREVISTA ESPECIAL

mulher sendo puta na boca de um machista. Então, a mensagem é: ah, quer saber? Foda-se.

- 25 Você tem um primeiro romance, *Doralice*, publicado em 2015. Quem é Doralice e o que ela tem a nos dizer?

Doralice é uma jovem sonhadora. E ela tem um sonho tão simples que o leitor é levado a perguntar-se por que ela não consegue realizá-lo. A resposta é igualmente banal: as condições socioeconômicas que a circundava impossibilitava qualquer aspiração fora dos padrões basilares de sobrevivência, que são comer e morar. Ler Doralice é ter um espelho de milhões de brasileiros que vivem com o mínimo do mínimo. Pergunto: tem lugar para arte e cultura na vida dessas pessoas? Dificilmente. Nasci e me criei na periferia, sei do que estou falando. Tive sorte de ter um núcleo familiar um tanto equilibrado, bem como também não vivíamos em

extrema pobreza, até porque estudei em escola particular. Mas não é assim para todo mundo. Portanto posso assegurar que Doralice é uma forma de tocar na ferida, e dizer: dá para sair da bolha? Dá para olhar além do próprio umbigo?

- 26 Suas narrativas podem acontecer em diferentes contextos urbanos. Apesar disso, como o Piauí, com sua espacialidade, cultura e identidade, se faz presente em suas obras? Essa piauiensidade surge de forma mais marcada em alguns de seus textos, personagens ou situações?

Sempre gostei muito de viajar. Além disso, nasci no Piauí, porém a minha família é toda do Ceará, de modo que me considero parcialmente de lá. Ademais, sempre comparei os comportamentos sociais dos lugares, do tipo: aqui é assim, lá é assado. E desde cedo percebi que o Piauí possui umas peculiaridades – principalmente em relação à mulher. Aí eu só aplicava aos enredos, indiretamente, é claro. Mais velha, após conhecer melhor diferentes estados, viajar para o exterior e morar em outra cidade, as minhas teorias sobre os piauienses e a forma como nós lidamos com as relações de gênero só se confirmaram. Vou ser direta: a maioria dos homens são terríveis e tratam a mulher com posse. “Ah, em todo lugar é assim”. Não. No Piauí/nordeste é pior. Está enraizado. As mulheres também não estão fora disso. Muito machistas.

ENTREVISTA ESPECIAL

208

- 27 Há alguns anos você migrou do Piauí, radicando-se em Brasília. Como era sua relação com o estado natal e qual sua percepção de ser piauiense agora à distância?

A relação sempre foi de amor e ódio. Amo as pessoas. As pessoas, segundo o Moisés Rego, um amigo querido, são o nosso maior patrimônio. Concordo plenamente. No entanto, odiava/odeio a forma como o estado é esquecido pelo poder público (bate uma certa vergonha às vezes, devo confessar). Um estado com tanto potencial humano e turístico deveria ser mais aproveitado. Certa vez fui a uma oficina em Brasília ministrada por um escritor de Curitiba. Dei-me conta que o Piauí é muito bem visto fora, literariamente falando. Fiquei feliz. Mas quem é daí sabe que muita coisa precisa melhorar. Os eventos literários concentram-se na iniciativa de duas ou três pessoas, ou seja, apaixonados e loucos que fazem a coisa acontecer. Fora isso, nada. O piauiense merece muito mais. O berço do homem americano, o nosso litoral, a nossa soja, as nossas cachoeiras, a nossa arte, a nossa cultura, a nossa culinária e a nossa energia solar merecem.

- 28 Como foi sua experiência de pandemia de Covid-19? Conseguiu se manter produtiva? Abordou esse período de privações e quarentena em textos literários?

Que nada. Momento de pausa é momento de pausa. Quem não engravidou nessa quarentena ou separou ou enlouqueceu ou comprou planta. Sei que muita gente produziu bastante, mas não foi o meu caso. No entanto, mexi no que já estava produzido e ainda estou nesse momento. Compilei poemas já escritos e publiquei *Supermulher e outras performances poéticas*, em formato e-book. Investi na minha carreira de roteirista. Enfim, fiz outras coisas. Na verdade, estou me permitindo férias literárias. Já publiquei bastante para a minha idade e tenho muita coisa pronta.

- 29 Quais seus projetos literários para o futuro próximo?

É sobre isso que falava na resposta anterior. Pretendo publicar o livro físico de *Supermulher*, além de três obras inéditas, um romance, um livro de contos e um autobiográfico. O primeiro é inspirado na minha mãe e confirma a minha tendência de ter personagens marcantes como figuras maternas nos meus romances; o segundo, que apesar de ser uma coletânea de contos, tem apenas uma única personagem; e, por último, o autobiográfico, porque eu acho a minha vida

ENTREVISTA ESPECIAL

muito interessante, principalmente a profissional – e todos saberão o porquê. Agora me diz: depois de tanta coisa engatilhada para ser lançada, mereço ou não mereço férias?

- 30 Deixe uma mensagem para o seu público leitor e, em especial, para mulheres que desejem trilhar a trajetória de escritora.

209

Aos leitores: larguem as redes sociais e abram um livro. Existe vida fora das telas dos celulares, existe vida na poesia e na ficção. Às mulheres que desejam trilhar esse percurso: estejam preparadas para invadir as academias nos próximos anos. Mas, para isso, não se esqueçam de um fator fundamental: qualidade. Trabalho árduo com a linguagem, observação meditativa do mundo e saber ao que veio. Nunca tanta gente escreveu, e nunca se teve tanta literatura ruim, mal acabada, carente de uma percepção mais acurada, de revisão estilística, de princípio norteador. Não se esqueçam, sobretudo, dos clássicos e das escritoras que vieram antes de vocês. Além de ser uma falta de respeito é bom saber que não existe artista que começa literalmente do zero sem referência nenhuma – isso é papo de adolescente que monta uma bandinha de rock alternativo na garagem de casa e

ensaia uma vez por mês. Treino, referência, humildade, coragem e disciplina, é tudo o que a gente precisa. Um pouco de sorte também é sempre bem-vinda.

MINIBIO VANESSA TEODORO TRAJANO

Vanessa Teodoro Trajano (1992) é teresinense radicada em Brasília-DF. Além de escritora, é roteirista e professora de Língua Portuguesa com mestrado em Estudos Literários pela Universidade Federal do Piauí. Publicou ao total 15 livros, entre participações em antologias e obras individuais, as quais se destacam *Mulheres Incomuns* (2012), cuja segunda edição foi relançada pela Penalux em 2017 e adaptada para uma leitura dramática pelo Coletivo Piauihy Estúdio das Artes, em Teresina; *Antologia Transcultural de Poesia Feminina* (2012), com autoras do Chile, Angola e Portugal; *Poemas Proibidos* (2014), lançado na Bienal de São Paulo em 2014; *A mulher na literatura latino-americana* (2018), com autoras da América latina e do Brasil; o romance *Doralice* (2015); *Ela não é mulher pra casar* (2019), finalista do Prêmio Guarulhos na categoria livro do ano, e o Ebook *Supermulher e outras performances poéticas* (2020). Em 2014, foi uma das personalidades piauienses que ganhou o prêmio Artista do Ano – Troféu Lena Rios. Participou do Balcão Poético Poematrix do Curto

ENTREVISTA ESPECIAL

Circuito Off Flip em 2015, bem como de feiras literárias, saraus, palestras e oficinas em seu estado natal. Em 2017, ingressou no projeto Arte da Palavra promovido pelo SESC Nacional, sendo a primeira escritora do Piauí a participar desse projeto. Circulou por 12 cidades através do Circuito de Autores e do Circuito de Criação Literária: São Mateus, Colatina, Vitória – ES; Rio de Janeiro e Paraty – RJ; Itajaí-SC; Castanhal e Belém-PA; Maceió-AL; Recife-PE; Campo Grande e Corumbá-MS. Em novembro de 2018, participou do 25º Encuentro Internacional de Mujeres Poetas realizado na cidade de Cereté, Colômbia, representando o Brasil nessa edição do evento. Recebeu o prêmio de melhor miniconto promovido pelo I JESP da Universidade Federal do Piauí em 2016, de melhor poema na edição Novos autores do Poezine de 2014, além de ter sido uma das selecionadas no Prêmio Livraria Asabeça & Bignardi Papéis, também na categoria poesia. Foi curadora da Plataforma Escrever Sem Fronteiras do Sesc Caixeiral, de Parnaíba-PI, entre 2018 e 2019. Atualmente, é imortal da Academia Cruzeirense de Letras em Brasília-DF, ocupando a cadeira cujo patrono é Nelson Rodrigues. Recentemente, participou como colaboradora no roteiro do curta Maria, em fase de produção pela Leãopontodecinema e do Gostosa, longa a ser filmado pela produtora Guabes. Ambos têm como foco narrativo problematizar o assédio e a violência sexual sofrida pelas mulheres, sobre as quais Vanessa foi convidada para dar a sua visão feminina.

ENTREVISTA ESPECIAL



211

ENTREVISTA COM JOSÉ QUARESMA CAMPOS FILHO

Entrevistadores:

Elio Ferreira de Souza

Maria Suely de Oliveira Lopes

Sebastião Alves Teixeira Lopes

José Quaresma Campos Filho é natural de União-Pi, nascido no dia vinte e sete de novembro de 1982. Além de músico, compositor, artista plástico, publicitário, colorista, diretor e roteirista também é formado em Letras. Suas músicas são inspiradas não só por sua cidade mas também pelo contato que teve com a literatura. Junto de sua banda compôs diversas canções dentre elas: *“Pelos Pátios Partidos em Festa”*(2008), *“Alegria Girar”*(2009), e *“Manual de Instruções Para”*(2018).

1. Você é muito conhecido como músico, sendo vocalista da já consagrada banda piauiense Validuaté, mas na verdade você é um multiartista, com produções também no

ENTREVISTA ESPECIAL

campo da literatura (composições e roteiro), da pintura, das artes plásticas, desenho, arte gráfica e do audiovisual. Como tudo inicia? Como você descobre essa veia artística tão forte?

Ainda na primeira infância, quando estudava no então chamado Jardim II, eu fiz meus primeiros desenhos. Não lembro exatamente do episódio, mas me contam que eu desenhei um Homem-Aranha e mostrei para a professora, e ela ficou impressionada. Sempre gostei de quadrinhos, Turma da Mônica, Superman, Batman, X-Men e todos esses universos que mexem com a imaginação de qualquer criança (e adulto também). Com o tempo passei a reproduzir os super-heróis que eu lia. Assim fui desenvolvendo minhas primeiras noções de anatomia, por mais que fossem de homens e mulheres superpoderosos lutando contra monstros de outras galáxias. Ao longo da vida escolar, segui ajudando colegas em trabalho que exigiam alguma atividade com desenho. Desenhei muitas mitocôndrias, mapas, sistemas musculares... tudo muito intuitivamente. Meu irmão Zeca fazia curso de desenho pelo Instituto Universal Brasileiro, e lembro que eu folheava os manuais e ficava observando as proporções do rosto humano, coisas do tipo "entre os dois olhos, há aproximadamente o espaço de um outro olho, e os cantos da boca se alinham aproximadamente às pupilas". Acredito que isso tenha me ajudado a perceber as formas de tudo e suas relações, o que é muito importante para o desenho. Na adolescência eu já desenvolvia um traço mais seguro e fiz alguns retratos a lápis, sob encomenda, inclusive. Também tive um vizinho, Cleanto, que desenhava incrivelmente. Foi uma influência importante pra mim, tanto no desenho quanto no gosto musical. Foi lá na casa dele que comecei a ouvir Legião Urbana, por exemplo. Lembro que ele cedia o terraço da casa dele para outro amigo treinar teclado (talvez o pai desse amigo não gostasse muito da ideia de ter um músico em casa. Isso é relativamente comum, infelizmente). Provavelmente esse foi meu primeiro contato com um instrumento, com alguém aprendendo a tocar um instrumento. Mais ou menos nesse período, lembro de ter estabelecido uma meta: quando eu completasse onze anos eu iria comprar pincéis e tinta guache. E isso certamente foi meu primeiro passo para a pintura. A essa altura eu já tinha aulas de educação artística, com a professora Sheyla Pierote. Muito talentosa. Por algum tempo eu virei fornecedor de pintura à mão para peças de lembrancinhas de aniversário que ela vendia a seus clientes. Até que um dia me cansei de reproduzir tantas peças em série, e encerrei nossa parceria. Paralelo a tudo isso, eu sempre gostei de cantar. Lembro

ENTREVISTA ESPECIAL

que havia na TV, um programa do Silvio Santos de duplas mirins. Nessa época estavam no auge duplas como Leandro e Leonardo, Chitãozinho e Xororó e Zezé de Camargo e Luciano. Eram os maiores. E eu brincava de cantar aquele repertório com meus amigos de infância. Embora eu quisesse fazer a voz principal, como meus parceiros de duplinha não conseguiam fazer a segunda voz, lá estava eu fazendo a melodia com os intervalos de terça, ou quinta, como é bem característico nesse segmento da MPB até hoje. No audiovisual eu tive apenas uma experiência, na adolescência. Um belo dia, baixou na cidade uma equipe de filmagem bem grande, para fazer um comercial do Armazém Paraíba. Tinha os palhaços famosos Faísca e Fumaça (quem assistiu aos Xous da Xuxa sabem de quem estou falando), modelos e toda a parafernália que muitos anos depois eu entenderia que são as engrenagens que fazem a mágica do audiovisual. Eu que estava de bobeira ali, encantado com aquela movimentação toda em torno da praça da igreja, de repente fui instado a fazer figuração. Não sei se numa situação normal eu toparia assim na lata. Mas como era para contracenar com a filha do gerente do Paraíba, que foi minha primeira paixão (e a turma toda do colégio sabia, inclusive ela), eu não pensei duas vezes, ainda mais com o convite feito pela própria. No final, a cena continha um beijo, em que nós, o casal, ao aproximarmos os lábios um do outro, do nada surgia um palhaço e os dois beijavam as bochechas do artista brincalhão de rosto pintado. E assim foi minha estreia no audiovisual. Impossível não rir enquanto escrevo essas memórias.

2. Então tudo começa com o desenho, a pintura, a figuração em audiovisual e uma certa iniciação no canto, isso ainda em União (PI). Por lá você teve condições de ter alguma formação artística ou de participar de exposição?

Minhas primeiras noções formais de arte foram mesmo na escola, mas não acho que era nada que servisse para revelar algum talento na turma. Era um bom exercício, um primeiro contato com técnicas. Nas artes, minha única experiência de formação foi um curso de alguns dias, na casa do melhor pintor e desenhista que conhecíamos na cidade, Sérgio Castro. Ali na sua casa, no seu ateliê, onde ele produzia telas, peças serigráficas, camisetas para lojas, fardas para escolas e afins, nós assistíamos a videoaulas e, em seguida, a demonstrações de cada princípio de desenho e pintura. Dali trago aprendizados que posso aplicar até hoje. Nessa época havia em União uma associação de universitários, quando ainda não havia campi das universidades Federal ou Estadual por lá. Tal

ENTREVISTA ESPECIAL

associação realizava um dos eventos mais importantes que a cidade já viu: A Semana Universitária de União, com atividades esportivas e culturais. Dentre as quais, pude participar por algumas edições dos concursos de poesia, música - apenas como intérprete - e pintura. Cheguei a ser premiado nessas três categorias, e o mais próximo de exposição de que tive chance de participar, foram mesmo estes concursos de pintura. Inclusive competindo com o meu mestre, Sérgio Castro, e outros artistas mais experientes que eu. A última vez que participei, já morava em Teresina, e já estava bastante influenciado pela pintura que via aqui na capital. Uma que me marcou muito, foi a que o artista Tupi realizou na galeria do Clube dos Diários, no comecinho dos anos 2000, com telas imensas, colagens, texturas, e muitas outras sensações que extrapolavam a sobreposição da tinta sobre a tela. Encantando com todas essas possibilidades, elaborei uma tela inspirada no poema "O Bicho", de Manuel Bandeira. Nesta obra, arrisquei dar volume com textura e colagem de materiais como papel, tecido, lacres de lata de refrigerante. A figura de um homem, maltrapilho, deitado no chão, no meio do lixo, sob a luz de um luar azulado. A minha tela foi a última a ser pendurada na parede, quando os jurados já estavam apreciando as demais obras. Tão logo ela ganhou seu lugar na competição, o olhar atento e crítico dos jurados se concentrou nela. Acredito que venci naquela noite por ter levado um conjunto de elementos que acabaram destacando minha tela das demais, e trazendo alguma novidade. Fui cumprimentado pelos meus amigos artistas que foram minhas referências no começo de tudo. Foi uma noite encorajadora.

214

3. União (PI) tem uma tradição nas artes. Você pode falar um pouco sobre a cena cultural da cidade?

A cidade tem nomes de destaque na pintura do estado como Osmir Pierot, Hostiano Machado e Fátima Campos, que já deixaram sua assinatura na história das artes do Piauí. Há outros, como o próprio Sérgio Castro e Eduardo Costa, que trabalham também com design e pintura comercial de letreiros e fachadas de lojas. Há os poetas, que se misturam aos compositores, como André Henrique, João Batista, Lourival Lopes e Éverton Lopes. No teatro e na dança o destaque é Cléverson Rodrigues, que capitania o Núcleo de Criações da Associação Cultural UNIARTES. Acredito que o Cléverson e sua trupe estiveram por trás da articulação da apresentação do espetáculo Batucada, do celebrado coreógrafo Marcelo Evelin, para União. É claro que a cidade ficou escandalizada. O que

ENTREVISTA ESPECIAL

é ótimo. Acho que todo artista adoraria viver de sua arte na cidade em que nasceu. Não tem sonho mais bonito. Mas, aí, a gente vai crescendo, conhecendo as pessoas e o mundo, e vendo como é tão mais interessante você vivenciar tudo isso por aí e poder voltar pra casa, e compartilhar as experiências, falar de novos sonhos. Morando há mais de 20 anos em Teresina, eu já não acompanho tão de perto os movimentos culturais de União, mas sei que os talentos continuam brotando, ano após ano. Tomara que consigam voar longe e voltar, se assim o quiserem.

215

4. Como surge o músico, já que aglutina capacidades múltiplas como cantar, tocar instrumentos e compor?

Primeiro vem o canto, que é a parte fácil, por assim dizer. Afinal, dá pra cantar enquanto se fazem outras atividades como tomar banho, lavar louças, varrer o quintal. Já para compor ou tocar um instrumento você deve largar o que está fazendo e no mínimo anotar no celular um verso que pipocou no juízo naquele instante, ou correr pro violão pra fixar aquela sequência harmônica que apareceu na cabeça e pareceu tão interessante e nova. Eu gostava de cantar, apesar de sempre ter sido tímido. Até hoje sou. Enfrentar uma plateia lotada é meio parecido com enfrentar uma sala de aula no primeiro dia: é preciso estar seguro desde as primeiras palavras. Na adolescência montamos um grupo musical, o Papel di Parede, que de alguma forma viria a se tornar a Validuaté anos depois. Comecei a cantar, assim de brincadeira mesmo, o repertório que os amigos, Fernando Araújo, Agnaldo Silva (Júnior Caixão), Diego Neves, Daniel Pessoa e Jardes Figueiredo, aprendiam nos cancioneiros. Legião Urbana, Engenheiros do Hawaii, Raul Seixas, e aos poucos todo o panteão da música Popular Brasileira fizeram parte das nossas tardes e noites nas Praças Barão de Gurgueia, Getúlio Vargas e calçadas da Avenida Felinto Rêgo. E como eu estava por ali mesmo, fui aos poucos arriscando arremedar meus amigos, arranhando os primeiros acordes nos violões que dormiam na casa de um e de outro. E literalmente o meu lado compositor fazia questão de nascer junto com o instrumentista. Lembro de tentar cifrar (anotar os acordes posicionados na sílaba do tempo exato de um determinado verso) algumas linhas que eu cantarolava. Porém eu ainda nem tinha aprendido os nomes de cada acorde. E desenhava, imitando as legendas dos cancioneiros, um segmento do braço do violão, com a indicação da posição de cada dedo em cada corda. Era muita vontade de compor. Claro que não saiu nada que prestasse nas primeiras

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 211 a 226, jan. a ago. 2021

ENTREVISTA ESPECIAL

tentativas, embora o contentamento de ver uma música nascendo ali da ponta dos meus dedos fosse animador. Segui treinando, observamos meus amigos tocarem, apurando o ouvido, e aos poucos já conseguia tocar as primeiras canções. E aí já era um pulo para começar a compor de fato. Uma das primeiras canções que compus foi “Bicho do mato”, que participou e foi finalista do Festival Chapada do Corisco, em Teresina, em 2002. Esta canção passou a integrar o repertório da Validuaté dois anos depois, e entrou no primeiro álbum da banda lançado em 2008. Eu componho e canto instintivamente. Com o tempo e o trabalho, veio muito aprendizado, e pude me apropriar melhor de alguma técnica, que me ajuda a criar com mais consciência.

5. Primeiramente então vocês montaram a Papel di parede (assim mesmo, com ‘i’) ainda em União (PI), no final dos anos 1990. Depois surge a Validuaté, já em Teresina (PI), em 2004. Como foi todo esse processo?

A Papel di Parede era uma banda só de violões. Tocávamos em barzinho, nos festejos, algumas solenidades. Quando vim morar em Teresina o grupo se apresentou em shoppings e bares por aqui. O repertório era feito de medalhões da MPB. Porém a partir de 2002, como já começávamos a ter nossas próprias canções, passamos a tocá-las nos shows também. Depois de três anos seguidos participando do Festival Chapada do Corisco, sendo sempre finalista com uma ou duas músicas, mas nunca ganhando nada, resolvemos mudar a chave radicalmente. Em 2004, abandonamos o nome e a proposta da Papel di Parede e fundamos a Validuaté, que passaria a tocar apenas músicas autorais. Ter uma banda novinha em folha, com uma proposta que ainda não era conhecida do público, nos livrou de qualquer expectativa de repertório. Ou seja, ninguém fazia ideia do que sairia no show da Validuaté, e também não havia espaço para pedidos musicais como nos tempos da Papel di Parede. Estávamos a partir de então por nossa própria conta. Foi nesse tempo que aprendi algo que costumo repetir para jovens artistas que se vêem às vezes em dúvida sobre misturar canções próprias a um repertório consagrado: para a sua música se destacar no meio de um repertório conhecido, ou ela é tão boa quanto, ou melhor do que as músicas desse repertório. Como querer ser melhor do que os artistas que são referência para nós é uma pretensão sem cabimento, o esforço era fazer música que as pessoas ouvissem e reconhecessem ali um potencial para acontecer mundo afora. Isso, para nós, já era ser tão bom quanto os que admiramos. Esse potencial, nós vimos

ENTREVISTA ESPECIAL

ainda nos festivais. Eu diria que esse foi o principal gás para decidirmos fazer uma banda que tocasse fundamentalmente suas próprias canções.

6. Com quase duas décadas de estrada, nome muito peculiar e muita experimentação, a Validuaté já entrou na história da música piauiense. Como surge esse nome e qual a proposta da banda?

O nome surgiu nos bastidores do Festival Chapadão. Estávamos com uma pequena e cansada lista de nomes, e nenhum parecia bom ainda. Eis que nosso baterista à época, ao me ver com um pacote de biscoitos recheados, sugeriu que usássemos a expressão de validade do produto, "válido até". Ali vimos a dupla possibilidade de remeter a um tempo ou a um lugar. Tanto podia soar como o nome de um Vale, o Vale do Até (que dá um ótimo nome de sítio), ou a esse tempo previsto para terminar a validade de algo, como os biscoitos que eu terminei de comer antes de subir ao palco. Decidimos juntar tudo como uma palavra só, e assim nasceu o nome Validuaté. Esta prática, de combinar palavras já estava manifestada em outras opções da lista, mas nenhuma soou tão interessante. A proposta da banda é e sempre foi algo expansível. Um lugar de experimentação, mas calcado no *rock*, *pop* e vestido com umas estampas de mpb. Aí foi possível misturar e justapor muita coisa que gostamos, *rock*, *reggae*, ciranda, cantoria, maracatu, samba, bregas. Atualmente, estamos explorando mais coisas dentro do *pop*, mas há sempre lugar para alguma combinação que ainda não fizemos. O próximo álbum dirá mais sobre isso.

7. A banda lançou uma trilogia cujos títulos formam a frase “Manual de instruções para / Alegria girar / Pelos pátios partidos em festa”, álbuns lançados respectivamente em 2018, 2009 e 2008. Esses álbuns foram também pensados como uma trilogia? Há alguma forma de ligação entre eles para além dos títulos?

Posso admitir que era mais forte a ideia de ligar os nomes do que a preocupação de ter alguma conexão mais explícita nos álbuns. Falo isso porque os três álbuns até o momento tiveram um caráter de coletânea. Ouvimos isso de pessoas com certo distanciamento crítico, o que nos pareceu uma perspectiva interessante. O primeiro foi literalmente uma lista das 13 músicas que achávamos que tinham melhor resposta nos shows. Cada músico, e mais o produtor, fez sua lista, e as 13 mais votadas compuseram o repertório do disco. Foi uma estratégia confortável, quase uma recompensa para o público que já seguia a

ENTREVISTA ESPECIAL

banda. O surpreendente foi termos aprovado projeto do segundo disco em lei de incentivo municipal, ainda durante a gravação do primeiro. Daí o curto espaço de tempo entre os dois lançamentos. Já o terceiro foi lançado dez anos depois do primeiro. O conceito das capas tem uma certa unidade: todos tem uma mulher segurando algum objeto; no primeiro um lençol azul, que é uma imagem presente na faixa título, “Pelos pátios partidos em festa”; no segundo outra mulher segura um peixe voador que não sabemos se é um dirigível ou um *pet* gigante dela, isso diante de uma paisagem cheia de janelas flutuantes, estas mencionadas em um verso da faixa título, “Alegria girar”. O terceiro disco tem uma mulher segurando um guarda-chuva que leva o universo do lado de dentro. O guarda-chuva também está presente na foto da banda nos outros dois álbuns, e é tema e título de uma faixa secreta que encerra o primeiro. Então, do ponto de vista visual, os álbuns apresentam alguma comunicação. Nos temas das músicas, cada disco está mais ligado ao momento vivido pela banda, com a inserção de instrumentos diferentes, ou experimentações rítmicas. No primeiro havia gaitas, no segundo apareceu a viola caipira e a escaleta, no terceiro saem cavaquinho e pandeiro - muito mais pelo desligamento do músico Thiago E - e entram violão aço e teclados.

218

8. A Validuaté tende a se valer de várias linguagens, principalmente a música, a poesia e as artes plásticas, como isso foi pensado ao longo da existência da banda?

A poesia está bem presente desde o primeiro disco, muito por conta de termos um poeta, no sentido de quem escreve poemas que não se pretendem ser cantados como letra de canções, que era o Thiago E. Eu sempre fui muito ligado a imagens e tomo essa frente na banda até hoje, seja nas capas, cartazes, artes de camisetas, fotos da banda, DVD, videoclipes. Ajudo a pensar alguns cenários para algum show especial, mas nossa produtora Bárbara Nepomuceno cuida melhor disso.

9. As canções da Validuaté são compostas principalmente por você e Thiago E, dois grandes poetas piauienses que nos brindam com romantismo (“A onda”, “Infinito”, e “Fagulhante”), sofrência (“Birras” e “Amor dos outros”) e muito humor (“Superbonder”, “Bruta como antigamente” (José Quaresma, Tiago E e Ricardo Totte) e “Na hora do rei” (José Quaresma e Zéu Britto). Como é composto e selecionado todo esse repertório?

ENTREVISTA ESPECIAL

As composições nascem de iniciativas individuais ou em parceria. Meu maior parceiro de composições é o Thiago E. Com ele fiz muitas canções do primeiro e segundo disco, e ainda tivemos uma parceria no terceiro, já sem sua presença na banda. Cada música nasce de alguma motivação particular. Às vezes nasce de uma simples melodia, ou um verso isolado, uma imagem, uma possibilidade, um ritmo, uma memória, uma história. Com exceção do primeiro álbum, os demais lançamentos foram feitos praticamente sem sobras de repertório. O último, por exemplo, teve uma canção composta ainda dentro do estúdio, durante as gravações. Para manter a tradição de termos uma faixa-título, compus a canção “Manual de instruções para”. E posso dizer que no geral, todos os integrantes entraram no estúdio satisfeitos com o repertório de cada álbum. As canções românticas sempre foram mais a minha praia. Creio que por influência dos artistas que admiro. E estrategicamente, eu já percebia que canções de amor costumam ser as mais populares, que geram identificação, apropriação. E também porque eu gosto de música romântica. Cresci ouvindo rádio, música romântica antiga, música brega. Esse universo é parte importante da minha "formação musical". Já o Thiago E chegou na banda com muita poesia, letras com uma força que são muito características da sua escrita. A primeira canção que ele me mostrou foi “Superbonder”. E de cara eu vi que tinha tudo a ver com a banda e que aquilo daria muita personalidade para a Validuaté. Que bom que ele se empolgou e topou. E daí fomos criando mais e mais canções, tanto individualmente quanto em parceria. A veia mais bem humorada do repertório tem figurinhas como "Bruta como antigamente", que compusemos ao lado da jaula do leão, durante um passeio ao parque Zoobotânico. Esta teve a participação de Ricardo Totte na letra. Quando fomos gravar, pensamos em convidar alguém que tivesse a cara da música, e o artista mais genuíno para esta participação era o cantor, compositor e ator baiano Zéu Britto. Não tínhamos contato nenhum com o Zéu. Eu fiz um contato formal por e-mail com a produção dele. E, para nossa alegria, o convite foi prontamente aceito. Virou um sucesso do álbum e Zéu virou um amigo da banda. No último álbum eu o convidei para compor comigo uma canção que contava a estória de um casal que só conseguia se encontrar na hora do almoço, momento em que duas rádios de Teresina tocam apenas Roberto Carlos. Ele adorou a ideia, e assim fizemos a música "Na hora do rei", na qual ele divide os vocais comigo. A canção também ganhou videoclipe bem divertido com atuação divertidíssima de Zéu e Adeline Cronemberg.

ENTREVISTA ESPECIAL

10. Outro aspecto interessante da Validuaté é a forma como a banda retrata o Piauí, seja através da espacialidade ou da linguagem, fazendo com que os fãs se identifiquem com as situações retratadas. Lembremos de faixas como “Cortesia”, homenagem a União (PI); “Vamos ver o sol, Barão”, que brinca com a espacialidade de Teresina (PI), através de itinerários de ônibus da capital; ou palavras e expressões típicas do piauiensês como ‘menino do buchão’ e ‘aperreado’ (“Bicho do mato”), ‘paia’ (“Eu só quero acabar com você”) ou ‘fita brilhosa’ (“Essa moça”). Como a identidade piauiense se faz presente no repertório da banda?

Acredito que de uma maneira bem espontânea. Talvez isso fosse mais forte, e proposital nas primeiras composições, quando eu estava muito empolgado em misturar tradição nordestina com *rock*. À medida em que fui escrevendo, naturalmente as expressões iam se encaixando. Como o Brasil é esse país imenso, a língua tem muitas saliências e reentrâncias que a tornam uma experiência muito rica. E inserir isso nas músicas é uma forma de registrar, eternizar aquela expressão. A língua sendo este corpo vivo, não temos como prever que expressões sobreviverão e quais desaparecerão no futuro. Tocar essas canções fora do Piauí é divertido. As pessoas acham interessante se deparar com novidades. Já as canções que falam de lugares são quase um certificado de pertencimento. Penso que todo compositor sempre lembra de sua cidade quando cria suas canções. É questão de tempo para nascer alguma que carregue mais afeto, e que gere identificação e representatividade no público.

11. Em “Bicho do mato”, você cita a saudade que sente do Sertão. “A lenda do peixe francês”, um dos maiores *hits* da Validuaté, e “O Hermeto e o Gullar”, ambas compostas por Tiago E, e ainda “Naturo”, composta por você, ecoam as cantorias sertanejas dos cordéis e emboladas. Como a cultura e ritmos do Nordeste influenciam a banda?

A influência da cultura nordestina nos acompanha desde o início da banda. De antes até. “Bicho do mato” já existia dois anos antes de a banda ser formada. Eu sou muito mais movido por melodia do que por letra. Crio muito mais melodias do que escrevo versos. Assim nasceram a maioria das parcerias com o poeta Thiago E. Muitas vezes escolhíamos poemas e eu criava as melodias, omitindo ou adaptando versos. Houve casos em que descartei para a letra da canção uma estrofe inteira do poema. E essa relação com a Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 211 a 226, jan. a ago. 2021

ENTREVISTA ESPECIAL

melodia remonta também às oportunidades na infância em que vi cantorias de violeiros e aboios dos vaqueiros nas festividades de São Raimundo Nonato, um dos padroeiros de União. Fora o que chegava pela música de maneira mais formal, o repertório de grandes nomes como Zé Ramalho, Elba Ramalho, Elomar, Zé Geraldo, Geraldo Azevedo, Jackson do Pandeiro, Lenine, Chico César, Zeca Baleiro e tantos outros. Depois que introduzimos a viola caipira no instrumental da banda, isso ganhou mais força. Provavelmente teremos mais canções que remetam a este universo.

221

12. Você mencionou anteriormente a importância do desenho para a sua formação artística. Hoje você produz também arte gráfica no computador. Você continua desenhando com a mão ou apenas com o *mouse*? Como essas habilidades dialogam e se complementam?

Eu abandonei um pouco o desenho em si. Tenho me dedicado mais à pintura. Os últimos trabalhos de design que fiz foram cartazes de eventos da banda e a capa de um livro. Ainda pretendo me dedicar à ilustração digital, mas com foco em animação, mais voltado para o audiovisual mesmo. E quero me dedicar mais à pintura também, explorar outras técnicas, outras possibilidades. Estou em um momento de transição do figurativo para o abstrato. É um exercício interessante de desapego do ponto de vista do processo de criação. Em 2019 eu retomei a pintura e fiz uma série de autorretratos, que muita gente nem faz ideia que eu pintei minhas próprias mãos. Agora estou em busca de novas sensações visuais. Teresina tem pintores fantásticos e são algumas minhas influências mais imediatas. A pintura é uma atividade artística muito prazerosa, apesar de solitária e silenciosa. Bem diferente da música e do audiovisual, que são outros dois prazeres que tenho na vida.

13. Você criou o perfil @jose.qarts para divulgar seus quadros, assim como tem participado de exposições. Seus quadros em acrílico sobre tela, como você disse, têm como tema recorrente os autorretratos, com reincidência de máscaras e pontilhados e ausência de cores primárias. Essa é uma fase? Você pretende abordar outros temas ou, como apontado, aventurar-se por algo mais abstrato?

Exatamente. Já pensei em pintar alguns temas que estão ligados às minhas outras atividades artísticas, como cinema e música. Não tenho certeza se ainda realizarei estas

ENTREVISTA ESPECIAL

obras. No momento devo seguir experimentando, como processo de busca e fortalecimento de um traço. Pode ser que estes temas apareçam nas próximas telas, mas realmente não quero me prender a uma pintura que tenha necessidade de fazer sentido, de contar uma história. Por enquanto eu busco uma pintura que desperte sensações. Eu preciso estar bem ao criar, e preciso me sentir bem ao contemplar a tela pronta. Se ainda assim me perguntarem qual o sentido dessa ou daquela obra, é provável que eu mencione estas sensações. A pintura, eu diria, é minha maior busca do ponto de vista de processo de criação no momento.

222

14. Você tem uma única tela, *The tempest*, baseada em uma passagem literária, a Cena I, do Ato I de *A tempestade*, de William Shakespeare. Você pretende realizar outras telas com temáticas literárias?

Há sempre uma possibilidade. A minha primeira tela literária (acabei de inventar isso) foi o Bicho, mas esta sucumbiu aos bichos que gostam de madeira que fica por ali sem muito cuidado. Os cupins a levaram para o além. *The tempest* foi a última, e levei tanto tempo para terminá-la, que ela acabou ganhando elementos que eu já estava trabalhando em outras telas, como as máscaras, traçados e pontilhados. Só o tempo dirá que temas irão me mover a materializar uma obra com tinta sobre a tela.

15. Recentemente você participou da construção do roteiro da série *Amor dos outros*, realizada pela Framme, com direção de Alexandre Mello. Como foi essa experiência de roteirista? Podemos esperar outros roteiros ou quem sabe textos em outros gêneros literários?

Foi uma experiência muito intensa. Audiovisual é uma arte que é coletiva, consome muito tempo e dinheiro, nem sempre correspondente. Posso garantir que foi um privilégio fazer parte da equipe, porque tivemos uma ótima oportunidade de desenvolver os roteiros com a mentoria de um profissional experiente, o roteirista Audemir Leuzinger (Carnaval, Netflix). A ideia original é de Pádua Carvalho, e os roteiros finais foram escritos por mim, pelo próprio Pádua Carvalho e pelo diretor e também roteirista Alexandre Mello. Foram muitos meses de trabalho, escrita e reescrita, adaptação, desapego. Roteiro é um guia, um caminho a ser seguido. Porém, mesmo em produções milionárias de Hollywood pode haver alteração no percurso, durante a produção, e o filme final nasce como somatória de

Humana Res, v. 1, n. 4, 2021, . ISSN: 2675-3901 p. 211 a 226, jan. a ago. 2021

ENTREVISTA ESPECIAL

esforços, originalmente empreendidos ainda no roteiro. Uma boa história já está lá num bom roteiro. Claro que é preciso competência para contar bem uma boa história diante das câmeras. Mas aí é outra etapa, e necessariamente conta com a soma de talentos que cuidam de cada detalhe, cada setor, arte, maquiagem, figurino, cenografia, luz, fotografia, e claro todo o talento e entrega dos atores e atrizes, e da sensibilidade e visão do diretor. Depois de tudo filmado, ainda entra mais uma figura de grande responsabilidade, o editor/montador. Depois de montado, depois que se vê que a cena funcionou, é hora de outros artistas darem o brilho final no som, nos efeitos visuais e na colorização. Só depois disso tudo a gente realmente tem certeza se a história boa ainda está lá. Eu pretendo seguir estudando e escrevendo roteiros. Ainda tenho minhas histórias para contar. Mas audiovisual é um sonho caro e que precisa ser sonhado coletivamente para ser realizado. Não estou dizendo que é impossível, apenas que não é fácil e nem depende de apenas um querer. Ainda sobre o roteiro da série *Amor dos outros*, eu posso afirmar que adorei a experiência, e dá uma sensação muito boa de ver linhas que eu criei personificadas na atuação de um elenco. Em algumas cenas, eu sou capaz de lembrar de quando eu estava escrevendo determinadas falas. É uma grande mágica. Cara, mas formidável de se ver realizada.

223

16. Como você vê o audiovisual piauiense, em especial a propaganda, o documentário e a ficção?

O Piauí tem avançado bastante no audiovisual. Temos visto boas produções serem entregues, e em circulação nacional e internacional. Não são tantas as produtoras que encamparam o desafio de produzir audiovisual. Eu destacaria pelo menos quatro que fizeram trabalhos bem executados e muito interessantes. A Framme, para a qual trabalho há muitos anos. Já realizamos curtas, longas documentais - *Não deixe meu boi morrer* (Tv Antares) e *A irmandade* (Globonews), duas séries ficcionais - *Amor dos outros* (CineBrasilTV), e *Jenipapo, a fronteira da independência* (em pós-produção) (TV Cidade Verde), uma série de interprogramas - *Tá na hora de brincar* (EBC), uma série doc-reality - *Amor à queima roupa* (Fashion Tv). Outra produtora que realizou produtos audiovisuais no mesmo período foi a Guabes, que fez a série *Diário de Lully* (EBC), e *Não matou El matador* (CineBrasilTV - em finalização). Destaco ainda a produtora mais jovem das três, B&T Audiovisual, que realizou além de curtas, um média metragem sobre

ENTREVISTA ESPECIAL

a judoca Sara Meneses (ESPN), o longa *Torquato, a imagem da incompletude* (Curta!), o longa *Niède*, em circulação nos cinemas atualmente, e a série documental *Aquarela musical* (Curta!), além de *desConectados*, documentário que é uma produção da B&T Audiovisual para o Edital Conexão Juventudes, realizado pelo Instituto Unibanco. Destaco ainda a Madre Filmes, que produziu curtas documentais como *Curicas* e *Água para Gregório*, e o curta de ficção *Hortelã*, todos dirigidos por Thiago Furtado, certamente um dos diretores jovens mais atuantes no momento. Além destes, a Madre Filmes ainda realizou recentemente a websérie documental *Saberes tradicionais* e o documentário *10 anos das Sebastianas*. No meio destas produções todas, há sempre jovens talentos que trabalham como *freelancers* e integram coletivos audiovisuais como VDC e LabCine. Na publicidade destaco nomes como Raphael Reis, Clístenes AllFilms e Alexandre Soares (Respira Filmes). Muita coisa boa sendo produzida, muita gente talentosa fazendo bonito. Acredito que a tendência é isso evoluir cada vez mais.

224

17. A pandemia de Covid-19 afetou sobremaneira o campo cultural brasileiro e no Piauí não foi diferente. Como você enfrentou as privações desse período e como você percebe os efeitos da pandemia para a cultura e arte do Piauí?

Com a pandemia todas as atividades culturais pararam literalmente da noite para o dia. Assim como muitas outras atividades econômicas. Eu segui trabalhando em projetos de audiovisual que já estavam em andamento. Isso segurou as contas. Foi preocupante ver que muitos artistas não tinham uma segunda fonte de renda além da sua arte. Houve mobilizações para arrecadar alimento, editais que destinavam alguma renda, ou prêmio para profissionais de eventos, e depois de muito tempo, muita agonia e muita luta, saiu a lei de emergência cultural, que possibilitou a realização de muitos produtos culturais por meio de editais por todo o Brasil. Aqui tivemos o edital da Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves e os editais da SECULT-PI. A Validuaté conseguiu aprovar um projeto, que originalmente seria de produção de um álbum e circulação. Porém houve um corte de cerca de 70% no orçamento, o que só permitiu que fosse possível a gravação do álbum, que está em curso. Paralelamente acabei participando como convidado de outros projetos também aprovados nos mesmos editais, como os videoclipes do cantor e compositor Vavá Ribeiro e *lives* dos Festivais Corisco Beat e Fervura. Nas artes plásticas, eu produzi e vendi algumas telas. No fim de tudo, os editais da lei de Emergência Cultural,

ENTREVISTA ESPECIAL

Aldir Blanc fizeram nascer muitos projetos que, talvez num tempo normal, não seriam possíveis.

18. A Validuaté tem uma faceta ainda pouco conhecida do grande público, que é a de compor marchinhas de carnaval, tendo inclusive o EP Carnavali, que foi lançado em 2016. A banda pretende dar continuidade a essa veia das marchinhas e, em um contexto pós-pandemia, há a possibilidade do Carnavali voltar?

Acho que aquilo foi um amor de carnaval. Não conversamos mais sobre isso. Falamos algumas vezes de fazer um bloco de carnaval, mas sem lançamentos. No máximo versões de músicas já conhecidas do nosso repertório.

19. Qual mensagem você deixaria para os jovens que desejam enveredar pelo campo artístico no nosso Estado?

Comecem, estudem sempre, persistam, não desistam e saiam daqui. É sério. Eu explico: é possível começar a produzir arte com muito pouco, mas é preciso buscar isso, sair do lugar. Há escolas de música a preços acessíveis, e escola que ensina mil coisas de música sem cobrar nada. E não há mais nada que não tenha um tutorial grátis no Youtube. Então, é querer e estudar. Mas é preciso ter coragem, paciência, resiliência, persistência, bravura para seguir fazendo arte no Piauí. Não é fácil, mas é possível e muito prazeroso. Com o tempo, com o trabalho bem feito os resultados vêm. E por último, não dá pra ficar fazendo arte somente aqui na cidade de Teresina. É necessário explorar outros olhares, ver por outras perspectivas, ouvir outras críticas, ganhar outros cachês (muitas vezes melhores do que se pagam por aqui). A arte, se não pagasse as contas, ainda seria sempre uma possibilidade maravilhosa de autoconhecimento, de conhecer outras pessoas, e de conhecer o mundo.

Mini- Biografia de José Quaresma Campos Filho

José Quaresma Campos Filho nasceu na zona rural de Caxias (MA), e antes de completar um ano de idade migrou com a família para União (PI), que considera como sua cidade natal. Em União, iniciou suas atividades na música e nas artes, mas foi quando se radicou em Teresina que essas atividades puderam ser desenvolvidas profissionalmente. Formado em Letras Português pela UFPI e em Letras Inglês pela

ENTREVISTA ESPECIAL

UESPI, José Quaresma também atuou como professor nas redes públicas estadual e municipal em Teresina. Em 2012 iniciou trabalhos como revisor e ilustrador publicitário, e rapidamente também ingressou no audiovisual, como produtor e editor. Trabalhou na Chroma Comunicação por pouco mais de um ano, e em seguida, no ano de 2012, começou a trabalhar na AMC - Framme, onde desempenhou funções como redator, roteirista, diretor, assistente de direção e colorista. Paralelo a tudo isso, José Quaresma é integrante fundador da banda Validuaté, com obra consolidada no cancioneiro musical piauiense, realizando também parceria com diversos artistas do estado. Em 2019, retomou suas atividades como artista plástico, e participou de exposições em Teresina.

Caio Silas Alvarenga Malaquias¹

“Quisera como Dante em via estreita/extraviar-me no meio da floresta” (Campos, 2000). Assim o monumento da crítica literária Haroldo de Campos abre o seu poema referenciando aquele que é por muitos considerado o maior poeta do Ocidente, Dante Alighieri. É verdade que Haroldo não apenas se valeu dessa referência em seu poema como forma de prestar tributo ao florentino, também ele seguiu à risca as estrofes em tercetos e os versos decassílabos, que são a marca registrada de A Divina Comédia.

Mas que não se pense que a relação do crítico com o poeta termina aqui, Haroldo comentou e inclusive traduziu trechos do famoso poema de Dante, valendo-se, para tanto, de seu famoso método de “transcrição”, uma forma original de traduzir que prioriza adaptar o sentido e os efeitos do texto à língua traduzida, ao invés de manter o rigor da sintaxe e da morfologia original. Segundo o próprio sobre o seu método: “para nós, tradução de textos criativos será sempre *recriação*, ou criação paralela, autônoma porém recíproca”. (Campos, 2004, p. 35)

Muitos foram os tradutores da comédia para o português e talvez a tradução mais difusa seja a de José Pedro Xavier Pinheiro (Alighieri, 2002), amigo de Machado de Assis e primeiro tradutor conterrâneo do texto de maneira integral. Não que a sua tradução se excela às demais, que, assim como ela, são maravilhosas, o que justifica essa maior difusão é o fato de o seu texto já estar em domínio público. Entretanto, há um problema geral que permeia essa sua tradução. Realizada no século XIX, muitas das palavras e das formas sintáticas utilizadas estão em desuso, uma vez que o idioma se transforma, e, assim, o seu texto costuma frustrar ou encontrar resistência no leitor médio.

Pensando nisso eu decidi “experimentar” o texto e – por que não? – “transcriá-lo” numa linguagem mais “simpática” aos nossos tempos, e o resultado é este primeiro canto que eu vos entrego em seguida. Toda tradução ou transcrição é polêmica, é indireta e, de certa maneira, é original. Não me preocupei com nenhum desses requisitos, senão em me deleitar com o texto mesmo. Ei-lo então, caminhai junto a Dante em seu primeiro passo na comédia:

¹ Professor de inglês e redação formado em letras inglês pela UFPI e pós-graduado em ensino de língua portuguesa pela Universidade Cândido Mendes.

Canto I

Quando alcancei metade dessa vida
Eu me perdi em uma selva escura,
Deixei a trilha e vi-me sem saída.

Difícil é descrever nesta escritura
Esta terrível selva rude e forte,
Só de a lembrar torno a sofrer tremura!

O seu sabor amargo é quase a morte,
Mas porque boas coisas encontrei,
Narrá-las-ei conforme a minha sorte.

Eu não me lembro como foi que a achei,
Pois tinha muito sono àquela altura,
Quando o caminho certo abandonei.

Chegando ao pé de um morro se afigura
A mim o fim de um vale tão imenso
Que estremeci àquela tal figura.

Olhei-lhe o dorso ao alto e tão intensos
Os raios do planeta o recobriram,
Que sempre guia ao rumo o nosso senso.

Então os meus tremores reduziram,
Pois revolvía esse meu peito há tanto
Naquela noite a qual meus olhos viram.

E como quem, sem ar, ofega enquanto

Deitado em praia torna a olhar o mar

PERDENDO-ME COM DANTE EM VIA ESTREITA: UMA TRANSCRIÇÃO DE O PRIMEIRO CANTO DA DIVINA COMÉDIA

Depois de se afogar, tamanho o espanto;

Assim minh'alma, querendo evitar,
Tornava ainda a remirar meus passos
Onde jamais ninguém pôde escapar.

Um pouco após folgar meu corpo lasso
Segui em frente pela encosta inculta,
Mas sempre alerta, num lento compasso.

E eis que no início da descida avulta
Uma pantera toda manchetada,
Que se mostrava rápida e astuta.

Ficou por muito tempo ali parada,
Atrapalhando-me em seguir em frente,
Até pensei em desistir da estrada.

No céu rompia uma manhã nascente
E o sol brilhava junto das estrelas,
Os quais o amor de Deus pusera rentes

Na criação das tantas coisas belas,
Tais quais as cores da pantera adiante,
Que me causava expectativa ao vê-la

Por contemplá-las sob alvor calmante.
Mas antes se me volta o medo ao peito
À vista de um leão, que surge avante.

Enquanto vinha reparei-lhe o jeito,

PERDENDO-ME COM DANTE EM VIA ESTREITA: UMA TRANSCRIÇÃO DE O PRIMEIRO CANTO DA DIVINA COMÉDIA

A juba erguida, a rábida avidez,
Que sobre o ar causava um grave efeito.

Uma loba surgiu e a cupidez
Me fez lembrar, devido a sua magreza,
E à tanta gente morta na escassez.

Olhar-lhe ali causou-me tal surpresa,
Àqueles olhos de terror profundo,
Que em prosseguir não tinha mais certeza.

E como quem ajunta bens no mundo
Ao vir-lhe a derradeira hora da vida
Se desespera e chora gemebundo;

Assim deixou-me a loba e, sem saída –
Pois me acossava, vindo pouco a pouco –,
Eu recuava à escuridão sofrida.

Ladeira abaixo eu vinha, em tal sufoco,
E ante aos meus olhos fora descoberto
Alguém a quem eu estivera mouco.

Quando eu o vi naquele grão-deserto,
Gritei-lhe: “Ajuda-me em minha desgraça!
Quer sejas alma morta ou homem certo!”

“Fui homem, mas meu corpo é já carcaça!
Minha linhagem foi da Lombardia
E a Mântua a pátria dada à minha raça.

PERDENDO-ME COM DANTE EM VIA ESTREITA: UMA TRANSCRIÇÃO DE O PRIMEIRO CANTO DA DIVINA COMÉDIA

Nasci com Júlio em sua era tardia,
Vivi na Roma do bondoso Augusto,
No tempo em que imperava a idolatria.

Eu fui poeta e celebrei o justo
Filho de Anquises, prófugo de Tróia,
Depois que Ilion soberbo foi combusto.

Mas tu te rendes à essa paranoia?
Porque não sobes à montanha amável,
Que é sempre fonte do deleite, é joia?"

"Virgílio, és tu? – a fonte admirável
Que mana um rio de versos tão faustoso"
Falei-lhe assim, com um rubor notável.

"Ó, luz dos vates e também seu gozo,
Valham-me a estima e a dedicação,
As quais rendi ao teu verso formoso.

Tu és o artista do meu coração,
O único a quem eu credito a fama
Que hei recebido, ó, minha inspiração!

Vê como a besta em meu encalço trama!
Acode-me, erudito renomado,
Pois minhas veias tremem, quase em chamas."

"Convém-te a ti seguir por outro lado",
Ele me disse ao ver-me ali em pranto,
"Para escapares desse fero fado.

A fera que te fez chorar de espanto
Não dá passagem a quem surge à frente,
Ela se impõe e mata, e mata tanto.

Seu gênio é tão cruel e é tão ardente
Que o seu desejo nunca se sacia,
Assim que come a fome é mais premente.

Com muitas feras ela se amasia
E mais serão até que um Veltro venha,
O que a fará morrer em agonia;

Um tal que aos bens e às posses não se atenha,
Mas à ciência, à honra e à caridade,
Que dentre feltro e feltro ele provenha.

E seja a humilde Itália a sua herdade,
Onde Turno morreu, também Camila,
E Euríolo e Niso em plena mocidade.

Pois ele a caçará, de vila em vila,
Até torná-la às trevas infernais,
Lugar de onde a cobiça se destila.

Agora eu seguirei, caminha atrás,
Guiar-te-ei, serei os teus sentidos,
Por esses territórios imortais,

Onde ouvirás clamores tão sofridos;
Verás as almas na segunda morte
Sofrerem corrompidas, aos gemidos;

Verás também quem inda se conforte,
Pois mesmo em chamas há de unir-se aos crentes
E logo partilhar da sua sorte.

E se subires a tais ambientes
Um'alma bem melhor será tua guia
E seguiremos rumos diferentes,

Porquanto Deus jamais permitiria
Que um rebelado à sua lei, como eu,
Subisse aos céus em vossa companhia.

Em tudo reina e tudo o que há é Seu,
Mas lá reside o trono em que comanda:
Felizes os que a Si Ele elegeu!”

E então roguei-lhe: “vai, poeta, anda!
Por Deus, quem não provaste, me resgata
Dessa tragédia e doutra mais nefanda;

Conduz-me aonde disseste e lá eu bata
À porta de São Pedro e possa olhar
A angústia que escutei da forma exata.”

Moveu-se e comecei a acompanhar.

REFERÊNCIAS

ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

CAMPOS, Haroldo de. **A máquina do mundo repensada**. São Paulo: Ateliê editorial, 2000.

PERDENDO-ME COM DANTE EM VIA ESTREITA: UMA TRANSCRIÇÃO DE O PRIMEIRO CANTO DA DIVINA COMÉDIA

_____. CAMPOS, Haroldo de. **Da tradução como criação e crítica. In: metalinguagem e outras metas.** São Paulo: Perspectiva, 2004.